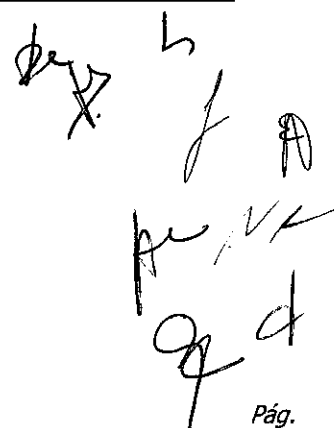


Electricidade dos Açores

RELATÓRIO E CONTAS 2017

EM HARMONIA COM A NATUREZA

Índice

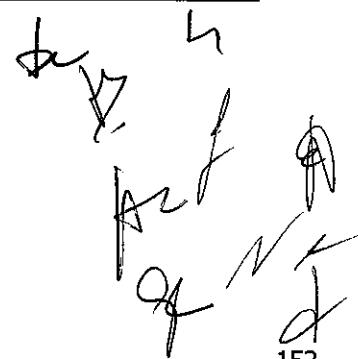


RELATÓRIO E CONTAS – INDIVIDUAIS

	<i>Pág.</i>
1 – MENSAGEM DO PRESIDENTE	6
2 - VALORES CARACTERÍSTICOS - EDA	8
3 – RELATÓRIO E PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	10
3.1. – RELATÓRIO DE GESTÃO.....	11
3.1.1. – ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E SETORIAL.....	12
3.1.2. ATIVIDADE.....	26
3.1.2.1. Comercial	26
3.1.2.2. Transporte e Distribuição	29
3.1.2.3. Produção.....	31
3.1.2.4. Investimento	36
3.1.3. EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	40
3.1.4. INFORMAÇÕES SOBRE A SOCIEDADE	50
3.1.4.1. Informação sobre a sociedade e órgãos sociais.....	50
3.1.4.2. Ações próprias	57
3.1.4.3. Negócios entre a sociedade e os seus administradores	58
3.1.4.4. Sucursais da sociedade.....	58
3.1.4.5. Factos relevantes ocorridos após o termo do período	58
3.2. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS.....	59
4. APRECIACÃO E CERTIFICAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAIS.....	60
4.1. DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS – ELECTRICIDADE DOS AÇORES S. A.	61
4.1.1. Balanço	62
4.1.2. Demonstração dos resultados	63
4.1.3. Demonstração das alterações no capital próprio	64
4.1.4. Demonstração de fluxos de caixa.....	65
4.2. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	66
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	67
4.3. APRECIACÃO E CERTIFICAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAIS	119
4.3.1. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	120
4.3.2. Certificação Legal de Contas.....	127
4.3.3. Relatório de Auditoria.....	133
5. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES.....	141

RELATÓRIO E CONTAS - CONSOLIDADAS

1. UNIVERSO DA CONSOLIDAÇÃO	152
2. ORGANIZAÇÃO DOS NEGÓCIOS.....	154
3. VALORES CARACTERÍSTICOS – GRUPO EDA.....	155
4. RELATÓRIO DO GRUPO EDA.....	157
4.1. RELATÓRIO DE GESTÃO	158
4.1.1. <i>Desempenho</i>	159
4.1.1.1. EDA	159
4.1.1.2. EDA RENOVÁVEIS	161
4.1.1.3. Globalada	166
4.1.1.4. SEGMA.....	167
4.1.1.5. Norma Açores.....	168
4.1.1.6. Controlauto Açores Lda.....	170
4.1.3. <i>EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA</i>	172
5. SUSTENTABILIDADE NO GRUPO EDA	181
5.1 VALORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES	181
5.2 REDUÇÃO DO IMPACTO AMBIENTAL	194
5.3 RELACIONAMENTO COM AS PARTES INTERESSADAS.....	200
5.4 INOVAÇÃO.....	204
6. APRECIÇÃO E CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS CONSOLIDADAS – GRUPO EDA.....	208
6.1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	209
6.1.1. <i>Demonstração consolidada da posição financeira</i>	210
6.1.2. <i>Demonstração consolidada do rendimento integral</i>	211
6.1.3. <i>Demonstração consolidada das alterações no capital próprio</i>	212
6.1.4. <i>Demonstração consolidada dos fluxos de caixa</i>	213
6.2. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	214
6.3. APRECIÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS	281
6.3.1. <i>Relatório e Parecer do Conselho Fiscal</i>	282
6.3.2. <i>Certificação Legal das Contas Consolidadas</i>	285
6.3.3. <i>Relatório de auditoria</i>	291



Índice de Tabelas

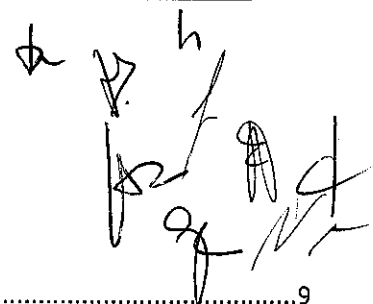
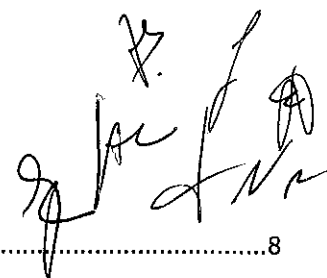


Tabela 1 – Indicadores de atividade, de 2013 a 2017	9
Tabela 2 – Número de trabalhadores da EDA, por género, de 2015 a 2017	9
Tabela 3 – Produção líquida e aquisição de energia (GWh), por tecnologia, de 2013 a 2017	20
Tabela 4 - Número de clientes e consumo por clientes de 2013 a 2017	26
Tabela 5 - Faturação, energia faturada e preço médio de venda (preços correntes) de 2013 a 2017	27
Tabela 6 - Quilométricas das ações de inspeção e manutenção MT/ AT (aérea)	30
Tabela 7 - Emissão de energia elétrica, por ilha, de 2013 a 2017	32
Tabela 8 - Ponta máxima anual (kW), por ilha, em 2016 e 2017	33
Tabela 9 – Manutenções em centros produtores	35
Tabela 10 - Investimento realizado (10 ³ euros) em 2017	36
Tabela 11 – Demonstração dos resultados da EDA, em 2016 e 2017	40
Tabela 12 –Peso dos Gastos Operacionais no Volume de Negócios, em 2016 e 2017	42
Tabela 13 – Gastos com Pessoal corrigidos da reposição salarial, em 2016 e 2017	42
Tabela 14 –Gastos com Comunicações, deslocações, ajudas de custo, alojamento e frota automóvel, em 2016 e 2017	43
Tabela 15 – Balanço da EDA, em 2016 e 2017	44
Tabela 16 – Resultados do período da EDA, em 2016 e 2017	46
Tabela 17 - Evolução da dívida financeira da EDA, em 2016 e 2017	48
Tabela 18 – Custos e proveitos financeiros da EDA, em 2016 e 2017	48
Tabela 19 – Custo médio de financiamento EDA de 2008 a 2017	48
Tabela 20 – Empresas incluídas na consolidação	153
Tabela 21 – Indicadores económico-financeiros do Grupo EDA, de 2013 a 2017	155
Tabela 22 – KPI Sociais de 2014 a 2017	155
Tabela 23 – KPI Ambientais de 2014 a 2017	156
Tabela 24 - Indicadores económico financeiros da EDA de 2013 a 2017	160
Tabela 25 - Produção de energia elétrica de base renovável, por recurso e por ilha em 2017	161
Tabela 26 - Indicadores económico financeiros da EDA RENOVÁVEIS, de 2013 a 2017	163
Tabela 27 - Investimento realizado em 2017	163
Tabela 28 - Indicadores económico financeiros da GLOBALEDA, de 2013 a 2017	166
Tabela 29 - Indicadores económico financeiros da SEGMA, de 2013 a 2017	167
Tabela 30 - Indicadores económico financeiros da NORMA AÇORES, de 2013 a 2017	169
Tabela 31 - Indicadores económico financeiros da CONTROLAUTO – AÇORES, de 2013 a 2017	171
Tabela 32 – Demonstração dos resultados consolidada do Grupo EDA, em 2016 e 2017	172
Tabela 33 – Balanço consolidado do Grupo EDA, em 2016 e 2017	175
Tabela 34 – Resultados do período do Grupo EDA, em 2016 e 2017	177
Tabela 35 - Evolução da dívida financeira do Grupo EDA, em 2016 e 2017	179
Tabela 36 – Custos e proveitos financeiros do Grupo EDA, em 2017	179

Tabela 37 – Custo médio de financiamento Grupo EDA e EDA de 2008 a 2017	179
Tabela 38 – Número de trabalhadores por empresa e género - 2015 a 2017	181
Tabela 39 – Número de trabalhadores por empresa e faixa etária - 2015 a 2017	182
Tabela 40 – Número de saídas por empresa e faixa etária - 2015 a 2017	183
Tabela 41 – Número de admissões por empresa e género - 2015 a 2017	183
Tabela 42 – Novas contratações por empresa e faixa etária - 2015 a 2017	184
Tabela 43 – Saídas por empresa e género - 2015 a 2017	184
Tabela 44 – Trabalhadores do Grupo EDA por chefia e género - 2017	186
Tabela 45- Número de exames por empresa e tipologia – 2017	191
Tabela 46- Número de exames por empresa – 2014 a 2017	192
Tabela 47- Número de visitas por empresa – 2014 a 2017	192
Tabela 48- Emissões de Gases Fluorados com Efeito de Estufa 2016 e 2017	199
Tabela 49- Outras emissões poluentes das centrais termoelétricas de 2014 a 2017	199

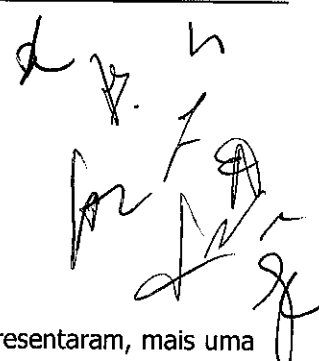
Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Indicadores financeiros EDA, de 2013 a 2017	8
Gráfico 2 – Evolução da base de ativos regulada, por atividade e taxa média de remuneração de 2013 a 2017	8
Gráfico 3 – Remuneração do Ativo, por atividade, de 2013 a 2017.....	8
Gráfico 4 – Comparação do consumo per capita, RAA, RAM, Portugal e UE28	18
Gráfico 5 - Consumo per capita de 2012 a 2017	19
Gráfico 6 - Consumo (GWh) e número de instalações em 2017	19
Gráfico 7 – Aquisição de energias renováveis (GWh) por ilha e por tecnologia, em 2017.....	21
Gráfico 8 – Estrutura da produção líquida e aquisição de energia por ilha e por tecnologia, em 2017	21
Gráfico 9 - Evolução do preço médio de venda (preços correntes) de 2013 a 2017.....	27
Gráfico 10 - Indisponibilidades totais por ilha de 2015 a 2017	28
Gráfico 11 - Potência térmica instalada por ilha.....	31
Gráfico 12 – Peso do consumo de serviços auxiliares na produção por ilha	32
Gráfico 13 - Evolução da ponta máxima (kW), por ilha, de 2012 a 2017	34
Gráfico 14 - Investimento total a preços correntes 2013 a 2017	36
Gráfico 15 – Investimento a custos técnicos de 2013 a 2017.....	37
Gráfico 16 - EBIT e EBITDA, da EDA em 2016 e 2017	46
Gráfico 17 – Resultados da EDA em 2016 e 2017	47
Gráfico 18 – Resultados por ação da EDA em 2016 e 2017	47
Gráfico 19 – Universo da consolidação das empresas do Grupo EDA, em 2017	152
Gráfico 20 – Produção de energia elétrica de base renovável, por recurso, de 2013 a 2017	162
Gráfico 21 - Investimento total a preços correntes 2013 a 2017	164
Gráfico 22 – Investimento a custos técnicos de 2013 a 2017.....	164
Gráfico 23 - EBIT e EBITDA, do Grupo EDA em 2016 e 2017.....	177
Gráfico 24 – Resultados do Grupo EDA em 2016 e 2017	178
Gráfico 25 – Qualificações dos trabalhadores do Grupo EDA - 2017	185
Gráfico 26 – Volume de formação por empresa e por ano – 2015 a 2017	187
Gráfico 27 – Acidentes com e sem baixa médica e mortais, por género e por empresa – 2015 a 2017	190
Gráfico 28 – Índice de Frequência, Gravidade e Incidência, por empresa – 2015 a 2017.....	191
Gráfico 29 – Eficiência energética – 2015 a 2017	195
Gráfico 30 – Produção acumulada 2017	196
Gráfico 31 – Consumo de água – 2015 a 2017.....	197
Gráfico 32 – Total de CO ₂ emitido e Emissões Específicas de CO ₂ – 2015 -2017	198
Gráfico 33 – Produção de resíduos 2015 a 2017 e tipologia dos resíduos.....	200



1 – MENSAGEM DO PRESIDENTE

Senhores Acionistas



O ano de 2017 foi um excelente ano para o Grupo EDA. Todas as empresas do grupo apresentaram, mais uma vez, resultados positivos e o resultado consolidado supera mesmo o ano de 2016, que tinha sido um ano muito bom.

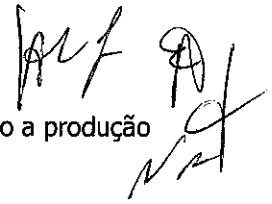
Quero, pois, felicitar os trabalhadores de todas as empresas do Grupo EDA pelos resultados obtidos e agradecer o empenho e a dedicação que demonstraram ao longo do ano no cumprimento dos objetivos que tinham sido delineados. Uma palavra de estímulo e reconhecimento aos administradores e gerentes das empresas do Grupo EDA, aos diretores dos diversos departamentos e chefias intermédias que, ao longo do ano de 2017, tudo fizeram para que, num clima de harmonia e de paz social, fosse possível obter estes resultados.

A todos o meu muito obrigado!

No ano de 2017 começaram a ser repostas as progressões nas carreiras dos trabalhadores da EDA, cujos salários se encontravam congelados desde o ano de 2011. Este processo de recuperação da progressão nas carreiras dos trabalhadores da EDA foi concluído em janeiro de 2018, de acordo com o estipulado na Lei do Orçamento de Estado. É também de realçar que os Acordos de Empresa alcançados para a EDA Renováveis e SEGMA, em 2017, foram essenciais para permitir que estes trabalhadores vissem atualizadas, em 2018, as suas carreiras, que tinham sido congeladas em 2011.

Apesar do crescimento das diversas atividades económicas que se verificou na Região Autónoma dos Açores em 2017, nomeadamente nas diversas atividades correlacionadas com o turismo, o crescimento do consumo de energia elétrica foi apenas de 0,3%. Tal deveu-se sobretudo ao facto de termos tido em 2017 um ano com um clima particularmente ameno, o que certamente fez reduzir o consumo de eletricidade, especialmente nas áreas ligadas ao aquecimento e arrefecimento de edifícios. É de notar que a introdução de equipamentos cada vez mais eficientes e uma cada vez maior consciencialização das populações em termos de poupança de energia poderão ter também contribuído para este magro crescimento do consumo de eletricidade em 2017.

O clima particularmente ameno de 2017 refletiu-se também na produção de energia eólica e hídrica que diminuíram, em relação ao ano anterior, respetivamente 14,2% e 4,4%. Estas reduções na produção destas fontes renováveis foram largamente compensadas pelo crescimento da produção geotérmica. Com efeito, a entrada em funcionamento da Central Geotérmica do Pico Alto, na ilha Terceira, a 8 de agosto de 2017, e o melhor desempenho da Central Geotérmica do Pico Vermelho, na ilha de São Miguel, originaram uma maior produção geotérmica que passou de 152,4 GWh, em 2016, para 193,0 GWh, em 2017, um crescimento de 26,6%. É por isso que a EDA Renováveis apresenta em 2017 um resultado líquido do exercício notável, atingindo o valor de 8,7 milhões de euros, um crescimento de cerca de 41% face ao ano anterior.



Em 2017, a produção de origem térmica a partir de combustíveis fósseis foi de apenas 62,5%, sendo a produção de origem renovável e endógena da ordem dos 37,5%, o valor mais elevado de sempre.

O investimento realizado na EDA, em 2017, totalizou 29,7 milhões de euros, 30% foram utilizados no reforço do sistema electroprodutor, 38% na melhoria da rede de transporte e distribuição e a parte restante em diversos investimentos, onde se incluem a eletrificação de explorações agrícolas, a beneficiação do edifício da antiga Central Termoelétrica de Angra do Heroísmo, a remodelação do edifício sito à Rua Faria Maia, em Ponta Delgada, a renovação de equipamento informático e a aquisição de novas viaturas. É também de realçar o elevado investimento feito pela EDA Renováveis na Central Geotérmica do Pico Alto, na ilha Terceira.



Ao nível dos resultados financeiros, é de salientar um decréscimo próximo dos 14%, entre 2016 e 2017, nos encargos financeiros suportados (juros, comissões e impostos) referentes aos empréstimos contraídos para financiamento das atividades da EDA. Esta empresa financiou-se, em 2017, a uma taxa média de 1,25%, inferior à de 2016 que tinha sido de 1,29%, o que mostra a sua solidez e credibilidade perante o mercado financeiro.

O melhor resultado apresentado pela EDA em 2017, quando comparado com o do ano anterior, deve-se sobretudo ao comportamento da EDA Renováveis que melhorou o seu resultado, face a 2016, em cerca de 2,5 milhões de euros.

Gostaria finalmente de deixar uma palavra de agradecimento aos acionistas pela confiança que depositaram em nós. Quero em meu nome e em nome dos meus colegas da Administração reconhecer o apoio e o estímulo que sempre nos deram ao longo deste ano que foi indispensável para atingir os bons resultados alcançados.

DUARTE JOSÉ BOTELHO DA PONTE

2 - VALORES CARACTERÍSTICOS - EDA

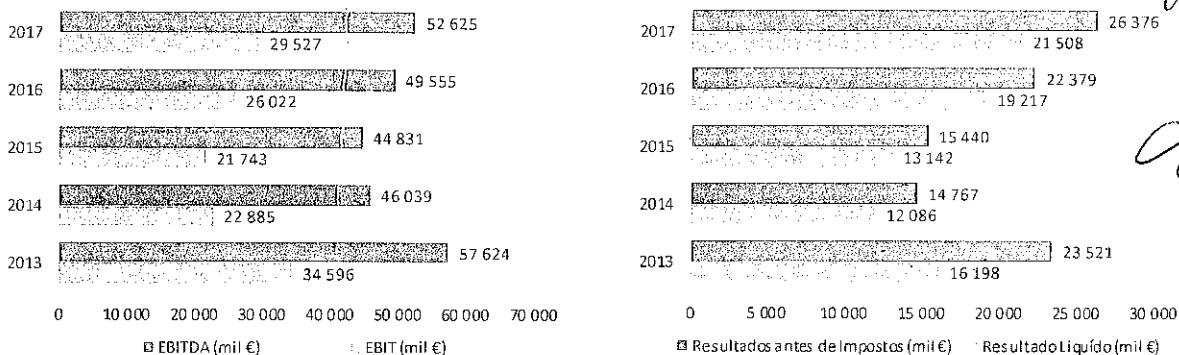
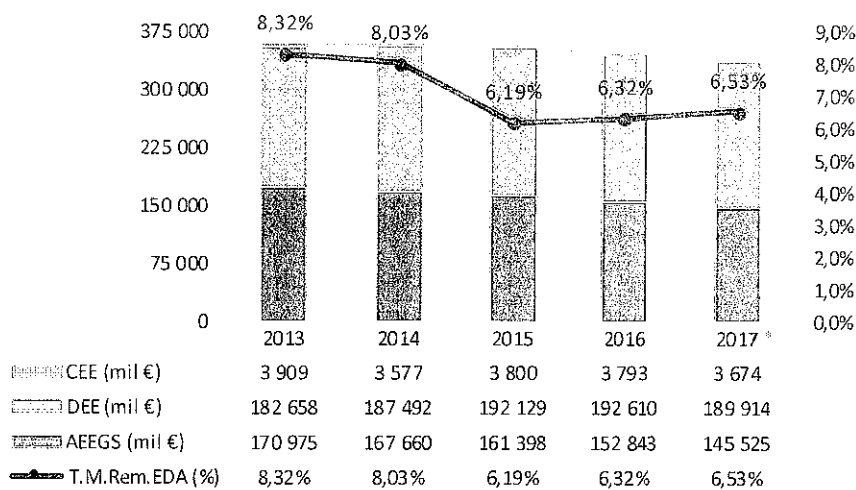
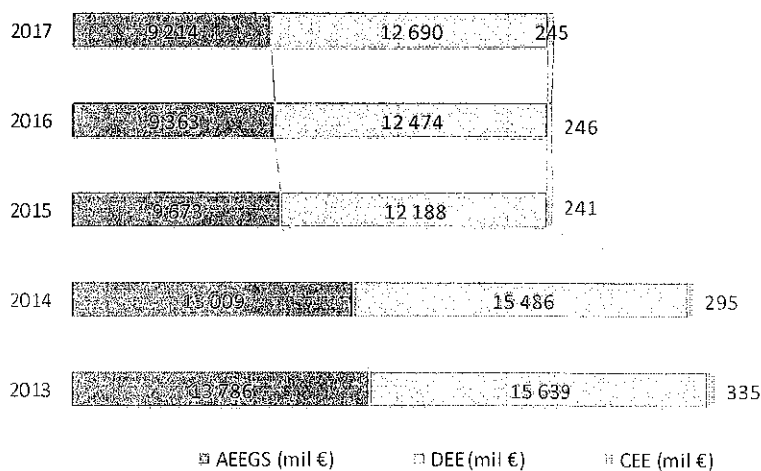


Gráfico 1 – Indicadores financeiros EDA, de 2013 a 2017



(*) Valores estimados para o ano de 2017

Gráfico 2 – Evolução da base de ativos regulada, por atividade e taxa média de remuneração de 2013 a 2017



(*) Valores estimados para o ano de 2017





Gráfico 3 – Remuneração do Ativo, por atividade, de 2013 a 2017

	2013	2014	2015	2016	2017
Produção térmica (GWh)	517	503	516	536	509
Varição anual da produção térmica (%)		-2,8	2,6	4,0	-5,1
Aquisição de energias renováveis (GWh)	275	286	275	265	294
Varição anual da aquisição de energias renováveis (%)		4,0	-3,8	-3,9	11,1
Consumo (GWh)	720	718	722	732	735
Varição anual do consumo de eletricidade		-0,2	0,5	1,4	0,3
Comprimento de linhas AT/MT (km)	1 882	1 890	1 909	1 947	1 970
Potência de transformação em PT (MVA)	560	571	582	599	610
Perdas na rede (%)	6,9	6,7	6,5	6,2	6,3
Tempo de interrupção equivalente da potência instalada da RAA (TIEPI) (hh:mm) ⁽¹⁾	4:13	4:49	3:51	2:56	3:09
Zona A	2:09	3:34	2:29	2:02	2:00
Zona B	3:17	2:01	2:50	2:14	3:04
Zona C	5:41	6:24	4:57	3:40	3:49
Número consumidores ⁽²⁾	121 836	122 128	122 759	123 339	124 176
MT	759	764	765	763	765
BT	121 077	121 364	121 994	122 576	123 411

⁽¹⁾ Inclui interrupções longas e curtas de todas as origens e naturezas

⁽²⁾ Inclui instalações de consumo próprio

Tabela 1 – Indicadores de atividade, de 2013 a 2017

		Número de Trabalhadores da EDA		
	Género	2015	2016	2017
EDA, S.A.		109	110	112
		618	624	630
Total	 	727	734	742

Inclui trabalhadores cedidos

Tabela 2 – Número de trabalhadores da EDA, por género, de 2015 a 2017

3 – RELATÓRIO E PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

de h
/ a
pu nr
bet
za

3.1. – RELATÓRIO DE GESTÃO

Handwritten notes:
h
L
na
na
of

3.1.1. – ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E SETORIAL

3.1.1.1 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

A Economia Mundial

O ano de 2017 revelou resultados melhores do que o esperado para a economia mundial com todas as principais regiões do mundo a apresentarem, pela primeira vez desde a crise financeira global, taxas de crescimento económico positivas.

O crescimento global é estimado em 3,5% para o 4º trimestre de 2017 e em 3,3% para a totalidade do ano. A economia americana expandiu-se tendo por base o aumento do consumo impulsionado pelas boas condições do mercado de trabalho e pelo aumento dos preços da habitação. Além disso, altos níveis de confiança das empresas impulsionaram as despesas de capital. A China também contribuiu de forma bastante positiva uma vez que a sua economia expandiu 6,9% no ano, suportado no crescimento dos serviços e do consumo. Embora o crescimento anual tenha sido moderado no Reino Unido, em termos trimestrais a economia exibe bons indicadores no 4º trimestre, devido ao sólido desempenho no setor de serviços.

Na Zona do Euro o crescimento económico mostrou-se robusto, beneficiando de uma baixa taxa de desemprego de vários anos, da posição monetária acomodatória e do dinamismo do setor externo. Da mesma forma, a economia do Japão continuou a crescer a um ritmo saudável, principalmente devido à forte procura por bens japoneses, o que está impulsionando a atividade económica daquele país. Entre os países em desenvolvimento, e ao nível do grupo BRICS, nomeadamente, o Brasil, a Índia e a Rússia fortaleceram a sua recuperação económica.

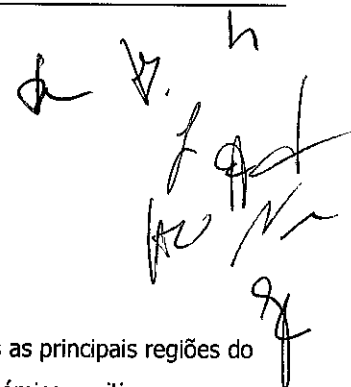
Segundo as projeções mais recentes do Banco Mundial de janeiro de 2018, perspectiva-se que o crescimento económico global aumente 3,1% em 2018, impulsionado por uma atividade económica superior à prevista em 2017, em resultado, sobretudo, da recuperação dos mercados emergentes e economias em desenvolvimento. Estes beneficiaram de uma procura global mais robusta e do aumento dos preços das *commodities* e das matérias-primas (para o qual ajudou o acordo em vigor liderado pela OPEP de maior controlo da produção de petróleo). Para além de trazer inflação, reduzindo os riscos deflacionistas, a recuperação dos preços das *commodities* foi importante para a recuperação financeira dos países produtores e exportadores. O crescimento nas economias avançadas deverá moderar-se ligeiramente para 2,2 por cento em 2018, uma vez que os bancos centrais eliminam gradualmente a sua posição acomodatória pós-crise e a recuperação do crescimento do investimento se estabiliza.

Em 2017, a taxa de inflação em todo o mundo atingiu aproximadamente 3,2% em relação ao ano anterior. Apesar do fortalecimento da atividade, a inflação, em 2017 nas economias avançadas, permaneceu moderada e abaixo dos objetivos dos bancos centrais.

Economia dos Estados Unidos da América

As últimas estimativas avançadas para o PIB americano, divulgada pelo *Bureau of Economic Analysis*, apontam para que esta economia tenha crescido 2,5% no 4º trimestre, apresentando uma desaceleração relativamente aos 3,2% do trimestre anterior. Em termos anuais, o PIB real aumentou 2,3%, em 2017, bastante acima da expansão na ordem dos 1,5% registada em 2016.

O aumento do produto real reflete, sobretudo, os aumentos do consumo interno e do investimento privado que, anualmente, cresceram 2,7% e 3,2%. No 4º trimestre 2017, o consumo aumentou 3,8% no trimestre, o melhor desempenho em mais de



um ano e o investimento privado em equipamentos cresceu ao ritmo mais célere em três anos. Os gastos das famílias cresceram a uma taxa sólida suportada no crescimento contínuo do emprego e no aumento dos salários, enquanto o investimento fixo beneficiou do alto sentimento económico. Contrabalançando o desempenho positivo destas componentes do produto encontra-se a evolução da balança comercial, com as importações a crescerem a 3,9% ao ano, mais 0,5% que as exportações. O último trimestre foi particularmente penalizador, com as importações a crescerem a um ritmo duas vezes mais elevado do que o das exportações.

A Reserva Federal espera um crescimento económico de 2,5% em 2018 e de 2,1% em 2019. A perspetiva de crescimento dos EUA permanece robusta graças à elevada confiança empresarial e dos consumidores, e de uma conjuntura global positiva. A evolução do investimento e do consumo indiciam uma dinâmica económica sólida para este início de 2018. No entanto, a pressão do mercado de trabalho, a beirar o pleno emprego, e as preocupações quanto ao aumento das taxas de inflação poderão desencadear ações mais firmes da Reserva Federal antes do esperado.

O índice de preços PCE (Personal Consumption Expenditure) aumentou 1,7% em 2017, comparativamente ao aumento de 1,2% em 2016. Excluindo a componente mais volátil relativa à energia e produtos alimentares, o índice aumentou 1,5%, crescimento que compara com 1,8% registado em 2016.

Economia Japonesa

A economia nipónica apresenta um crescimento de 1,5% para o ano de 2017, menos 0,5% que o acréscimo do produto verificado em 2016. Apesar de encerrar 2017 com um ritmo de crescimento inferior aos anteriores trimestres, o último trimestre de 2017 é, inclusivamente, o oitavo trimestre de crescimento consecutivo, a maior série de crescimentos do produto desde a década de 80. A desaceleração deve-se a uma contribuição negativa das exportações líquidas, em função do aumento das importações. A taxa de crescimento global no trimestre é enganadora na tentativa de compreender o desempenho do Japão no quarto trimestre, já que o impressionante crescimento das importações refletiu as flutuações da procura interna.

A forte procura global, especialmente por bens eletrónicos de alta tecnologia, e a política monetária ultra acomodatória levada a cabo pelo banco central japonês continuam a fortalecer a atividade económica. Embora com flutuações, a procura interna tem crescido de forma moderada, tendo por base a melhoria das condições de emprego e rendimento. O investimento privado tem também revelado acréscimos enquanto o investimento público se mantém num nível elevado, embora sem aumentos. O setor externo foi um dos componentes que mais impulso deu à economia do Japão no último trimestre do ano passado com as exportações de bens e serviços a crescerem 10%.

Tendo por base as projeções do Banco do Japão, a economia deverá continuar a apresentar crescimentos positivos em resultado da política monetária expansionista e dos estímulos governamentais já transmitidos à economia no passado. O Banco central do Japão continuará a responder aos riscos deflacionários e de elevada dívida pública, através de política monetária expansionista, incluindo políticas de taxas de juros negativas e programas alargados de compra de ativos conjugados com políticas fiscais mais favoráveis.

Os riscos para o crescimento da economia do Japão estão relacionados com as incertezas externas e o impacto de oscilações nos mercados financeiros e de capitais, nomeadamente uma desaceleração desordenada na China, maiores barreiras comerciais e uma apreciação do iene japonês devido a riscos geopolíticos.

O Banco do Japão aponta para crescimentos na ordem dos 1,3% a 1,5% em 2018, desacelerando em 2019 para taxas entre 0,7% e 0,9%. Esta desaceleração deve-se a uma diminuição cíclica do investimento e ao aumento anunciado do imposto sobre o consumo de 8% para 10%, em outubro de 2019.

Economia Chinesa

A economia chinesa cresceu 6,8% no último trimestre do ano, mais 0,2% que o valor registado no ano anterior, o que a conduziu a um acréscimo anual de 6,9%. É a primeira vez desde 2010 que o crescimento da economia chinesa, a segunda maior do mundo, acelera em relação ao ano anterior, desafiando os receios sobre uma possível desaceleração. Os dados de crescimento anual superaram, inclusivamente, a meta do Governo chinês que se situava nos 6,5%.

O consumo privado e o setor exportador constituíram os motores do crescimento em 2017. As exportações de bens e serviços aumentaram 8%, face ao ano anterior, apesar da tensão com os Estados Unidos em questões comerciais, que marcou o primeiro ano da atual presidência deste país. A procura global está a estimular o setor exportador que, por sua vez, incentiva a atividade da restante indústria. Apesar disso, a regulamentação ambiental mais apertada e a intenção do governo de reduzir excesso de capacidade instalada em certas indústrias está a travar o crescimento do investimento.

Em termos nominais, a economia da China gerou 10,6 biliões de euros (82,71 biliões de *yuan*) de riqueza, durante 2017. Estes resultados deverão dar maior espaço de manobra à liderança chinesa, que está a iniciar uma transição no modelo económico do país, visando uma maior preponderância do setor dos serviços e do consumo, em detrimento das exportações e construção de obras públicas.

Embora se esperem crescimentos acima de 6% para 2018 e 2019, prevê-se que o ritmo desacelere um pouco, em função da procura externa e das políticas ambientais a serem implementadas pelo governo tendo em vista a diminuição da poluição. Os principais riscos inerentes às projeções de crescimento da economia chinesa abrangem uma deterioração na relação entre a China e os Estados Unidos, o que poderia levar a uma guerra comercial.

Economia da Zona do Euro

Apesar da persistente incerteza política, 2017 superou as expectativas, ficando assinalado como o ano em que a economia europeia mais cresceu no período pós-crise. Segundo os dados mais recentes, quer a economia da União Europeia como a economia da área do euro¹ cresceram em 2017, 2,5%, notoriamente acima do crescimento de 1,8% registado em 2016.

A conjugação num "triângulo virtuoso" de estimular o investimento, diligenciar reformas estruturais e garantir políticas fiscais responsáveis está a dar frutos. As finanças públicas melhoraram significativamente e o investimento está recuperando lentamente. O mercado de trabalho continua a melhorar e o sentimento económico é particularmente elevado. O desemprego situa-se em 7,5% na UE e 8,9% na área do euro, os níveis mais baixos em nove e oito anos, respetivamente. O desemprego a longo prazo e juvenil também está em declínio.

A natureza robusta e abrangente da expansão, em setores e países, beneficiou da alta confiança dos consumidores e das empresas, melhoria do mercado de trabalho, apoio político contínuo e maior produção e comércio global.

Embora todos os Estados-Membros estejam a mostrar um crescimento positivo, estão em diferentes pontos nos seus ciclos e em relação aos níveis de produção e de emprego antes da crise. A conjuntura atual apresenta à UE uma janela de oportunidade para reativar a convergência económica e social sustentada.

Nas mais recentes previsões de Inverno de 2018 da Comissão Europeia, as previsões de crescimento económico para a Zona Euro e a União Europeia para os anos de 2018 e 2019 foram melhoradas e aponta-se para a continuação da recuperação da área do euro. A Comissão Europeia prevê que o PIB da área do euro continue a crescer em 2018 em cerca de 2,3%, moderando

¹ Euro Area | Área do Euro | 19 Países | Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Portugal.

o ritmo de crescimento para 2,0% em 2019. A previsão resulta do ciclo favorável que se vive na Europa com o mercado de trabalho a melhorar permitindo maiores rendimentos e o aumento do consumo interno, mas também do crescimento evidenciado pela economia mundial e comércio. Um procura forte e financiamento disponível estabelecem condições favoráveis ao investimento nos próximos anos.

A inflação anual medida pelo IHPC, na Zona Euro, em dezembro de 2017 foi de 1,4%, abaixo do objetivo do BCE de pouco menos de 2,0%, uma vez que os preços dos serviços voláteis e a apreciação do euro continuam a limitar qualquer aumento acentuado dos preços no consumidor. Em geral, as medidas de inflação subjacente ainda não demonstraram sinais convincentes de tendência ascendente sustentada. No entanto, espera-se que aumente gradualmente a médio prazo, apoiado pelas medidas de política monetária do BCE, expansão económica contínua, e aumento do crescimento salarial. Em 2018 a inflação deverá manter-se amplamente estável nos 1,5%, subindo ligeiramente para 1,6% em 2019.

Em geral, os riscos para as perspetivas de crescimento continuam amplamente equilibrados. Os fatores de risco no curto prazo e no médio prazo, no entanto, são bastante diferentes. Há margem para em 2018 o crescimento ter mais impulso, desencadeado pelos *feedbacks* positivos resultantes do sentimento económico, do investimento e da dinâmica salarial. A médio prazo, os elevados preços dos ativos a nível mundial poderão revelar alguma vulnerabilidade à reavaliação dos riscos e dos princípios fundamentais. Mantêm-se os riscos de revisão em baixa, não só relacionados com a incerteza do resultado das negociações do Brexit, como também com fatores globais como as tensões geopolíticas, a evolução dos mercados cambiais e a evolução para políticas mais introspetivas e protecionistas. Em alguns Estados-Membros, os elevados níveis de endividamento continuam a ser um obstáculo para o crescimento.

Economia Portuguesa

De acordo com a estimativa rápida divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística, o PIB da economia portuguesa cresceu 2,4% em volume no último trimestre de 2017, sofrendo uma diminuição de 0,1% relativamente ao trimestre anterior. O contributo positivo da procura interna para a variação homóloga do PIB diminuiu, em resultado do abrandamento do investimento e do consumo privado. Em sentido oposto, o contributo da procura externa líquida foi positivo, refletindo a aceleração em volume das exportações de bens e serviços e a desaceleração das importações de bens e serviços.

Para a totalidade do ano de 2017, o PIB aumentou 2,7% em volume, mais 1,2 pontos percentuais (p.p.) que o verificado no ano anterior. Esta evolução resultou do aumento do contributo da procura interna, refletindo principalmente a aceleração do investimento, uma vez que a procura externa líquida apresentou um contributo idêntico ao registado em 2016. Salienta-se que a taxa de crescimento no segundo trimestre do ano (2,8%) foi a mais elevada, em termos trimestrais homólogos, desde o último trimestre do ano 2000.

Nos números do desemprego registaram-se igualmente descidas quer na taxa de desemprego média anual, quer no número de desempregados. Assim, a população desempregada, estimada em 462,8 mil pessoas em 2017, diminuiu 19,2% em relação ao ano anterior, isto é menos 110,2 mil. A taxa de desemprego fixou-se em 8,9% em 2017, inferior 2,2 p.p. em relação à verificada em 2016.

Em termos de inflação, em 2017, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma taxa de variação média de 1,4% (0,6% no ano anterior). Excluindo do IPC a energia e os bens alimentares não transformados, a taxa de variação média situou-se em 1,1% em 2017 (0,7% no ano anterior). Salienta-se que em dezembro de 2017, o IPC registou uma variação homóloga de 1,5%, taxa idêntica à observada em novembro.

A economia portuguesa manteve uma trajetória de recuperação e progrediu a um ritmo sólido este ano, devido ao aumento do investimento e de um forte setor turístico, embora a desaceleração antecipada nas exportações tenha, provavelmente, moderado o crescimento. Apesar dos progressos para que o atraso da dívida pública portuguesa voltasse a um nível sustentável, continua bastante elevada e representa um risco negativo.

A Comissão Europeia perspetiva nas previsões económicas de inverno de 2018 uma melhoria das estimativas para a dívida pública e uma redução do défice orçamental público, passando a 2,2% do PIB em 2018 e 1,9% do PIB em 2019. Ao nível da inflação mantem-se a previsão de uma subida para 1,6% em 2018 e uma descida, embora muito ligeira, de 1,5% em 2019.

Economia Regional

Em 2017, o Produto Interno Bruto (PIB) registou um aumento de 1,8% em volume, o que representa uma aceleração relativamente ao crescimento do ano anterior de 1,6%. Em termos nominais, o produto atinge 4 067 milhões de euros.

A economia regional apresenta uma evolução favorável em 2017 em diversos indicadores, conforme publicado pelo SREA, nomeadamente, o Indicador de Atividade Económica (2,3%), a criação líquida de emprego (3,6%), as taxas positivas do leite entregue nas fábricas (1,4%), da pesca descarregada (10,7%), da venda do cimento (22,2%), do licenciamento (6,7%), da produção de leite para consumo (1,0%), do queijo (4,6%), da venda de produtos alimentares (3,1%), do aumento significativo das dormidas (15,8%), dos passageiros desembarcados (18,5%) e da venda de automóveis (7,3%). A taxa de desemprego em 2017, embora tenha ficado acima da média nacional, situando-se nos 9,0%, regista uma diminuição de 2,1 p.p. relativamente a 2016.

No setor primário, verificam-se melhorias, mais concretamente no agropecuário. Verifica-se assim um aumento de 1,4% na quantidade de leite entregue na indústria, com um total de 611 milhões de litros face aos 603 milhões de litros registados em 2016. A produção de leite para consumo regista também um aumento de 1,0%. Apesar de haver alguma retoma dos mercados do leite, esta encontra-se aquém das expectativas, dado que o setor continua a atravessar a sua maior crise de sempre desde o término das quotas leiteiras na União Europeia (EU), devido a fatores como a desregulação do mercado do leite, o embargo à Rússia e a diminuição do consumo por parte da China, face a uma concorrência forte do norte da Europa, que coloca os seus excedentes nos países periféricos.

No mesmo setor de atividade, o segmento da produção de carne bovina, suína e de aves para abate registou uma diminuição de 4,8%, em 2017. Por categorias, o abate de bovinos decresceu 6,5%, o abate de suínos e aves decresceu 2,8% e 1,5%, respetivamente. Em termos da atividade piscatória o ano de 2017 foi caracterizado por um aumento na ordem dos 10,7% da quantidade total do pescado descarregado em lota, totalizando 6,4 mil toneladas face às 5,7 mil toneladas de 2016.

O indicador de emprego apresenta uma evolução de 3,9%. Quanto aos derivados do leite, a produção de leite em pó e a produção de manteiga registam uma diminuição face a 2016 de aproximadamente 0,29% e 3,8%, respetivamente. No entanto, a produção de queijo apresenta um acréscimo de 4,6%, assim como a produção de iogurte na ordem dos 9,3%. O setor da construção apresenta-se também de forma favorável com as vendas de cimento a aumentarem 22,2%, crescimento esse que foi também propulsionado pelo aumento do número de licenciamentos de obras.

Suportando o bom desempenho do setor transformador, verifica-se que o consumo de energia do setor industrial aumentou também 0,8%. Aliás, o setor elétrico na Região Autónoma dos Açores, registou um ligeiro aumento de 0,3% no consumo (incluindo consumos próprios), totalizando 735 GWh consumidos, face aos 732 GWh de 2016. Verifica-se, simultaneamente, uma melhoria da eficiência do sistema elétrico, com o aumento da produção a situar-se nos 0,3%, totalizando 803 GWh face

aos 801 GWh de 2016. O consumo *per capita* na economia regional foi de 2 995 kWh e o consumo por cliente é de 5 916 kWh.

No setor terciário, o turismo volta a apresentar-se, de pleno direito, como o principal motor de crescimento da economia regional. O novo modelo de transporte aéreo entre a Região Autónoma dos Açores e o continente português, que contempla a liberalização das rotas das ilhas de São Miguel e Terceira através de operações aéreas de baixo custo (*Low-Cost*) em vigor desde março de 2015, originou uma evolução extremamente positiva para o setor turístico e economia regional no seu todo. Com efeito, o dinamismo é enorme no setor. Em 2017, apresentou taxas de crescimento de 15,4% relativamente ao número de hóspedes e de 16,6% ao nível das dormidas registadas.

Em 2017, volta a registar crescimentos a dois dígitos, de 18,5% no número de passageiros desembarcados e de 15,8% ao nível das dormidas. Por tipo de voo, a maior taxa de variação anual registou-se nos voos territoriais com 26,0%, enquanto nos voos internacionais os passageiros desembarcados subiram 25,9% e nos voos inter-ilhas tiveram um acréscimo de 9,2%. Em termos de receitas totais, que se cifram em 89 947 mil euros em 2017, o crescimento é ainda mais expressivo, atingindo os 24,0% relativamente a 2016.

No que se refere à distribuição dos mercados emissores, o mercado nacional é um dos principais emissores de turistas para o arquipélago, com um desempenho muito positivo, representando 47,3% do total de hóspedes e 40,0% do total das dormidas registado nas Estatísticas do Turismo da RAA, até setembro de 2017. O mercado emissor estrangeiro que apresenta maior representatividade é o alemão com cerca de 21,9% do número de hóspedes estrangeiros e um total de mais de 279 mil dormidas.

O crescimento neste setor, que se prevê sustentável, possibilita a rentabilização das unidades de alojamento existentes através de taxas de ocupação médias anuais elevadas, assim como potencia a concretização de novos projetos de unidades de alojamento turístico, na sua grande maioria caracterizadas por serem unidades de pequena dimensão, dispersas um pouco por todo o arquipélago e tipificadas como hotelaria não tradicional (turismo em espaço rural ou alojamento local). Além disso, o efeito multiplicador estende-se a todos os serviços de apoio e animação ao turismo.

O aumento do nível dos preços medido pela taxa média de inflação, foi em dezembro de 2017, de 1,94% (a média nacional foi 1,4%) acompanhando o crescimento da atividade na Região. Analisando a taxa homóloga, verifica-se que o cabaz de bens e serviços sofreu um acréscimo de cerca de 1,63%, face a dezembro do ano anterior.

Os indicadores estatísticos disponíveis e os sinais que advêm da sociedade vão no sentido da consolidação de uma tendência mais favorável, ao nível da confiança, da recuperação e do crescimento da economia regional.

3.1.1.2. ENQUADRAMENTO SETORIAL

EVOLUÇÃO DA PROCURA DE ELETRICIDADE

O mercado da eletricidade da Região caracteriza-se pela sua reduzida dimensão e dispersão pelas nove ilhas do arquipélago, uma estrutura de consumo de eletricidade predominantemente de comércio e serviços (incluindo serviços públicos) que representam 44,8% do total, seguido dos usos domésticos e industriais que representam 33,1% e 17,7%, respetivamente.

A maior concentração geográfica de clientes está nas ilhas de S. Miguel e Terceira, que são responsáveis por 78,7% do consumo de energia elétrica e 73,0% do número de instalações.

Desde 2015, após um período de quebras (2011-2014), assistimos a um ciclo de crescimentos na produção de energia elétrica. Em 2017, verificamos uma taxa de crescimento de 0,3%, prevendo-se, no horizonte 2018-2022, acréscimos da produção de energia elétrica, estimando-se para 2018, uma variação de +0,3%.

Desde 2015 assistimos a um ciclo de crescimentos na produção de energia elétrica

No último ano a taxa de crescimento do consumo *per capita*ⁱⁱ na Região foi de 0,3%, correspondendo a 2 995 kWh/habitante. Registou-se o maior valor na ilha da Santa Maria, com 3 447 kWh/habitante, e o mais baixo na ilha de São Miguel, com 2 917 kWh/habitante. O consumo *per capita*, encontra-se aquém, em cerca de 36%, relativamente ao mesmo indicador do Continente, enquanto face à média da UE28 apresenta um valor inferior em cerca de 45%.

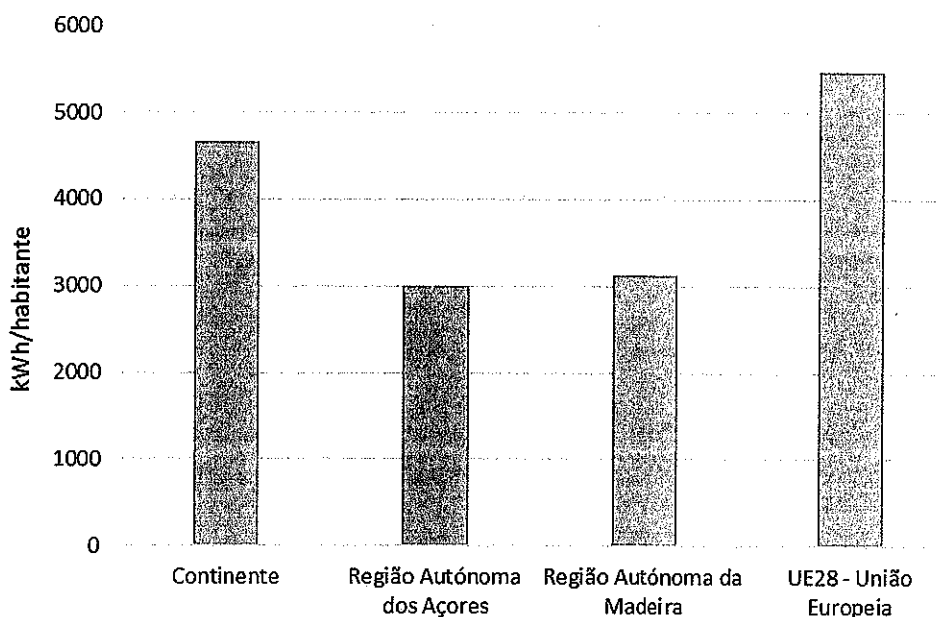


Gráfico 4 – Comparação do consumo per capita, RAA, RAM, Portugal e UE28ⁱⁱⁱ

ⁱⁱ No cálculo do consumo anual *per capita*, foram utilizadas as estimativas do número de habitantes publicadas pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores para o ano de 2016. Para 2017, foram utilizados o Consumo de 2017 e estimativa do número de habitantes de 2016.

ⁱⁱⁱ Fontes: Portugal, RAA e RAM – Dados provisórios INE 2016;
UE28: PORDATA (inclui valores provisórios e estimativas 2016)

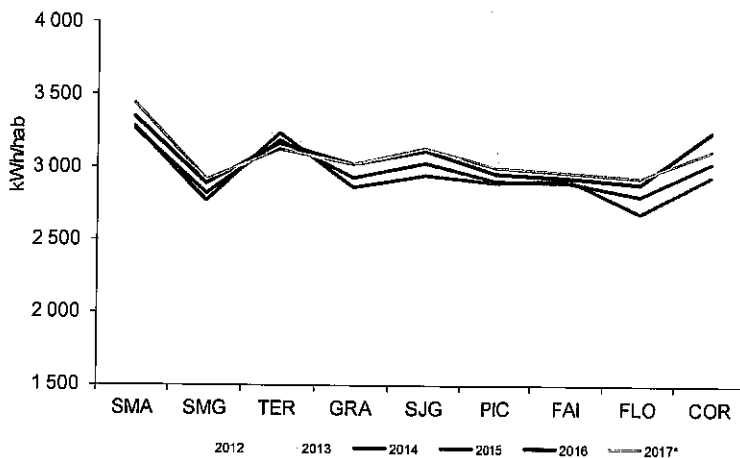


Gráfico 5 - Consumo per capita de 2012 a 2017

* - Consumo de 2017 e estimativa do número de habitantes de 2016

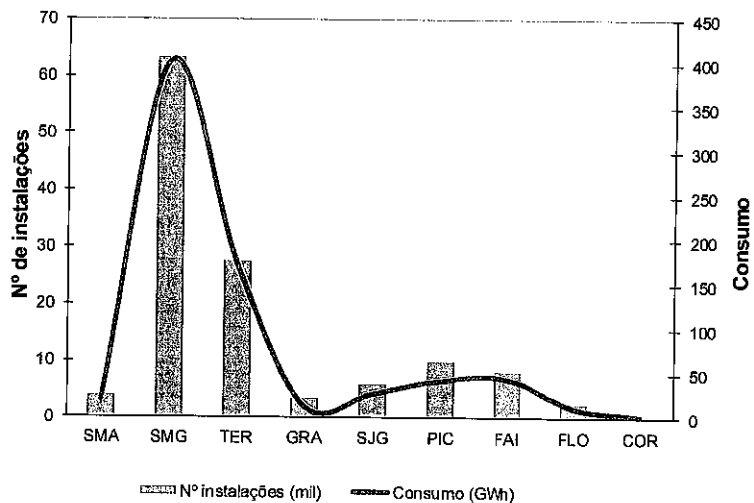
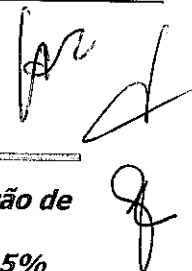


Gráfico 6 - Consumo (GWh) e número de instalações em 2017

Inclui instalações de Média Tensão, Baixa Tensão, Iluminação Pública e Consumos próprios

Nos Açores, em 2017, houve um crescimento do consumo de eletricidade de 0,3%, de onde se destaca a evolução positiva nos segmentos do comércio e serviços, incluindo serviços públicos, e industriais. Em sentido oposto, continua-se a assistir a uma redução do consumo doméstico e de iluminação pública, em parte explicada pela aumento da eficiência energética.

PRODUÇÃO E AQUISIÇÃO DE ENERGIA



A produção líquida e aquisição anual de eletricidade atingiu os 784 GWh, correspondendo a um acréscimo de 0,5% relativamente ao ano anterior. A produção própria, de origem térmica, contribuiu com 62,5%, destacando-se a produção a fuelóleo, com 54,3%. A aquisição de energia elétrica, de origem renovável, totalizou 294 GWh, representando 37,5% da energia injetada na rede, com preponderância para a de origem geotérmica que representou cerca de 24,6% do valor total.

Em 2017, a produção líquida e aquisição de eletricidade atingiu os 784 GWh, correspondendo a um acréscimo de 0,5% relativamente ao ano anterior

Perspetiva-se o desenvolvimento de investimentos no âmbito das energias renováveis que irão permitir aumentar o seu contributo nos sistemas elétricos dos Açores. A introdução de mecanismos que concorram para uma maior capacidade de penetração de energias renováveis nos Açores reveste-se da maior importância, não só por diminuir a dependência da Região dos combustíveis fósseis, mas também por respeitar o ambiente.

Alinhado com a estratégia europeia onde vários países aprovaram moções que proíbem a venda e circulação, em cidades, de automóveis de combustão interna nas próximas décadas, através de mecanismos de incentivo à adoção do veículo elétrico, no Plano Anual Regional de 2018, constante do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2018/A, está previsto um projeto designado por **EcoMob(in)Açores**— que se traduz em implementar um programa de mobilidade elétrica, potenciando os Açores, no contexto dos espaços insulares europeus, como um verdadeiro *Living Lab* de soluções para a mobilidade elétrica.

	2013	2014	2015	2016	2017	Var. % 16/17
Produção própria	498,0	483,8	496,2	515,8	490,3	-4,9
Fuel	426,7	417,1	428,5	452,7	425,9	-5,9
Gasóleo	71,2	66,8	67,7	63,1	64,4	2,1
Aquisição	275,4	286,3	275,4	264,7	294,1	11,1
Hídrica	29,4	23,8	24,3	30,7	29,4	-4,4
Geotérmica	174,3	182,9	182,0	152,4	193,0	26,6
Eólica	71,3	79,2	68,7	72,5	62,2	-14,2
Outras	0,5	0,5	0,4	9,1	9,5	4,5
Total	773,4	770,1	771,5	780,5	784,4	0,5

Térmica Gasóleo: Inclui central comunitária

Outras: Biogás, central das ondas, microgeração, RSU e aquisição térmica.

Tabela 3 – Produção líquida e aquisição de energia (GWh), por tecnologia, de 2013 a 2017

3.1.1.3. REGULAÇÃO ECONÓMICA

As tarifas de eletricidade a cobrar aos consumidores são fixadas anualmente pela ERSE - Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos de acordo com o Regulamento Tarifário, onde, para além da metodologia de determinação do nível de proveitos a proporcionar por cada tarifa, se caracteriza a metodologia de cálculo tarifário e a forma de determinação da estrutura das tarifas.

Em Portugal Continental, com a extinção das tarifas reguladas decorrente das diretivas do mercado interno de energia, os preços da eletricidade são determinados pelo mercado liberalizado, para todos os segmentos de consumidores. Refira-se, porém, que através da Portaria n.º 39/2017, de 26 de janeiro, foi alterado o prazo para a extinção das tarifas transitórias para fornecimentos de eletricidade aos clientes finais com consumos em baixa tensão normal, que não exerçam o direito de mudança para um comercializador de mercado livre, para 31 de dezembro de 2020.

Estes princípios de liberalização do setor elétrico, não se aplicam na RAA, atendendo a que a Diretiva^{IV} que estabelece as regras comuns para o mercado interno da eletricidade, foi parcialmente derogada ao abrigo do estatuto de pequena rede isolada, tendo o Regulamento Tarifário de 2017, inscrito no Artigo 158, n.º. 3, o seguinte:

Os princípios de liberalização do setor elétrico, ocorridos no continente não se aplicam na RAA, atendendo a que a Diretiva que estabelece as regras comuns para o mercado interno da eletricidade, foi parcialmente derogada ao abrigo do estatuto de pequena rede isolada

"A estrutura dos preços das tarifas de venda a clientes finais da RAA em MT, BTE e BTN deve resultar da estrutura dos preços de venda a clientes finais de Portugal continental, aplicáveis a fornecimentos em MT, BTE e BTN, respetivamente, determinados tendo em conta: (i) os resultados da monitorização dos preços de eletricidade praticados no mercado, (ii) as variações das tarifas de Acesso às Redes e (iii) as variações dos preços de energia nos mercados grossistas."

Aquando da divulgação, em 15 de dezembro de 2017, das tarifas e preços de energia elétrica para 2018^V, o regulador referiu:

- *"Considerando a recente extinção das tarifas de Venda a Clientes Finais o referencial de preços de energia elétrica em MT, BTE e BTN que deve orientar a convergência tarifária deve ser o resultado da observação dos preços no mercado retalhista em Portugal continental."*
- *"A implementação deste princípio regulamentar em 2018 deve ter em consideração, por um lado, a definição das tarifas aditivas em Portugal continental para os consumos em MT, BTE e BTN, que embora não sendo aplicadas diretamente aos clientes do comercializador de último recurso (os quais estão abrangidos pela aplicação de tarifas transitórias), traduzem os preços eficientes espectáveis no mercado retalhista e por outro lado, o histórico disponível da informação resultante do acompanhamento de preços no mercado retalhista quer no continente quer nas regiões autónomas."*
- *"No cálculo das tarifas de 2018 consideraram-se as tarifas aditivas (tarifas de referência) em Portugal continental como referencial de convergência das TVCF nos Açores e na Madeira, para a totalidade dos fornecimentos em MT, BTE e BTN."*

Para todos os períodos regulatórios, os proveitos permitidos que integram anualmente as tarifas são determinados de acordo com as disposições constantes no Regulamento Tarifário, sendo construídos com base em valores previsionais, que resultam

^{IV} Diretiva 2009/72/CE

^V Estrutura Tarifária do Setor Elétrico em 2018, (Pág. 76)

quer dos custos aceites pelo regulador, quer da aplicação dos parâmetros fixados para o respetivo período de regulação aos respetivos indutores de custos, para cada atividade regulada. Dado que os proveitos permitidos, previstos para as tarifas, assentam nos pressupostos anteriormente descritos, existe um mecanismo de ajustamento que permite incluir nas tarifas do ano $n+2$, o diferencial que decorre do confronto daqueles com os valores efetivamente realizados, e, desta forma, a empresa pode recuperar ou devolver aos consumidores o montante que resulta da aplicação deste mecanismo, referente ao ano n .

O diferencial entre o somatório dos proveitos permitidos por atividade e as receitas obtidas, decorrentes da aplicação do tarifário, constitui o sobrecusto da RAA.

Os sobrecustos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira são incluídos na Tarifa de Uso Global do Sistema que é aplicada pelos distribuidores vinculados aos fornecimentos a clientes do comercializador de último recurso e às entregas a clientes no mercado liberalizado.

Períodos regulatórios 2003-2017

Desde 2003, primeiro ano da fixação pela ERSE das tarifas praticadas pela empresa concessionária do transporte e distribuição da RAA, a EDA – Electricidade dos Açores, S. A., até 2008, foi aplicada uma metodologia de regulação por custos aceites para todas as atividades reguladas da empresa. A partir de 2009, a ERSE alterou a forma de regulação das atividades de Distribuição e de Comercialização de Energia Elétrica, que passou a ser efetuada por *price cap*, com o objetivo de incentivar a empresa a obter maiores ganhos de eficiência naquelas atividades. Quanto à atividade de Aquisição de Energia Elétrica e Gestão do Sistema, manteve-se o mesmo tipo de regulação baseada em custos aceites e na aplicação de uma taxa de remuneração sobre os ativos líquidos.

No período de regulação 2012-2014, a ERSE, através do Regulamento Tarifário publicado em julho de 2011, reviu as metodologias de regulação das atividades desenvolvidas pela empresa.

A atividade de Aquisição de Energia Elétrica e Gestão do Sistema foi sujeita a uma regulação por incentivos, com a definição de metas de eficiência para o OPEX, mediante a aplicação da metodologia de regulação por *revenue cap* ao nível destes custos, com exceção dos custos com operação e manutenção de equipamentos produtivos afetos a esta atividade.

Para as atividades de Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica, manteve-se a regulação por *price cap*. Os custos de exploração resultam do *mix* entre os custos fixos e os custos variáveis, que dependem dos respetivos *drivers* de custos e das metas de eficiência aplicadas.

Para todas as atividades reguladas, o CAPEX passou a ter, a partir de 2012, uma regulação por custos aceites.

Relativamente à remuneração dos ativos (2015-2017), o regulador manteve a mesma metodologia de equiparação do custo de capital a aplicar a cada uma das atividades da EDA, com as atividades equivalentes às do Continente. Face ao anterior período regulatório (2012-2014), destaca-se a alteração verificada no indexante para determinação do custo de capital,

passando a utilizar-se as yields das OT's a 10 anos (em substituição dos CDS^{vi}), mantendo-se, assim, a indexação do valor do custo de capital base à evolução dos mercados.

Os custos com os combustíveis para a produção de energia elétrica, conforme Regulamento Tarifário^{vii}, correspondem:

- ao custo unitário praticado no mercado primário de referência, acrescido de margem de comercialização, e
- aos custos eficientes com a descarga, armazenamento, transporte e comercialização de combustível, que foi determinada pela ERSE em resultado de um estudo realizado por um consultor externo.

A ERSE apresentou, em dezembro de 2016, o documento intitulado "Aplicação dos resultados do estudo para definição de custos de referência para aquisição de combustíveis nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira" aplicando retroativamente a 2015, os parâmetros resultantes do estudo realizado, tendo sido alargado o seu âmbito ao gasóleo e ao gás natural para produção de eletricidade.

Período Regulatório 2018-2020

Para o período regulatório 2018-2020, a ERSE manteve as metodologias de regulação, designadamente:

AEEGS – Atividade de Aquisição de Energia Elétrica e Gestão do Sistema OPEX - regulação por *revenue cap* e custos aceites em base anual para aquisição de energia, amortizações, combustíveis e lubrificantes e gastos com manutenção.

DEE e CEE – Distribuição de Energia Elétrica e Comercialização de Energia Elétrica

OPEX - regulação através de *price cap*.

Para todas as atividades reguladas, o CAPEX terá uma regulação por custos aceites.

As metodologias de regulação aplicadas à EDA, no âmbito do OPEX são:

AEEGS - regulação por *revenue cap* e custos aceites em base anual para aquisição de energia, amortizações, combustíveis e lubrificantes e gastos com manutenção.

DEE e CEE – regulação através de *price cap*.

O CAPEX tem uma regulação por custos aceites em base anual

Relativamente ao referencial do gasóleo, o indexante foi alterado^{viii}, passando a considerar-se, no período regulatório 2018-2020, a média ponderada do preço do gasóleo de 14 países^{ix} da União Europeia, para o produto "Automotive Gas Oil" retirados do "Weekly Oil Bulletin" da Comissão Europeia.

A EDA desenvolve assim as atividades de produção, distribuição e comercialização de energia elétrica num contexto totalmente regulado, pela legislação em vigor e pela regulamentação emitida pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos.

^{vi} Credit Default Swap

^{vii} Regulamento Tarifário de 2017, Artigo 112.º

^{viii} De 2015 a 2017 o referencial do preço para o gasóleo correspondeu aos valores publicados no "Weekly Oil Bulletin" da Comissão Europeia, do produto "Automotive Gas Oil"

^{ix} Os países considerados são: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Reino Unido e Suécia

Destaca-se ainda que a Lei 12/2008, de 26 de fevereiro, relativa aos serviços públicos essenciais, determinou que os custos com contadores de energia deixassem de ser considerados no cálculo das tarifas de energia elétrica, em resultado da proibição da cobrança aos utentes de qualquer importância a título de preço, aluguer, amortização ou inspeção periódica de contadores ou qualquer outra taxa de efeito equivalente independentemente da designação utilizada. Esta Lei teve como consequências a diminuição da base de ativos a amortizar e a remunerar a partir de 2009, no âmbito da determinação do sobrecusto da atividade de distribuição de energia elétrica.

No âmbito do relacionamento regulatório e com importante potencial de contributo para a maximização da penetração da produção de eletricidade com origem renovável nos Açores, encontram-se em curso estudos sobre a reformulação dos atuais períodos relativos às tarifas de Venda a Clientes Finais, que poderão contribuir para a transmissão aos clientes dos melhores sinais quanto aos momentos mais adequados para concretizar os seus consumos. Destaca-se ainda a introdução, a partir de 2018, do ciclo de contagem semanal para os consumidores em BTN.

A Lei n.º 7-A/2016, alargou às regiões autónomas dos Açores e da Madeira, os princípios considerados através do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto, e do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 230/2008, de 27 de novembro, que conferem aos municípios do território continental uma renda paga pelas concessionárias no âmbito das concessões atribuídas para a distribuição de eletricidade em baixa tensão.

A Lei n.º 7-A/2016, vem assim corrigir esta desigualdade, atendendo à especificidade das condições de concessão regionais, atribuindo aos municípios das regiões autónomas uma remuneração pela utilização dos mencionados bens de domínio público e privado, calculada de modo equivalente às rendas pagas pelas concessionárias aos municípios do território continental, com efeitos a partir de 2016. Esta remuneração tem a natureza de um custo do tipo *pass-through*, sendo incluída nos proveitos permitidos da Atividade de Distribuição de Energia Elétrica.

3.1.2. ATIVIDADE

3.1.2.1. Comercial

No ano de 2017, o consumo de eletricidade ascendeu a 735 GWh, resultando num acréscimo global de 0,3% relativamente ao ano anterior, verificando-se um aumento da procura na baixa tensão e na média tensão de 0,5% e 0,1%, respetivamente.

No mesmo ano, a rede de distribuição abasteceu 124 176 clientes, correspondendo a uma variação de 0,7%.

	2013	2014	2015	2016	2017	Var. % 16/17
Nº de Clientes	121 836	122 128	122 759	123 339	124 176	0,7
Baixa Tensão	121 077	121 364	121 994	122 576	123 411	0,7
Média Tensão	759	764	765	763	765	0,3
Consumo de Energia (GWh):						
Doméstico	248,6	244,9	241,8	243,9	243,2	-0,3
Comércio e Serviços	239,9	242,3	246,6	253,9	254,8	0,4
Serviços Públicos	82,3	81,1	77,3	74,6	76,2	2,2
Industriais	118,4	119,5	125,3	128,9	129,9	0,8
Iluminação Pública	30,5	30,7	30,8	30,8	30,4	-1,4

Tabela 4 - Número de clientes e consumo por clientes de 2013 a 2017

Faturação de energia elétrica

A faturação de energia elétrica atingiu, em 2017, o montante de 114 760 mil euros, dos quais 80 500 mil euros correspondem a fornecimentos de energia em Baixa Tensão, que representam 70% do total, e os restantes 34 260 mil euros a fornecimentos em Média Tensão. De realçar que estes últimos constituem cerca de 30% da faturação de energia total, embora concentrados em apenas 0,6% do número de contratos de fornecimento de energia elétrica.

Em 2017, a faturação de energia eléctrica atingiu o montante de 114 760 mil euros

O valor de faturação apresenta um decréscimo de 0,1% face a 2016, resultante fundamentalmente do decréscimo de 0,5% no preço médio de venda, tendo a procura de energia elétrica (sem consumos próprios) registado um aumento de 0,4%.

	2013	2014	2015	2016	2017
Faturação *					
(mil €)	105 553	108 829	113 614	114 923	114 760
Média Tensão	30 974	32 095	33 812	34 064	34 260
Baixa Tensão	74 579	76 734	79 802	80 859	80 500
Energia Faturada **					
(GWh)	718,3	716,8	720,2	730,2	732,8
Média Tensão	274,3	275,1	278,9	282,1	282,5
Baixa Tensão	444,1	441,7	441,2	448,1	450,3
Preço Médio Venda					
(c€/kWh)	14,69	15,18	15,78	15,74	15,66
Média Tensão	11,29	11,67	12,12	12,07	12,13
Baixa Tensão	16,79	17,37	18,09	18,05	17,88

* Não inclui energia em contadores e compensação tarifária.

** Não inclui consumos próprios

Tabela 5 - Faturação, energia faturada e preço médio de venda (preços correntes) de 2013 a 2017

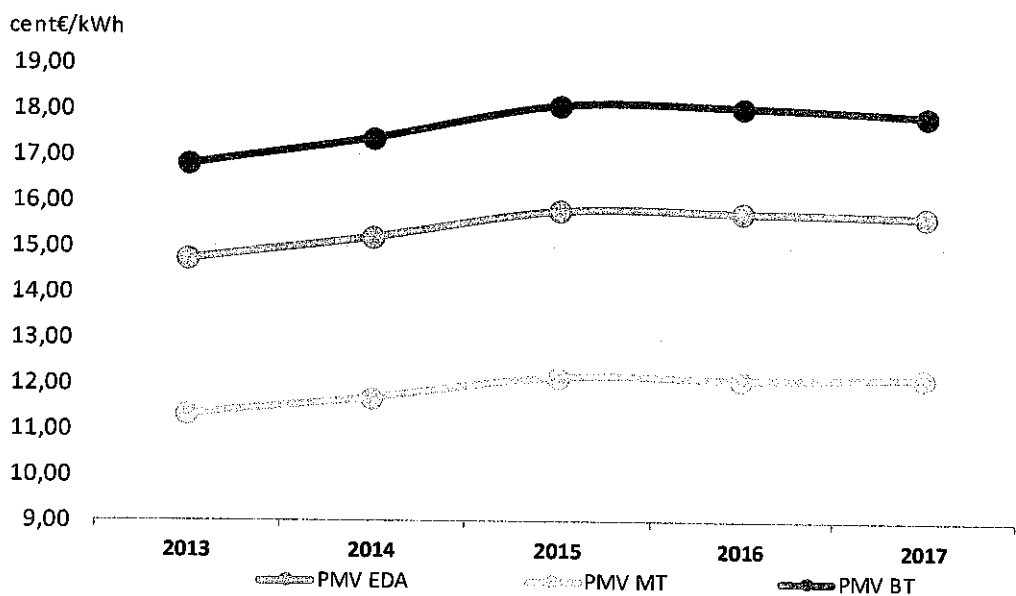


Gráfico 9 - Evolução do preço médio de venda (preços correntes) de 2013 a 2017

Indicadores de continuidade de serviço

A disponibilidade do fornecimento de energia elétrica, ou continuidade de serviço, é aferida por um conjunto de indicadores gerais e individuais relativos aos fornecimentos de eletricidade em média e baixa tensão. De salientar que o cálculo destes indicadores é estabelecido por normas regulamentares e incluem todas as interrupções verificadas, curtas e longas, intrínsecas aos sistemas da EDA S. A. ou resultantes de problemas nas instalações dos clientes.

Em 2017, verifica-se uma menor frequência de interrupções que no ano anterior nas ilhas de Santa Maria, Pico, Faial, Flores e Corvo. Nas restantes ilhas verificam-se acréscimos da frequência média de interrupções, mais relevantes nas ilhas Graciosa e São Jorge. Nestas ilhas, estes aumentos resultaram sobretudo de incidentes ao nível das redes. Na generalidade das ilhas verifica-se uma redução da duração média de interrupções em pontos de entrega da rede de média tensão, com exceção de São Miguel, Terceira e São Jorge, com pequenos acréscimos de 0,2% a 2,3%. O tempo médio de interrupções apresenta o mesmo comportamento que a duração média de interrupções.

Em 2017, verifica-se uma menor frequência de interrupções nas ilhas de Santa Maria, Pico, Faial, Flores e Corvo, face ao ano anterior

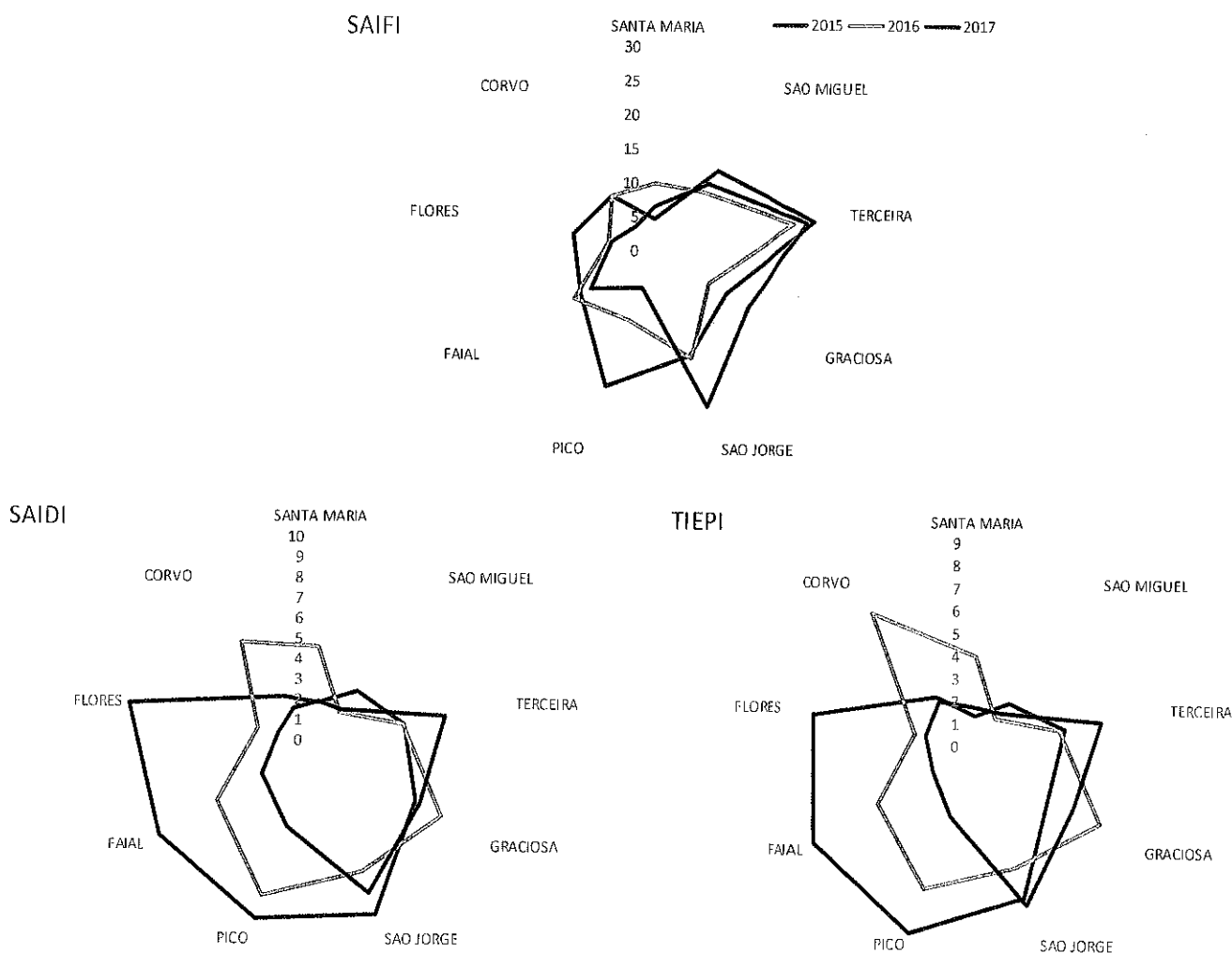


Gráfico 10 - Indisponibilidades totais por ilha de 2015 a 2017

3.1.2.2. Transporte e Distribuição

Na mesma linha de atuação dos anos anteriores, a atividade de Transporte e Distribuição, durante 2017, pautou-se pela continuidade da adoção de medidas conducentes à melhoria da qualidade e continuidade de serviço, com menor custo e em respeito pelo ambiente, dando prioridade a ações que concorrem para o aumento da fiabilidade das instalações.

A empresa tem mantido uma postura de permanente procura de soluções técnicas e materiais mais adequadas às exigentes condições climatéricas, bastante adversas, não só pela proximidade do mar e conseqüente elevado nível de salinidade no ar, mas também pela regular passagem pela Região de intempéries com ventos ciclónicos que fustigam as infraestruturas e que se traduzem num sobrecusto para esta atividade. Ainda no âmbito da manutenção e conservação das

instalações destacam-se as ações que implicam a substituição de equipamentos tecnologicamente ultrapassados ou cujo estado de conservação já não garanta a segurança de pessoas e bens. Apesar do esforço desenvolvido com recurso à mão-de-obra interna, é incontornável a necessidade de recorrer a prestadores de serviço em todas as ilhas, sendo que, este é outro dos nossos maiores desafios. Nem sempre é possível manter essas empresas com as suas estruturas implantadas em todas as ilhas, sobretudo num cenário de contenção de custos que implica a necessária redução de contratação externa. A este facto alia-se a dificuldade de não ser fácil em todas as ilhas recrutar mão-de-obra jovem e com competências para as atividades mais importantes. Outro aspeto importante de salientar é o recurso à formação interna, aproveitando o "know-how" e experiência de alguns trabalhadores, que, associados ao seu perfil constituem uma boa equipa de formadores internos.

O âmbito do Sistema de Gestão de Qualidade da Distribuição, cuja certificação foi obtida em 2014, abrange a manutenção das redes Alta Tensão (AT), Média Tensão (MT), Baixa Tensão (BT), Subestações (SE), Aparelhos de Manobra da Rede Aérea (AMRA) e Postos de Transformação (PT). A implementação do sistema de gestão nesta área introduziu um conjunto de ações com forte impacto na programação e execução dos trabalhos. Os objetivos definidos foram alcançados com elevada taxa de sucesso. Destacam-se a uniformização de procedimentos em todas as

ilhas, a gestão da manutenção através de uma única plataforma informática que reúne as valências técnica e financeira e o controlo das obrigações legais decorrentes dos regulamentos de segurança das instalações elétricas.

No ano de 2017, as ações de manutenção ao nível das redes AT/MT abrangeu sensivelmente o mesmo número de km de rede que o verificado nos anos anteriores, embora com um maior número de inspeções.

A EDA tem procurado de forma sistemática as soluções técnicas e materiais mais adequadas às exigentes condições climatéricas, que ocasionalmente se verificam na RAA

O Sistema de Gestão de Qualidade da Distribuição, encontra-se certificado desde 2014, segundo a Norma ISO 9001 e abrange a manutenção das redes Alta Tensão (AT), Média Tensão (MT), Baixa Tensão (BT), Subestações (SE), Aparelhos de Manobra da Rede Aérea (AMRA) e Postos de Transformação

Manutenção Preventiva

Na tabela seguinte apresentamos as quilométricas das ações de inspeção e de manutenção MT/ AT da rede aérea, realizadas desde 2012.

Ano	2012		2013		2014		2015		2016		2017	
Total traçados principais (km)	1314		1423		1425		1422		1429		1447	
	km	%	km	%	km	%	km	%	km	%	km	%
Inspeções	346	26	270	19	285	20	252	18	300	21	465	32
Manutenções	134	10	183	13	396	28	318	22	178	13	192	13

Tabela 6 - Quilométricas das ações de inspeção e manutenção MT/ AT (aérea)

Em 2017, foram inspecionadas 32% das linhas AT/MT, tendo sido objeto de ações de manutenção 13% do total da extensão destas linhas. Em número de apoios, num total de 9 446, as percentagens são da mesma ordem de grandeza, tendo sido inspecionados 3 011 apoios (31,9%) e efetuadas intervenções de manutenção em 1 271 apoios (13,5%).

Em 2017, foram inspecionadas 32% das linhas AT/MT, tendo sido objeto de ações de manutenção 13% do total da extensão destas linhas

Num universo de 1 326 postos de transformação de distribuição, foram alvo de manutenção 640, cujos trabalhos foram conciliados com as intervenções das linhas e na generalidade dos casos, com recurso a geradores móveis para diminuir os tempos de indisponibilidade.

Relativamente à manutenção de aparelhos de manobra da rede aérea de MT, destacamos as intervenções efetuadas por equipas de trabalhos em tensão nas ilhas de S. Miguel e Terceira, sendo que, dos 320 equipamentos existentes nestas duas ilhas, foram efetuadas intervenções de manutenção em 186. O planeamento, programação e execução do Plano de Manutenção da EDA, S. A. é um exercício complexo, atendendo aos meios humanos e técnicos disponíveis e à dispersão e descontinuidade geográfica, obrigando a uma cuidada preparação para conciliação de deslocações de pessoas e materiais, por via aérea e marítima, sem comprometer a atividade da exploração.

A manutenção preventiva condicionada consistiu em inspeções de termografia a 3 subestações e 332 postos de seccionamento e transformação num total de 21 e 1.248, respetivamente, tendo-se detetado 34 defeitos.

Foram realizadas análises de óleo, físico-químicas e cromatografia de gases dissolvidos em 35 transformadores, tendo sido identificado um transformador com necessidade de tratamento do óleo (transformador de potência da subestação dos Foros).

Em 2017, a taxa de transformadores com óleo não conforme foi de 2,8%.

[Handwritten signatures and initials]

3.1.2.3. Produção

Em 2017, os sistemas eletroprodutores que garantem o regular abastecimento de energia elétrica na Região, explorados diretamente pela EDA, eram constituídos por nove centrais termoelétricas com uma potência total instalada de 219 MW.

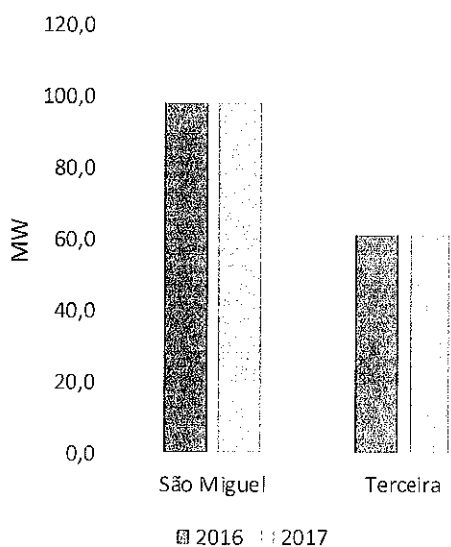
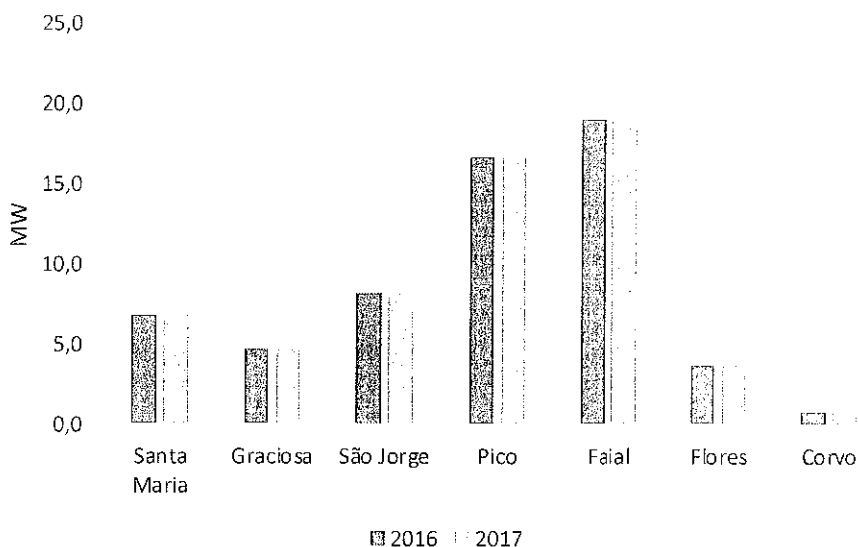


Gráfico 11 - Potência térmica instalada por ilha

O Gráfico 12 apresenta a evolução do consumo de serviços auxiliares nos centros produtores, onde se salienta o aumento percentual na ilha das Flores, resultante do acréscimo de aquisição de energia.

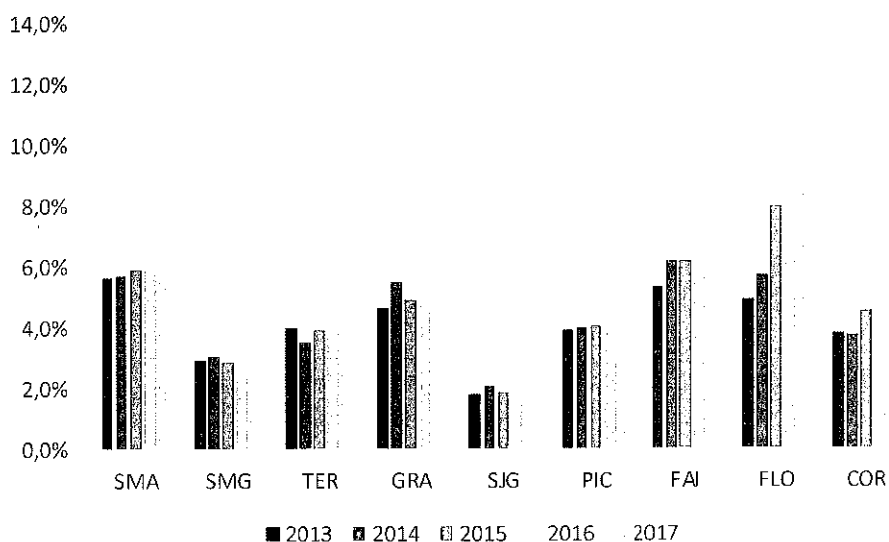


Gráfico 12 – Peso do consumo de serviços auxiliares na produção por ilha

A produção das ilhas de São Miguel e Terceira representa 54,5% e 24,2%, respetivamente, do total da energia emitida para as redes. Realça-se o facto das centrais do Caldeirão, em São Miguel, e do Belo Jardim, na Terceira, terem uma produção correspondente a cerca de 44% do total da energia emitida na Região, o que é elucidativo da dificuldade na obtenção dos benefícios das economias de escala, face à descontinuidade geográfica dos Açores.

	2013	2014	2015	2016	2017	Var. % 16/17
Santa Maria	20,0	19,8	19,7	20,2	20,7	2,4
São Miguel	406,6	409,7	415,8	424,1	427,8	0,9
Terceira	202,0	197,3	193,2	191,6	189,5	-1,1
Graciosa	12,9	13,1	13,3	13,5	13,6	0,9
São Jorge	28,8	27,7	27,8	28,4	28,8	1,4
Pico	44,0	43,7	43,6	44,2	44,9	1,6
Faial	46,7	46,5	45,7	45,9	46,3	0,8
Flores	11,0	10,8	11,0	11,1	11,3	2,2
Corvo	1,4	1,5	1,5	1,6	1,6	-2,6
	773,4	770,1	771,5	780,5	784,4	0,5

Tabela 7 - Emissão de energia elétrica, por ilha, de 2013 a 2017

As pontas máximas em cada uma das ilhas nos últimos anos ocorreram, maioritariamente, no 2º semestre de cada ano.

Verificaram-se exceções em 2014, na Terceira, Graciosa e Faial, em 2015, na ilha das Flores, e, em 2016, na Graciosa,

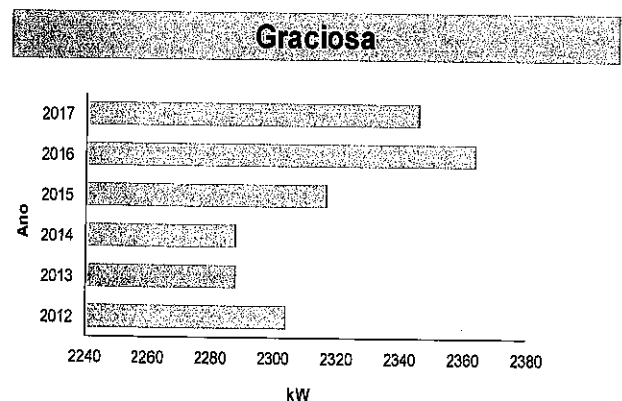
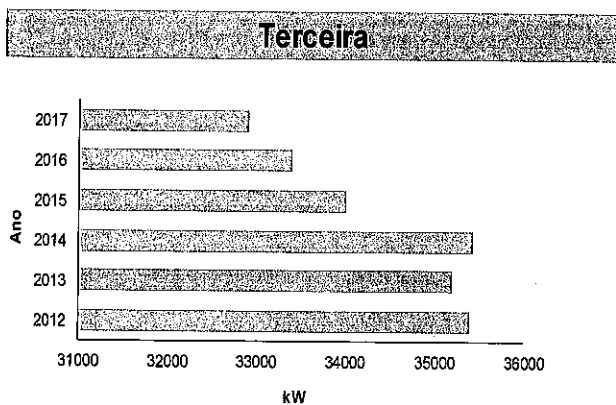
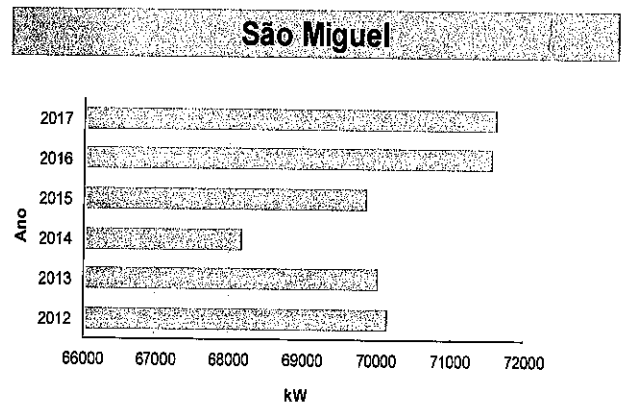
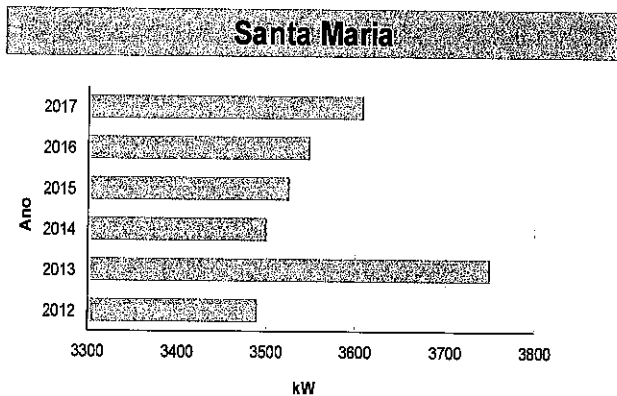
onde ocorreram no 1º semestre. No que respeita à evolução da ponta em 2017, relativamente a 2016, constatou-se uma diminuição em quatro das nove ilhas dos Açores, Terceira, Graciosa, São Jorge e Faial, verificando-se que a maior quebra foi

Nos últimos anos as pontas máximas de cada ilha, ocorreram, maioritariamente, no segundo semestre

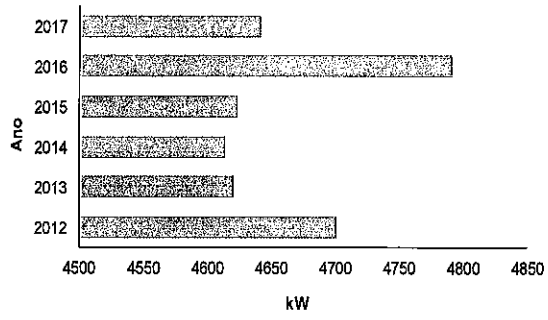
registada na ilha de São Jorge, com -3,1%, seguido pelas ilhas da Terceira, Faial e Graciosa, com -1,5%, -1,2% e -0,8%, respetivamente. Em sentido contrário, as restantes ilhas viram aumentar o valor da ponta máxima anual em relação ao ano anterior, tendo mais expressão na ilha das Flores, com um aumento de 3,7%, e do Pico, 2,8%.

	2016	2017	Data da ocorrência em 2017
Santa Maria	3 548	3 608	17 de agosto
São Miguel	71 570	71 630	04 de setembro
Terceira	33 400	32 900	03 de agosto
Graciosa	2 364	2 346	11 de agosto
São Jorge	4 792	4 642	26 de julho
Pico	7 526	7 737	04 de setembro
Faial	8 557	8 456	17 de agosto
Flores	1 979	2 053	18 de setembro
Corvo	313	317	07 de fevereiro

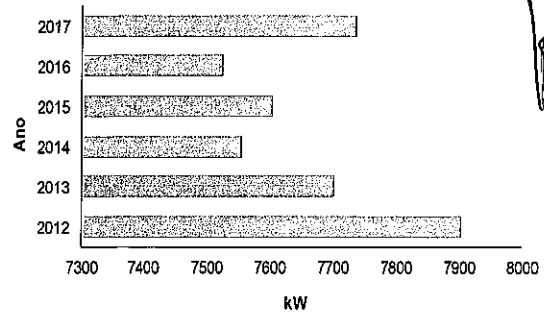
Tabela 8 - Ponta máxima anual (kW), por ilha, em 2016 e 2017



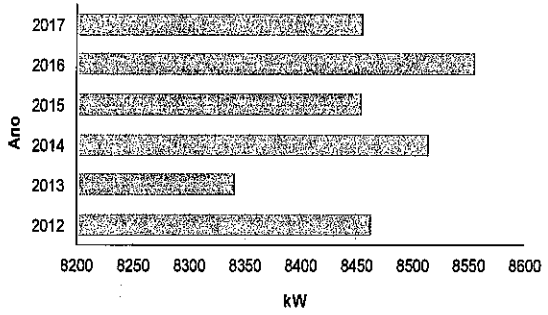
São Jorge



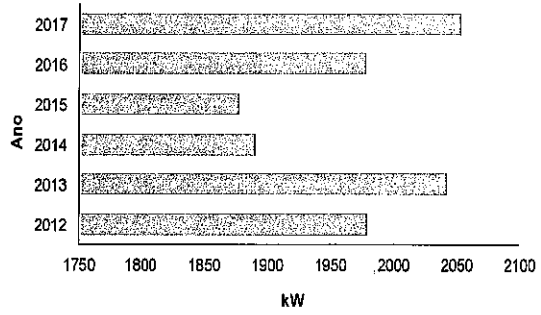
Pico



Faial



Flores



Corvo

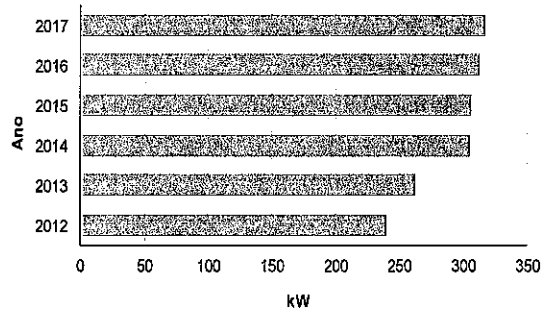


Gráfico 13 - Evolução da ponta máxima (kW), por ilha, de 2012 a 2017

A EDA desenvolve esforços para homogeneizar os ciclos de manutenções dos seus sistemas electroprodutores, no entanto existem diversas variáveis que restringem esses ciclos. Não se tratando de sistemas interligados, os fatores de carga e o número de horas de funcionamento dependem estreitamente da procura, do escalonamento dos grupos, bem como do nível da produção renovável. O escalonamento tem como objetivo a procura do ótimo técnico-económico e a satisfação total da procura.

As manutenções, embora programadas com base nos escalonamentos previsíveis das máquinas associadas ao número de horas de funcionamento e ao desgaste dos equipamentos, podem sofrer num ano alterações significativas. A cada período anual podem existir flutuações consideráveis nos ciclos e custos das manutenções, dependendo dos programas standard referidos pelo fabricante (horas de funcionamento), especificidade do(s) grupo(s) a intervir e o nível de dimensão da manutenção.

A tabela seguinte resume as intervenções mais significativas realizadas nos centros produtores da EDA, em 2017.

		n.º intervenções manutenção preventiva	n.º intervenções manutenção curativa
S.Maria	Central Termoelétrica Aeroporto	9	62
S.Miguel	Central Termoelétrica Caldeirão	33	126
Terceira	Central Termoelétrica Belo Jardim	12	73
Graciosa	Central Termoelétrica Graciosa	61	7
S.Jorge	Central Termoelétrica Caminho Novo	39	19
Pico	Central Termoelétrica Nova	9	11
Faial	Central Termoelétrica Santa Barbara	6	41
Flores	Central Termoelétrica Flores	6	16
Corvo	Central Termoelétrica Corvo	4	6
Total		179	361

Tabela 9 – Manutenções em centros produtores



3.1.2.4. Investimento

Em 2017, o investimento realizado na EDA, S. A. totalizou 29,7 milhões de euros, a custos totais. Do investimento realizado, cerca de 30% foram utilizados no reforço do sistema eletroprodutor, enquanto 38% corresponderam ao investimento na rede de transporte e distribuição, numa ótica de garantia da continuidade e qualidade do fornecimento de energia elétrica.



Investimento (10³ euros)

Atividade	Custos		Total
	Técnicos	Encargos Financeiros	
Centros Produtores	8 736	112	8 848
Rede Transporte e Grande Distribuição	7 385	123	7 508
Rede Pequena Distribuição	3 629	41	3 670
Outros	9 593	48	9 641
Total	29 343	324	29 667

Tabela 10 - Investimento realizado (10³ euros) em 2017

A evolução dos montantes investidos nas atividades de produção, transporte e distribuição de energia elétrica, a preços correntes, nos últimos períodos, é apresentada nos gráficos seguintes.

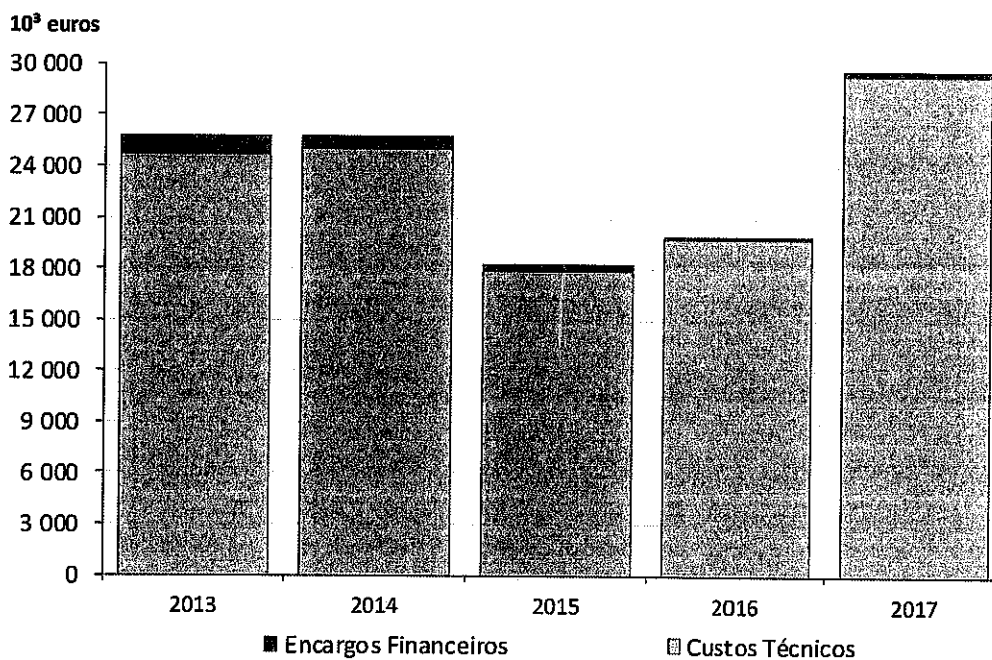


Gráfico 14 - Investimento total a preços correntes 2013 a 2017

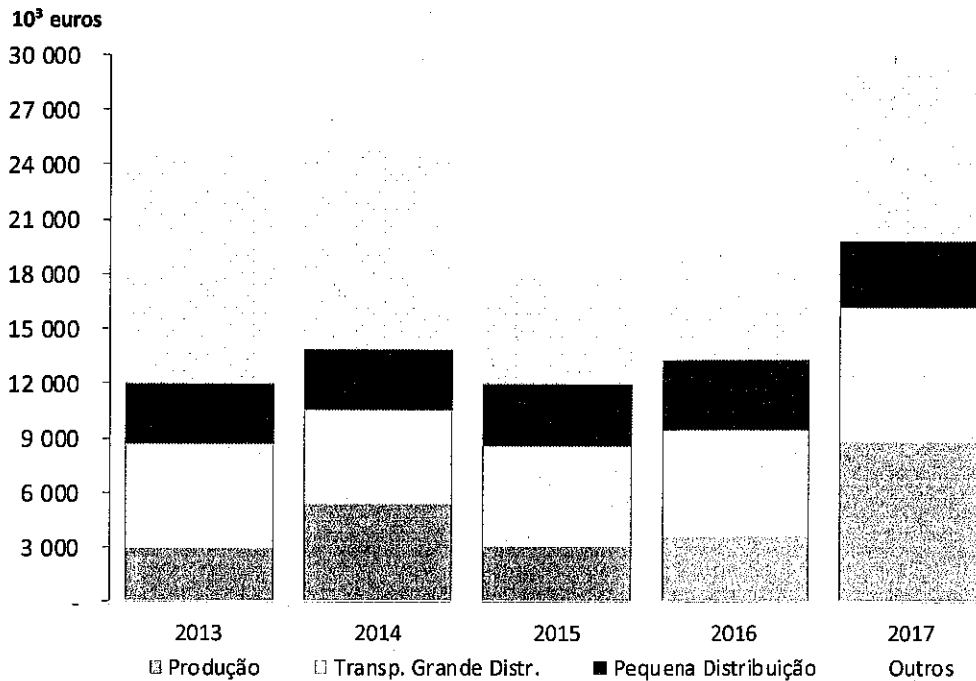


Gráfico 15 – Investimento a custos técnicos de 2013 a 2017

Relativamente aos projetos de investimento realizados em 2017, destacam-se como mais significativos os seguintes:

Produção

- Renovação do sistema de combate a incêndios da central termoelétrica do Aeroporto, na ilha de Santa Maria;
- Substituição dos turbocompressores dos grupos 5 a 8, revitalização do sistema de vapor, ampliação e revisão do sistema de combates a incêndios da central termoelétrica de Belo Jardim e a ampliação da central com a instalação do grupo XI;
- Reforço do sistema de 24 V DC da central termoelétrica da Graciosa;
- Construção do centro de distribuição da ilha de São Jorge;
- Instalação de equipamento e software para monitorização contínua de efluentes gasosos na central termoelétrica do Pico;
- Instalação de equipamento e software para monitorização contínua de efluentes gasosos na central termoelétrica de Santa Bárbara, na ilha do Faial;
- Substituição do grupo 3 da central termoelétrica do Corvo.

Transporte e Grande Distribuição

- Construção da subestação de Ponta Garça 60/30 kV e a remodelação da subestação de Ponta Delgada, bem como a remodelação da rede MT da cidade de Ponta Delgada na ilha de São Miguel;

- Remodelação das proteções da rede de transporte da ilha Terceira a construção da linha de transporte 30kV do Pico Alto /Quatro Ribeiras, a remodelação da rede subterrânea em média tensão 15 kV da cidade de Angra do Heroísmo e execução de ramais MT, no âmbito do programa PRORURAL, na ilha Terceira;
- Remodelação da subestação da central térmica da Graciosa;
- Construção da linha de transporte 30 kV entre a central térmica de Caminho Novo e Urzelina e diversas ampliações de rede MT, na ilha de São Jorge.
- Construção da linha de transporte 30 kV entre a subestação de São Roque e a subestação da Madalena, na ilha do Pico;
- Remodelação de linhas e ramais MT 15 kV cidade da Horta – Varadouro, Horta – Cedros e remodelação da rede subterrânea em média tensão da cidade da Horta, na ilha do Faial;

Pequena Distribuição

- Construção de redes de distribuição em baixa tensão e postos de transformação, no âmbito do processo de eletrificação das explorações agrícolas (PRORURAL +) em São Miguel;
- Construção de postos de transformação e redes de distribuição em baixa tensão, no âmbito do processo de eletrificação das explorações agrícolas (PRORURAL +) na ilha Terceira;

Outros investimentos

Ao nível da rubrica outros investimentos, 3 885 mil euros referem-se a Estudos, Projetos e Outros, as participações financeiras representam 4 164 mil euros e os restantes 1 544 mil euros repartem-se em cedência de equipamentos no valor de 274 mil euros e aquisições diretas em 1 270 mil euros.

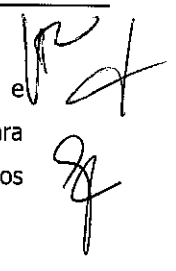
Destacam-se os investimentos relativos a beneficiações e remodelações de ativos incluídos em estudos, projetos e outros:

- Beneficiação do edifício antiga central termoelétrica de Angra do Heroísmo;
- Remodelação do edifício sito à Rua Embaixador Faria a Maia em Ponta Delgada;
- Renovação do parque de viaturas para apoio à atividade operacional como a aquisição de viaturas com plataformas elevatórias, furgões e pick-ups.

Ao nível dos Sistemas de Informação e Comunicações, assinalamos as seguintes ações de investimento em 2017:

- Reestruturação do cadastro de ativos técnico/financeiro;
- Upgrade PORTAIS SHAREPOINT (Intranet; Internet; Extranet);
- Solução de armazenamento de dados;
- Solução de segurança do perímetro da Internet;
- Implementação do sistema de gestão de contratos, registo e avaliação de fornecedores;
- Implementação da solução BI – *Business Intelligence*;
- Upgrade técnico do sistema de suporte à área comercial;
- Futura integração dos sistemas comercial e administrativo financeiro;
- Upgrade técnico Sistema de Telecontagem;

Nos sistemas de informação, destaca-se a realização da reestruturação do cadastro de ativos técnico/financeiro e upgrade portais sharepoint (Intranet; Internet; Extranet), bem como a solução de armazenamento de dados. Para resposta a exigências regulamentares, deu-se continuidade ao projeto de reestruturação do cadastro de ativos técnicos e financeiros iniciado em 2016, com previsão de conclusão em 2018.



3.1.3. EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Demonstração do rendimento

Rubricas	2017	2016	Var. 2017-16	Var. % 2017-16
Vendas e prestações de serviços	177 167,4	164 126,9	13 040,5	7,9%
Subsídios à exploração	32,8	19,6	13,2	67,3%
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	10 077,8	7 751,0	2 326,8	30,0%
Trabalhos para a própria entidade	1 546,4	1 877,4	(331,0)	(17,6%)
Outros rendimentos e ganhos	4 326,5	3 829,7	496,8	13,0%
Rendimentos operacionais	193 150,9	177 604,6	15 546,3	8,8%
Custo das Mercadorias Vendidas e das Mat. Consumidas	83 286,4	71 289,7	11 996,7	16,8%
Fornecimentos e serviços externos	19 773,4	19 840,8	(67,4)	(0,3%)
Gastos com o pessoal	27 482,2	26 545,9	936,3	3,5%
Imparidades de inventários e de dívidas a receber	264,5	973,7	(709,2)	(72,8%)
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	23 098,2	23 197,8	(99,6)	(0,4%)
Imparidade de investimentos depreciables/ amortizáveis (perdas/ reversões)	0,0	335,6	(335,6)	(100,0%)
Outros gastos e perdas	9 719,2	9 399,0	320,2	3,4%
Gastos operacionais	163 623,9	151 582,6	12 041,3	7,9%
Resultado operacional	29 527,0	26 021,9	3 505,1	13,5%
EBITDA	52 625,2	49 555,4	3 069,8	6,2%
Resultados financeiros	(3 150,8)	(3 643,3)	492,5	(13,5%)
Resultados antes de impostos	26 376,2	22 378,6	3 997,6	17,9%
Imposto sobre o rendimento	4 868,4	3 162,1	1 706,3	54,0%
Resultado líquido do período:	21 507,8	19 216,6	2 291,2	11,9%

Tabela 11 – Demonstração dos resultados da EDA, em 2016 e 2017

Análise dos proveitos e custos operacionais

No exercício de 2017, a EDA, S. A. regista um Resultado Líquido positivo de 21 508 mil euros, 11,9% acima do obtido no ano de 2016 e um volume de negócios que ascendeu aos 177 167 mil euros, o que representa um acréscimo de 7,9% relativamente ao ano anterior. Os Serviços prestados totalizaram 11 947 mil euros, o que representa uma variação de 24,8% (2 377 mil euros) face ao exercício anterior. De 2016 para 2017, a faturação de energia elétrica registou um decréscimo de 0,1%, fundamentalmente, por via da diminuição do preço médio de venda em 0,5%, uma vez que a procura de eletricidade regista um crescimento de 0,4%. Do total faturado, 80 500 mil euros, isto é 70,1%, correspondem a fornecimentos de energia em Baixa Tensão e os restantes 34 260 mil euros a fornecimentos em Média Tensão. A compensação tarifária, em termos económicos, atinge os 50 811 mil euros, registando-se um aumento de 27,7% face ao ano anterior, refletindo, sobretudo, a evolução dos gastos com combustíveis.

Em 2017, o resultado líquido da EDA foi 11,9% superior a 2016, atingindo 21 508 mil euros

Os ganhos reconhecidos resultantes da apropriação da quota-parte da EDA do resultado do período das subsidiárias e associadas foram superiores aos ganhos do ano anterior em cerca de 2 327 mil euros. Tal aumento resulta, sobretudo, do aumento dos resultados da EDA Renováveis em função do acréscimo de produção de energia geotérmica com a entrada em exploração, em agosto, da central geotérmica do Pico Alto, na ilha Terceira.

Os trabalhos para a própria empresa, no montante de 1 546 mil euros, resultam, essencialmente, da utilização de recursos internos em ações de investimento em ampliações nos centros produtores e restantes atividades da empresa, exceptuando o transporte e distribuição de energia, atividade desenvolvida em regime de concessão.

A rubrica Outros rendimentos e ganhos, registou uma variação positiva de 497 mil euros, que está relacionada, sobretudo, com valores de juros cobrados a clientes por atrasos no pagamento e relativos à compensação tarifária, ao valor da amortização dos subsídios ao investimento e a rendimento obtido com a utilização da rede de distribuição da EDA pela NOS Açores.

Em termos globais, de 2016 para 2017, os Gastos operacionais aumentaram 7,9%, o equivalente a mais 12 041 mil euros. Esta variação está fortemente relacionada com a evolução da rubrica de Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), pela sua relevância na estrutura dos Gastos operacionais que ascendeu a 83 286 mil euros em 2017, mais 16,8% que os 71 290 mil euros do ano anterior. Os gastos com combustíveis para produção de eletricidade constituem a componente de maior peso nesta rubrica. Em 2017 o montante de combustíveis ascendeu aos 46 679 mil euros, mais 8 337 mil euros, um valor cerca de 22% acima do montante gasto no ano transato.

O acordo firmado entre a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e outros grandes produtores de petróleo para limitar a produção de petróleo bruto, provocou uma alta do preço desta matéria-prima contagiando a cotação dos combustíveis nos mercados. De 2016 para 2017, os custos médios quer do fuelóleo, quer do gasóleo sofreram aumentos em, respetivamente, 89,1 euros por tonelada e 64,9 euros por quilolitro. O custo médio do fuelóleo em 2017 foi de 390,7 euros por tonelada, e o do gasóleo fixou-se em 524,5 euros por quilolitro.

Os Gastos com o pessoal, que representam cerca de 17% dos Gastos operacionais, ascendem a 27 482 mil euros em 2017, 3,5% acima do registado no ano anterior. Os Fornecimentos e serviços externos (FSE) ascenderam aos 19 773 mil euros, apresentando uma variação negativa de 0,3%. De salientar que, o valor desta rubrica se encontra fortemente influenciado pela adoção da IFRIC 12 – Contratos de concessão. De acordo com esta norma, os gastos com serviços de construção

referentes aos investimentos em ativos inseridos nas atividades concessionadas de transporte, distribuição de energia e gestão do sistema elétrico estão incluídos em Fornecimentos e serviços externos. Neste âmbito, encontram-se registados 5 219 mil euros em 2017 e 4 484 mil euros em 2016. As rubricas incluídas em FSE com maior expressão monetária são as de Trabalhos especializados, conservação e reparação e comunicações. Os Trabalhos especializados, que têm um decréscimo de 453 mil euros face ao período homólogo anterior, incluem, maioritariamente, custos com serviços informáticos, e consultorias diversas. A rubrica de Conservação e reparação respeita essencialmente a gastos com a manutenção e reparação dos ativos técnicos que constituem a rede de transporte e distribuição e os centros eletroprodutores.

Os Outros gastos e perdas, no valor de 9 719 mil euros, apresentam um acréscimo de 320 mil euros relativamente a 2016. Esta rubrica inclui o pagamento de direitos de passagem aos Municípios no valor de 4 750 mil euros, gastos com as licenças de emissões de CO₂ em 1 943 mil euros, a contribuição extraordinária sobre o setor energético no valor de 1 663 mil euros e encargos com as taxas de exploração dos ativos afetos à atividade de produção e distribuição.

Ao nível dos Resultados financeiros, é de salientar um decréscimo próximo dos 14%, entre 2016 e 2017, nos encargos financeiros suportados (juros, comissões e impostos) referentes aos empréstimos contraídos para financiamento das atividades da EDA. Esta evolução resulta essencialmente da melhoria de condições de *spread* e comissões das linhas de conta corrente e dos programas de papel comercial e da manutenção da Euribor negativa em todos os prazos.

Relativamente ao disposto no Decreto Regulamentar Regional nº4/2017/A, verificou-se que os gastos previstos no artigo 20.º, número 1 e número 4 (alíneas a) e b)), do referido diploma, apresentaram a seguinte evolução:

		2016		2017		Variação		2017		
		Real	Previsto	Real	2007/16	2007/16	Real/Previsto			
1	Volume Negócios	164 126,9	176 421,3	177 167,4	13 040,5	7,9%	746,1	0,4%		
2	Gastos Operacionais*	146 502,3	162 725,2	157 569,8	11 067,5	7,6%	-5 155,3	-3,2%		
3	Encargos da reposição salarial**	0		441	441,4		441,4			
4	Indemnizações por rescisão	0	0	0	0,0		0,0			
5=(2-3-4)/1		Peso Gastos Operacionais no Vol. Negócios		89,3%	92,2%	88,7%	-0,6%	-0,6%	-3,5% -3,8%	

* Gastos não incluem TPEs

** Inclui reposição de 50% das progressões na carreira e acréscimo de diuturnidades de julho/dez 2017

Tabela 12 – Peso dos Gastos Operacionais no Volume de Negócios, em 2016 e 2017

Os Gastos operacionais, líquidos de Trabalhos para a própria empresa, atingem o montante de 157 570 mil euros, com um acréscimo de 7,6 % relativamente ao ano anterior, concentrado, sobretudo, nos gastos com combustíveis. Apesar do seu aumento, o peso dos Gastos operacionais no volume de negócios diminuiu em 0,6%, em função do aumento das vendas e prestações de serviços de 7,9%.

		2016		2017		Variação		2017		
		Real	Previsto	Real	2007/16	2007/16	Real/Previsto			
1	Gastos com Pessoal*	26 545,9	28 722,0	27 482,2	936,3	3,5%	-1 239,8	-4,3%		
2	Encargos da reposição salarial**	0,0	0,0	441,4	441,4		441,4			
3=1-2		Gastos com Pessoal líquidos		26 545,9	27 816,2	27 040,8	494,9	1,9%	-775,3 -2,8%	

* Gastos incluem TPEs

** Inclui reposição de 50% das progressões na carreira e acréscimo de diuturnidades de julho/dez 2017

Tabela 13 – Gastos com Pessoal corrigidos da reposição salarial, em 2016 e 2017

Os gastos com pessoal, líquidos de encargos relativos à reposição salarial, cresceram 1,9% face a 2016, ficando, no entanto abaixo do previsto em 2,8%.

GASTOS	2016		2017		Variação		2017	
	Real	Previsto	Real	2007/16	Real/Previsto			
Comunicações	1 058,5	1 103,4	1 062,8	4,3 0,4%	-40,6	-3,7%		
Ajudas Custo	297,3	300,1	297,8	0,4 0,2%	-2,3	-0,8%		
Deslocações e Estadas	459,5	450,1	404,2	-55,3 -12,0%	-45,9	-10,2%		
Gastos frota automóvel	379,9	600,6	515,4	135,5 35,7%	-85,2	-14,2%		
Total	2 195,2	2 454,1	2 280,1	84,9 3,9%	-174,0	-7,1%		

Tabela 14 –Gastos com Comunicações, deslocações, ajudas de custo, alojamento e frota automóvel, em 2016 e 2017

Os gastos com comunicações, deslocações, ajudas de custo, alojamento e frota automóvel apresentam o valor de 2 280 mil euros em 2017, mais 3,9% que no ano anterior e 7,1% abaixo do previsto.

Evolução da posição financeira

Apresenta-se de seguida, em termos sintéticos, a posição financeira da EDA.

Rubricas	2017	2016	Var. 2017-16	Var. % 2017-16
Ativos Fixos Tangíveis, Intangíveis e Propriedades de Investimento	369 100,3	369 307,7	(207,4)	(0,1%)
Participações financeiras e outros investimentos	112 621,1	108 456,6	4 164,5	3,8%
Ativos por impostos diferidos	5 437,5	9 231,6	(3 794,1)	(41,1%)
Clientes e outras contas a receber	5 458,9	208,5	5 250,4	2518,2%
Ativo Não Corrente	492 617,8	487 204,4	5 413,4	1,1%
Inventários	9 623,9	7 537,5	2 086,4	27,7%
Clientes e outras contas a receber	38 264,6	37 581,2	683,4	1,8%
Diferimentos	523,4	585,8	(62,4)	(10,7%)
Caixa e equivalentes de caixa	5 165,1	4 344,4	820,7	18,9%
Ativo Corrente	53 577,0	50 048,9	3 528,1	7,0%
Ativo Total	546 194,8	537 253,3	8 941,5	1,7%
Capital Próprio	224 353,9	223 177,1	1 176,8	0,5%
Empréstimos obtidos	175 183,9	168 367,8	6 816,1	4,0%
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	12 902,7	13 914,1	(1 011,4)	(7,3%)
Passivos por impostos diferidos	2 937,1	1 806,0	1 131,1	62,6%
Outros Passivos não Correntes	1 900,8	9 663,6	(7 762,8)	(80,3%)
Passivo Não Corrente	192 924,5	193 751,5	(827,0)	(0,4%)
Fornecedores e outras contas a pagar	37 680,7	43 298,2	(5 617,5)	(13,0%)
Empréstimos obtidos	91 235,7	77 026,6	14 209,1	18,4%
Passivo Corrente	128 916,4	120 324,8	8 591,6	7,1%
Total Passivo	321 840,9	314 076,3	7 764,6	2,5%
Total do capital próprio e passivo	546 194,8	537 253,3	8 941,5	1,7%

Tabela 15 – Balanço da EDA, em 2016 e 2017

O Ativo não corrente da EDA, que corresponde a 90% do ativo total, ascende a 492 618 mil euros, mais 1,1% que em 2016. O total de Ativos fixos tangíveis e intangíveis ascendeu ao montante de 369 100 mil euros, menos 207 mil euros que o valor registado no ano anterior, refletindo a normal depreciação dos ativos, compensada pelo investimento em novos equipamentos ou remodelação dos mesmos. O aumento em 4 165 mil euros das Participações financeiras resulta da evolução dos capitais próprios das participadas, nomeadamente, dos resultados líquidos do exercício e dos dividendos distribuídos.

O ajustamento estimado à compensação tarifária de 2017 no valor de 5 282 mil euros, a ser incluído nas Tarifas de 2019, explica a variação da rubrica de Outras contas a receber não correntes.

Relativamente ao Ativo corrente destaca-se o aumento dos Inventários no valor de 2 086 mil euros, que se concentra, sobretudo, em peças de reserva. Salienta-se ainda, o acréscimo do valor a receber do Estado, relativo a IRC, e de Outros créditos a receber, que se deve, sobretudo, a participações a receber no âmbito do programa PRORURAL.

Os Capitais próprios da EDA ascendem aos 224 354 mil euros, apresentando um acréscimo de 1 177 mil euros, por via do resultado do exercício e pela aplicação do resultado do período anterior. Foram distribuídos dividendos no valor global de 18 025 mil euros, em que 10 010 mil euros são relativos ao exercício de 2017 e 8 015 mil euros relativos a anos anteriores. Refira-se ainda a existência de outros

Em 2017, os capitais próprios da EDA totalizaram 224 354 mil euros, apresentando um acréscimo de 1 177 mil euros, face a 2016

movimentos no capital próprio no valor de 2 722 mil euros, que incluem a amortização de subsídios ao investimento e ganhos/perdas atuariais no fundo de pensões. A evolução registada tem um impacte pouco significativo na autonomia financeira da EDA, que se cifrou em cerca de 41,1% em 2017, face aos 41,5% de 2016.

Relativamente ao Passivo, em 2017 o montante dos financiamentos obtidos, correntes e não correntes, ascende aos 266 420 mil euros, apresentando um aumento de 21 025 mil euros, ou seja, mais 8,6%. Salienta-se, ainda, que 66% dos empréstimos apresentam maturidade superior a um ano.

As Responsabilidades por benefícios pós emprego não financiadas em 2017 fixaram-se em 12 903 mil euros, apresentando uma redução de 1 011 mil euros, cerca de 7%, face aos 13 914 mil euros registados no final de 2016.

O Passivo corrente regista um acréscimo de 8 592 mil euros. Além do acréscimo já referido dos financiamentos obtidos em 14 209 mil euros em curto prazo, contribui para esta evolução o aumento da dívida a fornecedores em 1 798 mil euros. A rubrica de Outras contas a pagar evidencia uma diminuição de 6 674 mil euros, minorando a subida do Passivo corrente. A variação destas encontra-se influenciada, sobretudo, pela passagem a Passivo corrente do ajustamento à compensação tarifária relativo ao ano de 2016 no valor de 6 320 mil euros e pela devolução às Tarifas, durante o ano de 2017, do ajustamento à compensação de 2015, valor que, em dezembro de 2016, ascendia a 16 077 mil euros. Destaca-se ainda o aumento do saldo em dívida a fornecedores de investimento em 4 390 mil euros, em linha com a evolução do investimento.

Resultados do Período

Rubricas	2017	2016	Var. 2017-16	Var. % 2017-16
EBIT (mil euros)	29 527,0	26 021,9	3 505,1	13,5%
EBITDA (mil euros)	52 625,2	49 555,4	3 069,8	6,2%
Resultados financeiros (mil euros)	(3 150,8)	(3 643,3)	492,5	(13,5%)
Resultados antes de impostos (mil euros)	26 376,2	22 378,6	3 997,6	17,9%
Resultado líquido do período (mil euros)	21 507,8	19 216,6	2 291,2	11,9%
Resultado por Ação (€/ação)	1,54	1,37	0,16	11,9%

Tabela 16 – Resultados do período da EDA, em 2016 e 2017

Em 2017, o Resultado operacional foi de 29 527 mil euros (26 022 mil euros em 2016), o que representa um crescimento de 13,5%. Esta evolução está relacionada com um crescimento dos rendimentos operacionais de 8,8%, superior ao aumento dos gastos operacionais de 7,9%. Por sua vez, o EBITDA apresentou um acréscimo de 6,2%, situando-se nos 52 625 mil euros.

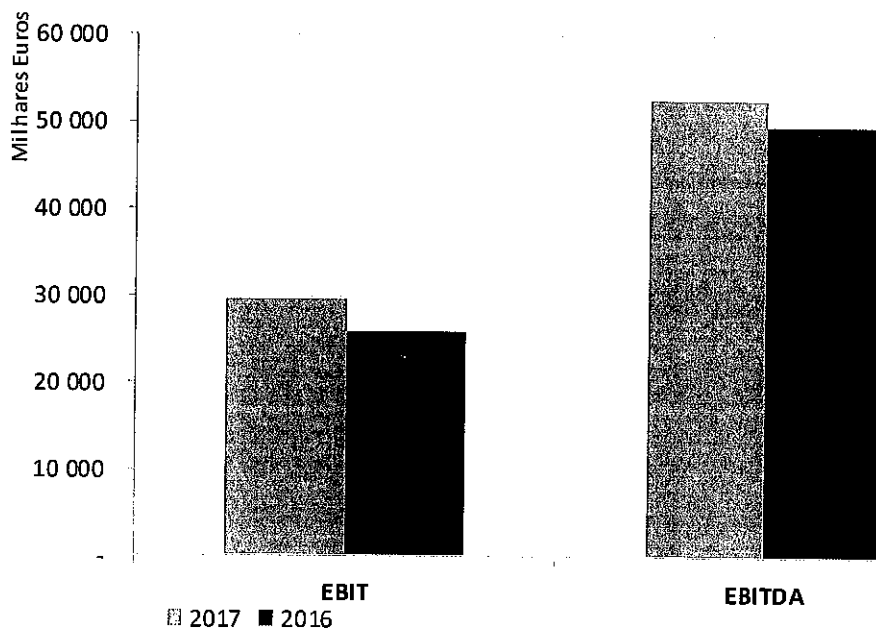


Gráfico 16 - EBIT e EBITDA, da EDA em 2016 e 2017

O resultado líquido do período ascendeu a 21 508 mil euros, mais 2 291 mil euros que em 2016, o que corresponde a um crescimento na ordem dos 12%.

[Handwritten signatures and initials]

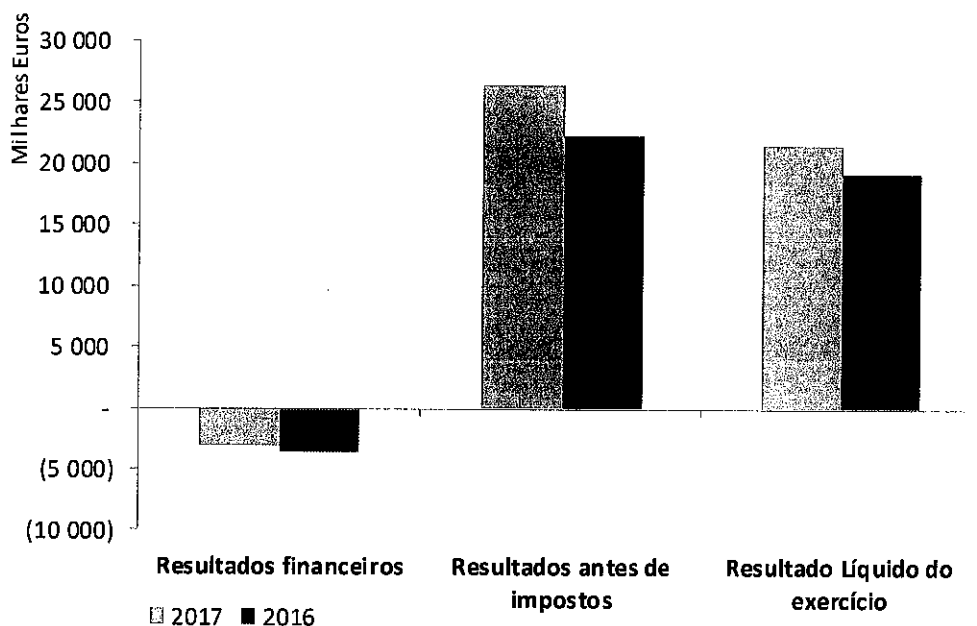


Gráfico 17 – Resultados da EDA em 2016 e 2017

Tendo em conta o atual número de ações e rendimentos atingidos em 2017, deduz-se que o resultado por ação foi de 1,54 euros por ação, o que representa 0,16 euros acima dos 1,37 euros por ação verificados em 2016.

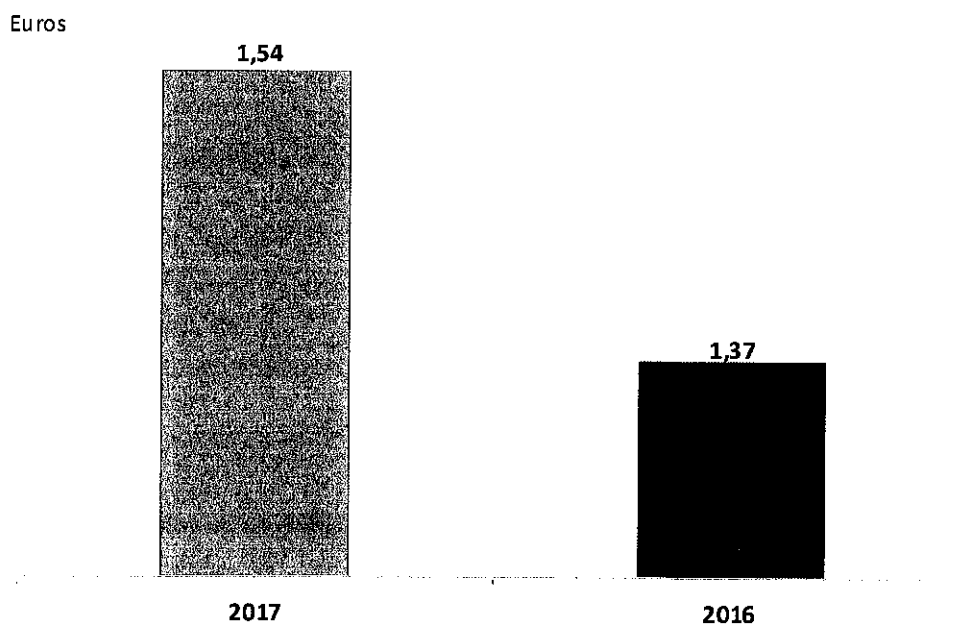


Gráfico 18 – Resultados por ação da EDA em 2016 e 2017

Gestão Financeira

No final de 2017 a dívida bancária da EDA ascendia a 224,2 milhões, mais 13,4 milhões de euros do que em 2016.

A dívida total atingiu 266,4 milhões de euros, mais 20,9 milhões de euros que a dívida registada no final de 2016, correspondendo os fundos excedentários das associadas EDA Renováveis e SEGMA utilizados pela EDA a 42,2 milhões de euros.

	2017			2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Papel Comercial	25 000 000	65 000 000	90 000 000	20 000 000	45 000 000	65 000 000
Empréstimos bancários	17 660 904	110 818 619	128 479 524	19 594 254	124 041 922	143 636 176
Contas Correntes Caucionadas	5 710 000	-	5 710 000	2 170 000	-	2 170 000
Outros empréstimos	42 220 000	-	42 220 000	34 660 000	-	34 660 000
	90 590 904	175 818 619	266 409 524	76 424 254	169 041 922	245 466 176
Juros a pagar - Empréstimos	644 817	-	644 817	602 308	-	602 308
Juros pagos (antecipação)	-	(634 732)	(634 732)	-	(674 111)	(674 111)
	91 235 721	175 183 887	266 419 608	77 026 562	168 367 811	245 394 373

Tabela 17 - Evolução da dívida financeira da EDA, em 2016 e 2017

Do total da dívida os empréstimos bancários contratados no mercado interno e externo representam 48,2%, os Programas de Papel Comercial 33,8% e as contas correntes caucionadas 2,1%. Os outros empréstimos, onde são englobadas a cedência de fundos das participadas, representam 15,8% da dívida.

	2017	2016
Custos Financeiros		
Juros Empréstimos	(1 866 940)	(2 140 933)
Comissões, Taxas aval e Outros	(1 285 358)	(1 510 204)
	(3 152 298)	(3 651 137)
Proveitos Financeiros		
Juros Obtidos	1 498	7 819

(1) Inclui encargos financeiros capitalizados no montante de 0,324

Tabela 18 - Custos e proveitos financeiros da EDA, em 2016 e 2017

Os encargos financeiros associados ao serviço da dívida totalizaram no período 3,2 milhões de euros (incluindo encargos financeiros capitalizados no montante de 0,324 mil euros), menos 0,5 milhões de euros que os custos financeiros suportados em 2016.

Evolução Custo Médio Dívida	
2008	4,99%
2009	2,91%
2010	2,60%
2011	3,53%
2012	4,76%
2013	3,69%
2014	2,95%
2015	2,28%
2016	1,29%
2017	1,25%

Tabela 19 - Custo médio de financiamento EDA de 2008 a 2017

O custo médio da dívida da EDA atingiu 1,25% (1,29% em dezembro de 2016) reflexo de melhores condições de *spread* e comissões das linhas de conta corrente e dos Programas de Papel Comercial na modalidade de leilão competitivo de taxa de juro, bem como da permanência do indexante Euribor associados aos contratos de empréstimo em valores negativos.

Em 2017, o custo médio da dívida da EDA, foi de 1,25%

A EDA tem 76,2% da dívida a taxa variável indexada à Euribor (90,3% em dezembro de 2016), não se reconhecendo necessidade de cobrir o risco taxa de juro.

Continua a merecer grande atenção por parte da empresa a gestão dos riscos operacionais, sendo as políticas de gestão destes riscos, assim como a contratação das apólices para sua cobertura e mitigação, coordenadas pela EDA, extensíveis a todas as empresas associadas e participadas que integram o grupo dos serviços partilhados.

Para cobertura das responsabilidades decorrentes dos planos de pensões em vigor foram transferidos em 2017 pela EDA 530,4 mil euros para o Fundo- B (Fundo de Contribuição Definida) e em fevereiro de 2018 foi efetuada uma contribuição extraordinária de 125 mil euros para cobertura do valor mínimo a financiar em 31 de dezembro de 2017 do Fundo de Pensões - A (Fundo de Benefício Definido).

No final de 2017, o valor do Fundo-A ascendia a 34,2 milhões de euros, representando um nível de financiamento das responsabilidades a seu a cargo de 97,88%. As pensões pagas pelo Fundo em 2017 totalizam 1,4 milhões de euros.

O Fundo-B de contribuição definida é subscrito individualmente pela EDA, contribuindo também, em termos complementares, os próprios beneficiários.

Nos termos das disposições previstas no Regulamento Tarifário e do Despacho emitido pela ERSE, para regulamentação dos "Mecanismos de Otimização da Gestão dos Contratos de Aquisição de Energia e da Gestão das Licenças de Emissão de CO₂", as licenças de CO₂ necessárias para a correspondência aos direitos de emissão do ano totalizaram 301 364 toneladas em 2017 no valor de 1 942 702 euros.

3.1.4. INFORMAÇÕES SOBRE A SOCIEDADE

3.1.4.1. Informação sobre a sociedade e órgãos sociais

A EDA é uma empresa pública que integra o sector público empresarial da Região Autónoma dos Açores. É-lhe aplicável o regime aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 7/2008/A, de 24 de março. De acordo com o art. 16.º daquele diploma, os relatórios anuais das empresas públicas regionais, além dos elementos que caracterizam as respetivas situações económicas e financeiras, deverão conter um conjunto de informações que de seguida se explicitam.

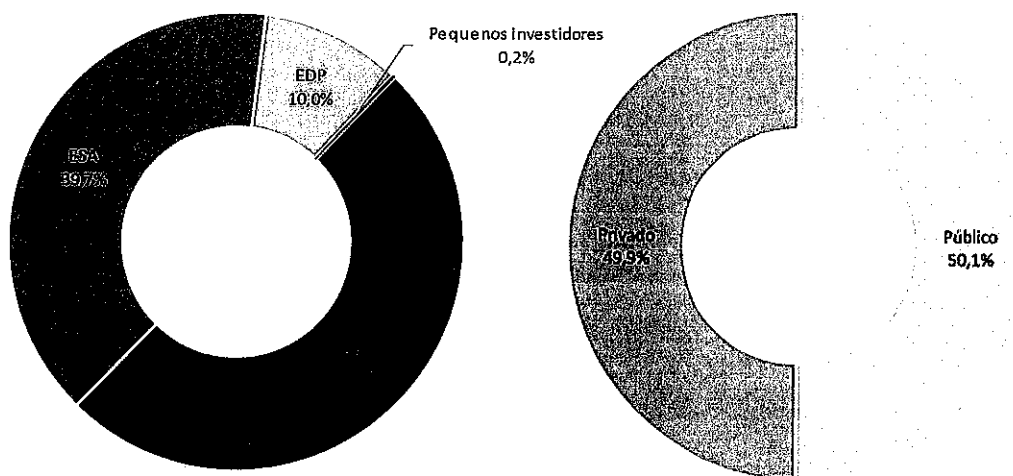
ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

As orientações estratégicas aplicáveis à EDA estão vertidas nas propostas de Plano Estratégico Plurianual e Orçamento que, anualmente, a Assembleia Geral aprova. No que respeita ao ano de 2018, a Proposta de Plano Estratégico Plurianual e do Orçamento para 2018 foi aprovada em Assembleia Geral realizada em 15 dezembro de 2017 e encontra-se publicada no site da empresa, em <http://www.eda.pt/Investidores/Paginas/default.aspx>.

ESTRUTURA ACIONISTA

O Capital Social da EDA, no montante de 70 milhões de euros, é representado por 14 000 000 de ações com o valor nominal de 5 euros cada.

A repartição do capital por investidor e tipo de investidor da estrutura acionista da EDA em 31 de dezembro de 2017 é a seguinte:



ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

O Governo Societário da empresa, de acordo com o art. 8.º do pacto social, tem a seguinte configuração: Assembleia Geral, Conselho de Administração e o Órgão de Fiscalização. O Órgão de Fiscalização, de acordo com as modalidades previstas no art. 21.º do pacto social, é constituído pelo Conselho Fiscal e por uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que não integra o Conselho Fiscal. O Conselho de Administração delegou numa Comissão Executiva a gestão corrente da sociedade. Os Órgãos Sociais para o triénio 2017/2019 foram eleitos em Assembleia Geral realizada no dia 27 de abril de 2017. A sua composição durante o ano de 2017 e até à data de aprovação das contas, foi a seguinte:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente (Executivo): Professor Doutor Duarte José Botelho da Ponte
 Administrador (Executivo): Dr. José Luís Pimentel Amaral

Administradora (Executiva): Dr.^a Maria do Carmo Cabrita M. Marques Martins (renunciou em 26 de fevereiro de 2018)

Roberto Lucio Silva Pereira Monteiro (desde 26 de fevereiro de 2018)

Administrador (Executivo): Eng.^o João Carlos Santos Correia

Administradora (Executiva): Dr.^a Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel

Administrador (Não Executivo): Eng.^o João Carlos Chaves de Sousa Braga

Administrador (Não Executivo): João Manuel Bandarra dos Santos

Administrador (Não Executivo): Eng.^o Pedro Rafael de Sampaio e Melo Neves Ferreira

Administrador (Não Executivo): Eng.^o Jorge Manuel de Oliveira Godinho (renunciou a 14 de dezembro de 2017)

Administrador (Não Executivo): Eng.^o Luís Miguel de Albuquerque Patena Forte (desde 15 de dezembro de 2017)

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Eng.^a Andreia Melo Carreiro

Vice-Presidente: Dr. Nuno Frade Correia da Silveira Serejo

Secretário: Dr. José Emanuel Lopes Fernandes

CONSELHO FISCAL

Presidente: Dr.^a Catarina Isabel Furtado Pacheco

Vogal Efetivo: Dr. Carlos Eduardo Ferreira Oliveira

Vogal Efetivo: Dr. João Manuel Beliz Trabuço

Vogal Suplente: Dr.^a Maria Olinda Soares Aguiar

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

J. Silva Cardoso e Ruben Cordeiro, SROC, LDA - SROC n.º 292 representada por Rúben Mota Cordeiro.

PRINCIPAIS ELEMENTOS CURRICULARES DE CADA UM DOS MEMBROS DO ÓRGÃO DE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO;

Prof. Doutor Duarte José Botelho da Ponte: Licenciado em Engenharia Química, em 1976, pela Universidade do Porto, Doutoramento em Tecnologia Alimentar, em 1986, pela Universidade Wageningen, Holanda, Professor Associado da Universidade dos Açores, exerceu os cargos de Diretor do Departamento de Ciências Agrárias da Universidade dos Açores, entre 1989 e 1993, de Pró-Reitor da Universidade dos Açores, para as áreas da Ciência e do Planeamento, entre 1991 e 1996, de Secretário Regional da Economia do Governo Regional dos Açores, entre 1996 e 2008, e de Presidente do Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores e da Escola das Novas Tecnologias dos Açores, desde 2009. Presidente do Conselho de Administração da EDA – Eletricidade dos Açores, S. A. desde maio de 2011 e Presidente do Conselho de Administração da EDA Renováveis, S. A. desde junho de 2011.

Dr. José Luís Pimentel Amaral: Licenciado em Matemática/Físico-Química (Matemática- via ensino) pela Universidade dos Açores. É professor de Matemática da Escola Secundária Domingos Rebelo, tendo exercido vários cargos no âmbito da categoria profissional. Exerceu ainda funções na Direção Regional da Educação e foi Professor Assistente Convidado do Departamento de Matemática da academia açoriana. Entre 1996 e 2000 foi Diretor do Centro de Formação Profissional dos Açores e Escola Profissional de Capelas, tendo assumido também o cargo de Presidente do Fundo Autónomo da Direção Regional do Emprego e Formação Profissional do Governo Regional dos Açores. Em 2000 foi Adjunto do Secretário Regional

h
d q
jw A
M
f
d
b



da Economia, tendo desempenhado o cargo de Diretor Regional do Comércio, Indústria e Energia dos VIII e IX Governos Regionais dos Açores entre 2001 e 2008, com competências delegadas para a IRAE - Inspeção Regional das Atividades Económicas. Ao longo do seu percurso exerceu ainda outras funções, sendo de destacar a de Presidente da Direcção do INOVA – Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores, Presidente da Direcção da ENTA – Escola das Novas Tecnologias dos Açores e Fundador e Presidente da Direcção da ARENA – Agência Regional de Energia e Ambiente dos Açores. Foi coordenador e dinamizador regional de vários projetos, onde se destaca a Estratégia para a Qualidade na RAA; Plano Tecnológico e Inovação Empresarial – INOTEC Empresa; Green-Island em parceria com o MIT- Portugal; ProEnergia; Seproqual – Segurança e Promoção da Qualidade Alimentar. Exerceu ainda as funções de Assessor Coordenador para os Assuntos Económicos e Cooperação Externa do Senhor Presidente do Governo no X governo regional e foi Presidente do Conselho de Administração da Lotaçor. Administrador da EDA – Electricidade dos Açores , S. A. desde maio de 2014 e Administrador da Eda Renováveis, S. A. desde junho de 2014.



Dr.ª Maria do Carmo Cabrita Matias Marques Martins: Licenciada em Organização e Administração de Empresas pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa. Quadro Superior da Electricidade dos Açores, S.A desde 1987. Chefe de Serviço de Plano e Informação de Gestão, de 1993 a 1998; Directora da Direcção de Serviços Comercial e de Controlo de Gestão do Centro de Exploração da ilha de São Miguel, de janeiro de 1999 a novembro de 2000; Directora da Direcção Planeamento de Redes e Análise de Investimentos, de novembro a dezembro de 2000. Adjunta do Secretário Regional da Economia, do VIII Governo Regional dos Açores, de dezembro de 2000 a dezembro de 2004; Representante da Região Autónoma dos Açores, no Conselho Consultivo da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos de junho de 2002 a novembro de 2009; Chefe de Gabinete do Secretário Regional da Economia do IX Governo Regional dos Açores, de dezembro de 2004 a novembro de 2008; Assessora do Conselho de Administração da Norma-Açores, S. A., em regime de cedência pela EDA, S. A., de novembro de 2008 a março de 2009; Administradora da Norma-Açores, S. A., de abril de 2009 a março de 2012. Administradora da EDA RENOVÁVEIS, de junho de 2011 à data. Administradora da EDA desde maio de 2011 a fevereiro de 2018, Presidente do Conselho Administração da Norma-Açores, S. A. de março de 2012 à data; Administradora da GLOBALEDA, S.A, desde abril de 2012, e Presidente do Conselho de Administração desde 12 janeiro de 2016.



Dr. Roberto Lucio Silva Pereira Monteiro: Licenciado em Organização e Gestão de Empresas, pela Universidade dos Açores, em 1991. Participou no Programa de Gestão Avançada para Executivos, ministrado pela Universidade Católica Portuguesa. Frequentou formações em Gestão numa ótica comercial, tais como Satisfação Total de Clientes, Fidelização de Clientes e Planeamento, Gestão e Custos da Qualidade.

Entre 2005 e 2017 foi Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória e Presidente do Conselho de Administração da Associação Gestora do Parque Industrial do Porto da Praia da Vitória. Foi Presidente da Assembleia Intermunicipal dos Açores no mandato 2009/2013, Presidente da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores no mandato 2013/2017, Presidente da Confederação dos Municípios Ultraperiféricos da Europa, no mandato 2015/2016 e Presidente do Conselho da ilha Terceira no mandato 2015/2017. Durante este período foi ainda Consultor de 20 empresas da ilha Terceira para as Áreas de Gestão, Financeira, Qualidade e Marketing de Serviços e elaborou 245 candidaturas no âmbito dos Fundos Comunitários disponibilizados no I, II e III Quadros Comunitários de Apoio a Empresas. Entre 1996 e 2005 foi gerente da CONTROLAUTO e entre 1999 e 2000 acumulou na EDA os cargos de Diretor no Centro de Exploração do Pico e de Diretor de Serviços Comerciais para as ilhas do Grupo Central e Ocidental. Foi Diretor Comercial da EDA entre 2001 e 2005 e gerente da SEGMA entre 2003 e 2005. Administrador Executivo da EDA desde fevereiro de 2018.

Eng.º João Carlos Santos Correia: Licenciado em Engenharia Eletrotécnica e Computadores pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, em 1989. Exerceu os seguintes cargos: Responsável pela Direção de Exploração da Distribuição desde 2009; Responsável pela Gestão do Sistema Elétrico da EDA, entre 2006 e 2008, pela Condução de Centrais dos Grupos Oriental e Ocidental da Direção de Produção, entre 2001 e 2005 e pela Direção de Serviços de Produção e Transporte do Centro de Exploração de S. Miguel entre 1999 e 2000; Responsável pela condução e manutenção do Transporte e Subestações 60/30/10 kV de S. Miguel entre 1995 e 1998 e pelo Serviço Coordenador de Redes e Centrais (Despacho) de S. Miguel de 1990 a 2000. Integra a Gerência da SEGMA desde 5 de novembro de 2014.

Dr.ª Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel: Licenciada em Organização e Gestão de Empresas pela Universidade dos Açores, em julho de 1988. Participante no Programa Avançado de Gestão para Executivos, ministrado pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa, que decorreu no 2º semestre 1995 e no Programa Avançado de Finanças para Executivos, ministrado pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa, que decorreu no 2º semestre 1996. De outubro de 1987 até junho de 1988: Monitora como prestação eventual de serviço na Universidade dos Açores, Departamento de Economia e Gestão, período em que lecionou as cadeiras de Gestão Financeira I e Gestão Financeira II. Desde 5 de dezembro de 1988 integra os quadros da Empresa de Electricidade dos Açores, tendo desempenhado as seguintes funções: Até 30 de setembro de 1990, desempenhou funções técnicas na Direção Financeira, área da Fiscalidade, durante 6 meses e, posteriormente, prestou apoio técnico ao Diretor; De 1 de outubro de 1990 até 22 de abril de 1993, foi Coordenadora do Gabinete de Estudos e Análise Financeira, integrado na Direção Financeira; De 23 de abril de 1993 até 22 de abril de 1994 e de 29 de outubro de 1996 a 31 de dezembro de 2000 chefiou o Serviço de Finanças, integrado na Direção Financeira; De 23 de abril de 1994 até 15 de novembro de 1997 foi Adjunta da Direção Financeira; A partir de janeiro de 2001 foi Diretora da Gestão Administrativa e Contabilidade, da Electricidade dos Açores, S. A. e Gerente da SEGMA, Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda., desde 12 de julho de 2013. Administradora da EDA Electricidade dos Açores desde 11 de julho de 2013.

Eng.º João Carlos Chaves de Sousa Braga: Bacharelato em Engenharia Civil pelo Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, em 2003. De 2004 a 2005 desempenhou funções no âmbito da análise de especialidades, acompanhamento de execução de infraestruturas e loteamentos, licenças de utilização de habitações individuais e coletivas na Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos; Delegado da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, de 2005 a 2008, responsável pela coordenação da Delegação de ilha de Santa Maria (manutenção/restauro das estradas regionais e habitação social); Delegado da Secretaria Regional Ciência, Tecnologia e Equipamentos, entre 2008 e 2012, responsável pela coordenação da Delegação de ilha de Santa Maria (manutenção/restauro das estradas regionais e apoio à implementação e manutenção das parcerias do ramo tecnológico); de 2012 a 2016, Delegado da Secretaria Regional do Turismo e Transportes, responsável pela coordenação da delegação de ilha de Santa Maria (manutenção/restauro das estradas regionais, apoio à implementação e manutenção das parcerias do ramo tecnológico, coordenação dos postos de turismo e manutenção/criação de trilho). Desde 2016 até à data, Delegado da Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas, responsável pela coordenação da Delegação de ilha de Santa Maria (manutenção/restauro das Estradas Regionais, apoio à implementação e manutenção das parcerias do ramo tecnológico). Administrador Não Executivo da EDA Electricidade dos Açores desde abril de 2017.

João Manuel Bandarra dos Santos: Bacharelato em "Meteorologia" pelo American Department of Defense (81st Technical Training Group, Keesler AFB) MISSISSIPPI (United States of America). Sócio Gerente da NextEnergy com responsabilidades na área de recursos humanos e financeira. Habilitações literárias - Licenciatura em Ciências do Ambiente,

1.º ano. 2009- 2010 – Membro do Conselho Fiscal da Associação Portuguesa para a Promoção do Hidrogénio. Administrador Não Executivo da EDA Electricidade dos Açores desde maio de 2014.

Eng.º Pedro Rafael de Sampaio e Melo Neves Ferreira: Licenciado em Engenharia Eletrotécnica pelo Instituto Superior Técnico. Conclui o MBA no INSEAD (França) e o Advanced Management Program pelas Universidade Católica e Kellogg (EUA). Iniciou a sua atividade profissional em 1998 como consultor na McKinsey & Company, concentrando-se nas áreas de energia, telecomunicações e retalho. De 2001 a 2003, trabalhou como chefe de projeto na consultora DiamondCluster, com projetos em Portugal, Espanha e Bélgica.

Ingressou na EDP em 2003, na Direção de Planeamento Energético, assumindo o respetivo cargo de Diretor responsável a partir de 2007. De 2014 a 2016 acumulou com o cargo de Diretor da Direção de Gestão do Risco. Foi responsável pelo programa de acesso à Energia do Grupo EDP entre 2013 e 2015. Membro do Conselho de Administração da Fundação EDP entre 2013 e 2014. Desempenha atualmente as funções de membro do Conselho de Administração da EDP – Gestão da Produção da Energia, S. A.. A Administrador Não Executivo da EDA Electricidade dos Açores desde setembro de 2016.

Eng.º Jorge Manuel de Oliveira Godinho: Licenciado em Engenharia Eletrotécnica, pelo Instituto Superior Técnico, realizou o MBA, pela Universidade Nova de Lisboa em 1983/1984. Administrador e Membro da Comissão Executiva da EDP – Energias de Portugal, SA, Holding do Grupo EDP de 2003/2006. Presidente da Energias do Brasil, subsidiária do Grupo EDP entre 2003/2006; neste âmbito dirigiu o IPO da empresa que tem os ativos do Grupo nesta zona geográfica. No Grupo EDP foi ainda responsável em particular pelas eólicas onde o Grupo através da sub holding ibérica Neo Energia ocupa atualmente uma das posições cimeira neste na Europa e no mundo. Foi, até 22 de maio de 2003, Presidente da Comissão Executiva da EDINFOR – Sistemas Informáticos, SA, e do Conselho de Administração da ACE - Holding, SGPS SA. Iniciou a sua carreira profissional na EDP - Electricidade de Portugal, SA (ex-CPE) em 1974 como engenheiro estagiário, entrando para os seus quadros em 1976 como responsável pelo Departamento do Meio Ambiente da Direção de Produção Térmica da EDP, tendo sido posteriormente responsável pelo Departamento de Exploração e Programação desta Direção até 1984. Desempenhou funções governativas no X e XI Governos Constitucionais, como Secretário de Estado das Pescas, de novembro de 1985 a novembro de 1990. Presidente do Conselho de Administração da Portucel, SGPS, S. A. e Portucel Industrial, S. A., entre 1990 e 1998. Foi ainda Presidente do Conselho de Administração da Docapesca, S. A., Vice-Presidente da Associação Industrial Portuguesa e Membro da Administração de várias Empresas e Instituições, designadamente, o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, Junta Nacional da Investigação Científica e Tecnológica, Fórum para com a Competitividade, EFACEC e FIEP - Fundo para a Internacionalização da Economia Portuguesa. Em representação da EDP foi Vice-presidente do Conselho de Administração da OPTIMUS, de maio de 1998 a dezembro 2000 e Administrador da OPTEP, empresa que agrupava as participações da EDP para a área de Telecomunicações (até dezembro 2000). Lecionou no IST, como Assistente e Regente de várias cadeiras do Departamento de Maquinas Elétricas. Administrador Não Executivo da EDA Electricidade dos Açores desde maio de 2008 a dezembro de 2017.

Eng.º Luís Miguel de Albuquerque Patena Forte: Licenciado em Engenharia Eletrotécnica e de Computadores pelo Instituto Superior Técnico. Tem Formação Avançada no Programa de Direção de Empresas (PDE) pela AESE (2000), e em "Sustainable Energy Markets" pelo European Energy Institute (2006-2007). Ingressou na EDP em 1988, na Equipa de Engenharia do projeto da central Termoelétrica do Pego. Foi responsável da área de Controlo & Instrumentação na central de Gasificação Integrada em Ciclo Combinado de 320 MW, durante sete anos, em Espanha. Assumiu a chefia do departamento de Controlo & Instrumentação da PROET, empresa de engenharia térmica do Grupo EDP, em 2000. Foi Diretor de Engenharia de Energia da EDP Produção em 2005, Diretor na Direção de Reequipamentos em 2010, e na área de

Engenharia de Equipamentos em 2013. Coordenou diversas equipas de engenharia em projetos de referência térmicos, biomassa, hídricos e de automação, tais como a remodelação dos sistemas de controlo de todas as centrais térmicas da EDP, o Centro de Telecontrolo da Renováveis, o desenho do despacho da EDA em S. Miguel, com o INESC, o sistema ibérico integrado de monitorização de ativos de geração convencional da EDP Produção, o projeto hídrico de Frades II de 2 x 400 MVA de velocidade variável, nova barragem do Alto da Ceira, as centrais hídricas do plano nacional de barragens, bem como diversos estudos e projetos para a EDA em centrais térmicas e de geotermia. Desenvolveu igualmente e coordenou o projeto Fotovoltaico Flutuante do Alto Rabagão, o primeiro a nível mundial em Centrais Hidroelétricas. Desde dezembro de 2017 é Diretor da nova Área de Inovação e Tecnologia da EDP Produção. Administrador Não Executivo da EDA Electricidade dos Açores desde dezembro de 2017.

CARGOS OCUPADOS PELOS ADMINISTRADORES NOUTRAS EMPRESAS:

Prof. Doutor Duarte José Botelho da Ponte: Presidente do Conselho de Administração da EDA RENOVÁVEIS, S. A.; Presidente da Direção do INOVA.

Eng.º José Luís Pimentel Amaral: Administrador da EDA RENOVÁVEIS, S. A.; Vogal da Direção do INOVA;

Dr.ª Maria do Carmo Cabrita Matias Marques Martins: Administradora da EDA RENOVÁVEIS, S. A., Presidente do Conselho de Administração da GLOBALEDA, S. A. e Presidente do Conselho de Administração da NORMA AÇORES, S. A.;

Dra. Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel: Gerente da SEGMA, LDA.; Presidente da Mesa da Assembleia Geral da EDA RENOVÁVEIS, S. A. e Presidente da Mesa da Assembleia Geral da NORMA AÇORES, S. A.;

Eng.º João Carlos Santos Correia: Gerente da SEGMA, LDA..

INFORMAÇÃO SOBRE O MODO E AS CONDIÇÕES DE CUMPRIMENTO DE FUNÇÕES RELACIONADAS COM A GESTÃO DE SERVIÇOS DE INTERESSE GERAL

A EDA presta um serviço de interesse geral tendo-lhe sido cometida em exclusivo, através de concessão, o transporte e a distribuição de energia elétrica na Região Autónoma dos Açores. O contrato de concessão, outorgado no ano 2000 e com a duração de 50 anos, regula o exercício desta atividade, a qual se encontra, também, sujeita à supervisão da ERSE - Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos.

As atividades de produção, transporte e distribuição e comercialização de energia elétrica são reguladas, estando as competências para o exercício da atividade da regulação atribuídas à Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE). Esta entidade estabelece os critérios e métodos para a formulação, cálculo e publicação das tarifas e preços para a energia elétrica e outros serviços, à definição das tarifas reguladas e estrutura tarifária e à determinação dos proveitos permitidos. As normas e parâmetros de regulação são definidos nos diversos regulamentos publicados pela ERSE, nomeadamente, Regulamento de Qualidade de Serviço, Regulamento de Relações Comerciais, Regulamento de Acesso às Redes e Interligações e Regulamento Tarifário. O serviço prestado aos clientes é objeto de avaliação e de elaboração de um relatório da qualidade de serviço que está disponível no site da empresa no endereço www.eda.pt.

EXERCÍCIO DE PODERES DE AUTORIDADE POR PARTE DE EMPRESAS QUE SEJAM TITULARES DESSE TIPO DE PODERES

A atividade concedida à EDA é considerada de utilidade pública. No corrente exercício não ocorreram processos de expropriação por utilidade pública.

REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações dos Órgãos Sociais foram fixadas pela Assembleia Geral em 31 de agosto de 2017, que determinou para o mandato 2017/19 as seguintes remunerações e benefícios sociais:

Administradores Executivos: A componente fixa da remuneração mensal ilíquida, a processar 14 vezes por ano, é de:

- a) Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva - 5.899,06 €, sobre a qual incidirão as reduções remuneratórias aplicáveis bem como os outros descontos legais em vigor;
- b) Administrador Executivo - 5.546,37 € sobre a qual incidirão as reduções remuneratórias aplicáveis bem como os outros descontos legais em vigor.

Administradores Não Executivos - A componente fixa da remuneração mensal ilíquida, a processar 12 vezes por ano é de 260,06 €;

Membros do Conselho Fiscal - A componente fixa da remuneração mensal ilíquida, a processar 12 vezes por ano, é de:

- a) Presidente do Conselho Fiscal – 600,00 €;
- b) Vogal Efetivo do Conselho Fiscal – 400,00 €.

Membros da Mesa da Assembleia Geral - Estas funções não são remuneradas;

Os valores remuneratórios brutos e outros encargos dos Órgãos Sociais no ano de 2017 corresponderam a:

Nome	Remunerações Brutas	Benefícios Sociais e Encargos	Total
Presidente do Conselho de Administração	78 457,51 €	22 970,33 €	101 427,84 €
Administrador Executivo	73 766,66 €	20 712,25 €	94 478,91 €
Administrador Executivo	73 766,66 €	20 875,09 €	94 641,75 €
Administrador Executivo	73 766,66 €	20 152,46 €	93 919,12 €
Administrador Executivo	73 766,66 €	21 832,73 €	95 599,39 €
Administrador Não Executivo	2 115,15 €	1 082,87 €	3 198,02 €
Administrador Não Executivo		441,69 €	441,69 €
Vogal do Conselho Fiscal	3 253,33 €	794,06 €	4 047,39 €
Vogal do Conselho Fiscal	1 040,24 €	253,88 €	1 294,12 €
Vogal do Conselho Fiscal	1 040,24 €	253,88 €	1 294,12 €
Vogal do Conselho Fiscal	3 253,33 €	794,06 €	4 047,39 €
Presidente do Conselho Fiscal 2	4 880,00 €	1 191,13 €	6 071,13 €
Presidente do Conselho Fiscal 1	1 040,24 €	177,44 €	1 217,68 €
ROC		Certificação legal	Outros serviços
		9 333,00 €	1 143,00 €
			Total
			10 476,00 €

Os Administradores Executivos e os Administradores Não Executivos gozam dos benefícios sociais em vigor na Sociedade para os seus trabalhadores, previstos no acordo de empresa e respetivos regulamentos e que não estejam vedados pelo n.º 1 do artigo 31.º do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2008/A de 19 de maio.

INDICAÇÃO DO NÚMERO DE REUNIÕES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO COM REFERÊNCIA SUCINTA ÀS MATÉRIAS VERSADAS

Durante o ano de 2017 o Conselho de Administração realizou 13 (treze) reuniões. As matérias versadas respeitaram à definição e acompanhamento da execução da estratégia do Grupo EDA, feita pela apreciação das contas mensais da empresa e das suas subsidiárias, à apreciação dos *Tableau de Bord* mensais, à aprovação da proposta de Relatório e Contas do ano 2016, bem como da Proposta de Plano Estratégico Plurianual e do Orçamento para 2018.

Na primeira reunião, realizada no mês de janeiro, foram prestadas informações sobre o valor final do ajustamento da compensação tarifária referente ao ano 2015 e a repercutir em 2017 e as tarifas e preços para a energia elétrica e outros serviços em 2017. Foram apresentadas as contas de novembro de 2016 e informações sobre o fecho de contas do exercício de 2016. Foi decidida a contratação para a Construção da Linha MT a 30 kV do Caminho Novo – Pico da Urze, freguesias de Urzelina, Manadas, Calheta e Ribeira Seca, concelhos de Calheta e Velas, na ilha de São Jorge.

No mês de março, foi apresentada a estimativa do fecho de contas de 2016. Foi decidida a adjudicação, por lotes, para a Aquisição de Cabos Isolados para a Média e Baixa Tensão. Foi ratificado o aumento do montante máximo do Programa de Emissões de Papel Comercial junto do BPI e aprovada a contratação de um Programa de Financiamento em forma de Papel Comercial junto do Banco Finantia. Foi ratificada a aquisição de 315.942 licenças de emissão de CO₂.

No mês de abril foi aprovado o Relatório de Gestão e as Contas de 2016 e apresentada a proposta de aplicação de resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, ambos submetidos à Assembleia Geral. Foi decidida a Adjudicação do Contrato da Empreitada de Construção da Subestação 60/30 kV de Ponta Garça, no concelho de Vila Franca do Campo, na ilha de São Miguel. Foi decidida a realização de um concurso público para a Aquisição de Lubrificantes para as Centrais Termoelétricas da EDA. Foi ratificado o reconhecimento de dívidas e acordos de pagamentos. Ainda no mês de abril, na sequência da eleição dos Órgãos Sociais, foi aprovado o Regulamento do Conselho de Administração e da Comissão Executiva e designado o Secretário da Sociedade.

Em maio foram apresentadas as contas de abril e decidida a adjudicação do Acordo Quadro para a Aquisição de Peças de Reserva para os Grupos Térmicos das Centrais Termoelétricas da EDA.

No mês de junho foram apresentadas as contas de maio e autorizada a contratação para a Empreitada de Construção do Centro de Controlo do Despacho Central, na ilha de São Miguel e a contratação para a Empreitada de Alteração do Sistema de Proteção Contra Incêndios – Nova Armazenagem e Estação de Bombagem de Água Contra Incêndios da Central Termoelétrica do Belo Jardim.

Na reunião de julho, foram apresentadas as contas do mês anterior. Foi autorizada a contratação para a Empreitada de Alteração do Sistema de Proteção Contra Incêndios - Nova Rede Geral de Distribuição de Água e Espuma SI, da Central Termoelétrica do Belo Jardim, na ilha Terceira, autorizada a alteração de cláusula no Caderno de Encargos da Empreitada de Substituição dos Autómatos da Central Termoelétrica do Caldeirão.

Em agosto, para além da apresentação das contas do mês de julho, foi autorizada a adjudicação da Empreitada da Ampliação da Central Termoelétrica do Belo Jardim, na ilha Terceira.

No mês de setembro foi decidida a alteração do Contrato Social da Empresa, nomeadamente a Proibição Legal de Emissão de Ações ao Portador. Foi autorizada a alteração à minuta do Contrato de Ampliação da Central Termoelétrica do Belo Jardim, na ilha Terceira. Foi autorizada a contratação com convite para a Empreitada de Remodelação da Subestação de Ponta Delgada – Construção Civil.

Em outubro foram apresentadas as propostas da ERSE para as tarifas 2018 e parâmetros regulatórios do triénio 2018/20. Foi decidida a adjudicação, por lotes, do Fornecimento de Lubrificantes para as Centrais Termoelétricas da EDA.

Em novembro foi aprovado o Plano Estratégico Plurianual e do Orçamento para 2018. Foram aceites os erros e omissões das peças do procedimento relativo à Empreitada de Ampliação da Central Termoelétrica do Belo Jardim, na ilha Terceira. Foi autorizada a apresentação à Assembleia Geral da proposta para a Realização de Auditoria Externa para os exercícios de 2017, 2018 e 2019 para as Demonstrações Financeiras Individuais, Consolidadas e Reguladas da EDA e Demonstrações Financeiras Individuais da EDA Renováveis e GLOBALEDA.

Na última reunião, em dezembro, após a renúncia do Administrador Não Executivo, Eng.º Jorge Manuel de Oliveira Godinho, foi cooptado o Eng.º Luís Miguel de Albuquerque Patena Forte. Foram ratificadas as adjudicações da Empreitada de Alteração do Sistema de Proteção Contra Incêndios – Nova Armazenagem e Estação de Bombagem de Água Contra Incêndios e da Empreitada de Alteração do Sistema de Proteção Contra Incêndios – Rede Geral de Distribuição de Água e Espuma SI, da Central Termoelétrica do Belo Jardim, na ilha Terceira. Foi decidida a adjudicação da Empreitada de Construção do Centro de Controlo do Despacho Central, na ilha de São Miguel. Foi aprovado o Relatório e Contas Intercalar até ao 3º trimestre de 2017 e apresentadas as contas de outubro.

A gestão corrente da sociedade foi delegada na Comissão Executiva que no exercício das suas funções realizou 44 reuniões, das quais resultaram 643 deliberações, sobre as diversas áreas de atividade da empresa, ao nível da exploração dos diversos sistemas electroprodutores, ao nível do investimento e, também, das áreas de apoio e suporte.

3.1.4.2. Ações próprias

Em 31 dezembro de 2017 a empresa não detinha ações próprias.

3.1.4.3. Negócios entre a sociedade e os seus administradores

Não existem quaisquer situações previstas no artigo 397.º do CSC.

3.1.4.4. Sucursais da sociedade

A empresa não tem quaisquer sucursais.

3.1.4.5. Factos relevantes ocorridos após o termo do período

Não ocorreram factos relevantes após o termo do exercício.

3.2. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

No exercício de 2017 a Electricidade dos Açores, SA apresentou resultados de 21 507 824,04 euros nas contas societárias preparadas numa base individual de acordo com o Sistema de Normalização Contabilístico (SNC).

Considerando que:

- 1) O código das sociedades comerciais estipula a aplicação de 5% para constituição da reserva legal e o pagamento no mínimo de dividendos de 50% dos resultados apurados distribuíveis, salvo se aprovado em contrário pelos acionistas;
- 2) Que na Assembleia Geral realizada em 15 de dezembro de 2017 os acionistas aprovaram a Proposta do Plano Plurianual e do Orçamento para 2018 que continha o pressuposto de aplicação duma taxa de 5%, sobre o capital realizado, para efeito de determinação de uma estimativa de dividendos;

O Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação de resultados:

- (i) 1 076 000,00 euros para reserva legal;
- (ii) 3 500 000,00 euros para dividendos, i.e. 0,25 € / ação, correspondente a uma remuneração média de 5% do capital social;
- (iii) o remanescente, de 16 931 824,04 euros para resultados transitados.

Ponta Delgada, 17 de abril de 2018

O Conselho de Administração

Duarte José Botelho da Ponte

Duarte José Botelho da Ponte

José Luís Pimentel Amaral

José Luís Pimentel Amaral

Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel

Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel

João Manuel Bandeira dos Santos

João Manuel Bandeira dos Santos

Luís Miguel de Albuquerque Pateira Forte

Luís Miguel de Albuquerque Pateira Forte

Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro

Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro

João Carlos Santos Correia


João Carlos Santos Correia

João Carlos Chaves de Sousa Braga


João Carlos Chaves de Sousa Braga

Pedro Rafael Sampaio M. Neves Ferreira

Pedro Rafael Sampaio M. Neves Ferreira

4. Apreciação e certificação de contas individuaisHandwritten signatures and initials in black ink, including a large signature on the left and several smaller ones on the right.

4.1. DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS – ELECTRICIDADE DOS AÇORES S. A.
31 de dezembro de 2017

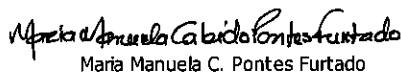


4.1.1. Balanço


		31 de dezembro	
		2017	2016
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	171.077.759	170.692.644
Propriedades de investimento	7	2.120.231	2.182.487
Ativos intangíveis	8	195.902.309	196.432.613
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	9	112.381.902	108.112.898
Outros investimentos financeiros	10	239.188	343.731
Créditos a receber	11	5.458.914	208.478
Ativos por impostos diferidos	12	5.437.497	9.231.569
		492.617.799	487.204.420
Corrente			
Inventários	13	9.623.881	7.537.493
Clientes	14	29.694.660	30.610.650
Estado e outros entes públicos	15	1.986.670	1.187.072
Outros créditos a receber	11	6.583.304	5.783.508
Diferimentos	16	523.373	585.817
Caixa e depósitos bancários	4	5.165.105	4.344.383
		53.576.993	50.048.923
Total do ativo		546.194.792	537.253.343
Capital próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital subscrito	17	70.000.000	70.000.000
Reservas legais	18	12.170.000	11.200.000
Outras reservas	18	346.796	346.796
Resultados transitados	18	103.305.336	102.667.789
Ajustamento/outras variações no capital próprio	19	17.023.913	19.745.887
Resultado líquido do período	-	21.507.824	19.216.582
Total do capital próprio		224.353.869	223.177.054
Passivo			
Não corrente			
Financiamentos obtidos	20	175.183.887	168.367.811
Responsabilidades por benefícios pós emprego	21	12.902.738	13.914.118
Passivos por impostos diferidos	12	2.937.077	1.805.983
Outras dívidas a pagar	22	1.900.797	9.663.593
		192.924.499	193.751.505
Corrente			
Fornecedores	23	15.294.476	13.496.376
Estado e outros entes públicos	15	2.565.923	3.307.765
Financiamentos obtidos	20	91.235.721	77.026.562
Outras dívidas a pagar	22	19.820.304	26.494.081
		128.916.424	120.324.784
Total do passivo		321.840.923	314.076.289
Total do capital próprio e do passivo		546.194.792	537.253.343

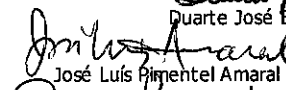
As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

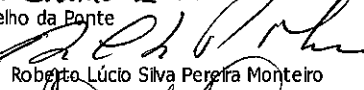
O Contabilista Certificado



 Maria Manuela C. Pontes Furtado

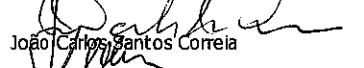
O Conselho de Administração

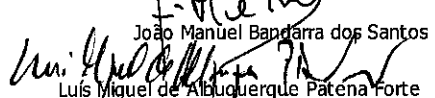

 Duarte José Botelho da Ponte

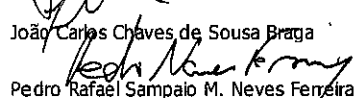
 José Luís Pimentel Amaral


 Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro

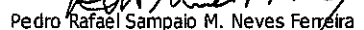
 Gilda Maria Bairos Cabral Pimenta

 João Carlos Santos Correia

 João Manuel Bandarra dos Santos

 João Carlos Chaves de Sousa Braga

 Luís Miguel de Albuquerque Patena Forte

 Pedro Rafael Sampaio M. Neves Ferreira

4.1.2. Demonstração dos resultados

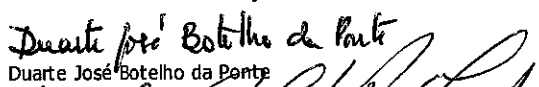
	Nota	Período	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	24	177.167.421	164.126.925
Subsídios à exploração	-	32.789	19.555
Ganhos/ perdas imputados de subsidiárias e associadas	9	10.077.808	7.750.990
Trabalhos para a própria entidade	25	1.546.411	1.877.406
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	26	(83.286.405)	(71.289.725)
Fornecimentos e serviços externos	27	(19.773.368)	(19.840.827)
Gastos com o pessoal	28	(27.482.232)	(26.545.933)
Imparidade de inventários (perdas/ reversões)	13	-	(357.097)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	11,14	(264.491)	(616.612)
Aumentos/reduções de justo valor	10	(693)	(15.301)
Outros rendimentos	29	4.326.476	3.829.705
Outros gastos	30	(9.718.467)	(9.383.703)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		52.625.249	49.555.383
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6,7,8	(23.098.227)	(23.197.832)
Imparidade de investimentos depreciáveis/ amortizáveis (perdas/ reversões)	7	-	(335.582)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		29.527.022	26.021.969
Juros e rendimentos similares obtidos	31	1.498	7.819
Juros e gastos similares suportados	31	(3.152.298)	(3.651.137)
Resultado antes de impostos		26.376.222	22.378.651
Imposto sobre o rendimento do período	32	(4.868.398)	(3.162.069)
Resultado líquido do período		21.507.824	19.216.582
Resultado por ação básico		1,536	1,373

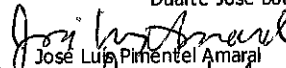
As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

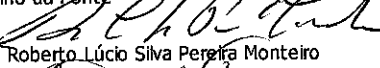
O Contabilista Certificado



 Maria Manuela C. Pontes Furtado


O Conselho de Administração



 Duarte José Botelho da Ponte

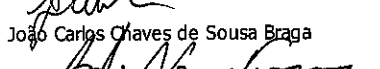

 José Luís Pimentel Amaral



 Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro

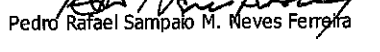

 Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel


 João Carlos Santos Correia


 João Manuel Bandarra dos Santos


 João Carlos Chaves de Sousa Braga


 Luís Miguel de Albuquerque Patena Forte


 Pedro Rafael Sampaio M. Neves Ferreira

4.1.3. Demonstração das alterações no capital próprio

	Nota	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
A 1 de janeiro de 2016		70.000.000	10.500.000	346.796	98.750.130	22.495.511	13.141.887	215.234.324
Alterações no período		-	-	-	32.034	289.029	-	321.063
Ajustamentos por impostos diferidos		-	700.000	-	12.285.625	(3.038.653)	(13.141.887)	(3.194.915)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	700.000	-	12.317.659	(2.749.624)	(13.141.887)	(2.873.852)
Resultado líquido do período		-	-	-	(8.400.000)	-	19.216.582	19.216.582
Resultado integral		-	-	-	-	-	19.216.582	19.216.582
Outras operações no período	18, 33	-	-	-	(8.400.000)	-	-	(8.400.000)
Distribuições		-	-	-	(8.400.000)	-	-	(8.400.000)
A 31 de dezembro de 2016		70.000.000	11.200.000	346.796	102.667.789	19.745.887	19.216.582	223.177.054
Alterações no período		-	-	-	(107.262)	288.148	-	180.887
Ajustamentos por impostos diferidos		-	970.000	-	18.769.809	(3.010.122)	(19.216.582)	(2.486.896)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	18	-	970.000	-	18.662.547	(2.721.974)	(19.216.582)	(2.306.009)
Resultado líquido do período		-	-	-	(18.025.000)	-	-	(18.025.000)
Resultado integral		-	-	-	-	-	21.507.824	21.507.824
Outras operações no período		-	-	-	(18.025.000)	-	-	(18.025.000)
Distribuições	18, 33	-	-	-	103.305.336	17.023.913	21.507.824	224.353.869
A 31 de dezembro de 2017		70.000.000	12.170.000	346.796	103.305.336	17.023.913	21.507.824	224.353.869

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

 Maria Manuela C. Pontes Furtado
 Maria Manuela C. Pontes Furtado

O Conselho de Administração

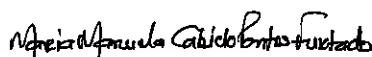
<i>Luís Miguel de Albuquerque</i>	<i>Duarte José Bojeiro da Ponte</i>
Luís Miguel de Albuquerque	Duarte José Bojeiro da Ponte
<i>João Manuel Bandeira dos Santos</i>	<i>Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro</i>
João Manuel Bandeira dos Santos	Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro
<i>João Carlos Chaves de Sousa Braga</i>	<i>João Carlos Santos Correia</i>
João Carlos Chaves de Sousa Braga	João Carlos Santos Correia
<i>Pedro Rafael Sampaio M. Neves Ferreira</i>	
Pedro Rafael Sampaio M. Neves Ferreira	

4.1.4. Demonstração de fluxos de caixa


	Nota	Período	
		2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		180.404.366	188.623.238
Pagamentos a fornecedores		(116.762.278)	(109.371.336)
Pagamentos ao pessoal		(26.163.283)	(27.652.161)
		37.478.805	51.599.741
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		(779.274)	3.347.600
Outros recebimentos/ pagamentos		(22.635.043)	(27.201.752)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		14.064.488	27.745.589
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(9.849.347)	(6.840.781)
Ativos intangíveis		(9.037.329)	(1.641.506)
Recebimentos provenientes de:			
Outros Ativos		103.850	-
Subsídios ao investimento		1.028.517	843.798
Dividendos	9	4.204.282	3.997.441
Fluxos de caixa das atividades de investimento		(13.550.028)	(3.641.048)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		33.040.000	58.000.000
Juros e rendimentos similares obtidos		3.140	12.090
Outras operações de financiamento		158.081.914	127.213.979
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(19.656.652)	(75.385.434)
Juros e gastos similares suportados		(3.042.140)	(4.680.079)
Dividendos	33	(18.025.000)	(8.400.000)
Outras operações de financiamento		(150.095.000)	(124.452.400)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		306.261	(27.691.844)
Variação de caixa e seus equivalentes		820.722	(3.587.303)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	4.344.383	7.931.686
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	5.165.105	4.344.383

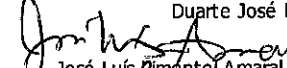
As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.


O Contabilista Certificado



Maria Manuela C. Pontes Furtado


O Conselho de Administração

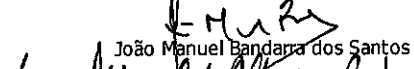

Duarte José Botelho da Ponte

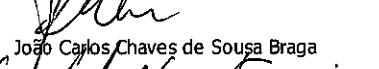

José Luís Pimentel Amaral



Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro



Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel


João Carlos Santos Cofoira


João Manuel Bandarra dos Santos


João Carlos Chaves de Sousa Braga


Luís Miguel de Albuquerque Patena Forte


Pedro Rafael Sampaio M. Neves Ferreira

L
F
de
19/12/17
de
19/12/17
de
19/12/17

4.2. Anexo às demonstrações financeiras

1	INTRODUÇÃO	67
2	REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	70
3	PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	70
4	FLUXOS DE CAIXA	82
5	POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS	82
6	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	83
7	PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	85
8	ATIVOS INTANGÍVEIS	86
9	PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	89
10	OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS	92
11	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	93
12	ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	94
13	INVENTÁRIOS	96
14	CLIENTES	96
15	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	97
16	DIFERIMENTOS	98
17	CAPITAL SUBSCRITO	98
18	OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS	99
19	AJUSTAMENTOS/OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	100
20	FINANCIAMENTOS OBTIDOS	100
21	OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE REFORMA E OUTROS	102
22	OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR	107
23	FORNECEDORES	108
24	VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	108
25	TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	109
26	CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	109
27	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	110
28	GASTOS COM PESSOAL	110
29	OUTROS RENDIMENTOS	111
30	OUTROS GASTOS	111
31	GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS	112
32	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	112
33	DIVIDENDOS	113
34	COMPROMISSOS	114
35	CONTINGÊNCIAS	114
36	MATÉRIAS AMBIENTAIS	115
37	PARTES RELACIONADAS	115
38	DISPOSIÇÕES LEGAIS	117
39	EVENTOS SUBSEQUENTES	118

h
L
A
J
S
R
W

Anexo às demonstrações financeiras

1 Introdução

A EDA – Electricidade dos Açores, S.A., (referida neste documento como EDA ou Empresa), foi transformada em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, pelo Decreto-Lei nº. 79/97, de 8 de abril.

Em 30 de novembro de 1999, a Região Autónoma dos Açores transmitiu à EDP Participações, SGPS, SA, um lote de 1.148.163 ações correspondentes a 10% do capital social da EDA. Na primeira e segunda fase do processo de reprivatização direta do capital social da EDA, aprovadas pelo Decreto-Lei nº.243/2004, de 31 de dezembro de 2004, foram alienadas ações representativas de 39,9% do capital social, respetivamente, um lote indivisível de 4.748.100 ações (por concurso público) à ESA – Energia e Serviços dos Açores, SGPS, SA e um lote de 837.900 ações através da oferta pública aos trabalhadores, pequenos subscritores e emigrantes. As ações representativas do capital subscritas pela Região Autónoma dos Açores só poderão ser transmitidas para outros entes públicos por deliberação do Governo Regional.

A EDA rege-se pelo seu Estatuto, pelas normas reguladoras das sociedades anónimas e por disposições do Governo Regional relacionadas com o setor da eletricidade e com a própria empresa.

A Empresa detém, presentemente, como principais atividades, a produção, a aquisição, o transporte, a distribuição e a venda de energia elétrica, bem como o exercício de outras atividades relacionadas com aquelas. Nos termos do contrato de concessão da gestão do sistema, o transporte e a distribuição de energia elétrica celebrado com a Região Autónoma dos Açores, a EDA tem a responsabilidade de exercer a atividade que é objeto da concessão pelo prazo de 50 anos, contados a partir de 12 de outubro de 2000, data da aprovação da Resolução nº 181/2000, publicada no Jornal Oficial, I Série, nº 41/2000.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em 17 de abril de 2018, estando ainda sujeitas à aprovação pelos acionistas. É opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da EDA, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

Adicionalmente a EDA prepara demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS como estabelecido no nº 2, do artigo 4º do Decreto-Lei nº. 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo decreto-lei nº 98/2015, de 2 de julho, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística.

1.1 – Atividades concessionadas e reguladas

A concessão do transporte e distribuição de energia elétrica para Região Autónoma dos Açores foi atribuída à EDA, conforme o Decreto Legislativo Regional nº 15/96/A, de 1 de agosto, pelo período de 50 anos, a contar da data de 12 outubro de 2000. A concessão tem por objeto a gestão técnica global do sistema elétrico de cada uma das ilhas, o transporte e distribuição de energia elétrica, bem como a construção das infraestruturas que a integram.

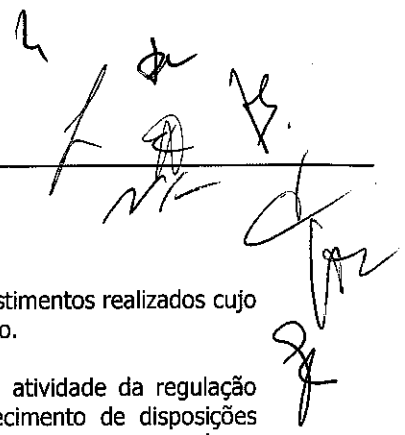
A atividade da concessão compreende:

- a) A receção da energia elétrica;
- b) O transporte de energia elétrica;
- c) A distribuição da energia elétrica;
- d) A gestão técnica global do sistema elétrico de cada uma das ilhas.

A concessão é exercida em regime de serviço público, devendo a EDA (concessionária) adquirir a energia necessária à prestação do serviço público aos produtores, quer vinculados quer não vinculados ao serviço público, em condições não discriminatórias. A concessionária deve assegurar o fornecimento de energia elétrica de forma permanente e contínua.

Pelo decurso do prazo da concessão, os bens afetos à concessão reverterem para a entidade concedente (RAA). A entidade concedente pagará à entidade concessionária uma indemnização pelo valor líquido contabilístico dos

NRE



investimentos realizados e não amortizados, carecendo de aprovação do concedente os investimentos realizados cujo período de depreciação excedam o prazo da concessão remanescente, à data do investimento.

As atividades da concessão são reguladas, estando as competências para o exercício da atividade da regulação atribuídas à Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), através do estabelecimento de disposições aplicáveis aos critérios e métodos para a formulação, cálculo e publicação das tarifas e preços para a energia elétrica e outros serviços, à definição das tarifas reguladas e respetiva estrutura, à determinação dos proveitos permitidos, às obrigações em matéria de prestação de informação e, ainda, à convergência tarifária dos sistemas elétricos públicos.

As tarifas de eletricidade a cobrar aos consumidores são fixadas anualmente pela ERSE em função da regulamentação constante do Regulamento Tarifário, onde para além da metodologia de determinação do nível de proveitos a proporcionar por cada tarifa, se caracteriza a metodologia de cálculo tarifário e a forma de determinação da estrutura das tarifas.

A estrutura das tarifas de Venda a Clientes Finais, nas Regiões Autónomas resulta da aplicação do princípio da aditividade tarifária que consiste na definição de tarifas de Venda a Clientes Finais com preços que resultam da adição dos preços das tarifas por atividade aplicáveis em cada nível de tensão e opção tarifária aos clientes do comercializador de último recurso, nomeadamente: tarifas de Uso Global do Sistema, Uso da Rede de Transporte, Uso da Rede de Distribuição, Energia e Comercialização.

As tarifas são estabelecidas de forma a proporcionar à entidade concessionária da RNT e aos detentores de licença vinculada de distribuição um montante de proveitos calculados de acordo com as disposições constantes no Regulamento Tarifário, sendo construídas com base em estimativas de vendas de energia e custos operacionais e de investimento entregues pelas empresas reguladas, sendo previamente sujeitas a um processo de aceitação pelo regulador.

Dado que as tarifas fixadas têm por base estimativas de venda de energia e custos aceites, existe um mecanismo de ajustamento que permite incluir nas tarifas do ano $n+1$ e $n+2$ o valor do respetivo ajustamento e, desta forma, a empresa pode recuperar ou devolver aos consumidores o montante que resulta da aplicação deste mecanismo, referente ao ano n .

Os valores da convergência tarifária das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira são incluídos na Tarifa de Uso Global do Sistema que é aplicada pelos distribuidores vinculados aos fornecimentos a clientes do comercializador de último recurso e às entregas a clientes no mercado liberalizado.

Desde 2003, primeiro ano da fixação pela ERSE das tarifas praticadas pela empresa concessionária do transporte e distribuição da Região Autónoma dos Açores (RAA), à EDA – Electricidade dos Açores, S.A., até 2008, foi aplicada uma metodologia de regulação por custos aceites para todas as atividades reguladas da empresa. A partir de 2009, a ERSE alterou a forma de regulação das atividades de Distribuição de Energia Elétrica e de Comercialização de Energia Elétrica, que passou a ser efetuada por *price cap*, com o objetivo de incentivar a empresa a obter maiores ganhos de eficiência naquelas atividades. Quanto à atividade Aquisição de Energia Elétrica e Gestão do Sistema manteve-se o mesmo tipo de regulação baseada em custos aceites e na aplicação de uma taxa de remuneração sobre os ativos líquidos.

Para o período de regulação 2012-2014, a ERSE, através do Regulamento Tarifário publicado em julho de 2011, reviu as metodologias de regulação das atividades desenvolvidas pela Empresa.

A atividade de Aquisição de Energia Elétrica e Gestão do Sistema, está sujeita a regulação por incentivos, com a definição de metas de eficiência para o OPEX, mediante a aplicação da metodologia de regulação por *revenue cap* ao nível destes custos, com exceção dos custos com operação e manutenção de equipamentos produtivos afetos a esta atividade.

Para as atividades de Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica, manteve-se a regulação por *price cap*.

Para todas as atividades reguladas, o CAPEX tem uma regulação por custos aceites.

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the letters 'h', 'A', and 'X'.

Em dezembro de 2013, a ERSE procedeu à revisão de algumas disposições do Regulamento Tarifário com o objetivo de adaptar o mesmo ao atual quadro jurídico nacional, designadamente os diplomas aprovados em 2012 e 2013, bem como a introdução do mecanismo de correção dos desvios provisórios ocorridos ao nível do custo com capital das atividades reguladas. Estas alterações foram materializadas através da publicação da Diretiva N.º 24/2013, de 13 de dezembro de 2013.

O Artigo 117-A.º da Diretiva 24/2013, estabelece que a correção dos desvios provisórios do custo com capital, referente ao ano n-1, é determinada de acordo com a estimativa dos ativos fixos para esse ano e aplicada a taxa de remuneração definitiva.

Para o período regulatório 2015-2017, os proveitos permitidos que integram anualmente as tarifas, serão determinados, de acordo com as disposições constantes no Regulamento Tarifário em vigor, sendo construídos com base em valores previsionais, que resultam quer dos custos aceites pelo regulador, quer da aplicação dos parâmetros fixados para aquele período de regulação, aos respetivos indutores de custos, para cada atividade regulada. Dado que os proveitos permitidos, previstos para as tarifas, assentam nos pressupostos anteriormente descritos, existe um mecanismo de ajustamento que permite incluir nas tarifas do ano n+1 e n+2, o diferencial que decorre da comparação daqueles com os valores efetivamente realizados, e, desta forma, a empresa pode recuperar ou devolver aos consumidores o montante que resulta da aplicação deste mecanismo, referente ao ano n.

Para o período regulatório 2015-2017, mantêm-se as metodologias de regulação aplicadas no anterior período regulatório 2012-2014. Relativamente à remuneração dos ativos, o regulador também manteve o princípio de equiparação do custo de capital afeto a cada uma das atividades da EDA, face às atividades equivalentes das empresas congéneres do Continente. Destaca-se a alteração verificada no indexante para determinação do custo de capital quando comparado com o período regulatório 2012-2014, passando a utilizar-se as *yields* das Obrigações do Tesouro a 10 anos (em substituição dos *Credit Default Swap*), mantendo-se, assim, a indexação do valor do custo de capital base à evolução dos mercados.

Os custos com os combustíveis para a produção de energia elétrica, conforme Regulamento Tarifário de dezembro de 2014, correspondem:

- ao custo unitário praticado no mercado primário de referência, acrescido de margem de comercialização, e
- aos custos eficientes com a descarga, armazenamento, transporte e comercialização de combustível, que foi determinada pela ERSE em resultado de um estudo realizado por um consultor externo.

A Lei do Orçamento de Estado 2014 (Lei n.º 83-C/2013) aprovada em 31 de dezembro de 2013, estabeleceu uma contribuição extraordinária sobre o sector energético (CESE), com o propósito de financiar mecanismos que promovam a sustentabilidade sistémica do sector energético, através da constituição de um fundo que visa contribuir para a redução da dívida tarifária e para o financiamento de políticas sociais e ambientais do sector energético. Esta contribuição incide, entre outras, sobre a atividade de produção, transporte ou distribuição de eletricidade.

A Lei n.º 7-A/2016, alargou às regiões autónomas dos Açores e da Madeira, os princípios considerados através do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto, e do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 230/2008, de 27 de novembro, que conferem aos municípios do território continental uma renda paga pelas concessionárias no âmbito das concessões atribuídas para a distribuição de eletricidade em baixa tensão.

Nas regiões autónomas, sendo as concessões atribuídas ao nível regional e sem equivalente compensação, os municípios não dispunham deste benefício, permanecendo numa situação de desigualdade face aos municípios do continente, apesar de, também no seu território, as concessionárias ou entidades distribuidoras utilizarem os bens de domínio público e privado municipal.

A Lei n.º 7-A/2016, vem assim corrigir esta desigualdade, atendendo à especificidade das condições de concessão regionais, atribuindo aos municípios das regiões autónomas uma remuneração pela utilização dos mencionados bens de domínio público e privado, calculada de modo equivalente às rendas pagas pelas concessionárias aos municípios do território continental, com efeitos a partir de 2016.

Os critérios da tarifa social foram alterados pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, "Lei do Orçamento de Estado de 2016", alteração que pretende aumentar o atual número de beneficiários efetivos. Em 8 de abril de 2016, o despacho n.º 5138-A/216, que procedeu à revogação do ASECE, aprovou que a tarifa social passasse a integrar esta componente,

Handwritten signature or initials in the bottom left corner.

Handwritten initials and signatures in the top right corner, including 'L', 'X', and several illegible signatures.

passando o desconto social suportado pela tarifa social a ser de 33,8% sobre a fatura a partir de 1 de julho de 2016, sendo aplicado pela EDA com efeitos retroativos a partir de setembro de 2017.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho, que alterou o Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho, e de acordo com a estrutura concetual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e Normas Interpretativas ("NI") consignadas, respetivamente, nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho de 2015, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC").

Acresce referir que o modelo das demonstrações financeiras e quadro de contas também foram alterados, respetivamente, pela Portaria nº 220/2015 de 24 de julho de 2015 e Declaração de Retificação nº 41-B/2015 de 21 de setembro de 2015 e pela Portaria nº 218/2015 de 23 de julho de 2015 e Declaração de Retificação nº 41-A/2015 de 21 de setembro de 2015.

De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "NCRF".

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela EDA, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.24.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

A 31 de dezembro de 2017, o ativo corrente é inferior ao passivo corrente em 75.339.431 euros. A Empresa tem ainda 50.000.000 euros em linhas de papel comercial disponíveis e não utilizados, com vencimento até um ano, sendo renováveis automaticamente por iguais períodos, até ao máximo de 5 anos, bem como 83.790.000 euros em linhas de crédito disponíveis. As linhas de crédito com vencimento até 1 ano são renováveis de forma automática, anual ou

de R A h
na
de
pe
de

trimestralmente, enquanto as linhas de crédito com vencimento após 1 ano não têm limite definido. Adicionalmente, a Empresa gera suficientes fluxos de caixa para suprir quaisquer outras necessidades.

Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo as entidades com finalidades especiais) sobre as quais a EDA tem o poder de decidir sobre as políticas financeiras ou operacionais, a que normalmente está associado o controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto. Na avaliação de controlo foi considerado para além dos poderes de voto, o poder de definir as políticas financeiras e operacionais, e o poder de nomear a Gestão das subsidiárias.

Nas demonstrações financeiras individuais a valorização dos investimentos em subsidiárias é efetuada de acordo com o método de equivalência patrimonial.

As políticas contabilísticas das subsidiárias são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente com as da EDA, na aplicação do método da equivalência patrimonial.

A aquisição de subsidiárias é registada pelo método de compra. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição acrescido dos custos diretamente atribuíveis à aquisição. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial, são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses minoritários. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da participação da EDA nos ativos identificáveis adquiridos é registado como *goodwill*. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na Demonstração dos resultados.

Associadas

Os investimentos em associadas são apresentados pelo valor resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial. Segundo este método, as demonstrações financeiras incluem a quota-parte no total de ganhos e perdas reconhecidos desde a data em que a influência significativa começa até à data em que efetivamente termina. As associadas são entidades sobre as quais a EDA tem entre 20% e 50% dos direitos de voto, ou sobre as quais a Empresa tenha influência significativa, mas que não possa exercer o seu controlo.

Ganhos ou perdas não realizadas em transações entre a Empresa e as suas associadas são eliminados. Os dividendos atribuídos pela participada são considerados reduções do investimento detido.

O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela da EDA nos ativos identificáveis adquiridos é registado como parte do valor inicialmente registado como investimento em associadas. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na Demonstração dos resultados.

Quando a quota-parte das perdas de uma associada excede o investimento na associada, a Empresa reconhece perdas adicionais se tiver assumido obrigações ou tenha efetuado pagamentos em benefício da associada.

3.1. Conversão cambial

i) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da EDA e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros (moeda funcional), salvo indicação explícita em contrário.

ii) Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do Balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na Demonstração dos resultados, na rubrica de gastos de financiamento, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

MR

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

iii) **Cotações utilizadas**

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

Moeda	2017	2016
USD	1,1993	1,0541
GBP	0,8872	0,8562

Fonte: Cotações do Banco Central Europeu à data de 31 de Dezembro

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos com empréstimos obtidos para a construção de ativos fixos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que aumentem a vida útil, ou a capacidade dos ativos gerarem benefícios económicos são capitalizados no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que ocorrem.

Os gastos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros serão considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos quando se traduzam em montantes significativos e mensuráveis.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações nos restantes ativos são calculadas utilizando o método das quotas constantes por duodécimos. As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	Entre 6 e 50 anos
Equipamento básico	
Produção termoelétrica	Entre 3 e 40 anos
Contadores	16 anos
Equipamento de transporte	Entre 4 e 8 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 e 16 anos
Outros ativos fixos tangíveis	Entre 4 e 20 anos

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos benefícios económicos gerados pelos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Handwritten signature or initials at the bottom left.

de h B
A
m
A
d
g

Os ativos fixos tangíveis para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, as depreciações dos ativos são recalculadas prospetivamente de acordo com o valor recuperável.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na Demonstração dos resultados.

3.3. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento que se referem a ativos detidos para obtenção de rendas são mensuradas ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

3.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis registados no balanço referem-se a direitos de utilização de software, a licenças de emissão de dióxido de carbono (licenças CO₂) adquiridas e ao direito de concessão resultante da aplicação da IFRIC 12 – Acordos de serviço de concessão.

Os ativos intangíveis são inicialmente reconhecidos e mensurados: (i) ao preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e (ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

A EDA valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, sendo o ativo escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada.

Programas de computador

A EDA capitaliza na rubrica de programas de computador os custos incorridos com o desenvolvimento de aplicações informáticas para uso interno bem como a aquisição de licenças de utilização e de upgrade. Estes ativos são amortizados entre 3 e 5 anos.

Licenças emissões de gases (CO₂)

As atividades desenvolvidas pela EDA envolvem a queima de combustíveis fósseis com a consequente emissão de gases de carbono (CO₂).

As licenças de carácter ambiental resultam da atividade operacional ou de negociação.

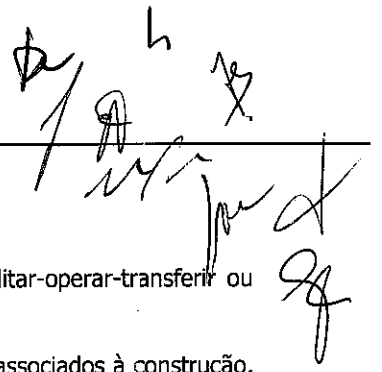
As licenças para consumo próprio são reconhecidas como ativo intangível sendo mensuradas ao preço de aquisição, enquanto que as licenças detidas para negociação são registadas ao preço de aquisição e ajustadas para o justo valor correspondente ao preço de mercado. Os rendimentos e gastos resultantes destes ajustamentos são reconhecidos em resultados do ano.

Direitos de concessão

A empresa tem uma concessão atribuída para as atividades de gestão do sistema, do transporte e distribuição de energia elétrica na RAA. Os ativos adquiridos/construídos pela EDA, ao abrigo destes contratos de concessão, referidos como ativos da concessão, compreendem essencialmente ativos fixos tangíveis cuja construção/aquisição a EDA permuta pelo direito de explorar o serviço público associado.

De acordo com a IFRIC 12, um acordo de serviço de concessão envolve normalmente uma entidade (o operador) que constrói a infraestrutura utilizada na prestação do serviço público, que a desenvolve (por exemplo, aumento da capacidade existente) e faz a manutenção e operação da mesma por um período específico. O operador é remunerado pelos serviços prestados pelo período do acordo. O acordo de serviço de concessão é regulado por um contrato de concessão que estabelece os níveis de serviço, os mecanismos de ajustamento de preços e a resolução de disputas.

NEAR



Estes contratos de concessão podem ser designados por construir-operar-transferir, reabilitar-operar-transferir ou público-privado.

Tendo em conta o disposto no contrato de concessão, a EDA suporta, para além dos riscos associados à construção, o risco de disponibilidade e, nos moldes previstos no regulamento tarifário, os riscos de procura, pelo que o investimento efetuado nos bens da concessão encontra-se registado de acordo com o modelo do ativo intangível.

O regime geral subjacente à aplicação da IFRIC 12 é a aplicação retrospectiva desde a data de início da concessão (no caso da EDA o período de 2000), sendo no entanto permitida a aplicação prospetiva quando seja impraticável efetuar a aplicação retrospectiva em particular no que diz respeito às bases de mensuração. Tendo em conta que: (i) a prossecução do objeto da concessão implica investimento significativo recorrente, e (ii) que as atividades no âmbito da concessão são reguladas pela ERSE, que determina as tarifas a praticar e os montantes de convergência tarifária a faturar em cada ano, considerou-se que era economicamente impraticável aplicar a IFRIC 12 à data de início da concessão pelo que a EDA procedeu à aplicação da IFRIC 12 prospetivamente desde 1 de janeiro de 2009.

São classificados como custo do ativo intangível os valores investidos referentes à construção, expansão e requalificação das infraestruturas que constituem o estabelecimento da concessão. Considerando as características das infraestruturas associadas à prestação do serviço público de fornecimento de energia elétrica, parte significativa dos investimentos são referentes à ampliação e remodelação da rede e a equipamentos de contagem e medição do consumo.

Relativamente aos investimentos de substituição/renovação das infraestruturas, de acordo com a IFRIC 12 estes custos só são passíveis de registo como parte do direito da concessão, na medida em que tenham retribuição associada.

No caso da EDA, tendo em conta o modelo regulatório em vigor para o triénio 2015 – 2017, concorre para a formação das tarifas a que a EDA tem direito para remunerar a sua atividade, o valor da amortização estimada do ativo médio estimado afeto à atividade regulada, com base nos parâmetros definidos pela ERSE no início de cada período regulatório (3 anos), acrescido de uma taxa de remuneração a qual tem por base tanto os investimentos novos e de expansão como os de substituição e renovação. Deste modo, são considerados como custos do ativo intangível tanto os primeiros como os segundos.

No que respeita à amortização, a IFRIC 12 remete diretamente para o normativo dos ativos intangíveis que corresponde no SNC à NCRF 6, a qual refere que os ativos intangíveis têm de ser amortizados numa base sistemática que reflita o padrão de consumo dos benefícios económicos associados ao mesmo. No caso da EDA, o ativo intangível registado corresponde ao direito de explorar o serviço público concessionado, pelo que os benefícios económicos associados são os que advêm das tarifas a praticar durante o período da concessão.

3.5. Imparidade de ativos não financeiros

A Empresa avalia os ativos não financeiros para efeitos de imparidade consoante a sua natureza.

Os ativos com vida útil indefinida não estão sujeitos a depreciação/amortização, mas são objeto de testes de imparidade anuais realizados à data do relato financeiro anual. Os ativos com vida útil definida são revistos quanto à imparidade quando eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras possa não ser recuperável.

Para efeitos de determinação da existência de imparidade a Empresa calcula o valor recuperável do ativo ou conjunto de ativos. O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Empresa regista a respetiva perda por imparidade.

Os ativos não financeiros, que não o *goodwill*, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, as amortizações e depreciações dos ativos são recalculadas prospetivamente de acordo com o valor recuperável.



Handwritten initials and signatures in the top right corner, including 'A', 'h', 'X.', 'M/A', 'JZ', and 'Sg'.

3.6. Ativos financeiros

A Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros são classificados/mensurados como:

- (a) Ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na Demonstração dos resultados.

A EDA classifica e mensura ao custo amortizado, os ativos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os ativos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

São registados ao custo amortizado os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros créditos a receber, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A EDA classifica e mensura ao justo valor os ativos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo amortizado. São registados ao justo valor os ativos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo e ativos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados de período, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

A EDA avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a EDA reconhece uma perda por imparidade na Demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses ativos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.7. Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente ao justo valor da data da transação sendo valorizados subsequentemente ao justo valor. O método do reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor depende da designação que é feita dos instrumentos financeiros derivados. Quando se tratem de instrumentos financeiros derivados de negociação, os ganhos e perdas de justo valor são reconhecidos no resultado do período nas rubricas de custos ou proveitos financeiros. Quando designados como instrumentos financeiros derivados de cobertura, o reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor dependem da natureza do item que está a ser coberto, podendo tratar-se de uma cobertura de justo valor ou de uma cobertura de fluxos de caixa.

Numa operação de cobertura de justo valor de um ativo ou passivo (*fair value hedge*), o valor desse ativo ou passivo, determinado com base na respetiva política contabilística, é ajustado de forma a refletir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura de justo valor são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos ativos ou dos passivos coberto atribuíveis ao risco coberto.

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (*cash flow hedge*), a parte eficaz das variações de justo valor do derivado de cobertura são reconhecidas em reservas no Capital próprio, sendo transferidas para resultados nos períodos em que o respetivo item coberto afeta resultados. A parte ineficaz da cobertura é registada em resultados no momento em que ocorre.

Handwritten initials 'M/A' at the bottom left.

de h 30
A
m
j
d
g

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, a EDA não tem negociados quaisquer instrumentos financeiros derivados.

3.8. Inventários

Os inventários referem-se a materiais utilizados nas atividades internas de manutenção e conservação, assim como combustíveis utilizados na produção de energia termoe elétrica.

Os inventários são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui todos os custos de compra, custos de transformação e outros custos incorridos para colocar os inventários no local e condição necessária para o seu uso/consumo.

Os inventários são reduzidos por imparidade quando apresentam sinais de obsolescência técnica ou há lugar à descontinuação dos equipamentos a que se referem.

O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado.

3.9. Clientes e Outros créditos a receber

As rubricas de Clientes e Outros créditos a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade quando aplicável. As perdas por imparidade dos clientes e créditos a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na Demonstração dos resultados, em Imparidade de dívidas a receber, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou deixem de se verificar.

O montante de perda por imparidade para um instrumento financeiro mensurado ao custo ou ao custo amortizado é a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente (atual) dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro efetiva inicial do ativo financeiro.

Os saldos de clientes e outros créditos a receber são desreconhecidos quando:

- (a) Os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram; ou
- (b) A entidade transfere para outra parte todos os riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro; ou
- (c) A entidade, apesar de reter alguns riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro, tenha transferido o controlo do ativo para uma outra parte e esta tenha a capacidade prática de vender o ativo na sua totalidade a uma terceira parte não relacionada e a possibilidade de exercício dessa capacidade unilateralmente sem necessidade de impor restrições adicionais à transferência. Se tal for o caso a entidade deve: (i) desreconhecer o ativo; e (ii) reconhecer separadamente qualquer direito e obrigação criada ou retida na transferência.

3.10. Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de Caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com maturidades iniciais até 3 meses, que possam ser imediatamente mobilizados sem risco significativo de flutuações de justo valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica Financiamentos obtidos, e são considerados na elaboração da Demonstração de fluxos de caixa, como Caixa e equivalentes de caixa.

3.11. Capital

O capital estatutário da Empresa corresponde às ações subscritas pelos acionistas. Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

NEP

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the letters 'h' and 'A' and various scribbles.

3.12. Passivos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros são classificados/mensurados como:

- (a) Ao custo amortizado; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na Demonstração dos resultados.

A EDA classifica e mensura ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros a pagar a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, dívidas a pagar (fornecedores, outras dívidas a pagar, etc.).

Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja paga, cancelada ou expire.

3.13. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na Demonstração dos resultados ao longo do período do financiamento, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a EDA possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.14. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na Demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios.

Imposto corrente

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. Em conformidade com a legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores a taxa a aplicar para a determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas é reduzida em 20%, correspondendo a uma taxa nominal de 16,8%. Como estabelecido na lei das Finanças Locais a Empresa está sujeita à derrama fixada pelos Municípios até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Foi ainda considerada a derrama estadual aprovada pela Lei nº 12-A/2010, consoante os escalões aplicáveis.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos.

Handwritten initials 'MBA' in the bottom left corner.

Handwritten notes and signatures:
de h
f A h
nr
pd
g

Imposto diferido

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no Balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data da liquidação dos impostos diferidos passivos.

3.15. Benefícios aos empregados

A EDA concede benefícios pós-emprego aos seus empregados sob a forma de: i) plano de complemento de pensões de reforma aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 2002 (o qual inclui o pagamento de reformas aos empregados da Administração Pública ao seu serviço e reformados até novembro de 1999, na quota-parte dos anos de serviço a si prestados); e ii) plano de contribuição definida para os empregados admitidos a partir de 1 de janeiro de 2003.

i) Plano de benefícios definidos da Electricidade dos Açores, S.A.

Os complementos de reforma atribuídos aos empregados constituem um plano de benefícios definidos, com fundo autónomo constituído junto da Real Vida Seguros, para o qual são transferidas a totalidade das responsabilidades e entregues as dotações necessárias para cobrir os respetivos encargos que se vão vencendo em cada um dos períodos. A responsabilidade com o pagamento de reformas aos empregados da Administração Pública que prestaram serviço à EDA e foram reformados até 30 de novembro de 1999, na quota-parte dos anos de serviço prestados à EDA, constituem uma responsabilidade equiparável a um benefício definido, para o qual não existe um fundo autónomo constituído, reconhecendo a EDA uma provisão nas suas demonstrações financeiras.

As responsabilidades com o pagamento das referidas contribuições são estimadas anualmente por atuários independentes, sendo utilizado o método do crédito da unidade projetada. O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de rating elevado denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade que se aproxima das da responsabilidade assumida.

O passivo reconhecido no Balanço relativamente a responsabilidades com benefícios de reforma, corresponde ao valor presente da obrigação do benefício determinado à data do relato financeiro, deduzido do justo valor dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustamentos de experiência e alterações aos pressupostos atuariais e financeiros são registados em Capital próprio.

ii) Plano de contribuição definida

O plano de contribuição definida denominado por Futuro+ é gerido pela BPI pensões. A EDA constituiu o fundo em dezembro de 2005, com efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2003 para todos os empregados da EDA admitidos após essa data.

Em termos de regime de contribuição o plano prevê:

- a) contribuição base de 1% do salário pensionável pela Empresa sem qualquer condição;
- b) contribuição voluntária do empregado que a EDA reforça contribuindo em metade da percentagem da contribuição do empregado até ao limite de 2%.

Relativamente a este plano a Empresa não assume qualquer obrigação de pagamento para além das contribuições, conforme as condições estabelecidas no plano. As contribuições efetuadas são registadas como Gastos com o pessoal na Demonstração dos resultados, no período em que ocorrem.

Handwritten initials: NCR

Handwritten notes:
A
A
h
Z
N
for
d
S

3.16. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a EDA tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável que não seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a EDA divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de desconto, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

3.17. Subsídios e apoios do Governo

A EDA reconhece os subsídios do Estado Português, do Governo Regional e da União Europeia ou organismos semelhantes pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido.

As participações atribuídas à EDA, a fundo perdido, por conta dos projetos de investimento em ativos tangíveis de uso próprio, são contabilizadas na rubrica de Outras variações de capital próprio, quando seja expectável que todas as condições para a sua atribuição sejam cumpridas. Os subsídios são subsequentemente creditados na Demonstração dos resultados numa base pro-rata da depreciação dos ativos a que estão associados, na rubrica de Outros rendimentos.

Os subsídios obtidos para financiar a construção de infraestruturas para a concessão de serviço público incluindo as participações recebidas de clientes (cujo ativo é reconhecido pelo seu custo estimado) são deduzidos diretamente ao valor do ativo intangível reconhecido como direito de concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na Demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

3.18. Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a EDA detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificadas como locações financeiras. São igualmente classificados como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, determinados à data de início do contrato. O valor a pagar resultante de um contrato de locação financeira é registado líquido de encargos financeiros, na rubrica de Financiamentos obtidos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados são reconhecidos na Demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a EDA não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a EDA tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na Demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

3.19. Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

Handwritten note: NCR

Handwritten notes and signatures at the top right of the page, including the letters 'A', 'D', 'L', 'Z', 'N', 'K', 'J', 'D', and 'Z'.

3.20. Rédito

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda ou permuta dissemelhante de produtos e/ou serviços no decurso normal da atividade da EDA. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos e descontos comerciais atribuídos.

No caso da EDA, para as atividades englobadas no contrato de concessão, é apresentada de forma individualizada o rédito proveniente dos serviços de construção e de exploração.

Eletricidade

A faturação de eletricidade é efetuada numa base mensal, em contagens reais de consumos ou em consumos estimados através dos dados históricos de cada consumidor. Os consumos ocorridos e não faturados até à data do balanço são estimados e registados em Outros créditos a receber - Devedores por acréscimos de rendimentos.

O reconhecimento do rédito para as atividades reguladas é efetuado com base na informação da eletricidade vendida aos consumidores finais, os montantes de convergência tarifária previsionais definidos pela ERSE e os ajustamentos do ano à convergência tarifária estimada, a incorporar nas tarifas do SEP (Sistema elétrico de serviço público) em anos subsequentes.

Os réditos obtidos destas atividades são regulados pela ERSE, a entidade reguladora para o setor da eletricidade, que através da publicação do regulamento tarifário, define as fórmulas de cálculo das tarifas e os mecanismos de recuperação dos desvios que sejam apurados em cada período.

As tarifas a serem aplicadas aos clientes finais (domésticos, industriais e outros) são fixadas anualmente pela ERSE, para cada componente do sistema, tais como: produção, transporte e distribuição.

Serviços de construção

A EDA apresenta na sua Demonstração dos resultados o rédito associado à aquisição/construção de ativos para a infraestrutura da concessão. Os dispêndios associados à construção de infraestruturas (construção nova, requalificação, substituição/renovação) são registados diretamente, pela sua natureza, nas rubricas de gastos da Demonstração dos resultados. Relativamente aos encargos financeiros, uma vez que a atividade de Transporte e Distribuição se encontra, para efeitos regulatórios, num regime do *price cap*, os encargos financeiros estimados são também considerados como uma componente do custo de aquisição/construção.

3.21. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos acionistas da EDA é reconhecida como uma responsabilidade nas demonstrações financeiras no período em que os dividendos são aprovados pelos seus acionistas.

3.22. Compensação de saldos e transações

Os ativos, passivos, rendimentos e gastos não são compensados, salvo se exigido ou permitido pelas NCRF.

3.23. Matérias ambientais

A EDA reconhece os dispêndios de caráter ambiental, bem como os passivos e ativos com eles relacionados.

Os dispêndios são reconhecidos como gastos no período em que são incorridos, exceto se forem realizados para evitar ou reduzir danos futuros e proporcionem benefícios económicos no futuro, sendo nesse caso capitalizados e amortizados sistematicamente ao longo das suas vidas económicas.

São reconhecidas provisões para matérias ambientais sempre que a EDA tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para pagar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

Handwritten signature 'MCR' at the bottom left of the page.

de h 17.
f a
m/w
p d
g

3.24. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da EDA são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

3.24.1 Convergência tarifária

A EDA estima, a cada data de relato, de acordo com os critérios definidos pelo regulamento tarifário publicado pela ERSE, para a aceitação dos custos operacionais e a determinação dos proveitos permitidos, o valor de correção à convergência tarifária que decorre dos desvios apurados entre os custos reais e estimados. Esta correção é ajustada mediante a aprovação da ERSE no ano seguinte (ano $n+1$), para incorporação das tarifas do ano a seguir ($n+2$).

3.24.2 Provisões

A EDA analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.24.3 Pressupostos atuariais

A determinação das responsabilidades com pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, de natureza demográfica e financeira, que podem condicionar significativamente os montantes de responsabilidades apurados em cada data de relato. As variáveis mais sensíveis referem-se à taxa de atualização das responsabilidades, à taxa de rendimento estimada para os ativos e as tabelas de mortalidade.

3.24.4 Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos e do consumo dos benefícios económicos subjacentes, bem como o método de depreciação e amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações e amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional.

3.24.5 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da EDA, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

À data do balanço são constituídas perdas por imparidade equivalentes aos créditos de clientes vencidos há mais de 12 meses, exceto as dívidas das entidades públicas, atendendo ao risco associado.

NDP

Handwritten notes and signatures:
 19 h 23
 m/m
 de
 K
 d
 Sg

3.25. Acontecimentos após a data de balanço

Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data das demonstrações financeiras são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação sobre condições que ocorreram após a data das demonstrações financeiras são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se considerados materiais.

3.26. Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

4 Fluxos de caixa

4.1 - Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A EDA não possui qualquer saldo de Caixa ou equivalente de caixa com restrições de utilização, para os períodos apresentados.

4.2 – Detalhe da rubrica de caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o detalhe de Caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa	10.412	7.667
Depósitos bancários	<u>5.154.693</u>	<u>4.336.716</u>
	<u>5.165.105</u>	<u>4.344.383</u>

Os valores considerados para efeitos da elaboração da Demonstração de fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão de acordo com o quadro apresentado acima.

5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

5.1. Alterações às normas

Não foram publicadas no presente período novas normas, alterações ou interpretações efetuadas a normas existentes que devessem ser consideradas pela Empresa.

5.2. Alterações nas políticas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações às políticas contabilísticas adotadas pela EDA, para os períodos apresentados.

5.3. Alterações nas estimativas contabilísticas

A EDA não procedeu à alteração dos procedimentos de determinação das estimativas contabilísticas, que possam ter impacto no período ou em períodos futuros.

5.4. Erros de períodos anteriores

Não se verificou no período qualquer erro relativo a períodos anteriores passível de correção, de acordo com os princípios da NCRF 4.



6 Ativos fixos tangíveis

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2017 os movimentos registrados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2017								
Custo de aquisição	2.297.988	63.883.502	268.893.100	5.570.939	7.933.145	40.326.869	5.684.884	394.590.427
Imparidade acumulada	-	-	(335.582)	-	-	-	-	(335.582)
Depreciações acumuladas	-	(30.739.447)	(150.521.678)	(4.784.591)	(7.294.099)	(30.222.386)	-	(223.562.201)
Valor líquido	2.297.988	33.144.055	118.035.840	786.348	639.046	10.104.483	5.684.884	170.692.644
Movimento do exercício								
Adições	-	-	-	484.069	162.314	303.427	13.471.136	14.420.947
Alienações e abates	(1.536)	(52.677)	(200.522)	(415.227)	-	(7.790.534)	-	(8.460.497)
Transferências	-	2.184.083	3.489.429	-	-	552.552	(6.226.064)	-
Depreciação - período	-	(2.113.645)	(9.777.475)	(403.208)	(320.313)	(1.353.455)	-	(13.968.096)
Depreciação - alienações	-	39.140	195.135	415.227	-	7.743.259	-	8.392.761
2.296.452	33.200.956	111.742.407	867.209	481.048	9.559.732	12.929.956	171.077.759	
31 de dezembro de 2017								
Custo de aquisição	2.296.452	66.014.907	272.182.007	5.639.781	8.095.460	33.392.315	12.929.956	400.550.878
Imparidade acumulada	-	-	(335.582)	-	-	-	-	(335.582)
Depreciações acumuladas	-	(32.813.952)	(160.104.018)	(4.772.572)	(7.614.412)	(23.832.583)	-	(229.137.536)
Valor líquido	2.296.452	33.200.956	111.742.407	867.209	481.048	9.559.732	12.929.956	171.077.759

MNR

h
R.
ANN
83
J
X

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2016 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2016								
Custo de aquisição	2.291.655	63.279.077	268.314.709	5.633.048	7.859.830	38.838.441	2.445.700	388.662.459
Depreciações acumuladas	-	(28.530.172)	(141.180.512)	(4.892.776)	(6.848.291)	(28.740.375)	-	(210.192.125)
Valor líquido	2.291.655	34.748.905	127.134.197	740.271	1.011.539	10.098.067	2.445.700	178.470.334
Movimento do exercício								
Adições	6.333	18.998	14.920	367.348	73.315	148.472	6.096.033	6.725.419
Alienações e abates	-	-	(360.528)	(429.456)	-	(7.468)	-	(797.452)
Transferências	-	585.427	923.999	-	-	1.347.423	(2.856.849)	-
Impairidade - período	-	-	(335.582)	-	-	-	-	(335.582)
Depreciação - período	-	(2.209.275)	(9.701.694)	(307.530)	(445.808)	(1.489.479)	-	(14.153.786)
Depreciação - alienações	-	-	360.528	415.715	-	7.468	-	783.711
31 de dezembro de 2016	2.297.988	33.144.055	118.035.840	786.348	639.046	10.104.483	5.684.884	170.692.644
Custo de aquisição	2.297.988	63.883.502	268.893.100	5.570.939	7.933.145	40.326.869	5.684.884	394.590.427
Impairidade acumulada	-	-	(335.582)	-	-	-	-	(335.582)
Depreciações acumuladas	-	(30.739.447)	(150.521.678)	(4.784.591)	(7.294.099)	(30.222.386)	-	(223.562.201)
Valor líquido	2.297.988	33.144.055	118.035.840	786.348	639.046	10.104.483	5.684.884	170.692.644

WDA

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the letters 'h', 'p', 'm', and 'd'.

Adições:

Os aumentos registados em ativos tangíveis durante o ano de 2017 englobam 949.810 euros de aquisições diretas e 13.471.136 euros de obras em curso, que correspondem maioritariamente ao investimento efetuado pela EDA em equipamentos de produção, nomeadamente ampliações de centrais termoeleétricas.

Em curso:

Os valores mais significativos incluídos na rubrica de Ativos em curso referem-se aos seguintes projetos:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Produção	5.029.709	3.417.391
Ampliação central térmica Belo Jardim - Grupo XI	3.674.382	276.995
Outras obras	3.458.440	1.297.884
Central Hídrica Reversível	<u>767.425</u>	<u>692.614</u>
	<u>12.929.956</u>	<u>5.684.884</u>

As transferências de Ativos em curso para Ativos fixos tangíveis ocorridas em 2017, no montante de 6.226.064 euros referem-se essencialmente a obras de ampliações e beneficiação de centros produtores nas ilhas das Flores, Terceira e Graciosa, à remodelação de um edifício na ilha de São Miguel e à monitorização de efluentes gasosos nas ilhas do Faial e Pico.

Depreciações

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica Gastos/reversões de depreciação e de amortização da Demonstração dos resultados pela sua totalidade.

Alienações e Abates

Em 2017 e 2016 o valor das alienações refere-se a materiais obsoletos tais como contadores, disjuntores e outros equipamentos administrativos e de transporte.

Imparidades

Foi constituída em 2016 uma imparidade no montante de 335.582 euros sobre o equipamento básico da Central Térmica da Ribeira Além Fazenda que se encontra abandonado.

7 Propriedades de investimento

O saldo desta rubrica refere-se ao antigo edifício sede da EDA na Calheta, o qual se encontra totalmente arrendado a entidades do grupo:

Handwritten signature 'NADAE' in the bottom left corner.

h
f
de
de
of

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
A 1 de janeiro		
Valor bruto	3.000.000	3.000.000
Depreciações acumuladas	(568.194)	(505.937)
Imparidades acumuladas	(249.319)	(249.319)
Valor líquido	<u>2.182.486</u>	<u>2.244.744</u>
Depreciações - Período	(62.256)	(62.257)
	<u>(62.256)</u>	<u>(62.257)</u>
A 31 de dezembro		
Valor bruto	3.000.000	3.000.000
Depreciações	(630.450)	(568.194)
Imparidades	(249.319)	(249.319)
Valor líquido	<u>2.120.231</u>	<u>2.182.487</u>

Em conformidade com a avaliação patrimonial reportada a 1 de janeiro de 2015, os ativos classificados como propriedades de investimento, possuem o seguinte justo valor:

Terrenos	750.000
Edifícios	<u>1.557.000</u>
	<u>2.307.000</u>

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os rendimentos e gastos operacionais diretos associados às propriedades de investimento são os seguintes:

	<u>2017</u>		<u>2016</u>	
	<u>Rendas</u>	<u>Gastos diretos</u>	<u>Rendas</u>	<u>Gastos diretos</u>
Edifícios Calheta	<u>116.952</u>	<u>58.185</u>	<u>116.952</u>	<u>31.666</u>
	<u>116.952</u>	<u>58.185</u>	<u>116.952</u>	<u>31.666</u>

8 Ativos intangíveis

O valor dos intangíveis refere-se a licenças de CO2, software e ao contrato de concessão. A evolução registada para os períodos apresentados é como segue:

MARK

h
 de
 J. B. A.
 J. B. A.
 J. B. A.

	<u>Licenças CO2</u>	<u>Direitos de superfície</u>	<u>Software</u>	<u>Contratos de concessão</u>	<u>Ativos em curso</u>	<u>Total</u>
A 1 de janeiro de 2017						
Custo de aquisição	31.330.006	8.848	11.291.526	355.384.587	-	398.014.966
Amortizações acumuladas	(31.330.006)	(4.477)	(10.453.566)	(159.794.304)	-	(201.582.353)
Valor líquido	-	4.371	837.960	195.590.282	-	196.432.613
Adições	1.942.702	1.420	118.526	8.401.999	351.827	10.816.474
Transferências e abates	-	-	351.827	(336.202)	(351.827)	(336.202)
Amortização - período	(1.942.702)	(1.552)	(485.004)	(8.581.320)	-	(11.010.577)
Valor líquido	-	4.239	823.310	195.074.760	-	195.902.309
31 de dezembro de 2017						
Custo de aquisição	33.272.708	10.267	11.761.879	363.450.384	-	408.495.239
Amortizações acumuladas	(33.272.708)	(6.029)	(10.938.569)	(168.375.624)	-	(212.592.930)
Valor líquido	-	4.239	823.310	195.074.760	-	195.902.309

	<u>Licenças CO2</u>	<u>Direitos de superfície</u>	<u>Software</u>	<u>Contratos de concessão</u>	<u>Ativos em curso</u>	<u>Total</u>
A 1 de janeiro de 2016						
Custo de aquisição	30.452.406	4.247	10.663.966	348.452.001	-	389.572.620
Amortizações acumuladas	(30.177.666)	(121)	(10.023.980)	(151.246.458)	-	(191.448.225)
Valor líquido	274.740	4.126	639.986	197.205.543	-	198.124.395
Adições	1.152.340	4.601	30.695	6.933.454	596.865	8.717.955
Transferências e abates	(274.740)	-	596.865	(868)	(596.865)	(275.608)
Amortização - período	(1.152.340)	(4.356)	(429.586)	(8.547.847)	-	(10.134.129)
Valor líquido	-	4.371	837.960	195.590.282	-	196.432.613
31 de dezembro de 2016						
Custo de aquisição	31.330.006	8.848	11.291.526	355.384.587	-	398.014.966
Amortizações acumuladas	(31.330.006)	(4.477)	(10.453.566)	(159.794.304)	-	(201.582.353)
Valor líquido	-	4.371	837.960	195.590.282	-	196.432.613

Licenças CO2:

No âmbito do regime do comércio europeu de licenças de emissão de gases com efeito de estufa (CELE), a Diretiva nº 2009/29/CE do Parlamento Europeu e do Conselho apresenta o quadro legal para o período após 2013. Em conformidade, a Agência Portuguesa do Ambiente publicou a lista nacional de instituições e alocação preliminar de licenças de emissão gratuitas no período 2013-2020, no qual as instalações de produção da EDA deixaram de beneficiar da atribuição gratuita de licenças.

Em 2017 encontram-se registadas em adições 301.364 toneladas de licenças de CO2, no montante de 1.942.702 euros (2016: 229.00 toneladas e 1.152.340 euros), relativas às emissões do exercício de 2017. Destas, 67.256 toneladas foram adquiridas no decorrer do exercício de 2018, encontrando-se especializadas em 31 de dezembro de 2017.

Software:

O valor capitalizado como software em 2017, refere-se maioritariamente à implementação da solução SAP ARIBA.

Contrato de Concessão

O detalhe dos movimentos foram como segue:

MADEP

f h B. A. da R. A. J. J.

	Ativos Concessão	Ativos Concessão em Curso	Subsídios Concessão	Total
A 1 de janeiro de 2017				
Custo de aquisição	416.706.067	7.298.922	(68.620.403)	355.384.587
Amortizações acumuladas	(181.595.328)	-	21.801.023	(159.794.304)
Valor líquido	235.110.739	7.298.922	(46.819.380)	195.590.282
Adições	463.102	10.045.731	(2.106.833)	8.401.999
Transferências	7.117.076	(7.117.076)	-	-
Alienações e abates	(423.880)	87.678	-	(336.202)
Amortização - período	(11.846.385)	-	3.265.066	(8.581.320)
Valor líquido	230.420.652	10.315.255	(45.661.147)	195.074.760
31 de dezembro de 2017				
Custo de aquisição	423.862.365	10.315.255	(70.727.236)	363.450.384
Amortizações acumuladas	(193.441.713)	-	25.066.089	(168.375.624)
Valor líquido	230.420.652	10.315.255	(45.661.147)	195.074.760
	Ativos Concessão	Ativos Concessão em Curso	Subsídios Concessão	Total
A 1 de janeiro de 2016				
Custo de aquisição	406.975.588	6.574.957,03	(65.098.544)	348.452.001
Amortizações acumuladas	(169.815.156)	-	18.568.698	(151.246.458)
Valor líquido	237.160.432	6.574.957	(46.529.846)	197.205.543
Adições	1.269.802	9.185.510	(3.521.859)	6.933.454
Transferências	8.461.545	(8.461.545)	-	-
Alienações e abates	(868)	-	-	(868)
Amortização - período	(11.780.172)	-	3.232.325	(8.547.847)
Valor líquido	235.110.739	7.298.922	(46.819.380)	195.590.282
31 de dezembro de 2016				
Custo de aquisição	416.706.067	7.298.922	(68.620.403)	355.384.587
Amortizações acumuladas	(181.595.328)	-	21.801.023	(159.794.304)
Valor líquido	235.110.739	7.298.922	(46.819.380)	195.590.282

No período de 2017 a EDA efetuou investimentos em aquisição/construção de ativos para a infraestrutura da concessão no montante de 8.401.999 euros (2016: 6.933.454 euros), líquido dos subsídios recebidos.

A amortização do ativo intangível, líquida da amortização de subsídios recebidos, no montante de 8.581.320 euros (2016: 8.547.847 euros), foi efetuada com base nos valores de amortização dos ativos afetos à concessão.

f h de pu d 9g

9 Participações financeiras – método equivalência patrimonial

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o investimento em subsidiárias e associadas é como segue:

	Subsidiárias	Associadas	Total
1 de janeiro de 2016	105.726.065	262.040	105.988.105
Ganhos/(Perdas)	7.757.559	(6.569)	7.750.990
Outros movimentos no Capital	(1.628.640)	(116)	(1.628.756)
Dividendos recebidos	(3.997.441)	-	(3.997.441)
31 de dezembro de 2016	107.857.543	255.355	108.112.898
Ganhos/(Perdas)	10.078.491	(683)	10.077.808
Outros movimentos no Capital	(1.604.522)	-	(1.604.522)
Dividendos recebidos	(4.204.282)	-	(4.204.282)
31 de dezembro de 2017	112.127.231	254.672	112.381.902

Os Ganhos/(Perdas) reconhecidos resultam da apropriação da quota-parte da EDA no resultado do período das subsidiárias e associadas. Nas situações em que para além da participação detida diretamente também existem participações cruzadas, como é o caso das empresas EDA Renováveis e SEGMA foi incorporada a percentagem detida por cada uma daquelas empresas, que serve de base para o cálculo do método de equivalência patrimonial.

Em 2017 a EDA recebeu dividendos das subsidiárias no total de 4.204.282 euros (EDAR: 3.558.679 euros; SEGMA: 443.700 euros; NORMA: 201.903 euros) e em 2016 um total de 3.997.441 euros (EDAR: 3.558.679 euros; SEGMA: 407.700 euros; NORMA: 31.062 euros).

Em 31 de dezembro de 2017 não existe qualquer montante registado a título de provisão para investimentos financeiros.

NOR



Os ativos e passivos a 31 de dezembro de 2017 e 2016, e os rendimentos e gastos gerados no período, conforme reconhecido nas demonstrações financeiras individuais das empresas subsidiárias e associadas, são como segue:

2017	Empresas subsidiárias	% devida	Ativos			Passivos			Resultado líquido	Contribuição no Resultado	Contribuição no Capital Próprio	
			Valor contábilístico	Não correntes	Correntes	Não correntes	Correntes	Capital Próprio				Rendimentos
	EDA Renováveis, SA	100,00%	101.465.621	81.329.819	41.893.709	13.353.326	9.161.156	100.709.047	34.699.254	25.998.920	8.776.117	1.606.569
	GLOBALEDA											
	- Telecomunicações e Sistemas de Informação, SA	74,90%	2.015.719	929.632	3.375.227	-	1.613.646	2.691.213	6.181.963	5.418.108	572.128	-
	SEGMA											
	- Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda	90,00%	6.809.169	1.530.345	7.598.730	2.864	1.560.468	7.565.743	6.221.492	5.463.658	682.051	(4.424)
	NORMA AÇORES											
	- Soc. De Estudos e Apoio no Desenvolvimento Regional, SA	62,63%	1.836.722	877.171	3.134.944	16.037	1.063.188	2.932.889	3.229.962	3.153.003	48.196	2.378
			<u>112.127.230</u>									
	Empresas associadas											
	ONIAÇORES											
	- Infocomunicações, SA	40,00%	254.672	-	642.899	-	6.218	636.681	152	1.860	(1.708)	(683)
			<u>254.672</u>									(1)
	Total		<u>112.381.902</u>								<u>10.077.808</u>	<u>1.604.522</u>

NDA

Handwritten signatures and initials:

- Handwritten 'h' at the top right.
- Handwritten initials 'B.' below 'h'.
- Handwritten signature 'A' below 'B.'.
- Handwritten signature 'Z' below 'A'.
- Handwritten signature 'N' below 'Z'.
- Handwritten signature 'A' below 'N'.



2016	% detida	Ativos			Passivos			Resultado líquido	Contribuição no Resultado	Contribuição no Capital Próprio		
		Valor contabilístico	Não correntes	Correntes	Não correntes	Correntes	Capital Próprio				Rendimentos	Gastos
Empresas subsidiárias												
EDA Renováveis, SA	100,00%	97.854.751	87.679.222	34.526.981	15.963.972	9.117.080	97.125.152	28.047.353	21.854.709	6.192.644	6.291.070	1.625.737
- Telecomunicações e Sistemas de Informação, SA	74,90%	1.443.591	986.381	3.652.166	-	2.711.190	1.927.358	6.940.231	6.434.668	505.564	378.667	-
SEGMA	90,00%	6.566.394	1.498.740	7.599.513	1.597	1.800.663	7.295.993	6.457.482	5.473.221	984.261	885.835	1.612
- Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda	62,63%	1.992.807	1.115.859	2.967.330	17.383	883.679	3.182.127	3.339.116	3.016.582	322.533	201.986	1.290
- Soc. De Estudos e Apoio no Desenvolvimento Regional, SA		107.857.543										
Empresas associadas												
ONIA CORES	40,00%	255.355	-	703.557	-	65.169	638.388	75.318	91.739	(16.421)	(6.568)	116
- Infocomunicações, SA		255.355										
Total		108.112.898									7.750.990	1.628.756

11/08/17

de h y.
 [Handwritten signatures and initials]

10 Outros investimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os ativos reconhecidos nesta rubrica referem-se a participações em instrumentos de capital, sobre os quais a Empresa não tem controlo ou influência significativa:

	<u>% detida</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Participações financeiras - método do custo			
NOS Açores Comunicações, S.A.	6,18%	228.649	228.649
Fundação Engenheiro José Cordeiro	i) 33,68%	3.242	3.242
INOVA	0,77%	5.297	5.297
ENTA	2,00%	2.000	2.000
		<u>239.188</u>	<u>239.188</u>
Participações financeiras - método do justo valor			
Luso Carbon Fund	ii) 10 UP's	-	104.543
		-	<u>104.543</u>
		<u>239.188</u>	<u>343.731</u>

i) Apesar da percentagem de participação detida na Fundação Engenheiro José Cordeiro corresponder a 33,68% do Património social, a EDA não tem controlo ou influência significativa sobre as atividades exercidas por esta entidade;

ii) Em 2017 procedeu-se à liquidação do Luso Carbon Fund pelo montante de 103.850 euros, originando uma perda de 693 euros (2016: perda de 15.301 euros), sendo esta perda registada na Demonstração dos resultados. O valor da cotação de cada UP a 31 de dezembro de 2016 era de 10.454 euros.

Em 2017 e 2016 o movimento ocorrido nesta rubrica pode ser assim resumido:

	<u>Títulos negociáveis</u>
1 de janeiro de 2016	359.032
Ganhos / (Perdas)	<u>(15.301)</u>
31 de dezembro de 2016	343.731
Ganhos / (Perdas)	<u>(693)</u>
Alienações	<u>(103.850)</u>
31 de dezembro de 2017	<u>239.188</u>

NOTA

11 Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os saldos de outros créditos a receber são como segue:

	2017			2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Outros devedores	372.581	-	372.581	352.922	-	352.922
Deslustragens a regularizar	144.532	-	144.532	480.725	-	480.725
Programa PRORURAL+	2.288.076	-	2.288.076	1.483.252	-	1.483.252
Terrenos da Calheta expropriados	29.090	176.964	206.054	29.090	208.478	237.568
Adiantamentos ao pessoal	34.066	-	34.066	49.145	-	49.145
Adiantamentos a fornecedores	989.769	-	989.769	426.988	-	426.988
i)	3.858.115	176.964	4.035.079	2.822.122	208.478	3.030.600
Empresas do grupo (Nota 37)	ii)	-	-	426.914	-	426.914
Devedores acréscimos rendimentos	iii)					
Energia a faturar (Nota 24)	2.183.964	-	2.183.964	2.534.472	-	2.534.472
Convergência tarifária:						
Ano de 2017 (Nota 24)	347.642	5.281.950	5.629.592	-	-	-
Ano de 2016	193.583	-	193.583	-	-	-
Compensação regional ao fuelóleo	6.412.041	-	6.412.041	6.412.041	-	6.412.041
	12.995.345	5.458.914	18.454.259	12.195.549	208.478	12.404.027
Imparidades acumuladas	(6.412.041)	-	(6.412.041)	(6.412.041)	-	(6.412.041)
	6.583.304	5.458.914	12.042.218	5.783.508	208.478	5.991.986

i) Outros devedores: O saldo corrente inclui dívidas a receber de devedores diversos. O montante de 144.532 euros refere-se a eventuais deslustragens a pagar aos produtores de energia elétrica eólica existentes à data de 1 de dezembro de 2015 que poderão ser em parte ou na sua totalidade suportados pelas novas entradas na rede. Relativamente ao Programa PRORURAL enquadra-se no período de programação 2007-2013 da política da União Europeia de desenvolvimento rural, sendo participado pelo Fundo Europeu Agrícola de desenvolvimento Rural (FEADER). No que concerne ao saldo a receber dos antigos terrenos da Calheta foi estabelecido um acordo de pagamentos, que não vencem juros, para a sua liquidação em 120 prestações constantes e mensais de 2.424 euros, tendo sido liquidada a primeira em 28 de maio de 2015.

ii) Empresas grupo: O saldo respeita aos suprimentos efetuados à Globaleda em conformidade com o plano de negócios desta aprovado em setembro de 2013, no montante de 875.893 euros remunerado à taxa Euribor 6M acrescida de uma margem de 1,23% e com um prazo de reembolso de 2015 a 2017. A última prestação de 426.914 euros foi liquidada em 2017.

iii) Devedores por acréscimos de rendimento:

A rubrica de energia a faturar no montante de 2.183.964 euros (2016: 2.534.472 euros) respeita a valores em contador a faturar aos clientes em 2018.

A rubrica de convergência tarifária refere-se ao registo dos desvios apurados entre os custos reais incorridos nas atividades de Aquisição de Energia Elétrica e Gestão do Sistema, Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica e os custos estimados incluídos na determinação das tarifas pela ERSE. Os valores apurados no final de cada período correspondem à melhor estimativa do valor a recuperar ou a devolver nos anos seguintes considerando as regras de cálculo dos regulamentos tarifários, contudo poderão existir acertos propostos pela ERSE a estes valores.

O mecanismo em vigor para a recuperação destes desvios encontra-se regulamentado pela ERSE e traduz-se na incorporação dos desvios apurados no ano n, nos custos totais que servirão de base à determinação das tarifas do ano n+2. Desta forma o ajustamento estimado para 2017 no valor global de 5.629.592 euros inclui 347.642 euros referentes à Tarifa Social.



Em conformidade com o acordo celebrado em 18 de dezembro de 2009 com a Região Autónoma dos Açores relativo ao abastecimento de fuelóleo, o saldo que se estima receber da compensação do diferencial do preço de aquisição do período de janeiro de 2010 a setembro de 2012 é assim representado:

	2017	2016
Ano de 2010	3.402.269	3.402.269
Ano de 2011	864.911	864.911
Ano de 2012	2.144.861	2.144.861
	6.412.041	6.412.041

Dada a incerteza sobre a sua efetiva realização, foi registada uma imparidade de montante similar, que não apresentou qualquer movimento nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor. Os saldos a receber não correntes têm remunerações mínimas iguais ou superiores às taxas de mercado.

12 Ativos e passivos por impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no Balanço pelo seu valor bruto. O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos para os períodos apresentados é como se segue:

	2017	2016
<u>Impactos na demonstração dos resultados</u>		
Ativos por impostos diferidos	(3.686.810)	(816.526)
Passivos por impostos diferidos	(1.131.094)	22.117
	(4.817.905)	(794.409)
<u>Impactos no capital próprio</u>		
Ativos por impostos diferidos	(107.262)	32.034
	(107.262)	32.034
Impacto líquido dos impostos diferidos	(4.925.166)	(762.375)

Os movimentos ocorridos nas rubricas de ativos e passivos por impostos diferidos para os períodos apresentados são como se segue:

Ativos por impostos diferidos - Movimentos do período

	Pensões	Convergência tarifária	Imparidade ativos	Clientes	Total
A 1 de janeiro de 2017	2.852.395	6.194.775	68.794	115.605	9.231.569
Constituição/reversão por capital	(107.262)		-	-	(107.262)
Constituição por resultados	-	90.808	-	6.438	97.246
Reversão por resultados	(100.071)	(3.683.984)	-	-	(3.784.056)
Movimento do período	(207.333)	(3.593.177)	-	6.438	(3.794.072)
A 31 de dezembro de 2017	2.645.062	2.601.598	68.794	122.042	5.437.497

	<u>Pensões</u>	<u>Convergência tarifária</u>	<u>Imparidade ativos</u>	<u>Clientes</u>	<u>Total</u>
A 1 de janeiro de 2016	3.312.263	6.641.439	-	62.359	10.016.061
Constituição/reversão por capital	32.034	-	-	-	32.034
Constituição por resultados	-	(446.664)	68.794	53.246	(324.624)
Reversão por resultados	(491.902)	-	-	-	(491.902)
Movimento do período	(459.868)	(446.664)	68.794	53.246	(784.492)
A 31 de dezembro de 2016	2.852.395	6.194.775	68.794	115.605	9.231.569

Passivos por impostos diferidos - Movimentos do período

	<u>Reavaliação normativo anterior</u>	<u>Convergência tarifária</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
A 1 de janeiro de 2017	(162.462)	(1.314.468)	(329.052)	(1.805.983)
Constituição por resultados	-	(1.154.066)	-	(1.154.066)
Reversão por resultados	15.589	-	7.383	22.972
Movimentos do período	15.589	(1.154.066)	7.383	(1.131.094)
A 31 de dezembro de 2017	(146.873)	(2.468.534)	(321.669)	(2.937.077)

	<u>Reavaliação normativo anterior</u>	<u>Convergência tarifária</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
A 1 de janeiro de 2016	(177.196)	(1.314.468)	(336.435)	(1.828.100)
Constituição por resultados	-	-	-	-
Reversão por resultados	14.734	-	7.383	22.117
Movimentos do período	14.734	-	7.383	22.117
A 31 de dezembro de 2016	(162.462)	(1.314.468)	(329.052)	(1.805.983)

O montante de Outros está relacionado com a revalorização do terreno e edifícios da Calheta.

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data de Balanço do período findo em 31 de dezembro de 2017 foi de 20,5% (2016: 20,5%), que inclui a derrama estadual resultante do aditamento ao CIRC aprovado pela Lei nº 12-A/2010.

[Handwritten signature]

13 Inventários

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é como segue:

	2017	2016
Matérias primas	2.119.925	2.320.751
Matérias subsidiárias	250.394	232.684
Materiais diversos	6.605.620	5.296.396
Materiais em trânsito	778.508	127.458
	9.754.447	7.977.289
Imparidade de inventários	(130.566)	(439.796)
	9.623.881	7.537.493

O saldo de inventários refere-se essencialmente a matérias-primas como o fuel óleo e gasóleo e peças de manutenção e reparação, para substituição corrente nos ativos tangíveis de produção.

O custo dos inventários reconhecidos em 2017 como gasto e incluído na rubrica custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas totalizou 83.286.405 euros (2016: 71.289.725 euros).

Imparidade de inventários

	2017	2016
A 1 de janeiro	439.796	118.804
Aumentos	-	357.097
Utilizações	(309.230)	(36.105)
A 31 de dezembro	130.566	439.796

A variação ocorrida na rubrica de imparidade de inventários deveu-se à utilização direta no montante de 309.230 euros (2016: 36.105 euros).

14 Clientes

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a decomposição da rubrica de Clientes é como se segue:

	2017			2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes - gerais	30.488.055		30.488.055	31.440.525	-	31.440.525
Clientes - partes relacionadas (Nota 37)	529.782		529.782	494.650	-	494.650
i) 31.017.837		-	31.017.837	31.935.175	-	31.935.175
Imparidade de clientes	(1.323.177)	-	(1.323.177)	(1.324.525)	-	(1.324.525)
	29.694.660	-	29.694.660	30.610.650	-	30.610.650

i) Clientes: nesta rubrica encontram-se registados os seguintes saldos a receber de clientes:

- valores faturados à REN a título de convergência tarifária no montante de 2.860.201 euros (em 2016: 3.947.455 euros);
- outros serviços diversos no montante de 861.979 euros (2016: 652.331 euros);
- os saldos a receber decorrentes do regular fornecimento de eletricidade, que apresentam a seguinte antiguidade:

NRPP

	2017			2016		
	Menos de seis meses	Mais de seis meses	Total	Menos de seis meses	Mais de seis meses	Total
Entidades públicas	5.898.510	11.184.825	17.083.335	3.682.407	13.089.980	16.772.387
Empresarial e particulares	9.342.878	869.444	10.212.322	9.281.129	1.281.873	10.563.002
	15.241.388	12.054.269	27.295.657	12.963.536	14.371.853	27.335.389

A Empresa não procedeu à constituição de qualquer perda por imparidade para as contas a receber de entidades públicas com elevada antiguidade por entender que as mesmas são recuperáveis.

Imparidade de clientes

	2017	2016
A 1 de janeiro	1.324.525	932.878
Aumentos	264.491	616.612
Utilizações	(265.839)	(224.965)
A 31 de dezembro	1.323.177	1.324.525

A variação ocorrida na rubrica de imparidade de clientes deveu-se à utilização direta no montante de 265.839 euros (2016: 224.965 euros) e ao reforço da imparidade de clientes.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

15 Estado e outros entes públicos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os saldos de impostos a liquidar/recuperar referem-se a:

	2017		2016	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC	1.986.670	-	1.187.072	-
Impostos s/ rendimento - IRS	-	272.744	-	297.085
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	-	1.625.316	-	2.347.706
Contribuições p/ segurança social	-	525.614	-	511.705
Outros impostos	-	142.250	-	151.269
	1.986.670	2.565.923	1.187.072	3.307.765

Para os períodos apresentados o saldo de IRC tem a seguinte decomposição:

	2017	2016
Pagamentos por conta	(2.012.247)	(3.103.953)
Retenções na fonte	(24.916)	(28.115)
IRC a recuperar 2012	-	(422.664)
Estimativa de IRC (Nota 32)	50.494	2.367.660
	(1.986.670)	(1.187.072)

16 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a EDA tem registado na rubrica Diferimentos – Gastos a reconhecer os montantes pagos antecipadamente por conta de bens ou serviços a receber em períodos subsequentes, como os prémios de seguro.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Seguros e outros serviços	523.373	585.817
	<u>523.373</u>	<u>585.817</u>

17 Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o capital social da EDA, encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 14.000.000 ações com o valor nominal de 5 euros cada.

O detalhe do capital social a 31 de dezembro de 2017 e 2016 é como segue:

	<u>Número de ações</u>	<u>Capital Social</u>
Capital	14.000.000	70.000.000
	<u>14.000.000</u>	<u>70.000.000</u>

As ações representativas do capital são detidas integralmente pelas seguintes entidades:

	<u>Nº Ações</u>	<u>% detida</u>
Região Autónoma dos Açores	7.014.000	50,1%
ESA - Energia e Serviços dos Açores, SGPS, S.A.	5.558.120	39,7%
EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A.	1.400.000	10,0%
Outros	<u>27.880</u>	<u>0,2%</u>
	<u>14.000.000</u>	<u>100%</u>

A EDA não possui quaisquer ações próprias em carteira à data de 31 de dezembro de 2017 e 2016. Nos termos do artigo 15º do Decreto-Lei nº 243/2004 que aprovou as primeiras fases do processo de reprivatização da EDA, a Região Autónoma dos Açores enquanto detiver pelo menos 5% do capital social da EDA terá: (i) direito de veto em deliberações da Assembleia Geral que tenham por objeto ou como efeito a redução significativa da atividade da empresa na Região Autónoma dos Açores, a fusão, a cisão, a transformação ou a dissolução da sociedade e a alteração dos seus estatutos, incluindo a redução do capital social e a mudança da localização de sede, mas excluindo o aumento do capital social e (ii) e poder de designar um dos membros do Conselho de Administração, que dispõe de direitos de veto nas deliberações do Conselho que tenham objeto idêntico ao referido na alínea anterior.

18 Outras reservas e Resultados transitados

	Reserva Legal	Reserva para investimentos	Reserva para fins sociais	Reservas especiais	Resultados transitados	Total
1 de janeiro de 2016	10.500.000	100.911	19.235	226.650	98.750.130	109.596.926
Aplicação do Resultado do período	700.000	-	-	-	-	700.000
Ajustamentos por impostos diferidos	-	-	-	-	32.034	32.034
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	-	12.285.625	12.285.625
Distribuições	-	-	-	-	(8.400.000)	(8.400.000)
31 de dezembro de 2016	11.200.000	100.911	19.235	226.650	102.667.789	114.214.585
Aplicação do Resultado do período	970.000	-	-	-	-	970.000
Ajustamentos por impostos diferidos (Nota 12)	-	-	-	-	(107.262)	(107.262)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	-	18.769.809	18.769.809
Distribuições	-	-	-	-	(18.025.000)	(18.025.000)
31 de dezembro de 2017	12.170.000	100.911	19.235	226.650	103.305.336	115.822.132

Em conformidade com a Assembleia Geral realizada em 27 de abril de 2017, o resultado apurado no período de 2016 teve a seguinte aplicação:

Reserva legal	970.000
Dividendos	10.010.000
Colaboradores da empresa (Fundo de Pensões)	480.415
Resultados transitados	<u>7.756.167</u>
	<u>19.216.582</u>

Adicionalmente foram distribuídos dividendos por conta de Resultados transitados de anos anteriores, no valor de 8.015.000 euros.

Na rubrica de Resultados transitados encontram-se incluídos 2.058.437 euros (2016: 2.248.549 euros) decorrentes de excedentes de reavaliação efetuados no âmbito do normativo contabilístico anterior e ainda não realizados por depreciação ou anulação, não sendo passíveis de distribuição aos acionistas, podendo apenas ser utilizados em futuros aumentos de capital ou em outras situações específicas previstas na legislação.

Adicionalmente, encontram-se registados 46.299.584 euros (2016: 42.752.875 euros) de apropriação de resultados das subsidiárias não sendo passíveis de distribuição aos acionistas até à data em que se encontrem realizados, expetavelmente através de distribuição de dividendos.



19 Ajustamentos/outras variações no capital próprio

Esta rubrica tem a seguinte composição a 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações no capital próprio	Total
1 de janeiro de 2016	12.885.807	9.609.704	22.495.511
Amortização de subsídio	-	(1.409.897)	(1.409.897)
Ajustamento por imposto (Nota 22)	-	289.029	289.029
Ajustamento capital próprio subsidiária	(1.628.756)	-	(1.628.756)
31 de dezembro de 2016	11.257.051	8.488.836	19.745.887
Amortização de subsídio	-	(1.405.601)	(1.405.601)
Ajustamento por imposto (Nota 22)	-	288.148	288.148
Ajustamento capital próprio subsidiária	(1.604.522)	-	(1.604.522)
31 de dezembro de 2017	9.652.529	7.371.383	17.023.913

Os valores registados como Ajustamentos em ativos financeiros resultam essencialmente das movimentações associadas aos subsídios ao investimento no capital próprio das subsidiárias.

A decomposição do saldo referente a Outras variações no capital próprio pelas respetivas naturezas é a seguinte:

	2017	2016
Comparticipações recebidas do Governo Regional e de terceiros no custo de empreendimentos	-	24.940
Comparticipações comunitárias	9.272.181	10.652.841
Ajustamento por imposto (Nota 22)	(1.900.797)	(2.188.945)
	7.371.383	8.488.836

O montante reconhecido nesta rubrica referente ao imposto a pagar no futuro foi registado por contrapartida de Outras dívidas a pagar (Nota 22).

20 Financiamentos obtidos

O detalhe dos financiamentos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de financiamento, no final de cada período, é como segue:

	2017			2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Papel Comercial	25.000.000	65.000.000	90.000.000	20.000.000	45.000.000	65.000.000
Empréstimos bancários	17.660.904	110.818.619	128.479.524	19.594.254	124.041.922	143.636.176
Contas correntes caucionadas	5.710.000	-	5.710.000	2.170.000	-	2.170.000
Outros empréstimos (Nota 37)	42.220.000	-	42.220.000	34.660.000	-	34.660.000
	90.590.904	175.818.619	266.409.524	76.424.254	169.041.922	245.466.176
Juros a pagar - Empréstimos	644.817	-	644.817	602.308	-	602.308
Juros pagos (antecipação)	-	(634.732)	(634.732)	-	(674.111)	(674.111)
	91.235.721	175.183.887	266.419.608	77.026.562	168.367.811	245.394.373

MOZ

A EDA é subscritora de 7 programas de papel comercial no valor de 140.000.000 euros, dos quais se encontravam utilizados 90.000.000 euros a 31 de dezembro de 2017 (2016: 65.000.000 euros). Destes programas de papel comercial 65.000.000 euros são evidenciados no passivo não corrente, uma vez que é prática do grupo proceder à renovação dos contratos durante o seu período de vigência. O prazo dos programas de emissão de papel comercial é de um ano, renovável automaticamente por iguais períodos, até ao máximo de 5 anos.

Os empréstimos bancários não têm como garantia real atribuída os ativos da EDA. No entanto, alguns empréstimos contratados junto de instituições de crédito especiais, como seja o BEI, beneficiam de aval da Região Autónoma dos Açores e/ou do Governo da República. Os montantes dos empréstimos avalizados pelo Governo da República em 31 de dezembro de 2017 eram de 20 909 091 euros (2016: 25.090.909 euros). Existem outros empréstimos avalizados simultaneamente pela Região e pela República no montante de 47.500.000 euros (2016: 52.000.000 euros). Para o montante de 13.363.637 euros (2016: 15.272.727 euros) e, por exigência do BEI foi constituída uma garantia bancária.

Nos Outros Empréstimos são englobados a cedência de fundos das participadas no montante de 42.220.000 euros, que vencem juros à taxa média anual de 0,19% (2016: 0,46%) (Nota 37).

No final do período de 2017 e 2016 a EDA possuía ainda as seguintes linhas de crédito contratadas e não utilizadas:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Taxas de juro variáveis		
correntes	68.290.000	71.830.000
não correntes	15.500.000	20.000.000
	<u>83.790.000</u>	<u>91.830.000</u>

As linhas de crédito com vencimento até 1 ano são renováveis, de forma automática, anual ou trimestralmente. As linhas de crédito com vencimento após 1 ano não têm limite definido.

A taxa média de financiamento da EDA foi de 1,25% e 1,29% em 2017 e 2016, respetivamente.

Com a finalidade de proteger o interesse do financiador são estabelecidos nos diversos contratos de financiamento compromissos por meio dos quais fica estabelecido que determinados atos devem ser cumpridos, ao passo que outros não devem ser executados, os chamados *Covenants*'.

Os *Covenants* associados aos contratos de financiamento da EDA são, por tipo de empréstimo:

	Empréstimos Mercado		Papel Comercial	Conta Corrente
	Interno	Externo		
Empréstimo A	Ownership Clause Pari Passu Cisão ou fusão do Mutuário	Garantia Região Autónoma Açores Garantia República Portuguesa Cisão ou fusão do Mutuário Ownership Clause	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Cross Default	Ownership Clause Negative Pledge
Empréstimo B	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Cross Default	Garantia Região Autónoma Açores Garantia República Portuguesa Cisão ou fusão do Mutuário Ownership Clause	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Cross Default	Ownership Clause
Empréstimo C	-	Ráeios ou Notação de Rating Internacional Garantia República Portuguesa Cisão ou fusão do Mutuário Ownership Clause	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Cross Default	Cross Default
Empréstimo D	-	Garantia GCD Cisão ou fusão do Mutuário Ownership Clause Pari Passu	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Cross Default	-
Empréstimo E	-	Garantia Região Autónoma Açores Garantia República Portuguesa Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Cross Default	-
Empréstimo F	-	-	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge	-
Empréstimo G	-	-	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge	-

21 Obrigações de benefícios de reforma e outros

A EDA tem as seguintes obrigações pós-emprego: i) benefícios definidos referentes a complementos de pensões de reforma para os empregados admitidos até 31 de dezembro de 2002 e o pagamento de pensões de reforma a empregados da Administração Pública reformados até 30 de novembro de 1999, na quota-parte dos anos ao seu serviço; e ii) contribuições definidas para pensões de reforma (empregados admitidos após 1 de janeiro de 2003).

i) Plano de benefícios definidos

Com base no regulamento de ação social em vigor até 31 de dezembro de 2002, a EDA tem a responsabilidade de complementar até ao máximo de 80% as pensões de reforma atribuídas pelas instituições de segurança social aos seus empregados, admitidos até 31 de dezembro de 2002, reformados com pelo menos 30 anos de serviço (sendo de 20 anos para os trabalhadores em regime de turnos), sofrendo esse limite uma redução em função do tempo de serviço prestado, se inferior. Para além desta responsabilidade com complementos de pensões de reforma, a EDA tem ainda a responsabilidade de assegurar o pagamento das pensões aos empregados oriundos do setor público e das autarquias locais abrangidos pelo regime da Caixa Geral de Aposentações e reformados até 30 de novembro de 1999, na parte correspondente ao período em que estiveram ao serviço da EDA.

ii) Plano de contribuição definida

A EDA constituiu um plano de contribuições definidas, o Plano de pensões Futuro+ para os seus empregados não abrangidos por outros planos de benefícios. Este plano é gerido pela BPI Pensões.

Em termos globais, o impacto destes planos nas demonstrações financeiras é como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Obrigações no balanço		
Plano de benefícios definidos	12.902.738	13.914.118
	<u>12.902.738</u>	<u>13.914.118</u>
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Gastos na demonstração dos resultados		
Plano de benefícios definidos	628.243	676.085
Plano de contribuições definidas	530.409	439.356
	<u>1.158.652</u>	<u>1.115.441</u>

Os principais pressupostos utilizados no cálculo atuarial são os abaixo indicados:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Tábua de mortalidade	TV 73/77	TV 73/77
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80
Taxa técnica de rendimento	1,85%	2,00%
Taxa técnica de actualização	1,85%	2,00%
Taxa de crescimento salarial	1,50%	1,50%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,00%
Taxa de crescimento salarial (S. Social)	1,50%	1,50%
Taxa de revalorização salarial	0,00%	0,00%

Em 2017, a taxa técnica de atualização usada foi de 1,85% refletindo a previsão das taxas de juro do mercado no longo prazo. Se a taxa de desconto utilizada para calcular as obrigações da EDA à data do relato financeiro, fosse de 2,10% as responsabilidades com o plano de pensões seriam reduzidas em 1.301.200 euros e o impacto nos ganhos/(perdas) atuariais em 2017, seria superior em 1.286.834 euros. Se a taxa de desconto utilizada fosse de 1,60%, as responsabilidades com o plano de pensões seriam superiores em 1.362.839 euros e o impacto nos ganhos/(perdas) atuariais seria reduzido em 1.347.627 euros.

Em 2016, a taxa técnica de atualização usada foi de 2% refletindo a previsão das taxas de juro do mercado no longo prazo. Se a taxa de desconto utilizada para calcular as obrigações da EDA à data do relato financeiro, fosse de 2,25% as responsabilidades com o plano de pensões seriam reduzidas em 1.346.125 euros e o impacto nos ganhos/(perdas) atuariais em 2016, seria superior em 1.330.676 euros. Se a taxa de desconto utilizada fosse de 1,75%, as responsabilidades com o plano de pensões seriam superiores em 1.411.025 euros e o impacto nos ganhos/(perdas) atuariais seria reduzido em 1.394.645 euros.

Em fevereiro de 2018 a EDA efetuou uma contribuição extraordinária de 125.000 euros, para cobertura do valor mínimo a financiar a 31/12/2017.

A contribuição estimada para o Fundo de pensões, em 2018, ascende a 336.340 euros.

21.1. Plano de pensões

O montante da obrigação reconhecida no Balanço é determinado como segue:

	2017	2016
Valor presente da obrigação	47.060.402	48.012.088
Justo valor dos ativos do plano	<u>(34.157.664)</u>	<u>(34.097.970)</u>
	<u>12.902.738</u>	<u>13.914.118</u>

Existem 12.163.486 euros de responsabilidades que não se encontram abrangidas pelo fundo constituído.

O movimento ocorrido no valor atual da obrigação subjacente ao plano de pensões foi o seguinte:

	Responsabilidades do plano	Ativos do plano	Total
A 1 de janeiro de 2016	49.688.777	(33.531.397)	16.157.380
Custo serviço corrente	349.381	-	349.381
Juro líquido	993.776	(667.072)	326.704
Sub-total	<u>51.031.933</u>	<u>(34.198.469)</u>	<u>16.833.464</u>
Remensurações:			
Retorno ativos do plano (exclui quota-parte juro líquido)	-	702.519	702.519
(Ganhos)/perdas ajuste de experiência	(546.257)	-	(546.257)
Contribuições	-	(1.960.000)	(1.960.000)
Benefícios pagos	(2.473.589)	1.357.979	(1.115.610)
A 31 de dezembro 2016	48.012.088	(34.097.970)	13.914.118
Custo serviço corrente	336.340	-	336.340
Juro líquido	960.242	(668.339)	291.903
Sub-total	<u>49.308.670</u>	<u>(34.766.309)</u>	<u>14.542.361</u>
Remensurações:			
Retorno ativos do plano (exclui quota-parte juro líquido)	-	(752.800)	(752.800)
(Ganhos)/perdas ajuste de experiência	229.573	-	229.573
Contribuições	-	-	-
Benefícios pagos	(2.477.840)	1.361.445	(1.116.396)
A 31 de dezembro 2017	47.060.402	(34.157.664)	12.902.737

As remensurações registadas resultam da diferença entre a taxa média de rentabilidade real dos ativos do fundo e a taxa técnica de atualização aplicada e dos ganhos de experiência resultantes da rotação de trabalhadores.

Os impactos do plano na demonstração dos resultados são como segue:

	2017	2016
Custos serviços correntes	336.340	349.381
Juro líquido	<u>291.903</u>	<u>326.704</u>
	<u>628.243</u>	<u>676.085</u>



Os impactos do plano registados em Capital próprio são como segue:

	2017	2016
Ganhos/ (perdas) atuariais iniciais	(8.225.677)	(8.069.414)
Ganhos/ (perdas) atuariais do período	523.227	(156.263)
Ganhos/ (perdas) atuariais acumuladas	(7.702.451)	(8.225.677)

O detalhe da maturidade das responsabilidades do plano é o seguinte:

	2017	2016
Duração das responsabilidades do Plano de Pensões	13,53	13,96
Pagamento Esperado de Benefícios (grelha de distribuição)		
Pagamento Esperado de Benefícios dentro de 12 meses	1.431.962	1.365.987
Pagamento Esperado de Benefícios entre] 1 ; 3] anos	3.104.984	2.967.637
Pagamento Esperado de Benefícios entre] 3 ; 6] anos	5.063.718	4.885.560
Pagamento Esperado de Benefícios entre] 6 ; 11] anos	9.301.059	9.159.724
Pagamento Esperado de Benefícios entre] 11 ; 14] anos	5.716.938	5.805.426
Pagamento Esperado de Benefícios após 14 anos	24.782.662	27.096.555

Detalhe da natureza dos ativos que constituem o fundo do plano de pensões:

	2017	2016
Depósitos	3.442.177	2.935.927
Fundos de investimento e outros	2.943.499	908.311
Ações	5.827.341	6.233.633
Obrigações	19.002.045	21.047.863
Imóveis	2.942.602	2.972.236
	34.157.664	34.097.970

Composição da carteira de ativos:

	2017				2016			
	Ativos cotados	Não cotados	Total	%	Ativos cotados	Não cotados	Total	%
Liquidez	3.442.177	-	3.442.177	10,1%	2.935.927	-	2.935.927	8,6%
Imobiliário Directo								
Doméstico	-	1.620.493	1.620.493	4,7%	-	1.620.493	1.620.493	4,8%
Ações								
Domésticas	489.524	-	489.524	1,4%	-	-	-	0,0%
Estrangeiras	-	-	-	0,0%	-	-	-	0,0%
Obrigações								
Domésticos, AAA a BBB -	-	-	-	0,0%	2.391.514	-	2.391.514	7,0%
Domésticos, inferior a BBB -	1.224.112	-	1.224.112	3,6%	1.547.966	83.102	1.631.068	4,8%
Estrangeiros, AAA a BBB -	6.645.361	-	6.645.361	19,5%	8.818.821	-	8.818.821	25,9%
Estrangeiros, inferior a BBB -	4.149.395	-	4.149.395	12,1%	305.386	-	305.386	0,9%
Fundos de Investimento								
Ações								
Domésticas	-	-	-	0,0%	235.396	-	235.396	0,7%
Estrangeiras	5.337.817	-	5.337.817	15,6%	5.998.237	-	5.998.237	17,6%
Obrigações								
Domésticos, AAA a BBB -	-	-	-	0,0%	3.277.489	-	3.277.489	9,6%
Domésticos, inferior a BBB -	6.983.178	-	6.983.178	20,4%	-	-	-	0,0%
Estrangeiros, AAA a BBB -	-	-	-	0,0%	2.323.227	-	2.323.227	6,8%
Estrangeiros, inferior a BBB -	-	-	-	0,0%	2.300.359	-	2.300.359	6,7%
Imobiliário								
Domésticos	1.127.392	-	1.127.392	3,3%	1.115.815	-	1.115.815	3,3%
Estrangeiros	194.717	-	194.717	0,6%	235.928	-	235.928	0,7%
Outros investimentos	2.943.499	-	2.943.499	8,6%	908.311	-	908.311	2,7%
	<u>32.537.171</u>	<u>1.620.493</u>	<u>34.157.664</u>	100,0%	<u>32.394.375</u>	<u>1.703.595</u>	<u>34.097.970</u>	100,0%

Os ativos do plano de pensões não incluem ações próprias ou ativos não correntes da Empresa. A taxa de retorno esperada dos ativos do plano para 2017 foi determinada, baseada numa estimativa do retorno esperado dos ativos do plano a longo prazo, e a estratégia de investimentos a realizar.

21.2. Contribuição definida

Em 2017, o valor das contribuições definidas efetuadas pela EDA para o Plano Pensões Futuro+, ascendeu a 530.409 euros (2016: 439.356 euros).

22 Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o detalhe da rubrica de Outras dívidas a pagar é como segue:

	2017			2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores investimentos	i)					
Fornecedores de investimentos - gerais	7.054.277	-	7.054.277	2.680.239	-	2.680.239
Fornecedores de investimentos - partes relacionadas (Nota 37)	479.605	-	479.605	463.262	-	463.262
	<u>7.533.882</u>	<u>-</u>	<u>7.533.882</u>	<u>3.143.501</u>	<u>-</u>	<u>3.143.501</u>
Outros credores e Acréscimos por gastos	ii)					
Convergência tarifária	ii)					
Ano de 2016	6.320.408	-	6.320.408	364.756	7.474.648	7.839.404
Ano de 2015	-	-	-	16.077.010	-	16.077.010
	<u>6.320.408</u>	<u>-</u>	<u>6.320.408</u>	<u>16.441.766</u>	<u>7.474.648</u>	<u>23.916.414</u>
Subsídios investimento-Imposto a pagar	-	1.900.797	1.900.797	-	2.188.945	2.188.945
Encargos com remunerações	3.636.643	-	3.636.643	3.312.756	-	3.312.756
Outros acréscimos por gastos	1.481.820	-	1.481.820	1.550.993	-	1.550.993
Outros credores	847.551	-	847.551	2.045.065	-	2.045.065
	<u>12.286.422</u>	<u>1.900.797</u>	<u>14.187.219</u>	<u>23.350.580</u>	<u>9.663.593</u>	<u>33.014.173</u>
	<u>19.820.304</u>	<u>1.900.797</u>	<u>21.721.101</u>	<u>26.494.081</u>	<u>9.663.593</u>	<u>36.157.674</u>

i) Fornecedores de investimentos – esta rubrica refere-se maioritariamente aos saldos relativos às faturas de prestação de serviços e fornecimentos de materiais incorporados nos ativos em construção, classificados como ativos tangíveis em curso e ativos da concessão;

ii) A rubrica de convergência tarifária refere-se ao registo dos desvios apurados entre os custos reais incorridos nas atividades de Aquisição de Energia Elétrica e Gestão do Sistema, Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica e os custos estimados incluídos na determinação das tarifas pela ERSE. Os valores apurados no final de cada período correspondem à melhor estimativa do valor a recuperar ou a devolver nos anos seguintes considerando as regras de cálculo dos regulamentos tarifários, contudo poderão existir acertos propostos pela ERSE a estes valores.

O mecanismo em vigor para a recuperação destes desvios encontra-se regulamentado pela ERSE e traduz-se na incorporação dos desvios apurados no ano n, nos custos totais que servirão de base à determinação das tarifas do ano n+1 (custo do capital) e n+2. No que se refere aos desvios provisórios do Custo de capital de 2016 que foi determinado de acordo com a estimativa dos ativos fixos para este ano e a taxa de remuneração definitiva, apurou-se o valor global de 442.964 euros (2015: 2.629.068 euros), tendo o mesmo sido devolvido no decorrer do período.

O acerto final do ajustamento ao tarifário de 2016 foi estabelecido em 5.835.719 euros, tendo vencido juros neste período no valor de 41.725 euros.

iii) Saldo referente ao imposto a pagar no futuro relacionado com os subsídios ao investimento:

	Subsídios ao investimento
A 1 de janeiro de 2016	(2.477.973)
Reversão por capital	<u>289.029</u>
Movimentos do período	<u>289.029</u>
A 31 de dezembro de 2016	(2.188.944)
Reversão por capital	<u>288.148</u>
Movimentos do período	<u>288.148</u>
A 31 de dezembro de 2017	<u>(1.900.796)</u>

23 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os saldos de fornecedores, integralmente correntes, são os seguintes:

		<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fornecedores - gerais	i)	11.506.216	9.744.100
Fornecedores - partes relacionadas (Nota 37)	ii)	3.495.618	3.629.308
Fornecedores - Faturas em receção e conferência		<u>292.641</u>	<u>122.968</u>
		<u>15.294.476</u>	<u>13.496.376</u>

i) Fornecedores – gerais: parte significativa deste saldo refere-se aos saldos a pagar pela aquisição de fuel para a produção de energia nas centrais termoeletricas, bem como de materiais de redes e produção e ainda da prestação dos serviços informáticos;

ii) Fornecedores – partes relacionadas: saldo referente à aquisição de energia elétrica à EDA Renováveis e de serviços técnicos à Segma, Globaleda e Norma Açores.

24 Vendas e serviços prestados

O montante de vendas e serviços prestados reconhecido na Demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

		<u>2017</u>	<u>2016</u>
Vendas de eletricidade			
Em média tensão		34.260.077	34.064.056
Em baixa tensão		77.965.424	78.178.749
Energia em contadores (Nota 11)		2.183.964	2.534.472
Ajustamentos de tarifário	i)	50.811.364	39.780.063
Serviços prestados			
De eletricidade		789.569	501.482
De outros		1.106.070	1.136.670
Serviços de construção IFRIC 12	ii)	<u>10.050.953</u>	<u>7.931.433</u>
		<u>177.167.421</u>	<u>164.126.925</u>

i) Ajustamento tarifário: montante estimado dos custos anuais com a convergência tarifária de 2017 e as correções efetuadas pela ERSE ao desvio de 2016, como se indica:

<u>Descrição</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Convergência de tarifário do período	41.951.873	43.465.575
Tarifa social do período	1.590.945	665.759
Desvio tarifário de 2017 (Nota 11)	5.281.950	-
Desvio tarifário de 2016	-	(7.474.648)
Desvio da tarifa social de 2017 (Nota 11)	347.642	-
Desvio da tarifa social de 2016	25	(378.844)
Correção Desvio Tarifário 2016 (ERSE)	1.638.929	-
Correção Desvio Tarifário 2015 (ERSE)	-	3.502.221
	<u>50.811.364</u>	<u>39.780.063</u>

ii) Serviços de construção IFRIC 12 - montante associado à aquisição/construção de ativos para a infraestrutura da concessão, o qual pode ser decomposto como segue:

	2017	2016
Fornecimentos e serviços externos (Nota 27)	5.219.329	4.484.395
Trabalhos para a própria entidade	4.831.623	3.447.038
	10.050.953	7.931.433

25 Trabalhos para a própria entidade

O detalhe dos trabalhos para a própria empresa para os períodos apresentados refere-se à seguinte natureza de gastos incorridos:

	2017	2016
Materiais	324.544	504.565
Fornecimentos e serviços externos	431.408	598.422
Impostos	4.748	560
Pessoal	461.755	529.698
Encargos financeiros	323.955	244.161
	1.546.411	1.877.406

Os valores mais significativos capitalizados referem-se aos custos com empreitadas contratadas para a realização de ampliações nos centros produtores.

26 Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

O detalhe do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas demonstra-se como segue:

	2017	2016
Inventários iniciais (Nota 13)	7.977.289	7.616.257
Compras	85.063.562	71.650.757
Inventários finais (Nota 13)	(9.754.447)	(7.977.289)
	83.286.405	71.289.725

O montante do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas detalha-se como segue:

	2017	2016
Energia adquirida i)	28.908.129	25.762.864
Combustíveis	46.678.774	38.341.978
Outros	7.699.502	7.184.883
	83.286.405	71.289.725

i) Do valor de energia adquirida, 27.294.831 euros (2016: 24.092.035 euros) dizem respeito à EDA Renováveis (Nota 37).

27 Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

		<u>2017</u>	<u>2016</u>
Trabalhos especializados	i)	6.769.062	7.221.715
Serviços de construção IFRIC 12	ii)	5.219.329	4.484.395
Conservação e reparação	iii)	3.624.720	3.947.443
Comunicações	iv)	1.062.792	1.058.521
Seguros		571.119	600.450
Deslocações e estadas		404.184	459.495
Vigilância e segurança		387.385	395.898
Limpeza, higiene e conforto		332.830	360.486
Combustíveis		270.997	241.280
Comissões		241.414	242.649
Honorários		182.767	146.032
Cursos de formação profissional		141.631	125.877
Publicidade e propaganda		111.628	89.657
Outros (inferiores a 100.000 euros)		453.507	466.929
		<u>19.773.368</u>	<u>19.840.827</u>

i) Os gastos com Trabalhos especializados incluem maioritariamente gastos com serviços informáticos e consultorias diversas;

ii) Os serviços de construção incluem essencialmente gastos com aquisição de serviços e equipamentos para as infraestruturas afetas à concessão;

iii) A rubrica de Conservação e reparação refere-se essencialmente a gastos com a manutenção e reparação dos ativos técnicos, como a manutenção, desmontagem e alteração de linhas e a manutenção dos equipamentos das centrais;

iv) Os gastos com Comunicações referem-se maioritariamente a gastos de correio com expedição de faturação a clientes, o aluguer de circuitos à ONI e gastos com comunicações telefónicas.

28 Gastos com pessoal

Os Gastos com pessoal incorridos durante os períodos de 2017 e 2016 foram como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Remunerações		
Orgãos sociais	402.298	386.851
Pessoal	<u>20.501.581</u>	<u>19.794.942</u>
	<u>20.903.880</u>	<u>20.181.793</u>
Outros gastos		
Encargos sobre remunerações	4.578.209	4.480.908
Benefícios pós-emprego	1.158.652	1.115.442
Seguros acid.trabalho e doenças profissionais	130.691	125.501
Gastos de ação social	584.908	550.912
Outros	<u>125.892</u>	<u>91.377</u>
	<u>6.578.352</u>	<u>6.364.140</u>
	<u>27.482.232</u>	<u>26.545.933</u>

O número médio de empregados em 2017 foi de 742 (2016: 731).

Os gastos com prémios para benefícios de reforma referem-se aos encargos do período com os planos de benefícios de reforma atribuídos aos empregados no montante de 628.243 euros (2016: 676.085 euros) para o plano de benefícios definidos e de 530.409 euros (2016: 439.356 euros) para o plano de contribuição definida.

29 Outros rendimentos

O detalhe da rubrica de Outros rendimentos é apresentado como segue:

		2017	2016
Outros rendimentos operacionais	i)	2.749.111	1.810.017
Amortização de subsídios ao investimento	ii)	1.405.601	1.409.896
Ganhos na alienação de ativos tangíveis		123.471	42.910
Excesso para estimativa de imposto		45.901	510.549
Recuperação de dívidas		1.845	10.617
Outros		547	1.420
Indemnizações		-	34.746
Correções relativas a exercícios anteriores		-	9.550
		4.326.476	3.829.705

i) A rubrica de Outros rendimentos operacionais inclui: (i) os juros cobrados a clientes pelo atraso no pagamento; (ii) os juros especializados sobre os montantes de compensação tarifária; e (iii) o rendimento obtido com a cedência de utilização das linhas e redes da EDA à NOS Açores;

ii) Esta rubrica de outros rendimentos refere-se ao valor da amortização dos subsídios ao investimento registada em resultado no período;

30 Outros gastos

O detalhe da rubrica de Outros gastos é apresentado no quadro seguinte:

		2017	2016
Direitos passagem Municípios	i)	4.750.198	4.706.471
Desp.proprietade industrial	ii)	1.942.702	1.783.341
Contr.extraord.setor energético	iii)	1.662.555	1.676.282
Impostos e Outras licenças	iv)	465.902	736.578
Abates - Investimentos não financeiros	v)	433.863	-
Outros gastos operacionais		366.706	369.087
Donativos		66.558	49.635
Outras perdas		29.821	34.271
Multas e penalidades		161	862
Dívidas incobráveis		-	27.176
		9.718.467	9.383.703

i) Em conformidade com a Lei 7-A/2016 de 30 de março, e com efeitos a partir de 2016, a EDA enquanto entidade que explora a atividade de distribuição de eletricidade em baixa tensão ficou obrigada ao pagamento de uma contrapartida ou de uma remuneração anual aos municípios da Região Autónoma dos Açores;

ii) Na rubrica de Despesas Propriedade Industrial encontram-se registados essencialmente os gastos com as licenças de CO2 correspondentes à estimativa das emissões de gases de carbono ocorridas durante o ano;

iii) Contribuição extraordinária sobre o setor energético regulamentada no Orçamento do Estado para 2014 - Lei nº. 83-C /2013 de 31 de dezembro;

iv) Esta rubrica inclui maioritariamente o encargo com as taxas de exploração dos ativos afetos às atividades de produção e distribuição;

v) Abate de diverso material considerado obsoleto para a atividade da empresa segundo as deliberações 334/CE/2017 e 424/CE/2017.

31 Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros é como segue:

		<u>2017</u>	<u>2016</u>
Juros e gastos similares			
Encargos financeiros suportados	i)	1.625.730	1.988.785
Outros gastos e perdas financeiras	ii)	1.454.965	1.510.022
Encargos financeiros de empresas do grupo (Nota 37)		71.603	152.330
		<u>3.152.298</u>	<u>3.651.137</u>
Juros e rendimentos similares			
Juros obtidos de empresas do grupo (Nota 37)	iii)	1.498	7.804
Outros rendimentos e ganhos financeiros		-	15
		<u>1.498</u>	<u>7.819</u>

i) Juros referentes aos empréstimos contraídos pela EDA para o financiamento das suas atividades;

ii) Os Outros gastos e perdas financeiras incluem essencialmente comissões associadas aos financiamentos contraídos;

iii) Juros faturados à subsidiária Globaleda referente aos suprimentos efetuados em conformidade com o plano de negócios aprovado em setembro de 2013. Venceu juros à taxa anual Euribor 6M + 1,23% (2016: 1,59%) sendo a última prestação liquidada pela Globaleda em novembro de 2017.

32 Imposto sobre o rendimento

A decomposição do montante de imposto sobre o rendimento reconhecido nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Imposto s/ rendimento corrente	50.494	2.367.660
Imposto s/ rendimento diferido (Nota 12)	4.817.905	794.409
	<u>4.868.398</u>	<u>3.162.069</u>



A reconciliação do montante de imposto do período é conforme segue:

	2017	2016
Resultado antes de Imposto	26.376.222	22.378.651
Diferenças temporárias:		
Convergência tarifária	(23.157.284)	(2.178.849)
Plano de pensões	(488.153)	(2.399.524)
Perdas por imparidade em contas a receber	31.405	259.738
Perdas por imparidade em ativos	-	335.582
Outros	112.059	107.886
	<u>(23.501.973)</u>	<u>(3.875.167)</u>
Diferenças permanentes:		
MEP	(10.077.808)	(7.750.990)
Outros	1.243.331	949.019
Benefícios de reforma	-	-
Restituição de imposto	(45.901)	(510.549)
	<u>(8.880.379)</u>	<u>(7.312.521)</u>
Lucro Tributável / (Prejuízo Fiscal)	<u>(6.006.130)</u>	<u>11.190.963</u>
Taxa nominal de imposto	<u>16,8%</u>	<u>16,8%</u>
	<u>-</u>	<u>1.880.082</u>
Derrama Municipal	-	167.865
Derrama Estadual	-	291.639
Tributação autónoma	50.494	28.075
Imposto diferido	4.817.905	794.409
	<u>4.868.398</u>	<u>3.162.069</u>
Taxa efetiva de imposto	18,5%	14,1%

A taxa de imposto adotada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	2017	2016
Taxa de imposto	16,80%	16,80%
Derrama	1,50%	1,50%
Derrama estadual		
> 1.500.0000 e < 7.500.000	2,40%	2,40%
> 7.500.0000 e < 35.000.000	4,00%	4,00%
> 35.000.0000	5,60%	5,60%

33 Dividendos

Os dividendos pagos durante o período de 2017 foram de 18.025.000 euros (2016: 8.400.000 euros).

34 Compromissos

Os compromissos assumidos pela empresa à data do Balanço dos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são como segue:

Compromissos para investimentos

Os investimentos contratados ainda não ocorridos, na data do Balanço são como segue:

	2017	2016
Mercadorias encomendadas a fornecedores	1.155.689	1.154.629
Encomendas equipamentos e empreitadas adjudicadas	23.035.699	7.983.913
	24.191.387	9.138.542

35 Contingências

A EDA tem os seguintes passivos contingentes decorrentes das garantias bancárias prestadas, conforme segue:

Beneficiário	Objeto	Início	2017	2016
BEI	Garantia exigida aquando do desembolso do empréstimo EDA Power VII-B	2010	9.545.455	10.909.091
BEI	Garantia exigida aquando do desembolso do empréstimo EDA Power VII-B	2012	3.818.182	4.363.636
Tribunal Judicial de P.Delegada	Por conta do processo nº 110/2000 a correr termos no 1º juízo a título de caução pela atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação interposto da sentença proferido naquela acção em 07/08/2009	2012	250.000	250.000
Tribunal Trabalho de P.Delegada	Assegurar o bom e integral cumprimento das obrigações assumidas por sentença judicial relativamente aos herdeiros dependentes do funcionário sinistrado João Manuel Raposo Correia	2011	220.468	220.468
APISM	Gestão das Portas do Mar	2008	140.527	140.527
Direção Regional Ordenamento Território e Recursos Hídricos	Contrato de monitorização do ciclo hidrológico nas ilhas São Miguel e Santa Maria	2008	9.229	9.229
MOTOROLA Portugal	Caução para prestação de serviços	2008	5.000	5.000
PT Comunicações	Fornecimento e instalação de posto de transformação na estação da Vista do Rei para a PT Comunicações - DONA	2009	3.986	3.986
Câmara Municipal de Lagoa	Operação, manutenção e acompanhamento técnico das 5 estações elevatórias e do emissário submarino na rede de esgotos domésticos	2008	1.590	1.590
NAV, E.P.E.	Substituição AVAC SMA-CRX	2008	1.472	1.472
			13.995.908	15.904.999

Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a EDA não tinha identificado outros passivos contingentes.

Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a EDA não tinha identificado ativos contingentes.

36 Matérias Ambientais

Como referido na Nota 8, para o período 2013-2020 a EDA não beneficiou da atribuição gratuita de licenças de emissão de CO₂, como tinha ocorrido nos dois períodos anteriores.

Em 2017 a EDA registou o consumo de licenças de CO₂ correspondentes à emissão de 301.364 toneladas, enquanto que em 2016 o consumo foi de 315.941 toneladas.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não se encontra registado nas demonstrações financeiras qualquer passivo de caráter ambiental nem é divulgada qualquer contingência, por ser convicção da Administração que não existem, a essa data, obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a Empresa.

37 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a EDA é controlada pela Região Autónoma dos Açores que detém 50,1% do capital da empresa. O restante é detido pela ESA – Energia e Serviços dos Açores, SGPS (39,7%), EDP – Gestão da Produção de Energia (10%) sendo o remanescente por pequenos acionistas.

Para além da aplicação dos resultados, em conformidade a deliberação em Assembleia Geral, não existem transações individualmente significativas com a Região Autónoma dos Açores em relação de domínio e de grupo. As transações realizadas não são distintas das operações comerciais normais.

37.1. Remuneração dos órgãos sociais

O Conselho de Administração da EDA foi considerado de acordo com a NCRF 5 – Partes relacionadas como sendo os únicos elementos chave da gestão da Empresa. Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 as remunerações auferidas pelos mesmos são conforme segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Remunerações	<u>387.791</u>	<u>378.653</u>
	<u>387.791</u>	<u>378.653</u>

Os membros dos Órgãos de Gestão da EDA não realizaram qualquer tipo de contrato com a empresa, para os períodos apresentados.

Adicionalmente foram pagos ao Conselho Fiscal os seguintes montantes:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Conselho Fiscal	<u>14.507</u>	<u>8.198</u>
	<u>14.507</u>	<u>8.198</u>

Os pagamentos efetuados ao Revisor Oficial de Contas são os seguintes:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Serviços de revisão legal de contas	9.333	20.160
Serviços de consultoria fiscal	-	4.500
Outros serviços	<u>1.143</u>	-
	<u>10.476</u>	<u>24.660</u>

NCR

37.2. Saldos e transações com empresas subsidiárias e associadas

(a) Natureza do relacionamento

Subsidiárias:

EDA Renováveis, S.A.
 GLOBALEDA – Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.
 SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.
 NORMA - AÇORES - Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S.A.

Associadas:

ONIAÇORES – Infocomunicações, S.A.

(b) Transações e Saldos Pendentes

Durante os períodos de 2017 e 2016 a EDA efetuou as seguintes transações com aquelas entidades:

Vendas de produtos e serviços

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
EDA Renováveis, S.A.	631.104	603.064
GLOBALEDA - Telecomun. e Sistemas de Informação, S.A.	642.144	662.851
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda	81.602	80.684
NORMA - Soc. Estudos e Apoio Desenvolvimento Regional, S.A.	45.866	41.510
ONIAÇORES - Infocomunicações, S.A.	-	207
	<u>1.400.717</u>	<u>1.388.316</u>

Compra de energia

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
EDA Renováveis, S.A.	27.294.831	24.092.035
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda	4.566	4.557
	<u>27.299.397</u>	<u>24.096.592</u>

Compras de produtos e serviços

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
EDA Renováveis, S.A.	4.093	3.335
GLOBALEDA - Telecomun. e Sistemas de Informação, S.A.	1.112.136	1.228.722
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda	1.774.745	2.290.718
NORMA - Soc. Estudos e Apoio Desenvolvimento Regional, S.A.	744.258	929.078
	<u>3.635.232</u>	<u>4.451.853</u>

Juros e rendimentos similares

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
GLOBALEDA - Telecomun. e Sistemas de Informação, S.A.	1.498	7.804
	<u>1.498</u>	<u>7.804</u>

Juros e gastos similares

	2017	2016
EDA Renováveis, S.A.	62.641	138.299
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda	8.992	14.031
	71.633	152.330

No final dos períodos de 2017 e 2016 os saldos pendentes resultantes de transações efetuadas com subsidiárias e associadas são como segue:

Saldos devedores

	2017	2016
<u>Cientes e Outros créditos a receber</u>		
EDA Renováveis, S.A.	417.079	390.717
GLOBALEDA - Telecomun. e Sistemas de Informação, S.A.	84.980	80.789
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda	17.624	13.652
NORMA - Soc. Estudos e Apoio Desenvolvimento Regional, S.A.	9.825	9.218
ONIAÇORES - Infocomunicações, S.A.	275	275
	529.782	494.651

Financiamentos

GLOBALEDA - Telecomun. e Sistemas de Informação, S.A.	-	426.914
	529.782	921.565

Saldos credores

	2017	2016
<u>Fornecedores</u>		
EDA Renováveis, S.A.	3.188.846	2.981.255
GLOBALEDA - Telecomun. e Sistemas de Informação, S.A.	52.113	309.289
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda	142.299	203.517
NORMA - Soc. Estudos e Apoio Desenvolvimento Regional, S.A.	112.360	135.247
	3.495.618	3.629.308

Outras dívidas a pagar

GLOBALEDA - Telecomun. e Sistemas de Informação, S.A.	4.939	57.445
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda	342.147	333.551
NORMA - Soc. Estudos e Apoio Desenvolvimento Regional, S.A.	132.520	72.265
	479.605	463.261

Financiamentos

EDA Renováveis, S.A.	37.720.000	30.560.000
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda	4.500.000	4.100.000
	42.220.000	34.660.000
	46.195.223	38.752.569


38 Disposições legais

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não existiam valores em dívida à Segurança Social nem à Administração Fiscal.

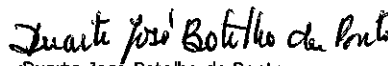
39 Eventos subsequentes


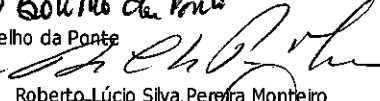
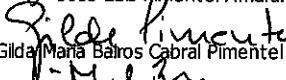
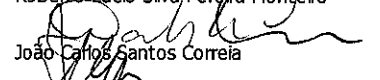
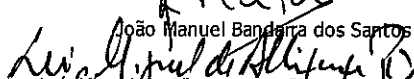


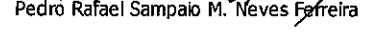
No período compreendido entre o encerramento do balanço e até à data da aprovação destas demonstrações financeiras, a Administração tomou conhecimento do comunicado efetuado pelo Governo Regional dos Açores sobre a reforma do Setor Público Empresarial Regional, a qual inclui a decisão de alienar a participação indireta que detém na Norma Açores, através da EDA-Eletricidade dos Açores S.A..

O Contabilista Certificado


Maria Manuela C. Pontes Furtado

O Conselho de Administração


Duarte José Botelho da Ponte

 José Luís Pimentel Amaral	 Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro
 Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel	 João Carlos Santos Correia
 João Manuel Bandeira dos Santos	 João Carlos Chaves de Sousa Braga
 Luís Miguel de Albuquerque Pátena Forte	 Pedro Rafael Sampaio M. Neves Ferreira

4.3. Apreciação e certificação de contas individuais

Handwritten notes:
da h b
A
F m
m y d
g

de h B.

A

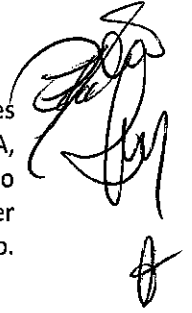
4.3.1. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

PERÍODO DE 2017

f m d
z

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL (Contas Individuais 2017)

Em conformidade com o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e da alínea g) do artigo 5.º do Regulamento do Conselho Fiscal da EDA, Electricidade dos Açores, S. A. (adiante designada por Sociedade ou Empresa), vem este órgão apresentar o relatório sobre a ação fiscalizadora desenvolvida no exercício de 2017 e parecer sobre o relatório, contas individuais e propostas apresentadas pelo Conselho de Administração.



1. RELATÓRIO

I. Introdução

A EDA-Electricidade dos Açores, S. A., é uma empresa qualificada como entidade de interesse público, nos termos da alínea l) do art.º3 da Lei 148/2015 de 9 de setembro.

A EDA-Electricidade dos Açores, S. A., adota um modelo de fiscalização composto por um Conselho Fiscal e uma SROC, que não é membro daquele órgão, conforme o previsto na alínea b) do n.º1 do art.º413 do CSC.

O Conselho Fiscal em funções foi eleito na reunião da Assembleia Geral realizada em 26 de abril de 2017, para o mandato de 2017-2019, sendo composto por três membros efetivos e um suplente.

Todos os membros do Conselho Fiscal são independentes nos termos do n.º 5 do artigo 414.º, e não estão abrangidos por nenhuma incompatibilidade nos termos do n.º 1 do artigo 414.º A, ambos do Código das Sociedades Comerciais.

II. Atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal

Relativamente ao exercício de 2017, o Conselho Fiscal realizou oito reuniões, nas quais estiveram presentes todos os membros, tendo sido exaradas as respetivas atas.

No decurso de 2017, o Conselho Fiscal aprovou o regulamento interno que estabelece as regras aplicáveis ao seu funcionamento e definiu e calendarizou um plano de ação de fiscalização.

No cumprimento das competências que lhe estão legalmente atribuídas e que constam do seu Regulamento, o Conselho Fiscal desenvolveu várias ações durante o ano de 2017, das quais destaca as seguintes:

1. Fiscalizar a administração da Sociedade, vigiar o cumprimento da lei e do contrato de sociedade e acompanhar de modo permanente a atividade da empresa

O acompanhamento permanente da atividade da EDA, Electricidade dos Açores, S. A., durante o ano de 2017, foi realizado, designadamente, através da análise das atas do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, apreciação do Plano Estratégico Plurianual e

Orçamento para 2018, participação em todas as Assembleias Gerais realizadas, análise mensal do *tableau de bord* e relatório do serviço da dívida, bem como dos relatórios e contas anuais e trimestrais emitidos.

Adicionalmente, o Conselho Fiscal reuniu com o Revisor Oficial de Contas, com o responsável da área do Planeamento, Controlo de Gestão e Regulação e com a administradora executiva responsável pelo pelouro financeiro.

Por outro lado, os membros do Conselho Fiscal estiveram presentes na reunião do Conselho de Administração em que foram aprovadas as contas anuais, relativas ao período de 2017.

2. Fiscalização do cumprimento das políticas e práticas contabilísticas, bem como do processo de preparação e divulgação da informação financeira e revisão de contas nos documentos de prestação de contas da sociedade

A fiscalização do cumprimento das políticas, critérios e práticas contabilísticas e da fiabilidade da informação financeira foi exercida pelo Conselho Fiscal através de reuniões com o Revisor Oficial de Contas, da análise da certificação legal de contas, do relatório adicional dirigido ao órgão de fiscalização, previsto no artº24 do Regime Jurídico de Supervisão de Auditoria, do relatório de auditoria elaborado pelo Auditor Externo e do anexo às demonstrações financeiras de 2017.

O acesso do Conselho Fiscal à informação financeira foi realizado de forma regular e adequada, sem que tenham surgido quaisquer constrangimentos no exercício das suas funções.

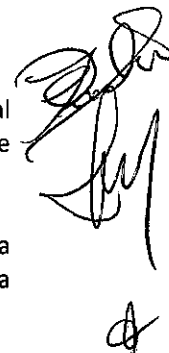
3. Fiscalizar a eficácia dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno e do sistema de auditoria interna

Ao Conselho Fiscal cabe o papel de fiscalizar a eficácia dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna, cuja criação e implementação competem ao órgão de gestão, bem como o de avaliar anualmente o funcionamento dos sistemas e os respetivos procedimentos internos.

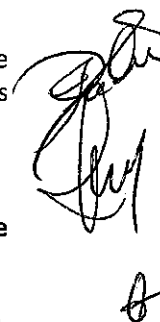
A fiscalização da eficácia dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno e do sistema de auditoria interna foi exercida pelo Conselho Fiscal, durante o ano de 2017, através do reporte de informação pelo Revisor Oficial de Contas, análise do relatório adicional ao órgão de fiscalização e apreciação das políticas de gestão de riscos constantes no relatório e contas de 2017.

4. Receber as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores da Sociedade ou outros

Compete ao Conselho Fiscal, enquanto órgão social responsável pela fiscalização da Sociedade, receber as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores da Sociedade ou outras entidades, assim como registar, por escrito, as denúncias recebidas, bem como todas as verificações, fiscalizações e diligências feitas e os procedimentos definidos com vista à regularização das irregularidades detetadas.



O Conselho Fiscal, durante o ano de 2017, iniciou os trabalhos de criação de um regulamento de comunicação de irregularidades, que estará concluído em 2018, onde serão definidos os canais de denúncias reservados a este órgão para melhor cumprimento desta competência.



5. Propor à Assembleia Geral a nomeação do revisor oficial de contas ou de sociedade de revisores oficiais de contas

O Conselho Fiscal, no decurso do exercício de 2017, selecionou e propôs à Assembleia Geral, que se realizou a 31/08/2017, a eleição para o mandato de 2017/2019, de um novo Revisor Oficial de Contas, a Sociedade de Revisores de Contas, J. Silva Cardoso e Rúben Cordeiro, SROC, Lda., representada por Rúben Mota Cordeiro, em cumprimento do disposto no artigo 16.º do Regulamento (EU) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Abril de 2014, e tendo em consideração as obrigações previstas no Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aprovado pela Lei n.º 140/2015, de 7 de Setembro de 2015, nomeadamente o regime de rotatividade obrigatória do Revisor Oficial de Contas.

6. Fiscalizar a independência do revisor oficial de contas, designadamente no tocante a prestação de serviços adicionais

No âmbito da verificação do cumprimento das regras de independência do Revisor Oficial de Contas, o Conselho Fiscal acompanhou, durante o exercício de 2017, a prestação de serviços não relacionados com serviços de auditoria, tendo-se pronunciado, previamente, acerca da prestação do serviço de verificação e aprovação dos pedidos de reembolso apresentados pelo promotor do projeto pré-definido de “ Construção da Central Geotérmica Piloto de 3 MW, na Ilha Terceira (EAGrants). O Conselho Fiscal deliberou em reunião, da qual ficou lavrado em ata, que este serviço distinto da auditoria, não constava da lista de serviços proibitivos, nem o seu valor ultrapassava o limite da ponderação dos serviços adicionais face ao total dos honorários recebidos pela revisão legal de contas, pelo que conclui que foi salvaguardada a independência do Revisor Oficial de Contas.

O Conselho Fiscal reuniu com o Revisor Oficial de Contas, tendo obtido a declaração de independência e a comunicação de todos os serviços distintos de auditoria realizados pelo Revisor Oficial de Contas, durante o exercício de 2017, nos termos da alínea a) e b) do nº6 do artº24 do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, não tendo sido identificadas ameaças à sua independência.

2. PARECER

Exmos. Senhores acionistas da
EDA, Electricidade dos Açores, S. A.,

Nos termos da legislação em vigor, dos estatutos da Sociedade e no desempenho do mandato que nos conferiram, vimos apresentar o nosso parecer sobre o relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas individuais da EDA-Electricidade dos Açores, S. A., relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

No âmbito das nossas competências, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2017, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o anexo às demonstrações financeiras.

Procedemos ainda à apreciação do relatório de gestão emitido pelo Conselho de Administração, da certificação legal das contas e do relatório adicional ao órgão de fiscalização emitidos pelo Revisor Oficial de Contas, bem como do relatório de auditoria emitido pelo auditor externo, os quais merecem o acordo do Conselho Fiscal.

No âmbito das nossas funções verificamos e declaramos que tanto quanto é do nosso conhecimento que:

- a) O relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da EDA-Electricidade dos Açores, S. A.;
- b) As demonstrações financeiras individuais e o correspondente anexo, bem como as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos conduzem a uma correta apresentação do património e dos resultados da Sociedade, em conformidade com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilístico.

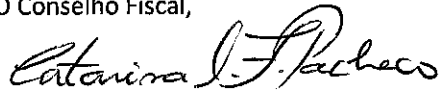
Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração, bem como as conclusões constantes da certificação legal de contas e relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais, com as quais concordamos, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia geral aprove:

- O relatório e contas 2017;
- A proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Por último, o Conselho Fiscal entende manifestar o seu agradecimento tanto ao Conselho de Administração como a Comissão Executiva da EDA, Electricidade dos Açores, S. A. pela colaboração prestada ao exercício das suas funções.

Ponta Delgada, 17 de abril de 2018

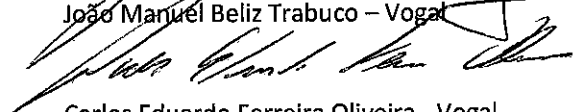
O Conselho Fiscal,



Catarina Isabel Furtado Pacheco – Presidente

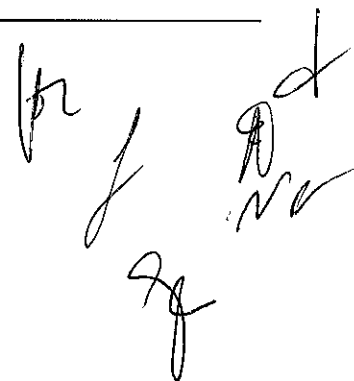


João Manuel Beliz Trabuço – Vogal



Carlos Eduardo Ferreira Oliveira - Vogal

4.3.2. Certificação Legal de Contas

A collection of handwritten signatures in black ink, including a large signature on the left and several smaller ones on the right.



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da EDA – **Eletricidade dos Açores, S.A.** (a Entidade ou EDA), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 546.194.792 euros e um total de capital próprio de 224.353.869 euros, incluindo um resultado líquido de 21.507.824 euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração de fluxos de caixa relativa ao ano findo naquela data e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da EDA – **Eletricidade dos Açores, S.A.**, em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro tal como adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Estimativa de desvios tarifários regulados (a EDA apresentou uma estimativa de 5.281.950 euros).

Ver notas 1.1, 3, 11, 22 e 24 do anexo às demonstrações financeiras.

<i>Risco</i>	<i>Resposta</i>
<p>As tarifas de eletricidade praticadas pela EDA são fixadas anualmente pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) em conformidade com o Regulamento Tarifário.</p> <p>A EDA regista em réditos a estimativa, de acordo com os critérios definidos pelo regulamento tarifário publicado pela ERSE, o montante de proveitos permitidos com base nos custos operacionais estimados aceites, que serão apurados em definitivo em 2018, com base nos valores reais do ano findo.</p>	<p>Os procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none">- Compreensão do regime regulatório;- Teste à exatidão das fórmulas de cálculo utilizadas na estimativa do desvio tarifário, verificando a sua concordância com o Regulamento Tarifário;- Teste à integridade dos dados financeiros no apuramento do desvio tarifário, verificando a sua concordância com os registos contabilísticos;



A cada data de relato a EDA estima e regista em ganhos do exercício o desvio tarifário do ano, de acordo com os regulamentos e regras publicadas pela ERSE.

Este tema foi considerado como matéria relevante de auditoria em função da relevância, complexidade e nível de julgamento inerente à estimativa anual do desvio tarifário.

- Análise da exatidão das estimativas do desvio tarifário do ano anterior face aos valores finais apurados e publicados pela ERSE;

- Verificação da adequacidade das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras.

Valorização das responsabilidades com complementos de pensões de reforma (a EDA apresenta uma responsabilidade líquida de 12.902.738 euros).

Ver notas 3 e 21 do anexo às demonstrações financeiras.

Risco

Resposta

A valorização das responsabilidades da EDA com complementos de pensões de reforma envolve julgamentos e estimativas relativas a diversos pressupostos utilizados na avaliação atuarial destas responsabilidades, entre os quais a taxa de desconto, a taxa de inflação, a taxa de crescimento dos salários e pensões e tábuas de mortalidade.

A abordagem de auditoria para este tema incluiu, entre outros, a análise crítica e avaliação da razoabilidade dos pressupostos chave considerados pela EDA e pelos atuários responsáveis pelo cálculo das responsabilidades com complementos de pensões de reforma, nomeadamente a taxa de desconto, a taxa de inflação, a taxa de crescimento dos salários e pensões e as tábuas de mortalidade face a referenciais de mercado e informação preparada internamente para o efeito.

Avaliámos o trabalho produzido e as conclusões obtidas pelos atuários independentes contratados pela EDA, bem como a competência profissional e independência.

Adicionalmente, avaliámos a adequação das divulgações relativas aos benefícios de empregados, incluindo as análises de sensibilidade.



Recuperabilidade dos investimentos em subsidiárias (a EDA apresenta em partes de capital em subsidiárias o montante de 112.127.231 euros).

Ver notas 3 e 9 do anexo às demonstrações financeiras.

<i>Risco</i>	<i>Resposta</i>
<p>A recuperabilidade de investimentos financeiros depende da obtenção de negócios suficientemente rentáveis no futuro.</p> <p>A valorização dos investimentos em subsidiárias é efetuada de acordo com o método da equivalência patrimonial, sendo identificados a cada data de relato indícios de imparidade.</p> <p>Caso existam indícios, o valor do ativo é testado por imparidade. A determinação do valor recuperável de um ativo é subjetiva, devido à incerteza inerente às projeções financeiras e ao desconto dos fluxos de caixa futuros.</p> <p>Este tema foi considerado como matéria relevante de auditoria em função da relevância, complexidade e nível de julgamento inerente à estimativa da recuperabilidade dos investimentos em subsidiárias.</p>	<p>Os procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none">- Análise da existência de indícios de imparidade;- Análise dos pressupostos e metodologia seguida pela Gestão para a avaliação dos seus investimentos.- Verificação da adequacidade das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras.

Outras matérias

As demonstrações financeiras da Entidade relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2016 foram auditadas por outros auditores que expressaram uma opinião não modificada sobre estas demonstrações em 12 abril de 2017.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras que apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro, e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Elaboração do relatório de gestão, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgado, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) Comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- g) Das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- h) Declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, bem como a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.



Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre a informação não financeira prevista no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade incluiu no seu Relatório de gestão consolidado a Demonstração não financeira consolidada prevista no artigo 508.º-G do Código das Sociedade Comerciais, em resultado do disposto no n.º 10 do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da EDA – Electricidade dos Açores, S.A. pela primeira vez na assembleia geral extraordinária de acionistas realizada em 31 de agosto de 2017 para o atual mandato em curso, compreendendo o triénio 2017/2019;
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 17 de abril de 2018;
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.
- Informamos que, para além da auditoria, prestámos à Entidade, durante o exercício de 2017, o seguinte serviço permitido por lei e regulamentos em vigor:
 - *“Auditoria ao processo de verificação e aprovação dos pedidos de reembolso apresentados pelo Promotor do Projeto pré-definido designado de “Construção da Central Geotérmica Piloto de 3 MW, na ilha Terceira (EA Grants)”.*

Ponta Delgada, 17 de abril de 2018.

J. Silva Cardoso e Ruben Cordeiro, SROC, Lda.

Representada por

Rúben Mota Cordeiro (ROC n.º 1670)

4.3.3. Relatório de Auditoria

[Handwritten signatures and initials]

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Electricidade dos Açores, S.A. ("Entidade"), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 546.194.792 euros e um total de capital próprio de 224.353.869 euros, incluindo um resultado líquido de 21.507.824 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Electricidade dos Açores, S.A. em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Determinamos as matérias descritas abaixo como matérias relevantes de auditoria a serem relatadas neste relatório.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
<p>Ativos fixos tangíveis e Ativos intangíveis</p> <p>As rubricas de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis incluem todos os ativos adquiridos ou construídos no âmbito das operações de Entidade enquanto produtora e comercializadora de energia elétrica, bem como no âmbito de operadora da concessão de transporte e distribuição de energia elétrica na Região Autónoma dos Açores. Estes ativos foram contabilizados nas demonstrações financeiras individuais de acordo com a NCRF 7 – Ativos fixos tangíveis, NCRF 6 – Ativos intangíveis e IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços, tal como divulgado nas notas 3.2. e 3.4.</p> <p>As rubricas de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis representam 67% do total do ativo da Entidade, sendo de realçar que uma componente da remuneração que a Entidade tem direito ao abrigo do Decreto-Lei nº69/2002 é calculada com base no saldo médio anual de parte muito significativa daqueles ativos. Assim, consideramos que os montantes que estão registados nesta rubrica são uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>Efetuámos o entendimento dos procedimentos e avaliámos as atividades de controlo interno associadas aos investimentos realizados em ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, nomeadamente sobre o processo de aprovação de novos investimentos e realizámos um conjunto de testes com vista à aferição que as principais atividades de controlo identificadas foram executadas de acordo com os objetivos que pretendiam mitigar.</p> <p>Adicionalmente, para uma amostra de adições do exercício da rubrica de ativos tangíveis e ativos intangíveis, analisámos a respetiva documentação de suporte, tendo verificado, nomeadamente, que as adições se encontram registadas pelos montantes e no período correto, encontravam-se aprovadas de acordo com as regras internas em vigor e respeitavam à atividade da Entidade e à natureza das rubricas em análise.</p> <p>Em particular, no que respeita ao serviço de concessão, verificámos as condições que permitem o reconhecimento dos ativos da concessão de acordo com o modelo do ativo intangível, bem como a aplicação das bases de mensuração e apresentação de acordo com o previsto na IFRIC 12.</p> <p>Adicionalmente, efetuámos procedimentos tendo em vista a validação dos saldos iniciais.</p>

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
<p data-bbox="193 353 815 387">Obrigações de benefícios de reforma e outros</p> <p data-bbox="193 421 815 674">Conforme indicado na nota 3.15.i), a Entidade concede complementos de pensões de reforma, pré-reforma, invalidez e sobrevivência aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 2002 (o qual inclui o pagamento de reformas aos empregados da Administração Pública ao serviço e reformados até novembro de 1999, na quota-parte dos anos por si prestados à Entidade).</p> <p data-bbox="193 707 815 963">O cálculo daquelas responsabilidades é efetuado anualmente por uma entidade externa especializada, através da realização de um estudo atuarial que requer a utilização de pressupostos e estimativas, de natureza demográfica e financeira, que podem condicionar significativamente os montantes de responsabilidades apurados em cada data de relato, tal como referido na nota 3.24.3.</p> <p data-bbox="193 996 815 1184">Face ao alargado número de pressupostos atuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com benefícios pós emprego e da volatilidade que decorre, na sua quantificação, consideramos que o registo destas responsabilidades é uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p data-bbox="815 421 1375 506">Obtivemos o estudo atuarial preparado por uma entidade externa com referência a 31 de dezembro de 2017.</p> <p data-bbox="815 539 1375 696">Verificámos a concordância das responsabilidades relativas a benefícios pós emprego, apuradas no estudo atuarial, com os registos contabilísticos da Entidade com referência ao exercício de 2017.</p> <p data-bbox="815 730 1375 860">Avaliámos a razoabilidade dos pressupostos e informações constantes no estudo atuarial, executando, nomeadamente, os seguintes procedimentos:</p> <ul data-bbox="815 893 1375 1368" style="list-style-type: none"><li data-bbox="815 893 1375 1023">> Comparação dos dados relativos a empregados e ex-empregados beneficiários com o cadastro de pessoal da Entidade;<li data-bbox="815 1057 1375 1245">> Identificação das alterações ocorridas nos principais pressupostos atuarias, comparativamente ao exercício anterior e obtenção de justificação para tal junto dos responsáveis da Entidade e/ou da entidade externa; e<li data-bbox="815 1279 1375 1368">> Avaliação da razoabilidade da taxa de desconto utilizada mediante a análise da correspondente informação de suporte. <p data-bbox="815 1402 1375 1487">Verificámos a adequabilidade das divulgações efetuadas sobre estas responsabilidades nas notas anexas.</p>

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
<p data-bbox="212 365 813 488">Compensação tarifária</p> <p data-bbox="212 398 813 488">Conforme indicado nas notas 11 e 22, a Entidade tem registado em 31 de dezembro de 2017 contas a receber e contas a pagar de convergência tarifária.</p> <p data-bbox="212 521 813 779">Os desvios tarifários resultam da diferença entre os montantes faturados pela Entidade no âmbito das suas atividades reguladas e a remuneração que lhe é efetivamente devida, enquadrada nos regulamentos tarifários dos sectores da eletricidade, emitidos pela Entidade Reguladora de Serviços Energéticos ("ERSE"), tal como divulgado nas notas 1.1. e 3.24.1.</p> <p data-bbox="212 813 813 1003">Atendendo à relevância dos saldos relativos a compensação tarifária e que os cálculos dos mesmos inclui informação proveniente de uma ampla diversidade de fontes, consideramos que os mesmos se configuram como uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p data-bbox="837 387 1367 499">Efetuámos o entendimento dos procedimentos e a avaliação das atividades de controlo da Entidade associadas aos cálculos da compensação tarifária.</p> <p data-bbox="837 521 1375 633">Obtivemos os cálculos da compensação tarifária efetuados pela Entidade, com referência a 31 de dezembro de 2017, e realizamos os seguintes procedimentos:</p> <ul data-bbox="837 656 1375 1294" style="list-style-type: none"><li data-bbox="837 656 1375 745">> Verificámos a concordância dos cálculos com os registos contabilísticos da Entidade;<li data-bbox="837 768 1375 1037">> Testámos a razoabilidade das diversas componentes dos cálculos, nomeadamente, o saldo médio dos ativos regulados (RAB), a taxa de remuneração aplicável, a faturação emitida pela Entidade no exercício e o saldo inicial da compensação, com base na documentação de suporte respetiva, designadamente:<ul data-bbox="885 1059 1375 1294" style="list-style-type: none"><li data-bbox="885 1059 1375 1126">- Cadastro dos ativos regulados da Entidade;<li data-bbox="885 1126 1375 1205">- Documentação emitida pela ERSE anualmente, denominada "Proveitos permitidos e ajustamentos"; e<li data-bbox="885 1205 1375 1294">- Cálculo das taxas de remuneração, baseadas em séries de obrigações da República Portuguesa.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
<p>Participações financeiras – método da equivalência patrimonial</p> <p>A rubrica de Participações financeiras – método de equivalência patrimonial inclui os investimentos da Entidade em subsidiárias e associadas, mensurados pelo método da equivalência patrimonial, tal como divulgado na nota 3.</p> <p>Estes investimentos representam, aproximadamente, 20% do total do ativo da Entidade, sendo de realçar que uma parte significativa dos rendimentos da Entidade encontra-se relacionada com a valorização destas participações pelo método da equivalência patrimonial.</p> <p>Desta forma consideramos que o saldo e os movimentos ocorridos nesta rubrica são uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>Obtivemos o detalhe da valorização das participações financeiras efetuados pela Entidade, pelo método da equivalência patrimonial, com referência a 31 de dezembro de 2017, e realizámos os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> > Verificámos a concordância daquele detalhe com os registos contabilísticos da Entidade. > Verificámos a concordância da informação incluída naquele detalhe com as demonstrações financeiras auditadas em 31 de dezembro de 2017 e/ou outra informação de suporte relativamente às participações financeiras, as quais foram maioritariamente objeto do nosso Relatório de Auditoria, nomeadamente quanto à recuperabilidade do valor dos ativos de produção de energia geotérmica. > Avaliámos a adequabilidade da valorização efetuada pela Entidade pelo método da equivalência patrimonial e testámos a exatidão aritmética dos cálculos efetuados pela mesma. <p>Verificámos ainda a adequação das divulgações incluídas nas notas anexas.</p>

Outras matérias

As demonstrações financeiras da Entidade em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para efeitos comparativos, foram auditadas por outros Revisores Oficiais de Contas, cujo Relatório de Auditoria e Certificação Legal das Contas, ambos datados de 12 de abril de 2017, não incluem reservas ou ênfases.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de gestão que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

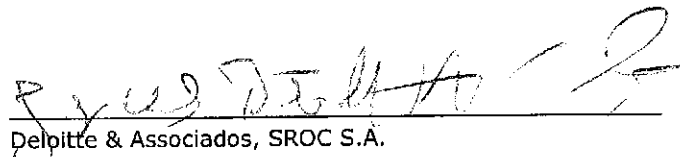
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 17 de abril de 2018



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo, ROC

5. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

*de h 2.4
de 2.4
2.4*

Santa Maria

		2013	2017
Superfície	(km ²)	96,9	96,9
População Residente (1)	(habitantes)	5 663	5 653 (2)
Nº de Instalações	(nº)	3 716	3 823
Média Tensão		21	22
Baixa Tensão		3 588	3 650
Instalações de consumo próprio		3	2
IP		104	149
Consumo de Energia (3)	(MWh)	18 691	19 485
Domésticos		6 082	5 880
Comércio/ Serviços		7 586	8 317
Serviços Públicos		2 516	2 386
Industriais		972	1 299
Iluminação Pública		1 535	1 602
Produção e Aquisição	(MWh)	21 074	21 760
Térmica a Gasóleo		18 638	19 232
Eólica		2 422	2 513
Outras Renováveis (4)		14	15
Ponta	(kW)	3 750	3 608
Vendas de Energia (5)	(euros)	2 766 572	3 079 350
Trabalhadores (6)	(nº)	34	33
Potência Instalada em Centrais	(kW)	8 407	8 407
Redes de Transporte e Distribuição (MT)	(km)	79,8	85,1
Potência Instalada em Postos de Transformação	(kVA)	17 223	18 780

(1) Estimativa publicada pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)

(2) Estimativa referente ao ano de 2016 (SREA - 2017)

(3) Inclui consumos próprios

(4) Micro geração fotovoltaica

(5) Não inclui compensação tarifária

(6) Trabalhadores ativos no final de cada ano

São Miguel

		2013	2017
Superfície	(km ²)	744,7	744,7
População Residente (1)	(habitantes)	138 638	138 138 (2)
Nº de Instalações	(nº)	62 162	63 292
Média Tensão		414	405
Baixa Tensão		61 040	61 812
Instalações de consumo próprio		15	4
IP		693	1 071
Consumo de Energia (3)	(MWh)	379 257	402 924
Domésticos		129 079	128 569
Comércio/ Serviços		138 261	150 381
Serviços Públicos		27 453	29 212
Industriais		69 476	78 655
Iluminação Pública		14 988	16 106
Produção e Aquisição	(MWh)	412 183	433 772
Térmica a Fuel		189 571	212 080
Térmica a Gasóleo		81	70
Hídrica		26 445	23 879
Geotérmica		174 266	183 180
Eólica (4)		21 457	13 915
Biogás		116	315
Outras Renováveis (5)		247	333
Ponta	(kW)	70 030	71 630
Vendas de Energia (6)	(euros)	55 745 629	61 961 873
Trabalhadores (7)	(nº)	381	390
Potência Instalada em Centrais	(kW)	135 130	138 130
Redes de Transporte e Distribuição (MT)	(km)	773,1	802,8
Potência Instalada em Postos de Transformação	(kVA)	321 905	339 355

(1) Estimativa publicada pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)

(2) Estimativa referente ao ano de 2016 (SREA - 2017)

(3) Inclui consumos próprios

(4) Inclui a produção independente

(5) Micro geração fotovoltaica e eólica e produção independente fotovoltaica

(6) Não inclui compensação tarifária

(7) Trabalhadores ativos no final de cada ano. Inclui trabalhadores cedidos (15 em 2013; 14 em 2017)

Terceira

		2013	2017
Superfície	(km ²)	400,3	400,3
População Residente (1)	(habitantes)	56 641	55 955 (2)
Nº de Instalações	(nº)	27 103	27 369
Média Tensão		174	175
Baixa Tensão		26 559	26 149
Instalações de consumo próprio		5	1
IP		365	1 044
Consumo de Energia (3)	(MWh)	187 226	174 911
Domésticos		61 721	58 098
Comércio/ Serviços		55 516	54 379
Serviços Públicos		38 270	30 426
Industriais		25 615	27 229
Iluminação Pública		6 104	4 780
Produção e Aquisição	(MWh)	208 854	194 381
Térmica a Fuel		169 197	143 913
Térmica a Gasóleo		2 818	670
Hídrica		2 769	-
Geotérmica			9 827
Eólica (4)		34 018	31 267
Outras Renováveis (5)		52	8 703
Ponta	(kW)	35 196	32 900
Vendas de Energia (6)	(euros)	26 523 513	26 938 398
Trabalhadores (7)	(nº)	131	131
Potência Instalada em Centrais	(kW)	71 548	75 048
Redes de Transporte e Distribuição (MT)	(km)	401,5	427,3
Potência Instalada em Postos de Transformação	(kVA)	119 703	140 433

(1) Estimativa publicada pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)

(2) Estimativa referente ao ano de 2016 (SREA - 2017)

(3) Inclui consumos próprios

(4) Inclui a produção independente

(5) Micro geração fotovoltaica e central RSU

(6) Não inclui compensação tarifária

(7) Trabalhadores ativos no final de cada ano. Inclui trabalhadores cedidos (3 em 2013 e 2017)

Graciosa

Handwritten signatures and initials:
 JAC
 MR
 JF

		2013	2017
Superfície	(km ²)	60,7	60,7
População Residente (1)	(habitantes)	4 400	4 301 (2)
Nº de Instalações	(nº)	3 216	3 266
Média Tensão		21	22
Baixa Tensão		3 108	2 735
Instalações de consumo próprio		6	0
IP		81	509
Consumo de Energia (3)	(MWh)	12 334	13 016
Domésticos		4 292	4 293
Comércio/ Serviços		3 071	3 645
Serviços Públicos		1 383	1 233
Industriais		2 649	2 895
Iluminação Pública		939	951
Produção e Aquisição	(MWh)	13 552	14 264
Térmica a Gasóleo		13 550	14 264
Eólica		2	-
Ponta	(kW)	2 288	2 346
Vendas de Energia (4)	(euros)	1 901 971	2 133 691
Trabalhadores (5)	(nº)	22	23
Potência Instalada em Centrais	(kW)	4 679	4 679
Redes de Transporte e Distribuição (MT)	(km)	64,0	64,5
Potência Instalada em Postos de Transformação	(kVA)	10 208	11 005

(1) Estimativa publicada pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)

(2) Estimativa referente ao ano de 2016 (SREA - 2017)

(3) Inclui consumos próprios

(4) Não inclui compensação tarifária

(5) Trabalhadores ativos no final de cada ano

São Jorge

		2013	2017
Superfície	(km ²)	243,7	243,7
População Residente (1)	(habitantes)	8 777	8 491 (2)
Nº de Instalações	(nº)	5 748	5 835
Média Tensão		22	21
Baixa Tensão		5 605	5 192
Instalações de consumo próprio		3	1
IP		118	621
Consumo de Energia (3)	(MWh)	26 434	26 620
Domésticos		9 896	9 553
Comércio/ Serviços		6 141	6 416
Serviços Públicos		1 281	1 521
Industriais		7 554	7 756
Iluminação Pública		1 562	1 375
Produção e Aquisição	(MWh)	29 254	29 252
Térmica a Gasóleo		27 249	25 395
Eólica		1 989	3 774
Outras Renováveis (4)		16	83
Ponta	(kW)	4 620	4 642
Vendas de Energia (5)	(euros)	4 008 032	4 270 838
Trabalhadores (6)	(nº)	38	38
Potência Instalada em Centrais	(kW)	10 076	10 076
Redes de Transporte e Distribuição (MT)	(km)	127,4	130,7
Potência Instalada em Postos de Transformação	(kVA)	18 430	20 220

(1) Estimativa publicada pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)

(2) Estimativa referente ao ano de 2016 (SREA - 2017)

(3) Inclui consumos próprios

(4) Micro geração fotovoltaica

(5) Não inclui compensação tarifária

(6) Trabalhadores ativos no final de cada ano

Pico

		2013	2017
Superfície	(km ²)	444,8	444,8
População Residente (1)	(habitantes)	14 101	13 834 (2)
Nº de Instalações	(nº)	9 318	9 740
Média Tensão		40	41
Baixa Tensão		9 068	9 265
Instalações de consumo próprio		6	4
IP		204	430
Consumo de Energia (3)	(MWh)	40 551	41 544
Domésticos		16 162	16 085
Comércio/ Serviços		11 628	12 382
Serviços Públicos		2 876	3 204
Industriais		7 316	7 066
Iluminação Pública		2 570	2 807
Produção e Aquisição	(MWh)	45 608	46 468
Térmica a Fuel		39 722	40 923
Térmica a Gasóleo		4	3
Eólica		5 878	5 531
Outras Renováveis (4)		5	11
Ponta	(kW)	7 703	7 737
Vendas de Energia (5)	(euros)	6 260 208	6 888 155
Trabalhadores (6)	(nº)	46	46
Potência Instalada em Centrais	(kW)	19 163	19 163
Redes de Transporte e Distribuição (MT)	(km)	216,6	222,0
Potência Instalada em Postos de Transformação	(kVA)	31 469	35 224

(1) Estimativa publicada pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)

(2) Estimativa referente ao ano de 2016 (SREA - 2017)

(3) Inclui consumos próprios

(4) Micro geração fotovoltaica e central de ondas

(5) Não inclui compensação tarifária

(6) Trabalhadores ativos no final de cada ano. Inclui trabalhadores cedidos (1 em 2013)

Faial

		2013	2017
Superfície	(km ²)	173,1	173,1
População Residente (1)	(habitantes)	14 994	14 759 (2)
Nº de Instalações	(nº)	7 887	8 108
Média Tensão		44	50
Baixa Tensão		7 697	7 461
Instalações de consumo próprio		2	0
IP		144	597
Consumo de Energia (3)	(MWh)	43 744	43 823
Domésticos		16 640	16 147
Comércio/ Serviços		13 637	14 472
Serviços Públicos		7 088	6 821
Industriais		4 463	4 489
Iluminação Pública		1 917	1 894
Produção e Aquisição	(MWh)	49 047	49 351
Térmica a Fuel		44 641	44 584
Térmica a Gasóleo		19	18
Hídrica		167	0
Eólica		4 220	4 749
Ponta	(kW)	8 341	8 456
Vendas de Energia (4)	(euros)	6 657 003	7 099 980
Trabalhadores (5)	(nº)	48	51
Potência Instalada em Centrais	(kW)	23 677	23 677
Redes de Transporte e Distribuição (MT)	(km)	134,2	147,0
Potência Instalada em Postos de Transformação	(kVA)	31 122	33 231

(1) Estimativa publicada pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)

(2) Estimativa referente ao ano de 2016 (SREA - 2017)

(3) Inclui consumos próprios

(4) Não inclui compensação tarifária

(5) Trabalhadores ativos no final de cada ano. Inclui trabalhadores cedidos (2 em 2013 e 2017)

Flores

		2013	2017
Superfície	(km ²)	140,9	140,9
População Residente (1)	(habitantes)	3 763	3 692 (2)
Nº de Instalações	(nº)	2 416	2 459
Média Tensão		19	21
Baixa Tensão		2 343	2 124
Instalações de consumo próprio		7	8
IP		47	306
Consumo de Energia (3)	(MWh)	10 158	10 824
Domésticos		4 127	3 971
Comércio/ Serviços		3 536	4 211
Serviços Públicos		1 388	1 324
Industriais		275	522
Iluminação Pública		831	797
Produção e Aquisição	(MWh)	11 452	12 057
Térmica a Gasóleo		10 143	6 068
Hídrica		0	5 504
Eólica		1 300	476
Outras Renováveis (4)		9	9
Ponta	(kW)	2 043	2 053
Vendas de Energia (5)	(euros)	1 605 785	1 784 045
Trabalhadores (6)	(nº)	25	25
Potência Instalada em Centrais	(kW)	4 329	5 841
Redes de Transporte e Distribuição (MT)	(km)	85,9	87,4
Potência Instalada em Postos de Transformação	(kVA)	8 526	10 558

(1) Estimativa publicada pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)

(2) Estimativa referente ao ano de 2016 (SREA - 2017)

(3) Inclui consumos próprios

(4) Micro geração fotovoltaica

(5) Não inclui compensação tarifária

(6) Trabalhadores ativos no final de cada ano. Inclui trabalhadores cedidos (1 em 2013; 2 em 2017)

Corvo

		2013	2017
Superfície	(km2)	17,1	17,1
População Residente (1)	(habitantes)	463	460 (2)
Nº de Instalações	(nº)	270	284
Média Tensão		-	2
Baixa Tensão		265	273
Instalações de consumo próprio		2	5
IP		3	4
Consumo de Energia (3)	(MWh)	1 272	1 435
Domésticos		570	639
Comércio/ Serviços		551	647
Serviços Públicos		75	79
Industriais		34	26
Iluminação Pública		41	44
Térmica a Gasóleo	(MWh)	1 442	1 640
Ponta	(kW)	263	317
Vendas de Energia (4)	(euros)	205 881	253 136
Trabalhadores (5)	(nº)	5	5
Potência Instalada em Centrais	(kW)	536	840
Redes de Transporte e Distribuição (MT)	(km)	1,0	2,9
Potência Instalada em Postos de Transformação	(kVA)	800	1 060

(1) Estimativa publicada pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)

(2) Estimativa referente ao ano de 2016 (SREA - 2017)

(3) Inclui consumos próprios

(4) Não inclui compensação tarifária

(5) Trabalhadores ativos no final de cada ano

h
fd
A
MS
g

RELATÓRIO E CONTAS 2017

CONSOLIDADAS

Handwritten signatures and initials:
 Az
 Fd
 A
 MR
 JF

1. UNIVERSO DA CONSOLIDAÇÃO

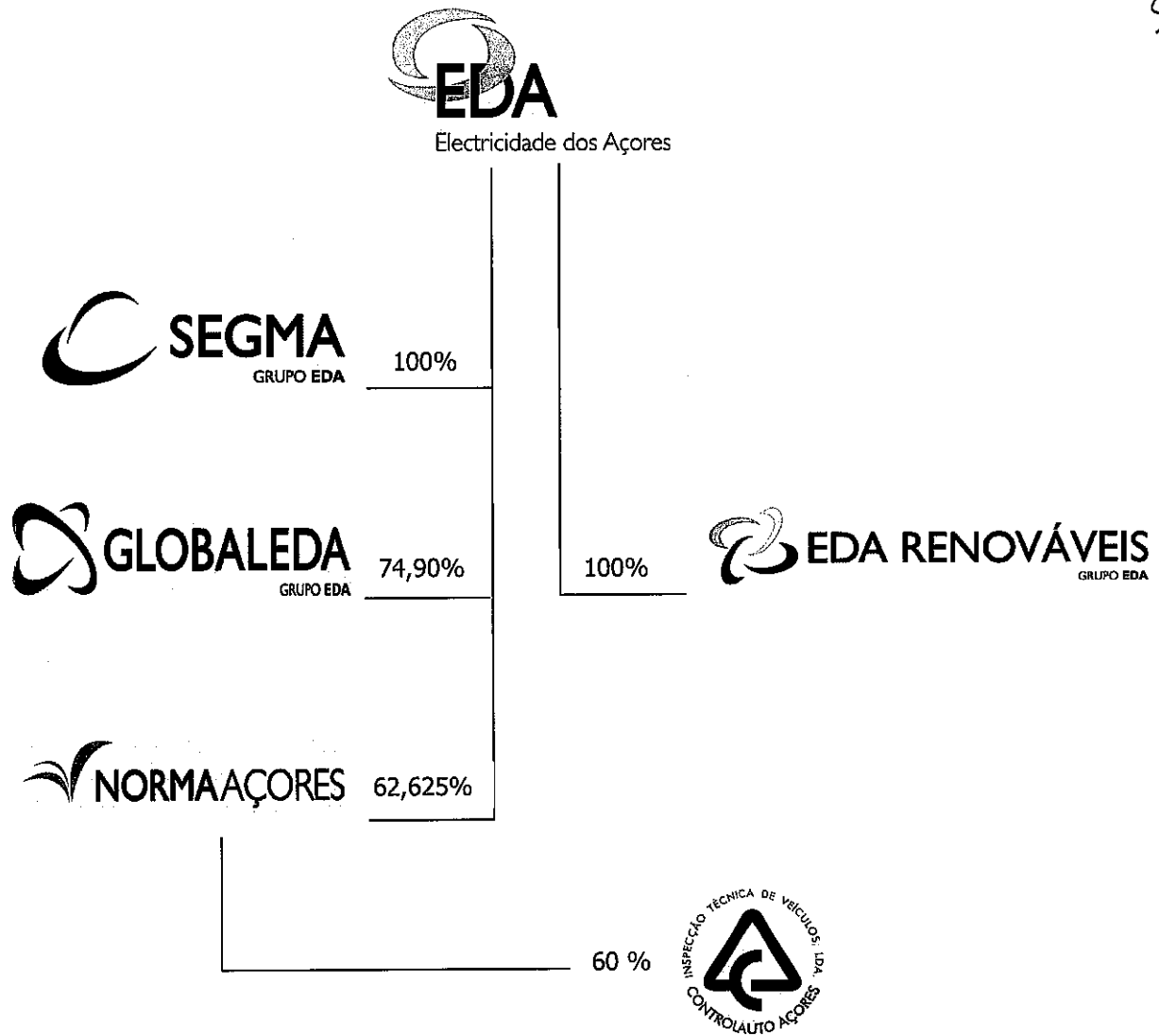


Gráfico 19 – Universo da consolidação das empresas do Grupo EDA, em 2017

O objeto principal da Electricidade dos Açores, S. A. e das suas subsidiárias, incluídas na consolidação de contas, é a produção, aquisição, transporte, distribuição e venda de energia elétrica, bem como o exercício de outras atividades relacionadas com aquelas, e também a prestação de serviços de telecomunicações e sistemas de informação, conceção e elaboração de projetos de engenharia, consultadoria e de gestão e manutenção de instalações industriais.

O capital das empresas subsidiárias é maioritariamente detido pela EDA - Electricidade dos Açores, SA, com participações diretas de 100%, 90%, 74,90% e 62,63% na EDA Renováveis, SEGMA, GLOBALEDA e NORMA – AÇORES, respetivamente. Tendo em conta as participações indiretas, o capital detido pelo Grupo EDA eleva-se para 100% no caso da SEGMA e é de 37,58% na Controlauto – Açores.

GRUPO EDA	Capital Próprio ⁽¹⁾	Participação Capital	Resultado Líquido ⁽¹⁾	
			2017	2016
SEGMENTO ELETRICIDADE				
EDA, S.A.	224 354	-	21 508	19 217
EDA RENOVÁVEIS, S.A.	100 709	100,00%	8 700	6 193
SEGMENTO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS				
SEGMA – Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	7 566	100,00%	758	984
GLOBALEDA – Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.	2 691	74,90%	764	506
NORMA-AÇORES – Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S.A.	2 933	62,625%	77	323
CONTROLAUTO-AÇORES - Controlo Técnico de Automóveis, S.A.	949	37,58%	166	345

(1) Milhares de euros

Tabela 20 – Empresas incluídas na consolidação

2. ORGANIZAÇÃO DOS NEGÓCIOS

Handwritten notes:
m
f
d
g
na



Produção Térmica de Energia
Transporte e Distribuição de Eletricidade
Comercialização de Eletricidade



Produção de Eletricidade de base renovável:
Geotérmica
Hídrica
Eólica



Projetos
Consultoria
Manutenção



Telecomunicações
Sistemas de Informação



Engenharia – Projeto e Fiscalização
Metrologia e Ensaios
Formação
Estudos de Mercado e Sondagens
Consultoria de Gestão



Inspeção de Veículos Automóveis

3. VALORES CARACTERISTICOS – Grupo EDA

	2013	2014	2015	2016	2017
Volume Negócios ⁽¹⁾ (mil €)	217 860	191 476	175 378	175 214	187 647
EBIT (mil €)	43 932	24 079	23 439	28 117	27 666
EBITDA (mil €)	83 308	53 372	54 761	60 546	62 065
Resultado Líquido ⁽²⁾ (mil €)	13 226	12 076	13 239	19 191	21 483
Ativo (mil €)	569 500	517 726	516 960	503 302	504 316
Investimento ⁽³⁾ (mil €)	32 504	28 752	20 596	31 747	32 928

(1) Vendas + Prestação de Serviços + Subsídios à Exploração (Norma, SA)

(2) Atribuível a detentores do capital do Grupo EDA

(3) EDA, SA e EDA Renováveis. Não inclui encargos financeiros.

Tabela 21 – Indicadores económico-financeiros do Grupo EDA, de 2013 a 2017

KPI Sociais		2014	2015	2016	2017
Emprego	Trabalhadores com vínculo a empresas do Grupo EDA	976	981	1 003	1 018*
	Trabalhadores ativos	961	967	988	1 001
	Novas contratações	60	39	53	63
	Saídas	34	29	40	41
Diversidade	Trabalhadores do género feminino	19%	19%	19%	19%
Formação	Número de horas de formação/colaborador	-	17,9	21,6	26,0
Saúde e Segurança	Número total de acidentes	23	24	35	34
	Número total de dias perdidos	1 555	7 818	1 142	1 165
	Tf - Índice de frequência (só EDA)	16,36	14,62	22,78	17,99
	Tg - Índice de gravidade (só EDA)	1,33	0,17	0,87	0,76
	Ti - Índice de incidência (só EDA)	25,46	22,77	35,06	27,89

* Inclui trabalhadores cedidos (21), requisitados (14) e em licença sem vencimento (3).

Tabela 22 – KPI Sociais de 2014 a 2017

		KPI Ambientais			
		2014	2015	2016	2017
Eficiência Energética	Consumo energético das instalações produtoras de energia (GJ)	154 490	140 476	151 736	148 925
	Consumo específico de energia elétrica na EDA (GJ/GJ produzido)	0,055	0,050	0,054	0,053
		2014	2015	2016	2017
Promoção das Energias Renováveis	Emissões de CO ₂ evitadas (ton CO ₂)	157 175	144 674	137 818	155 846
	Taxa de emissão de CO ₂ evitadas	29%	27%	26%	29%
		2014	2015	2016	2017
Água	Consumo de água (m ³) - EDA	43 199	48 669	44 109	40 702
	Consumo específico de água (m ³ /GJ)- EDA	0,0154	0,017	0,016	0,014
		2014	2015	2016	2017
Emissões	Total de CO ₂ emitido (ton) - EDAR	38 974	36 731	29 413	48 664
	Total de CO ₂ emitido (ton) - EDA	379 801	384 903	397 650	389 251
	Emissão específica de CO ₂ (KgCO ₂ /GJ) - EDA	133,74	135,16	137,94	132,82
		2016		2017	
Emissões Gases Fluorados com Efeito de Estufa (GFEE)	Total GFEE instalado (tonCO ₂ e)	54 550		57 194	
	Taxa de GFEE emitido (%)	4,10%		2,10%	
		2014	2015	2016	2017
Outras Emissões	Total de NO _x emitido (ton)	7 038,00	7 276,00	7 701,00	7 194,00
	Emissão específica de NO _x (Kg/GJ)	3,89	3,92	4,00	3,92
	Total de SO ₂ emitido (ton)	1 136,00	1 113,00	718,00	671,00
	Emissão específica de SO ₂ (Kg/GJ)	0,64	0,61	0,36	0,36
	Total de CO emitido (ton)	419,00	438,00	438,00	427,00
	Emissão específica de CO (Kg/GJ)	0,22	0,22	0,22	0,22
	Total de PTS emitida (ton)	216,00	214,00	182,00	172,00
	Emissão específica de PTS (Kg/GJ)	0,11	0,11	0,08	0,08
		2014	2015	2016	2017
Resíduos	Produção total de resíduos (ton)	3 807	2 891	3 288	3 111
	Produção específica de resíduos (Kg/GJ)	1,35	1,02	1,16	1,10
		2017			
Tipo de Resíduos	Não perigosos (%)	18,6%			
	Perigosos (%)	81,4%			
		2016		2017	
Produção Acumulada	Gasóleo	8,08%		8,20%	
	Fuelóleo	58,00%		54,30%	
	Hídrica	3,94%		3,75%	
	Geotérmica	19,53%		24,61%	
	Eólica	9,29%		7,93%	
	RSU	1,09%		1,10%	
	Outras	0,07%		0,10%	

Tabela 23 – KPI Ambientais de 2014 a 2017

4. RELATÓRIO DO GRUPO EDA

Handwritten notes and signatures:
h
v.
m
jcd
gq

4.1. Relatório de Gestão

Handwritten notes:
n
y.
A
for
Z
d
R

4.1.1. Desempenho

4.1.1.1. EDA

A EDA foi criada a 18 de julho de 1981 sob a denominação Electricidade dos Açores, E.P. (EDA) pelo Decreto Legislativo Regional n.º 34/81/A, tendo como património inicial as infra-estruturas da Região Autónoma dos Açores (RAA) afetas ao serviço público de eletricidade e as restantes instalações e serviços de produção e distribuição de energia elétrica explorada pelas autarquias locais. A constituição da EDA teve como objetivo reestruturar o sector elétrico da RAA e criar uma única empresa para desenvolver as atividades de produção, transporte e distribuição de eletricidade na RAA e ao mesmo tempo, promover o seu desenvolvimento económico e social.

Em 1997, a empresa foi transformada em sociedade anónima, passando a designar-se EDA - Electricidade dos Açores, S. A. num contexto de reestruturação do sector elétrico regional e nacional. Com a alteração da EDA para sociedade anónima nasce o Grupo EDA, através da aposta na diversificação e desenvolvimento de novos negócios. Posteriormente, em 2000, o Grupo concretizou um processo de reestruturação orgânica, extinguindo os centros de exploração por ilha e criando as 3 atuais áreas de atividade verticalizadas: produção, distribuição e comercialização.

Enquanto entidade prestadora de um serviço público, a EDA atua, desde 2002 num ambiente regulado, nos termos da Lei n.º 69/2002, de 25 de março, revogado pelo Decreto-Lei n.º 29/2006, de 15 de fevereiro, com alteração dada pelo Decreto-Lei n.º 104/2010, de 29 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 215-A/2012, de 8 de outubro, cuja entidade responsável é a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE).

As atividades de gestão técnica do sistema elétrico, o transporte e distribuição de energia elétrica bem como a construção das infraestruturas que as integram, são desenvolvidas ao abrigo de um contrato de concessão que tem por objeto, em regime de exclusividade, pelo prazo de 50 anos, contados a partir de 12 de outubro de 2000.

A venda de energia elétrica tem por base as tarifas de eletricidade fixadas anualmente pela ERSE de acordo com o Regulamento Tarifário.

O contrato de concessão atribuído à EDA, para a gestão técnica do sistema eléctrico, transporte e distribuição de energia eléctrica, iniciou-se em outubro de 2000 e pelo prazo de 50 anos

Indicadores de Desempenho Económico-Financeiro	2013	2014	2015	2016	2017
Volume de Negócios ¹⁾ (mil €)	208 792	180 795	163 795	164 127	177 167
EBITDA ²⁾ (mil €)	57 624	46 039	44 831	49 555	52 625
EBIT ³⁾ (mil €)	34 596	22 885	21 743	26 022	29 527
Resultado Líquido (mil €)	16 198	12 086	13 142	19 217	21 508
VAB ⁴⁾ (mil €)	88 699	63 351	65 282	75 666	76 382
Capital Próprio (mil €)	213 532	209 138	215 234	223 177	224 354
Endividamento ⁵⁾ (%)	64	62	61	58	59
Solvabilidade ⁶⁾ (%)	57	62	64	71	70
Autonomia financeira ⁷⁾ (%)	36	38	39	42	41
Número de Trabalhadores	730	728	727	734	742

1) Vendas + Prestações de Serviços

2) EBIT + Amortizações + Provisões + Ganhos e Perdas não Recorrentes

3) Receitas Operacionais - Custos Operacionais

4) Volume de Negócios + Subsídios à Exploração + TPEs + Proveitos Suplementares - CMVMC - FSEs - Impostos Indiretos

5) Total do Passivo ÷ Total do Ativo × 100

6) Total do Capital Próprio ÷ Total do Passivo × 100

7) Total do Capital Próprio ÷ Total do Ativo × 100

Tabela 24 - Indicadores económico financeiros da EDA de 2013 a 2017



4.1.1.2. EDA RENOVÁVEIS

A EDA RENOVÁVEIS, S. A., é uma sociedade anónima que tem como atividade principal o aproveitamento de recursos renováveis, designadamente de recursos hídricos, eólicos, geotérmicos e solares, resíduos e outros para a produção de eletricidade ou outros afins.

No âmbito do processo de reestruturação do Setor Público Empresarial Regional, com vista à redução das participações sociais, o Governo Regional dos Açores determinou, através da Resolução do Conselho do Governo Regional n.º 132/2011, de 10 de Novembro, a fusão das sociedades SOGEO – Sociedade Geotérmica dos Açores, S. A. e EEG – Empresa de Electricidade e Gaz, Lda., mediante a transferência global do património da segunda (EEG) para a primeira (SOGEO), red denominando-se a nova sociedade de EDA RENOVÁVEIS, S. A.. A referida reestruturação abrangeu nova fusão da sociedade Geoterceira – Sociedade Geoelectrica da Terceira, S. A. por incorporação do seu património na EDA Renováveis, S. A. com efeitos a 1 de janeiro de 2014. A EDA - Electricidade dos Açores, S. A. é detentora de 99,68% do capital social da EDA RENOVÁVEIS.

A EDA RENOVÁVEIS explora três centrais geotérmicas, com uma potência instalada conjunta de 26,5 MW, doze centrais hídricas (potência instalada conjunta de 8,3 MW) e sete parques eólicos (potência instalada conjunta de 28,6 MW). Integrada na política do Grupo EDA, a EDA RENOVÁVEIS procura, com a sua atividade de exploração, maximizar o aproveitamento dos recursos endógenos existentes, e executa novos investimentos, sempre que a viabilidade técnica, económica seja demonstrada e a sua integração na estrutura de produção eléctrica de cada ilha seja assegurada.

	Produção (GWh)			
	Geotérmica	Hídrica	Eólica	TOTAL
Santa Maria			3	3
São Miguel	183	24	14	221
Terceira	10		24	34
São Jorge			4	4
Pico			6	6
Faial			5	5
Flores		6	0	0
TOTAL	193	29	55	277

Tabela 25 - Produção de energia eléctrica de base renovável, por recurso e por ilha em 2017

No ano de 2017, a EDA RENOVÁVEIS apresenta resultados positivos, com uma produção anual de energia eléctrica com origem em recursos energéticos endógenos de 277 GWh, havendo um aumento de 11,8% relativamente ao ano anterior. O acréscimo de produção da geotermia deveu-se à entrada em exploração, em agosto, da central geotérmica do Pico Alto, na ilha Terceira. Acresce o facto de que, no ano anterior, a produção da central geotérmica do Pico Vermelho foi limitada por uma avaria que afetou o transformador de potência, bem como pela manutenção geral efetuada nas turbinas. No ano em análise, a produção de origem geotérmica ascendeu a 193,0 GWh (+26,6% face a 2016), a de origem eólica atingiu os 55,0 GWh (-15,3%

comparativamente a 2016), enquanto que a de origem hídrica foi de 29,4 GWh (-4,4% do que em 2016). Em termos de estrutura, a produção geotérmica representa 69,6%, a eólica 19,8 e a hídrica 10,6% do total de energia.

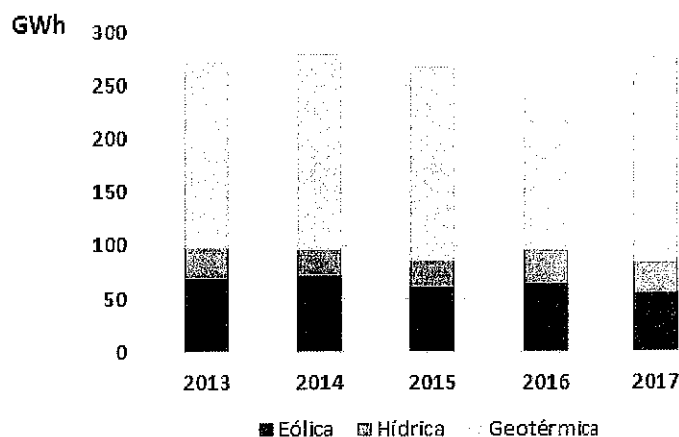


Gráfico 20 – Produção de energia elétrica de base renovável, por recurso, de 2013 a 2017

A EDA RENOVÁVEIS atingiu em 2017 um volume de negócios de 27,3 milhões de euros e um resultado líquido positivo de 8,7 milhões de euros, o que comparativamente ao exercício de 2016 representa um aumento de 13,2% e 40,5%, respetivamente. Analisando a componente operacional dos resultados verifica-se que os rendimentos operacionais totalizam 29 969 mil euros, representando este valor um acréscimo de 10% (+2 635 mil euros) face ao valor registado em 2016, sendo o mesmo explicado na sua quase totalidade pelo aumento de 13,2% da rubrica Vendas. Por seu lado, os gastos operacionais ascenderam a 23 483 mil euros, o que, face a 2016, se traduz num acréscimo de 21,4% (4 132 mil euros), explicado, sobretudo, pelas imparidades de investimentos.

Em 2017, o volume de negócios da EDAR totalizou 27,3 milhões de euros

Os indicadores económico-financeiros da EDA RENOVÁVEIS apresentaram a seguinte evolução, relativamente ao período de 2013 a 2017:

Indicadores de Desempenho Económico-Financeiro	2013	2014	2015	2016	2017
Volume de Negócios ¹⁾ (mil €)	25 679	26 874	25 813	24 109	27 299
EBITDA ²⁾ (mil €)	23 701	20 476	20 112	17 937	20 748
EBIT ³⁾ (mil €)	11 385	11 238	8 682	7 984	6 487
Resultado Líquido (mil €)	8 427	9 854	6 543	6 193	8 700
VAB ⁴⁾ (mil €)	22 208	21 869	21 654	20 824	22 699
Capital Próprio (mil €)	87 923	95 157	96 071	97 125	100 709
Endividamento ⁵⁾ (%)	26	23	22	21	18
Solvabilidade ⁶⁾ (%)	289	335	347	387	447
Autonomia financeira ⁷⁾ (%)	74	77	78	79	82
Número de Trabalhadores	42	41	38	49	53

1) Vendas + Prestações de Serviços

2) EBIT + Amortizações + Provisões + Ganhos e Perdas não Recorrentes

3) Receitas Operacionais - Custos Operacionais

4) Volume de Negócios + Subsídios à Exploração + TPEs + Proveitos Suplementares - CMVMC - FSEs - Impostos Indiretos

5) Total do Passivo ÷ Total do Ativo × 100

6) Total do Capital Próprio ÷ Total do Passivo × 100

7) Total do Capital Próprio ÷ Total do Ativo × 100

Tabela 26 - Indicadores económico financeiros da EDA RENOVÁVEIS, de 2013 a 2017

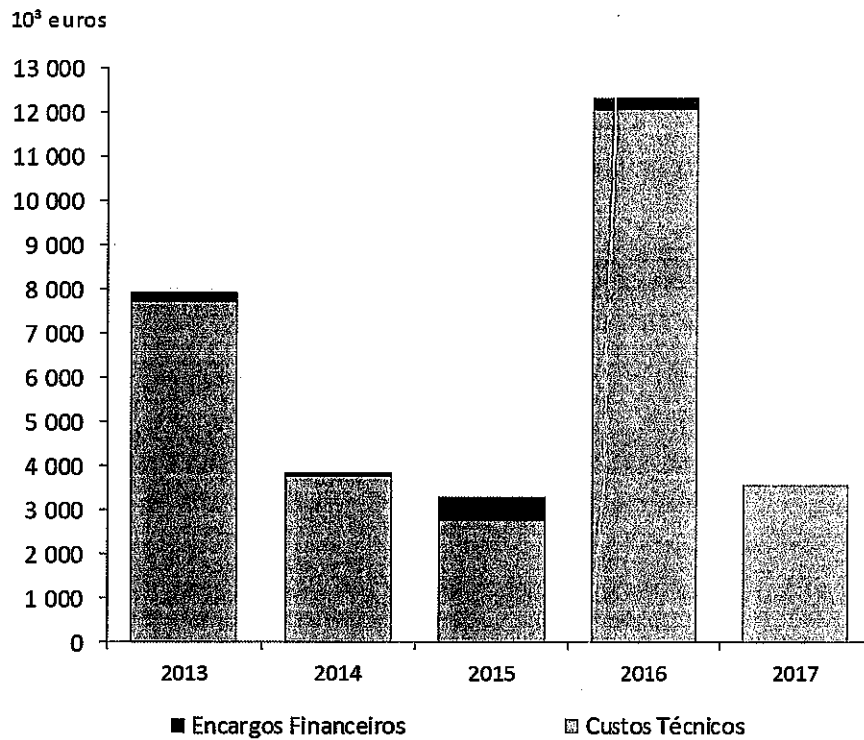
Em 2017, o volume de investimento realizado pela EDA Renováveis atingiu cerca de 3,6 milhões euros, a custos totais, cerca de 9 milhões de euros abaixo dos 12,3 milhões euros do ano anterior. Esta variação decorre essencialmente por ter sido em 2016 que ocorreu a maior fase de investimento na construção da central geotérmica do Pico Alto na ilha Terceira, cuja entrada em exploração ocorreu no terceiro trimestre de 2017.

Investimento (10³ euros)

Atividade	Total
Parques Eólicos	0
Aproveitamentos Hidroeléctricos	90
Aproveitamento Recursos Geotérmicos	3 261
Produção Fotovoltaica	43
Outros	192
Total	3 585

Tabela 27 - Investimento realizado em 2017

A evolução dos montantes investidos nas atividades de aproveitamento dos recursos endógenos existentes, a preços correntes, nos últimos períodos, é apresentada nos gráficos seguintes.



h y y.
h y y.
h y y.
h y y.

Gráfico 21 - Investimento total a preços correntes 2013 a 2017

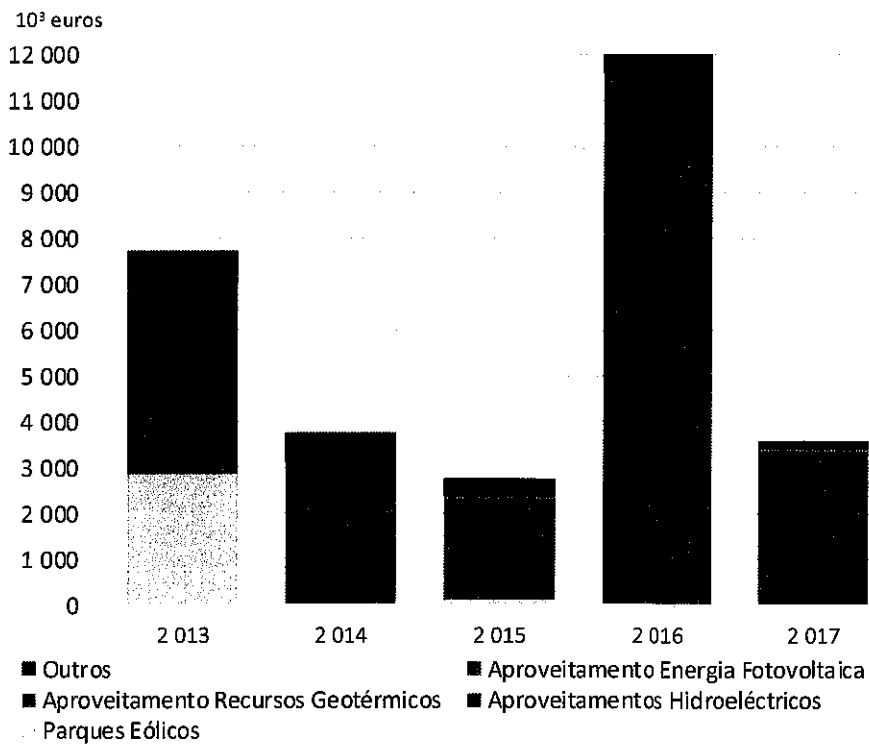


Gráfico 22 - Investimento a custos técnicos de 2013 a 2017

No exercício de 2017, cerca de 3 261 mil euros (91%) do montante investido, destinou-se a Aproveitamentos de Recursos Geotérmicos, nomeadamente a trabalhos de empreitadas na construção da central geotérmica do Pico Alto (ilha Terceira) cuja inauguração ocorreu em novembro.



4.1.1.3. Globaleda

A GLOBALEDA – Telecomunicações e Sistemas de Informação, S. A. é uma empresa do Grupo EDA, sendo detida em 74,9% pela EDA, SA e em 25,1% pela Novabase Business Solutions, que tem como objeto a conceção, estudo e acompanhamento de projetos na área das telecomunicações e dos sistemas de informação, bem como a comercialização de telefones móveis celulares. A atividade da empresa centra-se na comercialização de comunicações móveis, enquanto agente comercial Vodafone para os setores residencial e empresarial, na prestação de serviços de projeto, instalação e de manutenção de infraestruturas de telecomunicações e na prestação de serviços de consultadoria, desenvolvimento e suporte de sistemas de informação.

Em 2017 o resultado líquido do exercício foi de 764 mil euros, tendo registado um crescimento de 51% relativamente ao ano anterior. O resultado operacional registou mais 304 mil euros do que no período homólogo, atingindo assim os 953 mil euros. Salieta-se a diminuição das vendas e do custo das mercadorias vendidas devido à alteração no modelo de gestão de stocks de telemóveis que passou a ser gerido diretamente pela Vodafone.

É possível observar que em 2017 o segmento de negócio Comercial foi responsável por 16,3% da faturação da empresa, enquanto o segmento projeto, instalação e manutenção de infraestruturas de telecomunicações representa 22,2%. Já a faturação dos Sistemas de Informação tem um peso de 61,4% da faturação total da Globaleda.

Em 2017, o volume de negócios da Globaleda totalizou 5,98 milhões de euros

Os indicadores económico-financeiros da GLOBALEDA apresentaram a seguinte evolução, relativamente ao período de 2013 a 2017:

Indicadores de Desempenho Económico-Financeiro	2013	2014	2015	2016	2017
Volume de Negócios ¹⁾ (mil €)	4 347	5 833	7 090	6 769	5 984
EBITDA ²⁾ (mil €)	-142	488	761	858	1 187
EBIT ³⁾ (mil €)	-189	343	546	649	953
Resultado Líquido (mil €)	-63	200	436	506	764
VAB ⁴⁾ (mil €)	1 285	2 277	2 643	2 760	2 981
Capital Próprio (mil €)	786	986	1 422	1 927	2 691
Endividamento ⁵⁾ (%)	81	75	72	58	37
Solvabilidade ⁶⁾ (%)	24	34	40	71	167
Autonomia financeira ⁷⁾ (%)	19	25	28	42	63
Número de Trabalhadores	78	84	85	83	86

1) Vendas + Prestações de Serviços

2) EBIT + Amortizações + Provisões + Ganhos e Perdas não Recorrentes

3) Receitas Operacionais - Custos Operacionais

4) Volume de Negócios + Subsídios à Exploração + TPEs + Proveitos Suplementares - CMVMC - FSEs - Impostos Indiretos

5) Total do Passivo ÷ Total do Ativo × 100

6) Total do Capital Próprio ÷ Total do Passivo × 100

7) Total do Capital Próprio ÷ Total do Ativo × 100

Tabela 28 - Indicadores económico financeiros da GLOBALEDA, de 2013 a 2017

4.1.1.4. SEGMA

A SEGMA – Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda., é uma empresa do Grupo EDA, constituída em 1998, que assumo o compromisso de prestar serviços na área de engenharia e tem vindo, progressivamente, a alargar a sua atividade a novos e mais exigentes segmentos de mercado.

A organização da SEGMA por tipos de atividade (centros de resultado) e por núcleos de negócio, com órgãos de apoio flexíveis e leves, tem-se revelado um modelo eficaz, que continuará a ser utilizado. Como áreas de negócio, existem, atualmente, os Serviços EDA, a Manutenção, a Fiscalização, os Projetos, os Serviços Técnicos e a Consultoria.

No ano de 2017, o volume de negócios totalizou 6,2 milhões euros, apresentando um decréscimo de 138 mil euros face ao ano anterior. Ao nível dos resultados, salienta-se a diminuição do resultado operacional em cerca de 22%, ou seja, em 256 mil euros. A redução face ao alcançado no período homólogo é consequência do aumento dos fornecimentos e serviços externos de 258 mil euros e da imparidade de dívidas a receber que regista um valor de 60 mil euros. O Resultado Líquido alcançado no exercício de 2017 apresenta um decréscimo de 23% (226 mil euros), face ao período homólogo.

Em 2017, o volume de negócios da SEGMA totalizou 6,2 milhões de euros

Os indicadores económico-financeiros da SEGMA apresentaram a seguinte evolução, relativamente ao período de 2013 a 2017:

Indicadores de Desempenho Económico-Financeiro	2013	2014	2015	2016	2017
Volume de Negócios ¹⁾ (mil €)	5 288	6 523	6 299	6 305	6 167
EBITDA ²⁾ (mil €)	1 121	1 138	1 168	1 269	1 022
EBIT ³⁾ (mil €)	1 076	1 087	1 073	1 178	922
Resultado Líquido (mil €)	872	874	900	984	758
VAB ⁴⁾ (mil €)	2 221	2 380	2 595	2 511	2 155
Capital Próprio (mil €)	5 000	5 870	6 767	7 296	7 566
Endividamento ⁵⁾ (%)	23	20	19	20	17
Solvabilidade ⁶⁾ (%)	331	410	426	405	484
Autonomia financeira ⁷⁾ (%)	77	80	81	80	83
Número de Trabalhadores	48	51	53	55	48

1) Vendas + Prestações de Serviços

2) EBIT + Amortizações + Provisões + Ganhos e Perdas não Recorrentes

3) Receitas Operacionais - Custos Operacionais

4) Volume de Negócios + Subsídios à Exploração + TPEs + Proveitos Suplementares - CMVMC - FSEs - Impostos Indiretos

5) Total do Passivo ÷ Total do Ativo × 100

6) Total do Capital Próprio ÷ Total do Passivo × 100

7) Total do Capital Próprio ÷ Total do Ativo × 100

Tabela 29 - Indicadores económico financeiros da SEGMA, de 2013 a 2017

4.1.1.5. Norma Açores

A NORMAAÇORES tem por objeto social o planeamento, a consultadoria e a prestação de serviços nas áreas de estudos e projetos de arquitetura e engenharia, gestão e fiscalização de projetos e obras, estudos de impacte ambiental, auditorias e diagnósticos ambientais e acompanhamento ambiental de obras, gestão de resíduos, apoio à gestão empresarial, formação profissional, estudos económico-financeiros, estudos de mercado e sondagens de opinião, segurança, higiene e saúde no trabalho e o apoio e/ou execução de ensaios, detendo para o efeito uma estrutura com recursos nas ilhas Terceira, São Jorge, Pico, Faial e Flores, para além de S. Miguel, onde tem sede, em Ponta Delgada.

Os resultados obtidos no período em análise atingiram os 77 mil euros, com uma diminuição de 76% face aos resultados do período homólogo no valor de 323 mil euros. Ao longo dos últimos cinco anos, o Capital próprio da empresa passou de 2 776 mil euros para 2 933 mil euros.

O Volume de negócios em 2017 apresenta um aumento de 116 mil euros, do qual se destaca o acréscimo, relativamente a 2016, de 12,2% nas atividades relativas a Consultoria e Estudos que atingem o valor de 1 625 mil euros em 2017, mais 52 mil euros que no ano anterior. A rubrica de ganhos imputados de subsidiárias e associadas diminuiu 107 mil euros.

Em 2017, o volume de negócios da Norma Açores totalizou 3,1 milhões de euros

Os Gastos Operacionais registaram um aumento de 4,1%, ou seja, de 122 mil euros, influenciados diretamente pelo aumento dos gastos com imparidades de dívidas a receber em 120 mil euros e de 3,6% (56 mil euros) em gastos com o pessoal. A evolução dos gastos com pessoal resulta, sobretudo, de admissões, associadas a necessidades concretas para a realização de contratos de prestação de serviços e o aumento de imparidade de dívidas a receber. Os fornecimentos e serviços externos (FSE) diminuíram 3,5% (47 mil euros). Estas duas rubricas representam 93% do total dos gastos.

Os indicadores económico-financeiros da NORMA AÇORES apresentaram a seguinte evolução, relativamente ao período de 2013 a 2017:

Indicadores de Desempenho Económico-Financeiro	2013	2014	2015	2016	2017
Volume de Negócios ¹⁾ (mil €)	3 210	2 395	2 743	2 996	3 112
EBITDA ²⁾ (mil €)	506	97	170	405	173
EBIT ³⁾ (mil €)	415	15	124	337	106
Resultado Líquido (mil €)	375	8	118	323	77
VAB ⁴⁾ (mil €)	5 143	1 314	1 506	1 726	1 820
Capital Próprio (mil €)	2 776	2 755	2 911	3 182	2 933
Endividamento ⁵⁾ (%)	27	22	24	22	27
Solvabilidade ⁶⁾ (%)	277	355	314	353	272
Autonomia financeira ⁷⁾ (%)	73	78	76	78	73
Número de Trabalhadores	53	48	48	51	56

1) Vendas + Prestações de Serviços

2) EBIT + Amortizações + Provisões + Ganhos e Perdas não Recorrentes

3) Receitas Operacionais - Custos Operacionais

4) Volume de Negócios + Subsídios à Exploração + TPEs + Proveitos Suplementares - CMVMC - FSEs - Impostos Indiretos

5) Total do Passivo ÷ Total do Ativo × 100

6) Total do Capital Próprio ÷ Total do Passivo × 100

7) Total do Capital Próprio ÷ Total do Ativo × 100

Tabela 30 - Indicadores económico financeiros da NORMA AÇORES, de 2013 a 2017

4.1.1.6. Controlauto Açores Lda.

A empresa Controlauto, Lda. dedica-se à atividade de inspeção de veículos automóveis, no âmbito da legislação relativa às Inspeções Periódicas Obrigatórias. Em outubro de 2012, a participação da EDA, S.A no capital social desta empresa foi transmitida para a Norma Açores – Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento, S. A., na sequência de um processo de alienações de participações que o Grupo EDA detinha.

A Controlauto desenvolve a sua atividade nas ilhas Terceira, São Jorge, Pico e Faial. Na ilha Terceira, para além do Centro Fixo localizado na zona do Parque Industrial do Porto da Praia da Vitória, funciona também, desde 2012, a delegação de Angra do Heroísmo. Nas restantes ilhas em que a Controlauto Açores tem autorização para o exercício de atividade, conforme Despacho D/SRHOPC/94/31, nomeadamente São Jorge, Pico e Faial, a atividade é exercida em Centros Móveis, tendo estes funcionado, ao longo do ano, nas várias ilhas de acordo com os calendários previstos.

No final deste ano, a Controlauto contou com um total de 35 650 serviços de inspeções e reinspeções, correspondendo 56% (19 817) ao Centro Fixo (Praia da Vitória e Angra do Heroísmo) e as 15 833 restantes ao Centro Móvel (São Jorge, Pico e Faial). Comparativamente a exercícios anteriores, observamos que o total de serviços realizados decresceu 21,8% de 2016 para 2017, depois de ter crescido 34,9% no período anterior (2015-2016). A partir do ano 2007, devido à alteração da regulamentação da atividade, na sequência da aplicação do Decreto Legislativo Regional n.º 40/2006/A, de 31 de outubro e da ITVA nº 1/2007/A, de 19 de fevereiro, a atividade tem oscilado nos anos pares e ímpares, verificando-se nos anos pares que o número de serviços prestados é superior ao total de serviços nos anos ímpares.

Em 2017, o volume de negócios foi de 850 mil euros, o que se reflete num decréscimo de 21,5% comparativamente a 2016 e um crescimento de 5,2% relativamente a 2015 (último ano ímpar). O Resultado Operacional foi de 205 mil euros decorrente do total de proveitos operacionais de 876 mil euros e de um total de gastos operacionais de 672 mil euros.

Em 2017, o volume de negócios da Controlauto totalizou 850 mil euros

A Controlauto – Açores apresenta em 2017 um Resultado Líquido de 166 mil euros, o que representa uma diminuição de 52% face ao resultado obtido no ano de 2016 e uma diminuição de 1,7% relativamente a 2015 (último ano ímpar). Os indicadores económico-financeiros da CONTROLAUTO – AÇORES evidenciam a seguinte evolução, relativamente ao período de 2013 a 2017:

Indicadores de Desempenho Económico-Financeiro	2013	2014	2015	2016	2017
Volume de Negócios ¹⁾ (mil €)	770	1 091	808	1 082	850
EBITDA ²⁾ (mil €)	299	559	248	483	259
EBIT ³⁾ (mil €)	260	516	207	421	205
Resultado Líquido (mil €)	213	416	169	345	166
VAB ⁴⁾ (mil €)	591	873	568	825	600
Capital Próprio (mil €)	912	1 168	1 005	1 158	949
Endividamento ⁵⁾ (%)	20	20	22	24	20
Solvabilidade ⁶⁾ (%)	390	392	358	311	405
Autonomia financeira ⁷⁾ (%)	80	80	78	76	80
Número de Trabalhadores	15	16	16	16	16

1) Vendas + Prestações de Serviços

2) EBIT + Amortizações + Provisões + Ganhos e Perdas não Recorrentes

3) Receitas Operacionais - Custos Operacionais

4) Volume de Negócios + Subsídios à Exploração + TPEs + Proveltos Suplementares - CMVMC - FSEs - Impostos Indiretos

5) Total do Passivo ÷ Total do Ativo × 100

6) Total do Capital Próprio ÷ Total do Passivo × 100

7) Total do Capital Próprio ÷ Total do Ativo × 100

Tabela 31 - Indicadores económico financeiros da CONTROLAUTO – AÇORES, de 2013 a 2017

4.1.3. EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Demonstração do rendimento integral consolidado

Rubricas	2017	2016	10 ³ Euros	
			Var. 2017-16	Var. % 2017-16
Vendas e prestações de serviços	187 646,9	175 214,2	12 432,7	7,1%
Outros rendimentos e ganhos	3 299,0	3 256,9	42,1	1,3%
Rendimentos operacionais	190 945,9	178 471,1	12 474,8	7,0%
Custo das Mercadorias Vendidas e das Mat. Consumidas	56 495,4	47 566,7	8 928,7	18,8%
Gastos com o pessoal	33 453,6	32 248,6	1 205,0	3,7%
Fornecimentos e serviços externos	26 324,5	25 731,4	593,1	2,3%
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	30 493,2	30 134,5	358,7	1,2%
Imparidade de ativos depreciables/ amortizáveis	3 904,5	2 293,9	1 610,6	70,2%
Imparidades de inventários e contas a receber	383,0	956,3	(573,3)	(59,9%)
Provisões	0,3	7,9	(7,6)	(96,2%)
Outros gastos e perdas	12 224,8	11 414,8	810,0	7,1%
Gastos operacionais	163 279,3	150 354,1	12 925,2	8,6%
Resultado operacional	27 666,5	28 116,9	(450,4)	(1,6%)
EBITDA	62 064,3	60 545,3	1 519,0	2,5%
Resultados financeiros	(2 877,9)	(3 150,2)	272,3	(8,6%)
Resultados antes de impostos	24 788,6	24 966,6	(178,0)	(0,7%)
Imposto sobre o rendimento	(3 008,0)	(5 379,6)	2 371,6	(44,1%)
Resultado líquido do período:	21 780,6	19 587,0	2 193,6	11,2%
Detentores do capital do Grupo EDA	21 483,1	19 191,1	2 292,0	11,9%
Interesses que não controlam	297,5	395,9	(98,4)	(24,9%)
Rendimento integral do período:	22 196,0	19 450,5	2 745,5	14,1%
Detentores do capital do Grupo EDA	21 898,5	19 054,6	2 843,9	14,9%
Interesses que não controlam	297,5	395,9	(98,4)	(24,9%)

Tabela 32 – Demonstração dos resultados consolidada do Grupo EDA, em 2016 e 2017

Análise dos proveitos e custos operacionais

No ano de 2017, o volume de negócios do Grupo EDA totalizou 187 647 mil euros, o que representa um acréscimo de 7,1% relativamente ao montante atingido no ano anterior (175 214 mil euros). Os Serviços prestados ascenderam aos 17 776 mil euros, mais 17% que no exercício anterior, em função, sobretudo, do aumento do valor de serviços de construção no âmbito das atividades concessionadas (IFRIC 12). Excluindo esta componente, o acréscimo dos serviços prestados foi de 470 mil euros. As Vendas de energia elétrica registaram um decréscimo de 0,1% sustentado, sobretudo, pela diminuição do preço média de venda em 0,5%, tendo em conta que a procura de eletricidade cresceu 0,4%. A compensação tarifária, em termos económicos, atinge os 50 811 mil euros, registando-se um aumento de 27,7% face ao ano anterior. Os gastos incorridos com combustíveis para produção de eletricidade constituem uma parcela importante do cálculo da compensação a receber, pelo que, o acréscimo em 21,7% desses gastos explica, em grande parte, a evolução registada para essa rubrica.

Na estrutura dos Gastos operacionais, o custo das Mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), no valor de 56 495 mil euros, é o que apresenta maior peso no total (34,6%), seguindo-se os Gastos com o pessoal, os Gastos de depreciações e amortizações e os Fornecimentos e serviços externos. Comparativamente ao ano anterior, os Gastos operacionais, em termos globais, aumentaram 8,6%, o equivalente a 12 925 mil euros. Pela relevância que assume na estrutura dos Gastos operacionais, destaca-se o aumento de 8 929 mil euros registada na rubrica Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC). Esta variação decorre fundamentalmente dos gastos com combustíveis para produção de eletricidade que ascenderam aos 46 679 mil euros, mais 8 337 mil euros que no ano transato. A subida do preço do petróleo resultante do acordo firmado entre a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e outros grandes produtores de petróleo para limitar a produção de petróleo bruto, levou ao aumento dos custos médios do fuelóleo e do gasóleo. De 2016 para 2017, os custos médios quer do fuelóleo, quer do gasóleo sofreram aumentos em, respetivamente, 89,1 euros por tonelada e 64,9 euros por quilolitro. Em 2017, o custo médio do fuelóleo foi de 390,7 euros por tonelada, e o do gasóleo fixou-se em 524,5 euros por quilolitro.

Os Gastos com o pessoal ascendem a 33 454 mil euros em 2017, representando cerca de 20,5% dos Gastos operacionais. Os Fornecimentos e serviços externos ascenderam aos 26 325 mil euros, apresentando uma variação homóloga positiva de 2,3%. De salientar que o valor e a evolução desta rubrica encontram-se fortemente influenciados pela adoção da IFRIC 12 – Contratos de Concessão. De acordo com esta norma, os gastos com serviços de construção referentes aos investimentos em ativos inseridos nas atividades concessionadas de transporte, distribuição de energia e gestão do sistema elétrico passam a ser incluídos em Fornecimentos e serviços externos. Neste âmbito, encontram-se registados 5 219 mil euros em 2017 e 4 484 mil euros em 2016. Excluindo o efeito da IFRIC, os Fornecimentos e serviços externos registam uma diminuição de 0,7% relativamente ao ano anterior. As rubricas incluídas em FSE com maior expressão monetária são a de Trabalhos especializados, subcontratos e conservação e reparação. Os Trabalhos especializados incluem maioritariamente custos com serviços informáticos, estudos de monitorização ambiental, recolha de resíduos e consultorias diversas. Os gastos com subcontratos referem-se, fundamentalmente, à contratação de serviços especializados e materiais incorporados na execução de projetos em curso. A rubrica de conservação e reparação refere-se essencialmente a gastos com a manutenção e reparação dos equipamentos das centrais térmicas, dos ativos de produção instalados nos parques eólicos, de obras de beneficiação dos poços geotérmicos e dos edifícios administrativos.

Os Outros gastos e perdas ascendem em 2017 ao montante de 12 225 mil euros, 810 mil euros superior ao de 2016, e incluem o pagamento de direitos de passagem aos Municípios no valor de 4 750 mil euros, gastos com a taxa de concessão para a exploração de recursos geotérmicos no valor de 2 345 mil euros, licenças de emissões de CO₂ em 1 943 mil euros, contribuição extraordinária sobre o setor energético no valor de 1 663 mil euros e ainda encargos com as taxas de exploração dos ativos afetos à atividade de produção e distribuição.

Ao nível dos Gastos operacionais salientam-se ainda as imparidades registadas no ano, no valor total de 4 288 mil euros. Destas, a mais significativa refere-se ao investimento efetuado na central geotérmica do Pico Alto na Ilha Terceira, cujos testes de imparidade ditaram o seu reforço em 3 905 mil euros. Foram também reconhecidas perdas ao nível das contas a receber no montante de 383 mil euros.

No que diz respeito aos Gastos financeiros, de 2016 para 2017, é de salientar uma diminuição de 8,5%, nos encargos financeiros suportados (juros, comissões e impostos) referentes aos empréstimos contraídos para financiamento das atividades do Grupo EDA. Esta evolução, explica-se fundamentalmente pela melhoria das condições de *spread* e comissões, das linhas de conta corrente e dos programas de papel comercial e da manutenção da Euribor negativa em todos os prazos.

Evolução da posição financeira consolidada

Apresenta-se de seguida, em termos sintéticos, a posição financeira consolidada do Grupo EDA.

Rubricas	2017	2016	10 ³ Euros	
			Var. 2017-16	Var. % 2017-16
Ativos Fixos Tangíveis, Intangíveis e Propriedades de Investimento	421 760,4	429 360,5	(7 600,1)	(1,8%)
Ativos por impostos diferidos	13 434,2	12 977,0	457,2	3,5%
Cientes e outras contas a receber	5 458,9	208,5	5 250,4	2518,2%
Outros Ativos não Correntes	496,4	662,4	(166,0)	(25,1%)
Ativo Não Corrente	441 149,9	443 208,4	(2 058,5)	(0,5%)
Inventários	9 731,4	7 665,1	2 066,3	27,0%
Cientes e outras contas a receber	43 588,6	44 605,2	(1 016,6)	(2,3%)
Caixa e equivalentes de caixa	7 829,4	6 636,5	1 192,9	18,0%
Outros Ativos Correntes	2 016,7	1 187,1	829,6	69,9%
Ativo Corrente	63 166,1	60 093,9	3 072,2	5,1%
Ativo Total	504 316,0	503 302,3	1 013,7	0,2%
Capital Próprio atribuível Detentores Capital	205 573,9	201 700,3	3 873,6	1,9%
Interesses que não controlam	1 746,0	1 707,0	39,0	2,3%
Capital Próprio	207 319,9	203 407,3	3 912,6	1,9%
Provisões	3 071,9	3 042,5	29,4	1,0%

Empréstimos obtidos	182 172,6	177 722,9	4 449,7	2,5%
Obrigações de benefícios de reforma e outros	12 902,7	13 914,1	(1 011,4)	(7,3%)
Passivos por impostos diferidos	2 937,1	2 142,3	794,8	37,1%
Outros Passivos não Correntes	459,0	7 474,6	(7 015,6)	(93,9%)
Passivo Não Corrente	201 543,3	204 296,4	(2 753,1)	(1,3%)
Fornecedores e outras contas a pagar	43 525,3	49 615,4	(6 090,1)	(12,3%)
Empréstimos obtidos	51 412,0	45 526,3	5 885,7	12,9%
Outros Passivos Correntes	515,5	456,9	58,6	12,8%
Passivo Corrente	95 452,8	95 598,6	(145,8)	(0,2%)
Total Passivo	296 996,1	299 895,0	(2 898,9)	(1,0%)
Total do capital próprio e passivo	504 316,0	503 302,3	1 013,7	0,2%

Tabela 33 – Balanço consolidado do Grupo EDA, em 2016 e 2017

O Ativo não corrente consolidado do Grupo EDA, que corresponde a 87% do Ativo Total, ascende a 441 150 mil euros, menos 0,5% que em 2016.

O total de Ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento ascendeu a 421 760 mil euros, menos 7 600 mil euros que o valor registado no ano anterior. Esta evolução reflete a normal depreciação dos ativos e as imparidades registadas, conjugadas com o investimento efetuado no ano. Os aumentos registados, durante o ano de 2017, em Ativos tangíveis englobam 16 864 mil euros em obras em curso, referentes, sobretudo, a investimento efetuado pelas empresas do segmento da eletricidade em equipamentos de produção, nomeadamente, no aproveitamento de recursos geotérmicos e centrais termoelétricas. Ao nível do Ativo intangível, os aumentos do ano, num total de 10 873 mil euros, dizem respeito, na sua maioria, a adições de ativos afetos à atividade concessionada de transporte e distribuição de energia.

O aumento da rubrica de Clientes e outras contas a receber está diretamente ligado ao registo do ajustamento estimado à compensação tarifária de 2017 no valor de 5 282 mil euros, a ser incluído nas Tarifas de 2019.

Relativamente ao Ativo corrente, verifica-se um acréscimo de 3 072 mil euros. Destaca-se o aumento dos Inventários no valor de 2 066 mil euros, que se concentra, sobretudo, em peças de reserva. Aumenta, também, o montante disponível em depósitos bancários e caixa em 1 193 mil euros e o valor a receber do Estado relativo a IRC, em cerca de 830 mil euros. Em contrapartida, o valor de Clientes e outras contas a receber diminuiu em 1 017 mil euros. Neste âmbito refira-se a diminuição dos créditos sobre clientes em 2 004 mil euros e o aumento do valor a receber de participações do programa PRORURAL no valor de 805 mil euros.

Os Capitais próprios atribuíveis aos detentores de capital do Grupo EDA, ascendem aos 205 574 mil euros, apresentando um acréscimo de cerca de 3 874 mil euros (1,9%), por via do efeito conjugado do resultado do período e dos dividendos distribuídos relativos ao exercício de 2016. A evolução registada tem um impacto positivo na autonomia financeira do Grupo EDA, que se cifrou em cerca de 40,8% em 2017, face aos 40,1% de 2016.

Relativamente ao Passivo, os Financiamentos obtidos, correntes e não correntes, ascenderam aos 233 585 mil euros, o que representa um aumento de 10 335 mil euros, mais 5% comparativamente ao ano anterior. De salientar que 78% dos empréstimos apresentam maturidade superior a um ano.

As Responsabilidades por benefícios pós emprego não financiadas registam em 2017 uma redução de cerca 1 011 mil euros, 7,3%, fixando-se em 12 903 mil euros quando, no final de 2016, ascendiam a 13 914 mil euros.

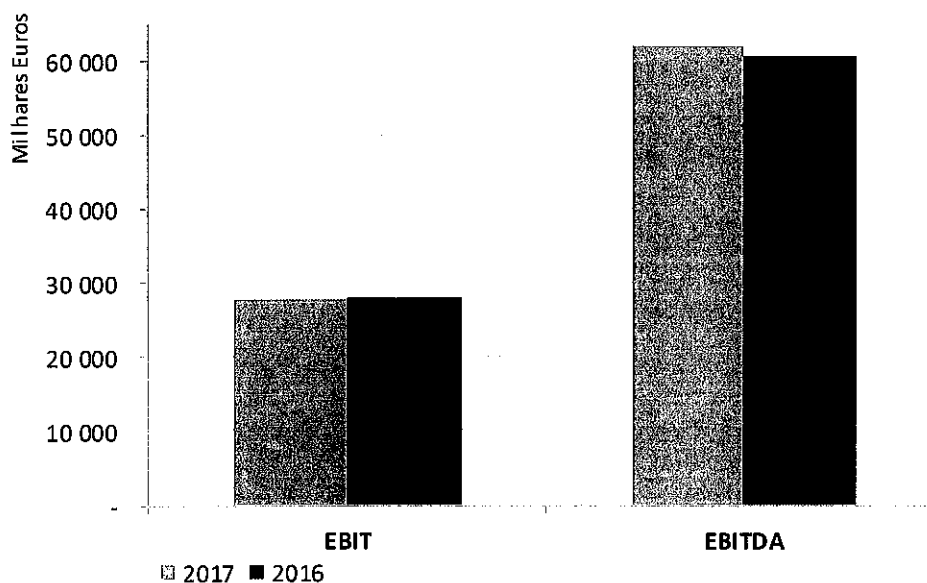
O Passivo corrente regista um decréscimo de 146 mil euros. Além do acréscimo já referido dos financiamentos obtidos que, no curto prazo, foi de 5 886 mil euros, o valor de Fornecedores e outras dívidas a pagar inclui um aumento da dívida a fornecedores em 1 483 mil euros. As outras contas a pagar evidenciam uma diminuição influenciada, sobretudo, pela devolução às Tarifas durante o ano de 2017 do ajustamento à compensação de 2015, valor que, em dezembro de 2016, ascendia a 16 442 mil euros e pela passagem a Passivo corrente do ajustamento à compensação tarifária relativo ao ano de 2016 no valor de 6 320 mil euros. Destaca-se ainda o aumento do saldo em dívida a fornecedores de investimento em 3 759 mil euros, em linha com a evolução do investimento.

Resultados do Período

Rubricas	2017	2016	Var. 2017-16	Var. % 2017-16
EBIT (mil euros)	27 666,5	28 116,9	(450,4)	(1,6%)
EBITDA (mil euros)	62 064,3	60 545,3	1 519,0	2,5%
Resultados financeiros (mil euros)	(2 877,9)	(3 150,2)	272,3	(8,6%)
Resultados antes de impostos (mil euros)	24 788,6	24 966,6	(178,0)	(0,7%)
Resultado líquido do período atribuível a:	21 780,6	19 587,0	2 193,6	11,2%
Detentores do capital do Grupo EDA	21 483,1	19 191,1	2 292,0	11,9%
Interesses que não controlam	297,5	395,9	(98,4)	(24,9%)
Rendimento integral do período atribuível a:	22 196,0	19 450,5	2 745,5	14,1%
Detentores do capital do Grupo EDA	21 898,5	19 054,6	2 843,9	14,9%
Interesses que não controlam	297,5	395,9	(98,4)	(24,9%)
Resultado por Ação (€/ação)	1,56	1,36	0,20	14,7%

Tabela 34 – Resultados do período do Grupo EDA, em 2016 e 2017

Em 2017, o Resultado operacional foi cerca de 27 667 mil euros, o que representa um decréscimo de 1,6% face aos 28 117 mil euros de 2016. Os Rendimentos operacionais apresentaram um acréscimo próximo dos 12 475 mil euros (7%), de 2016 para 2017, enquanto os Gastos operacionais foram superiores aos do ano transato em 12 925 mil euros (8,6%). Por sua vez, o EBITDA apresentou um acréscimo de 2,5%, situando-se nos 62 064 mil euros.


Gráfico 23 - EBIT e EBITDA, do Grupo EDA em 2016 e 2017

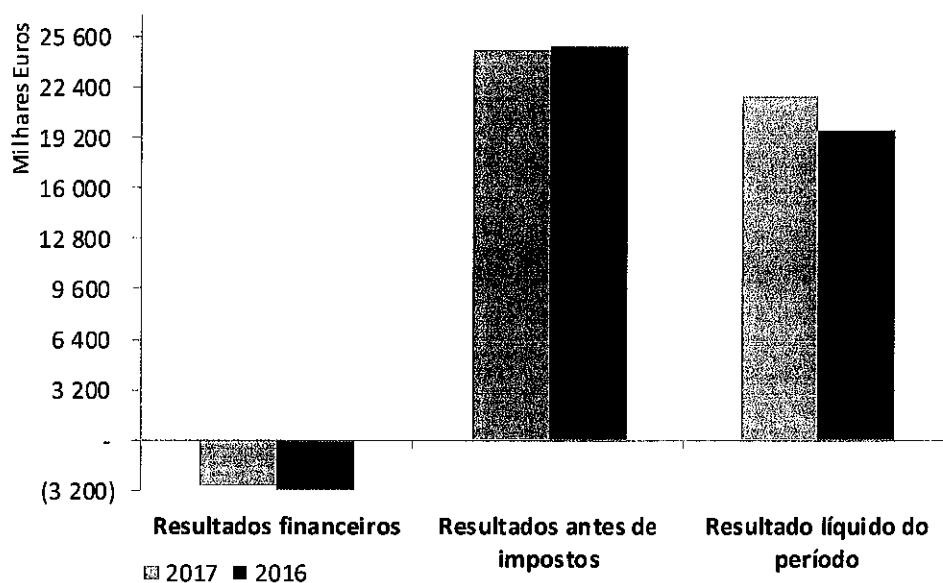
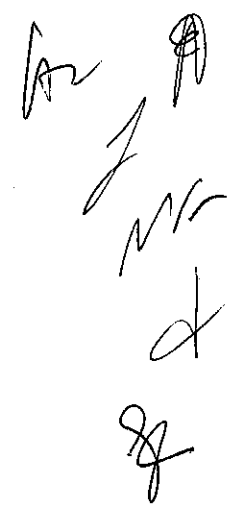



Gráfico 24 – Resultados do Grupo EDA em 2016 e 2017

Gestão Financeira

Prosseguindo uma gestão suportada no planeamento cuidadoso dos recursos e dos compromissos associados aos planos de negócio de cada empresa do Grupo a par de uma política de gestão financeira centralizada, no final de 2017, o Grupo EDA dispunha de um montante 200 milhões de euros de linhas de crédito contratadas, dos quais 100 milhões de euros em linhas de curto prazo, sendo 60 milhões de euros em contas correntes e 40 milhões de euros em Programa de Papel Comercial, instrumento que se tem revelado muito importante já que proporciona o acesso a uma base de investidores alargada, a custos muito competitivos, assegurando a flexibilidade necessária a uma eficiente gestão de tesouraria.

Quanto às facilidades de crédito de médio e longo prazo, também utilizadas para a gestão de tesouraria, a EDA dispunha no final de 2017, de um conjunto de Programas de Papel Comercial, com compromisso de tomada firme, no total de 70 milhões de euros, nas modalidades de colocação direta e leilão competitivo de taxas de juro e 30 milhões de euros sem garantia de colocação.

Do montante global contratado para apoiar a tesouraria, no final do período de 2017, encontravam-se disponíveis e por utilizar 104,3 milhões de euros, cerca de 52,1% do limite total contratado.

No final do exercício de 2017 a dívida líquida do Grupo EDA ascendia a 233,6 milhões de euros, mais 10,3 milhões de euros que a dívida reportada ao final de 2016.

	2017			2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
EDA	48 370 904	175 818 619	224 189 524	41 764 254	169 041 922	210 806 176
EDA Renováveis	2 363 636	6 895 455	9 259 091	2 363 636	9 259 091	11 622 727
GLOBALEDA	-	-	-	1 191 914	-	1 191 914
SEGMA	-	-	-	-	-	-
Norma Açores	-	-	-	-	-	-
Controlauto	20 723	93 255	113 978	17 449	95 969	113 418
Consolidado	50 755 264	182 807 328	233 562 592	45 337 254	178 396 981	223 734 235
Juros a pagar - Empréstimos	656 734	-	656 734	616 008	-	616 008
Juros a pagar (antecipação)	-	(634 732)	(634 732)	-	(674 111)	(674 111)
	51 411 998	182 172 596	233 584 594	45 953 261	177 722 871	223 676 132

Tabela 35 - Evolução da dívida financeira do Grupo EDA, em 2016 e 2017

De salientar que 99,95% da dívida do Grupo está concentrada nas empresas do core business EDA e EDA Renováveis, em consequência do esforço de investimento que anualmente realizam, dos quais a dívida da EDA representa cerca de 95,99%.

Por fontes de financiamento, destacam-se os empréstimos contratados no mercado externo e interno que representam 59% do total da dívida, os Programas de Papel Comercial 38,5% e os empréstimos de curto prazo 2,4%.

	EDA	EDAR	SEGMA	GLOBALEDA	NORMA	CONTROLAUTO	Total
Custos Financeiros							
Juros Empréstimos	(1 697 326)	34 381	8 962	799	-	-	(1 653 183)
Comissões, Taxa Aval e Outros	(1 454 972)	(84 188)	-	(9 715)	-	-	(1 548 875)
	(3 152 298)	(49 807)	8 962	(8 915)	-	-	(3 202 058)
Proveitos Financeiros							
Juros Obtidos	-	-	856	-	-	-	856

(1) Inclui encargos financeiros capitalizados no montante de 0,324 milhões euros

Tabela 36 – Custos e proveitos financeiros do Grupo EDA, em 2017

Os encargos financeiros associados ao serviço da dívida consolidada, totalizaram no período 3,2 milhões de euros (inclui encargos financeiros capitalizados no montante de 0,324 milhões de euros), menos 0,4 milhões de euros que os custos financeiros suportados em 2016.

	Grupo EDA	EDA
2008	5,05%	4,99%
2009	2,91%	2,91%
2010	2,52%	2,60%
2011	3,44%	3,53%
2012	4,73%	4,76%
2013	3,67%	3,69%
2014	2,72%	2,95%
2015	2,29%	2,28%
2016	1,34%	1,29%
2017	1,21%	1,25%

Tabela 37 – Custo médio de financiamento Grupo EDA e EDA de 2008 a 2017

O custo médio da dívida da Grupo atingiu 1,21% (1,34% em dezembro de 2016) reflexo de melhores condições de spread e comissões das linhas de conta corrente e dos programas de papel comercial na modalidade de leilão competitivo de taxa de juro, bem como da permanência do indexante Euribor associados aos contratos de empréstimo em valores negativos.

Em 2017, o custo médio da dívida da Grupo EDA, foi de 1,21%

O Grupo tem 72,2% da dívida a taxa variável indexada à Euribor (89% em dezembro de 2016), não se reconhecendo necessidade de cobrir o risco taxa de juro.

As políticas de gestão destes riscos, assim como a contratação das apólices para sua cobertura e mitigação, coordenadas pela EDA, extensíveis a todas as empresas associadas e participadas que integram o grupo dos serviços partilhados.

Para cobertura das responsabilidades decorrentes dos planos de pensões em vigor foram transferidos em 2017 pela EDA 530,4 mil euros para o Fundo- B (Fundo de Contribuição Definida) e em fevereiro de 2018 foi efetuada uma contribuição extraordinária de 125 mil euros para cobertura do valor mínimo a financiar em 31 de dezembro de 2017 do Fundo de Pensões - A (Fundo de Benefício Definido).

No final de 2017, o valor do Fundo-A ascendia a 34,2 milhões de euros, representando um nível de financiamento das responsabilidades a seu a cargo de 97,88%. As pensões pagas pelo Fundo, em 2017, totalizam 1,4 milhões de euros.

O Fundo-B de contribuição definida é subscrito individualmente pela EDA, contribuindo também, em termos complementares, os próprios beneficiários.

Nos termos das disposições previstas no Regulamento Tarifário e do Despacho emitido pela ERSE, para regulamentação dos "Mecanismos de Otimização da Gestão dos Contratos de Aquisição de Energia e da Gestão das Licenças de Emissão de CO₂", as licenças de CO₂ necessárias para a correspondência aos direitos de emissão do ano foram 301 364 toneladas no valor de 1 942 702 euros.

















5. Sustentabilidade no GRUPO EDA

5.1 Valorização dos trabalhadores

A Equipa do Grupo EDA

No final de 2017, a equipa do Grupo EDA englobava um total de 1 001 trabalhadores ativos vinculados à empresa, correspondendo a um acréscimo de 13 trabalhadores face ao período homólogo anterior. Existem ainda mais 17 trabalhadores que se encontravam requisitados por outras entidades ou em licença sem vencimento. Em 2017, dos 1 001 trabalhadores ativos, 19% eram do género feminino e 81% do género masculino. Esta predominância do género masculino tem vindo a manter-se ao longo dos anos.

EMPRESAS	Número de Trabalhadores por empresa e género			
	Género	2015	2016	2017
EDA		109	110	112
		618	624	630
EDA RENOVÁVEIS		7	8	8
		31	41	45
GLOBALEDA		35	38	40
		50	45	46
SEGMA		6	6	4
		47	49	44
NORMA		19	20	21
		29	31	35
CONTROLAUTO		3	3	3
		13	13	13
TOTAL	 	967	988	1 001

Ao longo dos anos a EDA tem vindo a aumentar o número de trabalhadores ativos

EDA-Inclui trabalhadores cedidos (21) e não inclui trabalhadores requisitados (14) e em licença sem vencimento (3)

Tabela 38 – Número de trabalhadores por empresa e género - 2015 a 2017

Em 2017 verificou-se um total de 63 admissões no Grupo EDA, mais 10 que em 2016, sendo que a contratação de indivíduos da faixa etária mais jovem, com idade inferior a 30 anos, foi predominante. Também se verificou uma tendência para a contratação de trabalhadores do género masculino com exceção da

Em 2017 verificou-se cerca de 44% de mais admissões que saídas

GLOBALEDA. No total das admissões apenas foram contratados 10 trabalhadores do género feminino, que correspondeu a 18%.

Por outro lado, registaram-se 41 saídas, mais duas que no ano anterior, sobretudo trabalhadores da faixa etária entre os 30 e os 50 anos. Contudo, na EDA S.A., dadas as características da população e áreas de atividade, 79% das saídas dos trabalhadores verificaram-se na faixa etária superior a 50 anos. Em consequência da predominância de trabalhadores do género masculino a desenvolver funções no Grupo, as saídas para este género também foram superiores.

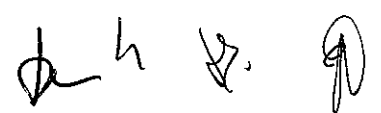
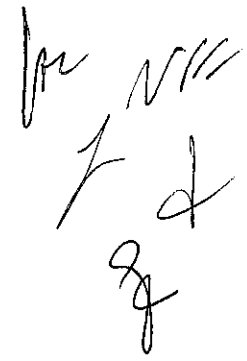
Analisando os trabalhadores por faixa etária, o escalão que predomina é o correspondente a trabalhadores com idade superior a 50 anos, perfazendo um total de 457 trabalhadores, ou seja cerca de 46% da totalidade.

Número de trabalhadores por empresa e faixa etária				
EMPRESAS	Categoria	2015	2016	2017
EDA	<30	79	75	67
	30-50	263	246	248
	>50	385	413	427
EDA RENOVÁVEIS	<30	2	7	14
	30-50	26	30	27
	>50	10	12	12
GLOBALEDA	<30	11	6	11
	30-50	70	73	71
	>50	4	4	4
SEGMA	<30	12	15	16
	30-50	40	39	31
	>50	1	1	1
NORMA	<30	9	9	5
	30-50	30	33	38
	>50	9	9	13
CONTROLAUTO	<30	1	1	
	30-50	15	15	16
	>50			
TOTAL		967	988	1 001

Ao longo dos anos verifica-se uma tendência de rejuvenescimento dos trabalhadores ativos na EDAR, GLOBALEDA e SEGMA

EDA-Inclui trabalhadores cedidos (21) e não inclui trabalhadores requisitados (14) e em licença sem vencimento (3)

Tabela 39 – Número de trabalhadores por empresa e faixa etária - 2015 a 2017

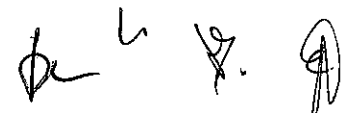
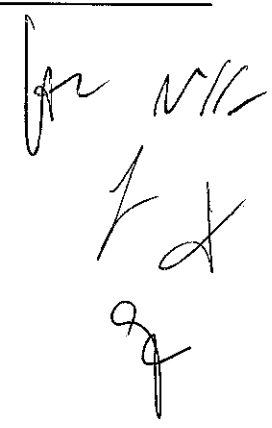



	2015	2016	2017	Total
EDA	14	18	19	51
<30		1	1	2
30-50	5	3	3	11
>50	9	14	15	38
EDA RENOVÁVEIS	1	9	1	11
<30		4		4
30-50	1	4	1	6
>50		1		1
GLOBALEDA	10	7	7	24
<30	1	3	1	5
30-50	8	4	6	18
>50	1			1
SEGMA	4	5	12	21
<30	1	1		2
30-50	3	4	12	19
>50				0
NORMA	0	1	2	3
<30			1	1
30-50		1		1
>50			1	1
CONTROLAUTO	0	0	0	0
<30				0
30-50				0
>50				0
Total	29	40	41	110

Tabela 40 – Número de saídas por empresa e faixa etária - 2015 a 2017

	2015	2016	2017	Total
EDA	16	25	28	69
feminino	1	5	3	9
masculino	15	20	25	60
EDA RENOVÁVEIS	5	12	13	30
feminino	3	1		4
masculino	2	11	13	26
GLOBALEDA	11	5	10	26
feminino	5	4	7	16
masculino	6	1	3	10
SEGMA	7	7	5	19
feminino	1	1		2
masculino	6	6	5	17
NORMA	0	4	7	11
feminino		1	1	2
masculino		3	6	9
CONTROLAUTO	0	0	0	0
feminino				0
masculino				0
Total	39	53	63	155

Tabela 41 – Número de admissões por empresa e género - 2015 a 2017

	2015	2016	2017	Total
EDA	16	25	28	69
<30	9	16	12	37
30-50	7	8	15	30
>50		1	1	2
EDA RENOVÁVEIS	5	12	13	30
<30		6	11	17
30-50	4	6	2	12
>50	1			1
GLOBALEDA	11	5	10	26
<30	6	1	8	15
30-50	5	4	2	11
SEGMA	7	7	5	19
<30	4	6	5	15
30-50	2	1		3
>50	1			1
NORMA	0	4	7	11
<30		1	2	3
30-50		3	3	6
>50			2	2
CONTROLAUTO	0	0	0	0
<30				0
30-50				0
>50				0
Total	39	53	63	155

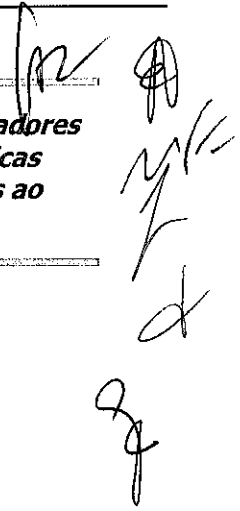
Tabela 42 – Novas contratações por empresa e faixa etária - 2015 a 2017

	2015	2016	2017	Total
EDA	14	18	19	51
feminino	4	4	1	9
masculino	10	14	18	42
EDA RENOVÁVEIS	1	9	1	11
feminino				0
masculino	1	9	1	11
GLOBALEDA	10	7	7	24
feminino	7	1	5	13
masculino	3	6	2	11
SEGMA	4	5	12	21
feminino		1	2	3
masculino	4	4	10	18
NORMA	0	1	2	3
feminino				0
masculino		1	2	3
CONTROLAUTO	0	0	0	0
feminino				0
masculino				0
Total	29	40	41	110

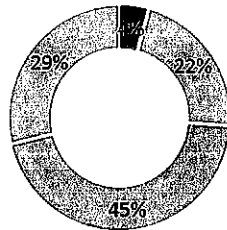
Tabela 43 – Saídas por empresa e género - 2015 a 2017

A EDA tem ainda um grupo significativo de trabalhadores com baixas qualificações académicas fruto da sua história, no entanto têm vindo a ser desenvolvidos esforços, com novas admissões mais qualificadas, para inverter esta realidade.

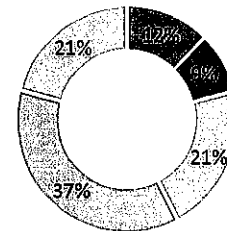
Cerca de 60% dos trabalhadores têm qualificações académicas equivalentes ou superiores ao ensino secundário



Género feminino



Género masculino



- ≤ 1º Ciclo
- 2º Ciclo Ensino
- 3º Ciclo Ensino
- ≤ 1º Ciclo
- 2º Ciclo Ensino
- 3º Ciclo Ensino
- Ensino Secundário
- Formação superior
- Ensino Secundário
- Formação superior

Gráfico 25 – Qualificações dos trabalhadores do Grupo EDA - 2017

Gestão do capital humano

Para a EDA a estratégia de gestão das “Nossas Pessoas” é indissociável da estratégia do negócio. A empresa só estará bem alicerçada se aliar as melhores práticas de gestão de recursos humanos preconizadas aos objetivos da organização, desenvolvendo e retendo talento. Nem sempre é fácil alcançar este desígnio dada a escassez de pessoas com formação específica e à dimensão e dispersão geográfica da área de operação da EDA. No contexto atual, altamente tecnológico, é necessária uma grande preparação para que a missão da empresa seja cumprida. Este processo implica a projeção das necessidades, a reconversão e nalguns casos a sobreposição de trabalhadores durante algum período de tempo.

Decorrente da estratégia de Gestão de Recursos Humanos, no sentido de promover a sua eficiência e a eficácia, procedeu-se à implementação da plataforma *Success factors*. Este projeto tem enfoque no processo de gestão de formação e de desenvolvimento de competências, a par da continuidade de uma cultura organizacional cada vez mais participativa e aberta.

A plataforma *Success factors* promove a transformação digital dos processos de RH

[Handwritten signatures and initials]

A plataforma *Success Factors*, simplifica os diferentes processos de gestão do capital humano e contribui para alinhar os trabalhadores com os seus objetivos, assim como para admitir os trabalhadores certos e promover a sua valorização, gerindo melhor a organização através da utilização de ferramentas de comunicação interna.

A estrutura organizacional do Grupo EDA tem vindo progressivamente a ser alinhada com as novas necessidades e desafios de negócio.

Grupo Funcional	Nº Trabalhadores
Órgãos de Gestão	11
feminino	2
masculino	9
Direção	19
feminino	3
masculino	16
Chefia	58
feminino	14
masculino	44
Quadro superior	134
feminino	34
masculino	100
Operacional/Administrativo	779
feminino	135
masculino	644
Total	1 001

Tabela 44– Trabalhadores do Grupo EDA por chefia e género - 2017

O período de 2011 a 2017 foi de difícil gestão, dadas as limitações legais impostas por força das sucessivas leis dos orçamentos de estado. A paz social, no entanto, foi mantida através do diálogo entre a gestão de topo e as estruturas representativas dos trabalhadores. Decorrendo desta relação foram negociados os acordos de empresa da EDAR e SEGMA.

Formação e desenvolvimento

A EDA tem continuado a apostar na formação dos seus trabalhadores o que se refletiu no aumento das horas de formação. Em 2017 as ações de formação totalizaram 24 135 horas, com um valor médio de 26 horas de formação por trabalhador. As áreas das formações realizadas incidiram em: Eletricidade e energia; Tecnologia de proteção do ambiente; Proteção de pessoas e bens; Segurança e higiene no trabalho; Enquadramento na organização/empresa entre outras.

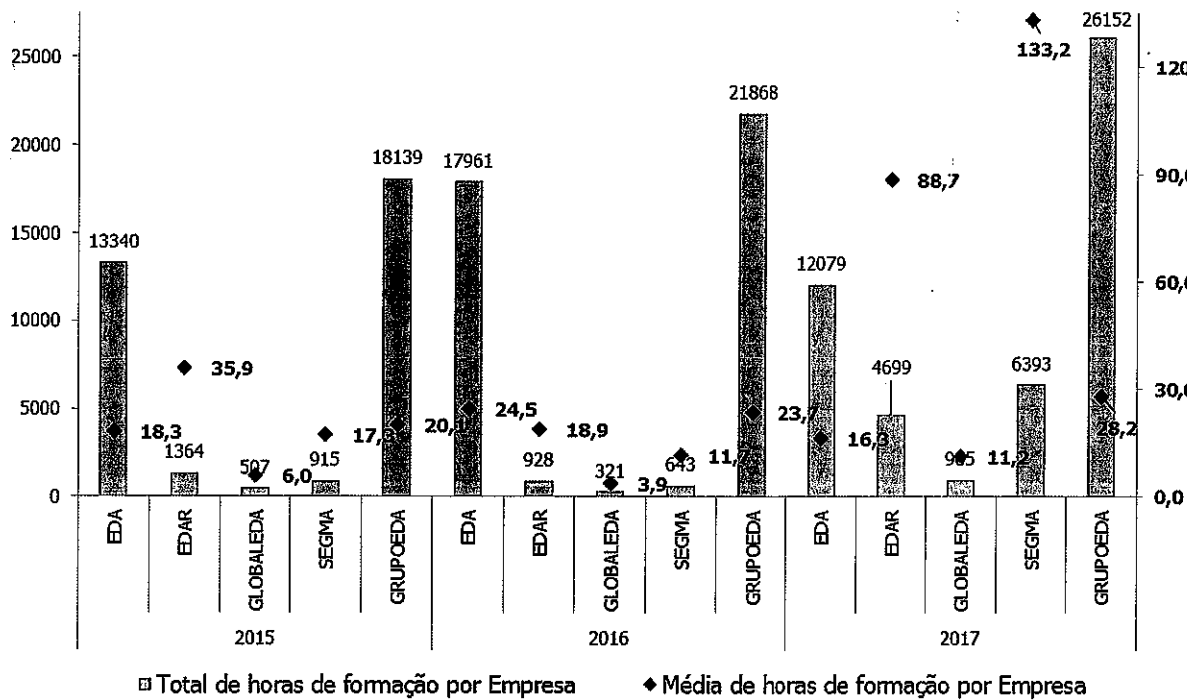


Gráfico 26 – Volume de formação por empresa e por ano – 2015 a 2017

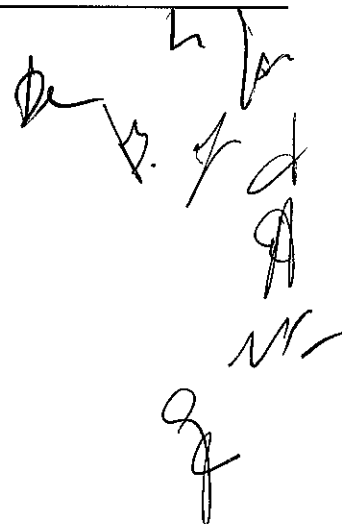
Em 2017, a SEGMA e a EDAR foram as empresas que apresentaram maior número de horas de formação por trabalhador. A EDA considera relevante a promoção e realização de estágios, dispondo para o efeito 4 tipologias diferentes. O número de estagiários tem aumentado ao longo dos últimos anos, atingindo-se em 2017 151 estágios.

Saúde e segurança no trabalho

A consciência de que um ambiente seguro e saudável é um fator determinante para a satisfação das várias partes interessadas, conduz ao compromisso da EDA para uma gestão eficaz da segurança e saúde no trabalho.

O objetivo do Grupo EDA é ter um sistema de gestão da segurança e saúde no trabalho certificado o qual ainda se encontra em fase de implementação. O seu principal objetivo é prevenir a ocorrência de acidentes e doenças profissionais que envolvam, quer os trabalhadores da empresa, quer os trabalhadores dos fornecedores externos que com a EDA colaboram. Assim, os objetivos relativos a segurança e saúde no trabalho são os seguintes:

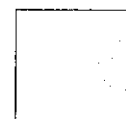
Objetivo	Indicador de Monitorização
Desenvolvimento de um SGS segundo a norma OHSAS 18001:2007	Grau de cumprimento do plano de ações
Assegurar o cumprimento, por parte dos trabalhadores da EDA (EDIST), das regras de segurança definidas em procedimentos e manuais de referência para a atividade em causa	Comparação entre o número total de trabalhadores operacionais da EDIST e as Listas de Participantes efetivos nas ações de formação previstas
	Confirmação da existência e adequabilidade da(s) check List
	Grau de cumprimento do Plano de Visitas previsto
Assegurar a inexistência de acidentes com mais de 3 dias de baixa por motivo de queda em altura	Nº de acidentes de queda em altura reportados, com mais de 3 dias de baixa
Assegurar a inexistência de acidentes mortais	Nº de acidentes mortais ocorridos
Assegurar a inexistência de acidentes de origem elétrica	Nº de acidentes de origem elétrica reportados
Assegurar que os novos trabalhadores têm conhecimento relativamente ao SGS da EDA	Nº trabalhadores novos com formação e/ou informação sobre o SGS da EDA / Nº trabalhadores novos) x 100 (%)
Dotar os colaboradores de conhecimentos relativos ao Sistema de Gestão da Segurança (SST) da EDA	(Nº trabalhadores com formação no SGS/ Nº total de trabalhadores da EDA) x 100 (%)
Reduzir índice de avaliação de riscos	Σ Nível de Risco
Assegurar a vigilância e saúde dos colaboradores da EDA	Grau de cumprimento do plano de vigilância e saúde: Efetuar FAT para todos os trabalhadores
Ausência de coimas por incumprimento de prazos legais estabelecidos	nº de coimas



O sistema de gestão da segurança e saúde no trabalho encontra-se em fase de implementação, pelo que só no decorrer de 2018, serão obtidos os resultados dos indicadores de monitorização.

A EDA, no âmbito da prevenção e segurança, tem atuado com foco na melhoria das condições de trabalho, objetivando a redução da sinistralidade laboral, invocando a uma melhoria da cultura de segurança, garantindo o cumprimento da legislação em vigor no que respeita a segurança e saúde no trabalho.

Uma vez que o cumprimento das regras de segurança está integrado na missão da EDA, foi formulada uma política de Segurança e Saúde no Trabalho, na qual a EDA se compromete a:

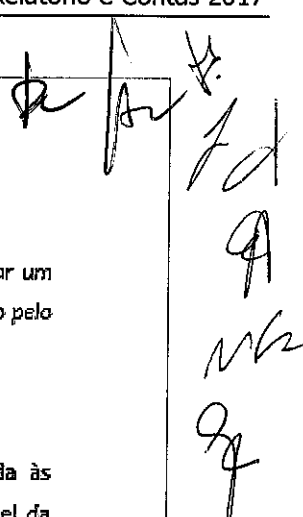


Política de Segurança da EDA

“Fornecer energia elétrica com continuidade e com as melhores características técnicas e prestar um serviço que corresponda às expectativas de colaboradores e clientes, ao menor custo, com respeito pelo património ambiental e cultural dos Açores em integral cumprimento das regras de segurança”.

Ao nível da Segurança e Saúde no Trabalho a EDA, SA compromete-se a:

- Garantir a segurança dos trabalhadores, dos clientes e de qualquer pessoa ligada às actividades executadas pela organização, assumindo as suas responsabilidades ao nível da segurança e saúde no trabalho dos seus trabalhadores, promovendo uma cultura de segurança na empresa e comunicando a todos os trabalhadores a obrigatoriedade de colocarem a segurança como elemento prioritário no desempenho das suas actividades e das restantes partes interessadas, de modo a prevenir lesões ou danos na sua saúde.
- Cumprir todos os requisitos legais em termos de segurança e saúde no trabalho e procurar proporcionar um ambiente de trabalho seguro e saudável, promovendo a execução das actividades em condições de risco controlado (minimizado) e assegurando a adequabilidade das suas infra estruturas.
- Implementar e manter actualizado um sistema de gestão de segurança e saúde no trabalho definindo objectivos que permitam evidenciar a melhoria do desempenho de segurança e saúde da EDA, SA, assegurando os meios necessários para a concretização dos mesmos.
- Identificar e gerir os perigos decorrentes das actividades e infra estruturas, dos quais se destacam como principais, os perigos eléctricos, os trabalhos em altura, o ruído ocupacional, os incêndios, de modo a minimizar os seus riscos, assegurando, entre outras medidas, a formação e informação dos assuntos relevantes ao SGS, a todos os intervenientes.
- Potenciar o envolvimento de todos os trabalhadores e prestadores de serviços de modo a que estes ajam de modo ético e responsável no cumprimento dos procedimentos do SGS.
- Comunicar em tempo útil e de forma clara com as entidades oficiais envolvidas no SGS.



Em 2017, o Grupo EDA registou um total de 34 acidentes, menos um que em 2016.

Handwritten notes and signatures:
 d h
 ↓
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]

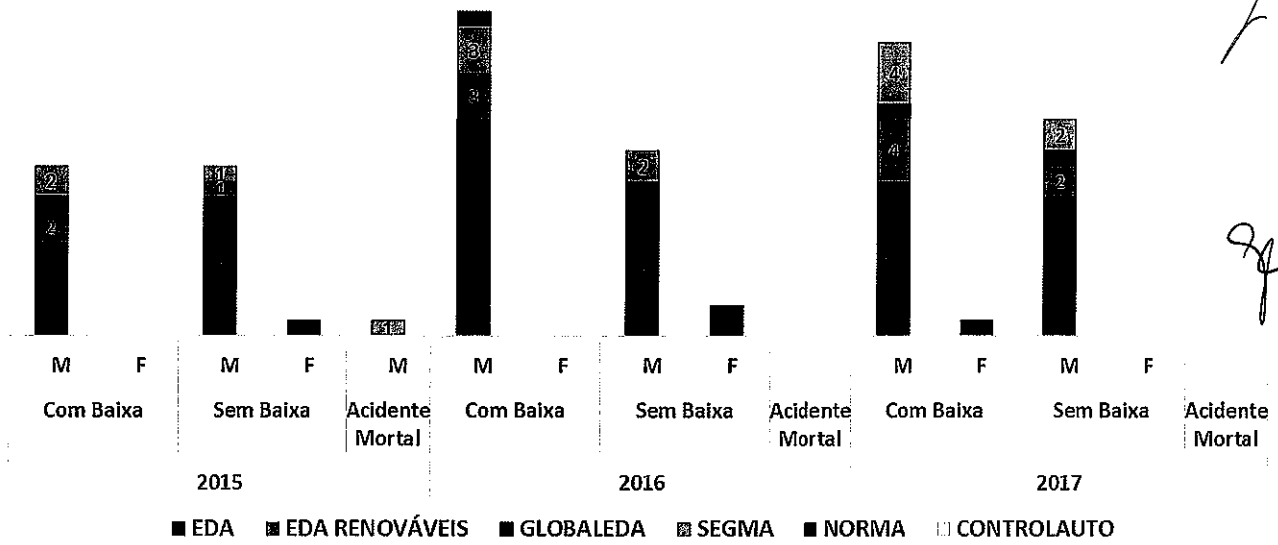
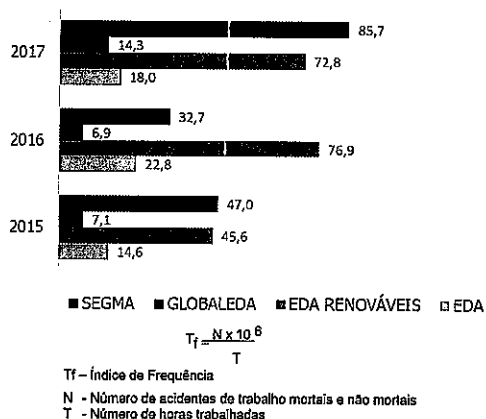


Gráfico 27 – Acidentes com e sem baixa médica e mortais, por género e por empresa – 2015 a 2017

No Grupo EDA, em 2017, o número de dias perdidos, em consequência dos acidentes ocorridos, aumentou 113 face ao registado em 2016. Na EDA verificou-se uma redução do número de dias perdidos (redução de 119 dias em relação a 2016).

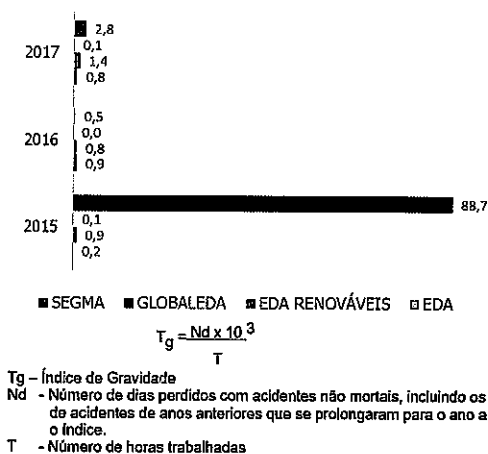
H. Jan
 Ed
 A
 NR
 2

Índice de Frequência



O Grupo EDA monitoriza ainda os índices de frequência, de gravidade e de incidência, para cada uma das suas empresas

Índice de Gravidade



Índice de Incidência

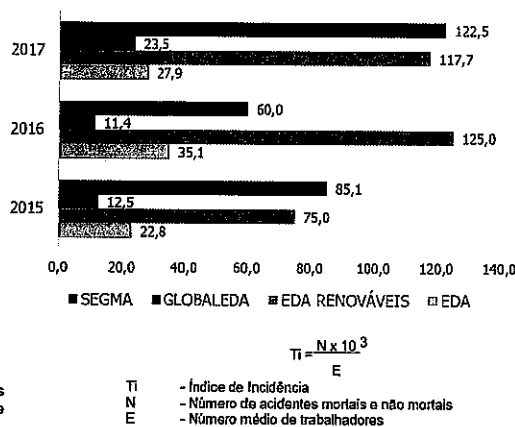


Gráfico 28 – Índice de Frequência, Gravidade e Incidência, por empresa – 2015 a 2017

No âmbito da medicina no trabalho, são realizados 3 tipos de exames: i) Admissão, ii) Periódicos e iii) Ocasionais. Em 2017, realizaram-se no Grupo EDA 1 228 exames, menos 121 exames que em 2016.

	Admissão	Periódico	Ocasionais	Total
EDA	24	462	538	1 024
EDA RENOVÁVEIS	15	26	34	75
GLOBALEDA	11	32	32	75
SEGMA	9	19	26	54
NORMA	5	32	17	54
CONTROLAUTO	0	6	0	6
Total	64	577	647	1 288

Tabela 45- Número de exames por empresa e tipologia – 2017

	2014	2015	2016	2017
EDA	1 021	1 019	1 180	1 024
EDA RENOVÁVEIS	72	49	43	75
GLOBALEDA	39	46	79	75
SEGMA	19	45	57	54
NORMA	38	45	45	54
CONTROLAUTO	14	9	5	6
Total	1 203	1 213	1 409	1 288

Tabela 46- Número de exames por empresa – 2014 a 2017

Ao longo de 2017 foram realizadas 17 visitas do médico às instalações, menos 3 do que as realizadas em 2016.

	2014	2015	2016	2017
EDA	12	15	15	13
EDA RENOVÁVEIS	2	1	1	1
GLOBALEDA	2	2	2	1
SEGMA	0	2	2	2
NORMA	1	0	0	0
CONTROLAUTO	0	0	0	0
Total	17	20	20	17

Tabela 47- Número de visitas por empresa – 2014 a 2017

Ética e prevenção da corrupção

Código de Ética do Grupo EDA

Devido à dimensão e diversidade do Grupo EDA, é necessário um quadro de referência que ajude a clarificar as expectativas da organização em relação aos trabalhadores e os princípios pelos quais o grupo se rege na relação com as diversas entidades com as quais interage.

Cada colaborador é um embaixador da imagem do Grupo EDA. A boa conduta no desempenho das suas funções é fator de orgulho para toda a organização. O Código de Ética do Grupo EDA nasceu para munir os trabalhadores de uma ferramenta que ajude a garantir em todas as ocasiões uma conduta à altura da sua condição.

No Código de Ética do Grupo, apresentam-se os princípios de ética para os seus trabalhadores: Respeito; Reconhecimento do Mérito; Equidade; Eficiência; Dever de informação; Imparcialidade; Objetividade.

Código de Conduta do Grupo EDA

Recentemente foi definido para as empresas do Grupo EDA um Código de Conduta, que surge na sequência de uma iniciativa legislativa e que constitui um instrumento no qual se inserem os valores das mesmas, bem como as normas de conduta a que todos os seus trabalhadores estão sujeitos e assumem como sendo suas.

Este Código visa clarificar junto dos seus trabalhadores, as regras de conduta que os mesmos devem observar, através das suas decisões, comportamentos e atitudes, nas suas relações recíprocas e nas relações com os representantes da entidade empregadora, e ainda, nas relações que em nome das empresas estabelecem com terceiros, sejam clientes ou fornecedores, entre outros.

É também objetivo do presente Código de Conduta informar todos os seus trabalhadores sobre os seus direitos no meio laboral, bem como combater quaisquer comportamentos que possam de alguma forma ser enquadrados numa situação de assédio no local de trabalho.

Plano de Combate à Corrupção e Infrações Conexas

Adotada a "Convenção contra a Corrupção", em 31-10-2003, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, foi a mesma aprovada pela Resolução n.º 47/2007, de 21 de setembro, da Assembleia da República e ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 97/2007, de 21 de setembro.

Com o objetivo de desenvolver uma atividade de âmbito nacional, no domínio da prevenção da corrupção e infrações conexas, foi criado, pela Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro, o Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), com estatuto de Entidade Administrativa Independente, a funcionar junto do Tribunal de Contas.

O Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano 2018 (Decreto Legislativo Regional n.º 1/2018/A, de 3 de janeiro), consigna a obrigação do Governo Regional dar cumprimento à Recomendação n.º 1/2009, do Conselho de Prevenção da Corrupção, no que diz respeito, entre outros, ao setor público empresarial regional, no qual se insere o Grupo EDA.

Com vista a melhorar as inconsistências dos controlos internos existentes e tendo em referência a Recomendação n.º 3/2015, do Conselho de Prevenção da Corrupção, de 1 de julho, os Órgãos de Gestão das empresas do Grupo EDA aprovaram o atual "Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas".

Este plano tem como objetivo a identificação das principais áreas que, potencialmente, poderão ser sujeitas à ocorrência de atos de corrupção, bem como dos principais riscos e correspondentes controlos instituídos pelas empresas do Grupo EDA, visando a sua mitigação.

Handwritten signatures and initials on the right margin, including a large signature at the top and several smaller ones below.

5.2 Redução do impacto ambiental

Política e Sistema de Gestão

É um grande desígnio da EDA o fornecimento de eletricidade aos seus clientes com modos e modelos de produção e distribuição que reduzam continuamente o seu impacto no ambiente, no sentido de garantir a qualidade de vida desta e das gerações futuras. A EDA implementou um Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente, com enfoque na melhoria contínua e que tem como missão: "Fornecer energia elétrica em continuidade e com as melhores características técnicas e prestar um serviço que corresponda às expectativas dos clientes, ao menor custo e com respeito pelo património ambiental e cultural dos Açores".

A sociedade pode ajudar a conservar o meio ambiente, se utilizar a energia elétrica de forma eficiente e sustentada, pois dessa forma com o contributo de todos, pode-se evitar ou no mínimo diminuir o impacto ambiental do sector elétrico.

O Ambiente é de todos e para todos!

Electricidade dos Açores, S.A.

Política da Qualidade e Ambiente

"Fornecer energia elétrica com continuidade e com as melhores características técnicas e prestar um serviço que corresponda às expectativas dos clientes, ao menor custo e com respeito pelo património ambiental e cultural dos Açores."

A sua concretização baseia-se nos seguintes princípios orientadores:

- **Cumprir** os requisitos regulamentares, estatutários e dos clientes, bem como de outros que a EDA subscreva, decorrentes das atividades de produção, distribuição e comercialização de energia elétrica.
- **Melhorar** continuamente a eficácia do Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente e **prevenir** a poluição associada das atividades da EDA.
- **Identificar e gerir** os aspetos ambientais (diretos e indiretos), decorrentes das atividades, dos quais se destacam o consumo de combustíveis fósseis, os efluentes líquidos e gasosos, de modo a **minimizar** os seus impactos, tanto nas situações normais como nas de emergência (incêndios, derrames e catástrofes naturais).
- **Potenciar** o envolvimento de todos os colaboradores, parceiros e restantes partes interessadas, de modo a que estes ajam de modo ético e responsável no cumprimento dos procedimentos do SGQA.

A Comissão Executiva

Conformidade Ambiental

A identificação, análise e avaliação da conformidade dos requisitos legais aplicáveis em termos de Qualidade e Ambiente é uma tarefa diária complexa e morosa. A EDA realiza esta tarefa com base numa aplicação informática – Ecogestor - de forma a tornar estas atividades mais simples e rigorosas.

Metas e Objetivos de Gestão Ambiental

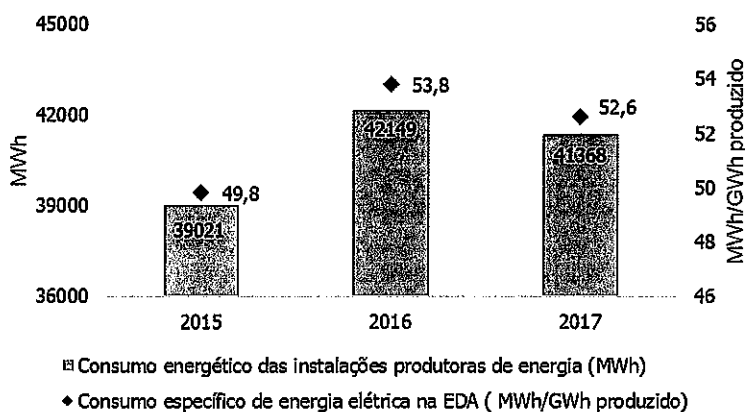
Descritor	Objetivo	Meta 2017	Estado de cumprimento
Água	Reduzir o consumo de água industrial necessária para o processo, relativamente ao ano 2016	2,2%	Cumprido: redução de 2,8%
Energia	Reduzir o consumo de energia auxiliar, em relação ao ano de 2016	3,2%	Cumprido: redução de 3,3%
Resíduos	Aumentar a fração de Resíduos (RIP e RINP) que vai para reciclagem/valorização	97% RIP 90% RINP	Cumprido: 100% RIP 100% RINP
Emissões	Reduzir emissões específico de CO ₂ , em relação ao ano de 2016.	0,5%	Cumprido: Redução de 3,7%
Matérias-Primas	Consumo Específico de combustível (Fuel)	≤207 gr/kWh	Não Cumprido: Aumento de 1,5%

Nota: principais objetivos ambientais referentes à CT Caldeirão em São Miguel.
RIP: Resíduos industriais perigosos; RINP: Resíduos industriais não perigosos.

Desempenho Ambiental

Energia

Em 2017, os sistemas eletroprodutores que garantem o regular abastecimento de energia elétrica na Região, explorados diretamente pela EDA, eram constituídos por nove centrais termoelétricas (5 alimentadas a gasóleo e 4 a fuelóleo). Na produção de eletricidade a EDA consome diversas formas de energia, tendo em 2017 atingindo o valor total de 41 368 MWh, o que significa uma redução de 2% em relação ao ano anterior.



Em 2017, a EDA reduziu cerca de 2% o consumo de energia e o consumo específico de energia

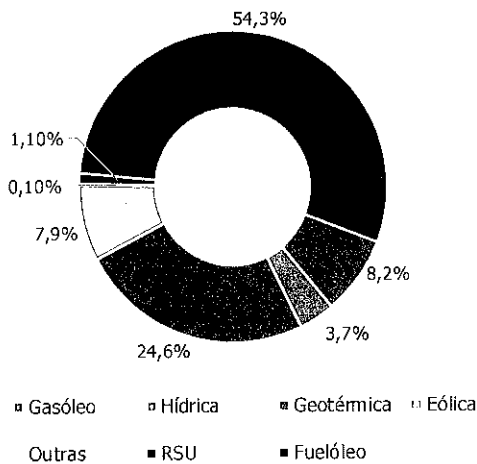
Nota: Engloba as centrais térmicas, centrais geotérmicas, parques eólicos e instalações hídricas.

Gráfico 29 – Eficiência energética – 2015 a 2017

Numa sociedade em que o consumo mundial de energia aumenta, os custos de produção aumentam e em que as exigências ambientais das partes interessadas são crescentes, a EDA definiu a sua estratégia com base no desenvolvimento sustentável, assente sobretudo no aumento do recurso a fontes de energia renovável, no aumento da sua eficiência energética e na proteção ambiental. Em 2017, a EDA conseguiu evitar um total de 152 670 ton CO₂, que corresponde a uma taxa de emissão de CO₂ evitadas de 28,0%.

Em 2017 a EDA evitou a emissão de 152 670 ton CO₂ para a atmosfera

A produção de eletricidade de origem renovável foi de 37,5% dos quais se destaca a de origem geotérmica que representa cerca de 24,6% do valor total.



Em 2017, a produção de eletricidade da EDA incluiu 37,5% de renováveis, sendo a mais relevante a geotérmica

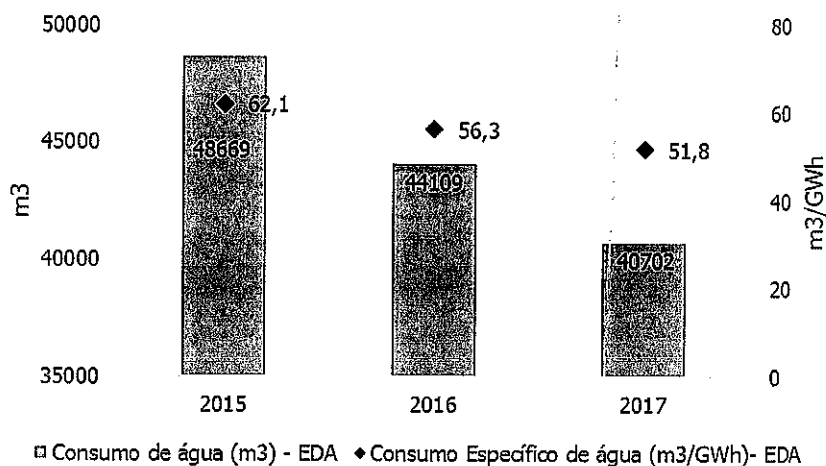
Gráfico 30 – Produção acumulada 2017

Em 2017 a EDA iniciou um programa que prevê a realização de auditorias energéticas a todas as suas instalações, em todas as ilhas. A primeira fase abrangeu a ilha de São Miguel, incidindo na frota automóvel, Subestações, Central Térmica do Caldeirão e Edifícios de Serviços, correspondente a um consumo de 24,284 GWh. Foram identificadas medidas para implementar em 2018, que resultarão na melhoria da eficiência energéticas dessas instalações.

Água

Toda a água consumida pela EDA é proveniente da rede pública. No caso da EDAR, a água de processo é o fluido geotérmico, o qual é captado nos poços de produção e devolvido na sua totalidade ao interior do reservatório geotérmico, em profundidade, através dos poços de injeção. No consumo de água da EDAR a única característica alterada é a temperatura, sendo que esta é monitorizada de acordo com as orientações da Declaração de Impacte Ambiental (DIA) decorrentes das entidades oficiais.

Durante o ano de 2017 a EDA implementou algumas iniciativas de redução do consumo de água que permitiram reduzir em cerca de 8% o consumo de água e 9% o consumo específico de água.



Em 2017, a EDA reduziu cerca de 8% o consumo de água e 9% o consumo específico de água

Nota: O consumo de água considera apenas a consumida nos processos industriais, uma vez que o restante consumo se refere ao consumo doméstico.

Gráfico 31 – Consumo de água – 2015 a 2017

Biodiversidade

As instalações da EDA (centrais, parques eólicos, parques geotérmicos, linhas elétricas, etc) têm um impacto não negligenciável na biodiversidade, tanto na fauna como na flora. Desse modo, as atividades desenvolvidas, tanto ao nível da exploração, como da manutenção e construção, implicam por parte da EDA um empenho na tomada de medidas ao nível da formação, proteção e compensação dos seus impactos ambientais.

Medidas de proteção da biodiversidade implementadas pela EDA

Medidas implementadas na rede de distribuição para reduzir impacto na avifauna

No âmbito da implementação do projeto "Avaliação da Interação entre avifauna e a rede de transporte e distribuição de energia elétrica nos Açores", foram adotadas decisões de melhoria das redes elétricas com a avifauna, especialmente nas áreas Protegidas e locais de importância ornitológica (ZPE – Zona Proteção Especial e IBA – Zonas Importantes para as Aves), com o objetivo de mitigação da mortalidade. As medidas definidas encontram-se em implementação à medida da realização das manutenções das linhas existentes ou na implementação de novas linhas.

Plano de Conservação para a Integração Paisagístico

Na ilha Terceira, no âmbito do Plano de Conservação para a Integração Paisagístico detalhada da Central Geotérmica do Pico Alto foram plantadas espécies endémicas lenhosas no interior da central geotérmica como o Cedro-do-mato, Folhado, Pau-branco, Uva-da-serra. Os taludes foram cobertos com plantas endémicas herbáceas, como por exemplo, *Sphagnum palustre*, *Hedera azorica*, *Selaginella azorica*, *Palhinha cernua*, *Deschapsia foliosa*; *Festuca francoi*, *Tolpis azorica*.

[Handwritten signatures and initials]

Emissões

Emissões de Dióxido de Carbono - CO₂

A produção de eletricidade é responsável por grande parte das emissões mundiais de CO₂ ligadas à energia. Este facto confere uma responsabilidade acrescida à EDA, que desta forma se integra numa estratégia do carbono, quer através do CELE (Comércio Europeu de Licenças de Emissão), quer através da inclusão de energias renováveis no seu *mix* energético, tornando-se desse modo numa das empresas líderes.

O desempenho é essencialmente resultado da gestão deste *mix* energético através da definição de medidas estratégicas ajustadas à sua realidade em termos de dispersão geográfica e que consistem essencialmente em:

- manter a eficiência da produção térmica;
- Investir no desenvolvimento de novos parques eólicos;
- otimizar e desenvolver as capacidades de produção geotérmica e hídrica;
- melhorar a influência sobre os consumos dos seus clientes.

Em 2017, a EDA emitiu um total de 346 914 ton de CO₂, o que significou uma diminuição em relação a 2016 de 3,8% em termos absolutos e uma redução de 1,6% em termos de emissões específicas.

Em 2017, a EDA reduziu em cerca de 3,8% as emissões de CO₂

Relativamente à EDAR, esta emitiu em 2017 um total de 39 148 ton CO₂, o que significou um aumento em relação a 2016. Convém salientar que os campos geotérmicos estão localizados em regiões com taxas de elevado fluxo de CO₂, onde a emissão de CO₂ para a atmosfera é um processo natural. Os poços geotérmicos funcionam como pontos privilegiados de condução de fluido geotérmico e, em consequência, dos gases não condensáveis. De facto, tem sido apontado por diversos autores (*Bertani, 2002*) que a exploração geotérmica pode acelerar um processo que ocorre naturalmente numa área vulcanicamente ativa.

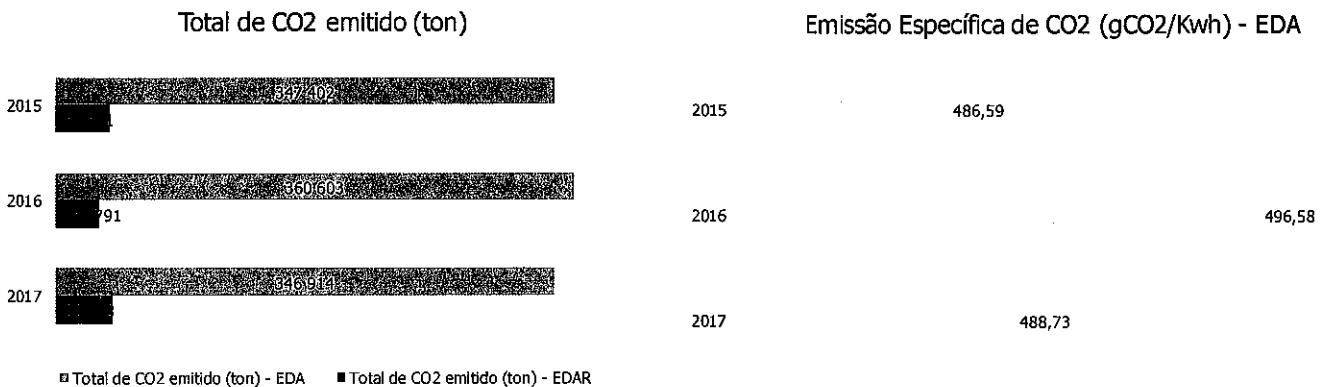


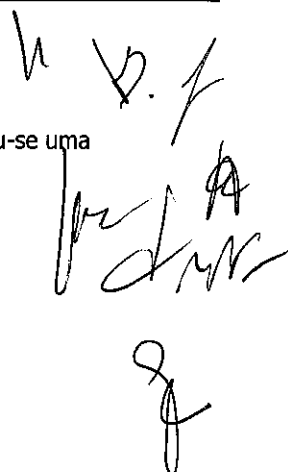
Gráfico 32 – Total de CO₂ emitido e Emissões Especificas de CO₂ – 2015 -2017

Emissões de Gases Fluorados com Efeito de Estufa

A EDA tem também instalado em alguns dos seus equipamentos GFEE. Comparativamente a 2016 verificou-se uma redução significativa de 49%, apesar do aumento da quantidade instalada.

	2016	2017
Total GFEE instalado (tonCO₂e)	54 549,9	57 194,1
Taxa de GFEE emitido (%)	4,1%	2,1%

Tabela 48- Emissões de Gases Fluorados com Efeito de Estufa 2016 e 2017



Outras emissões poluentes

Dentro das emissões atmosféricas são produzidas nas centrais termoelétricas da EDA outros poluentes primários e secundários, entre os quais o Dióxido de Enxofre (SO₂), os Óxidos de Azoto (NO_x), o Monóxido de Carbono (CO) e Partículas (PTS).

	2014	2015	2016	2017
Total de NO_x emitido (ton)	7038	7276	7701	7194
Emissão Específica de NO_x (g/kWh)	14,0	14,1	14,4	14,1
Total de SO₂ emitido (ton)	1136	1113	718	671
Emissão Específica de SO₂ (g/kWh)	2,3	2,2	1,3	1,3
Total de CO emitido (ton)	419	438	438	427
Emissão Específica de CO (g/kWh)	0,8	0,8	0,8	0,8
Total de PTS emitida (ton)	216	214	182	172
Emissão Específica de PTS (g/kWh)	0,4	0,4	0,3	0,3

Nota: valores calculados com base nas monitorizações pontuais dos efluentes gasosos.

Tabela 49- Outras emissões poluentes das centrais termoelétricas de 2014 a 2017

Resíduos e efluentes líquidos

A produção de energia elétrica implica, necessariamente, a exploração de recursos naturais com consequente emissão de poluentes atmosféricos, mas também com produção de resíduos líquidos ou sólidos.

Em 2017, a EDA produziu um total de 3 111 toneladas de resíduos que foram todos enviados para valorização.

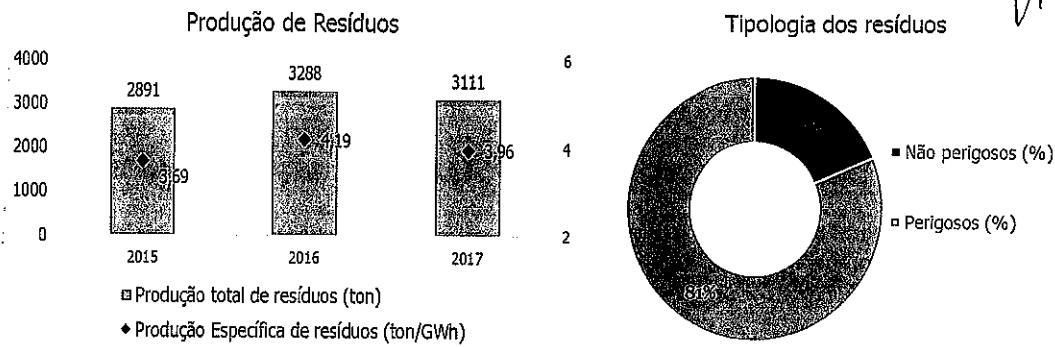


Gráfico 33 – Produção de resíduos 2015 a 2017 e tipologia dos resíduos

Os efluentes líquidos produzidos na EDA são descarregados, cumprindo as disposições legais, nos solos. Na EDAR a totalidade de água geotérmica captada nos poços geotérmicos de produção é devolvida, após troca de calor nas centrais, em tubagens isoladas aos poços geotérmicos de injeção, cuja função é devolver o fluido geotérmico (água e vapor condensado) ao interior do reservatório.

5.3 Relacionamento com as Partes Interessadas

A EDA considera de extrema relevância o relacionamento com as suas partes interessadas, pois permitem construir e reforçar relações de confiança, partilhar conhecimento e informação relevante, antecipar desafios e identificar novas oportunidades.

Satisfação de Clientes

Para efeitos de avaliação da qualidade do serviço prestado pela EDA e da satisfação dos clientes, foi realizado por uma entidade independente um inquérito, cujos principais resultados se apresentam de seguida de forma sintética.

<p>Objetivo: Conhecer a opinião dos clientes sobre a qualidade do serviço prestado pela EDA em 2017, em termos globais, como consumidores de energia elétrica e nas vertentes específicas de comunicantes de avarias e de utentes dos centros de atendimento da EDA.</p>	
<p>Inquéritos por telefone e <i>face to face</i></p>	<p>Foram inquiridos por telefone os clientes família com contacto telefónico atualizado na EDA para todas as ilhas do arquipélago dos Açores (430 inquéritos telefónicos); os clientes com contacto telefónico que comunicaram avarias em junho de 2017 (50 inquéritos telefónicos); e os clientes empresa (27 inquéritos telefónicos). Inquiriram-se igualmente, <i>face to face</i>, os utentes dos centros de atendimento da EDA, em todas as ilhas do arquipélago, à exceção da ilha do Corvo (672 inquéritos <i>face to face</i>).</p>
<p>Clientes mistério</p>	<p>Tendo em vista aferir o nível de conhecimento dos assistentes, no que respeita a opções tarifárias, fatura eletrónica, EDAOnline e ainda contratação eventual e definitiva, foi utilizada a figura do "cliente mistério", quer para alguns inquéritos realizados telefonicamente, via <i>Call Center</i> da EDA, quer em todos os centros de atendimento da EDA, à exceção da Ilha do Corvo.</p>
<p>Auditoria</p>	<p>Em simultâneo, foi realizada uma auditoria aos centros de atendimento, com o objetivo de avaliar os principais aspetos relacionados com as lojas e com o pessoal assistente, nomeadamente, em termos de organização e apresentação.</p>

Resultados globais: Em 2017, numa escala de 1 a 5, o score médio global nos clientes-família foi de 3,92, valor próximo do Bom; nos clientes-empresa de 4,21, valor acima do Bom; nos utentes dos centros de atendimento de 4,14, valor acima do Bom.

Resultados - Clientes Empresa	Das empresas entrevistadas, todas utilizam correio eletrónico e têm conhecimento que a empresa pode receber fatura eletrónica, sendo que 37% já aderiu à mesma. Ainda, 73,1% conhece o site da EDA. A empresa SEGMA registou o valor mais elevado de notoriedade (sugerida) das empresas do Grupo EDA.
Resultados - Registo de Avarias	Dos inquiridos que comunicaram avarias, o tempo de espera pelo piquete da EDA foi inferior a 2 horas na maioria das situações (82%) e 92% dos clientes viram o seu problema totalmente resolvido. O score médio do atendimento telefónico foi de 4,29 e da qualidade do serviço prestado pelos serviços técnicos de 4,39. Relativamente ao pessoal do piquete, o score médio foi de 4,50.
Resultados - Clientes dos Centros de Atendimento	<p>Quanto às tarifas eficientes, 66,5% dos utentes dos centros de atendimento conhece pelo menos uma destas, dos quais 45,2% usufrui de uma das tarifas, sendo que a maioria, 69,3%, optou pela tarifa tri-horária e 30,7% usufrui da tarifa bi-horária. A taxa global de penetração foi de 30,1% em 2017, considerando a amostra composta pelos utentes dos centros de atendimento. O score médio da satisfação em relação à tarifa tri-horária foi de 3,97.</p> <p>A maioria tem conhecimento de que o fornecimento da leitura do contador de energia elétrica aumenta a fiabilidade das estimativas de consumo (80,4%), no entanto 57,6% dos inquiridos não fornece a leitura, e, destes, 66,1% não pensa alterar os seus hábitos.</p> <p>Dos que têm conhecimento acerca da fatura eletrónica (61,5%), 19,6% já aderiu à mesma, e, dos restantes, 12,4% mostraram-se dispostos a aderir.</p> <p>Quanto à notoriedade do site da EDA, 25,9% dos inquiridos conhece o site da EDA, dos quais 65,5% conhece o EDAOnline. Considerando a amostra global dos utentes dos centros de atendimento, 6% estão registados no EDAOnline. Relativamente à aplicação móvel do EDAOnline, apenas 3,4% conhece e utiliza</p>

Gestão da Cadeia de Fornecedores

A EDA está obrigada ao cumprimento das normas legais de contratação pública, estabelecidas pelos diplomas em vigor, efetuando concursos públicos para as aquisições que excedem os limiares comunitários definidos.

Privilegia uma relação de confiança com os seus fornecedores, com especial relevo para a transparência e ética, no respeito pelos valores constantes do Código de Ética em vigor na Empresa.

Para o registo e avaliação dos seus fornecedores procedeu à implementação dum sistema, no qual se irão registar todos os fornecedores, que manterão a sua informação atualizada. Será, também, nesta aplicação efetuada a avaliação aos fornecedores mais relevantes.

Pretendeu-se com a implementação daquele sistema:

- Centralizar o registo dos fornecedores numa plataforma única, facilitando a sua pesquisa por atividade;
- Efetuar e comunicar a avaliação dos fornecedores;
- Permitir ao fornecedor o acesso aos seus dados, interagindo mais facilmente com a Empresa;

A avaliação de fornecedores de 2017, para aquisição de bens e serviços excluindo a compra de energia, foi efetuada a cerca de 10% dos fornecedores com processos de compra registados, representando mais de 95% do valor das aquisições. Mais de 70% do valor de compras é efetuada a fornecedores com sede na Região.

Código da Contratação Pública (CCP)

A EDA como empresa de capitais maioritariamente públicos segue o Código da Contratação Pública (CCP). Contudo, ao atuar num setor especial (energia) só aplica o CCP quando os procedimentos de contratação excedem os limiares comunitários (Empreitadas: 5 548 000€ e Fornecimento de bens e serviços: 443 000€). Abaixo destes limiares a EDA não aplica a Parte II do CCP. Contudo, e de modo a manter procedimentos e relacionamentos com os operadores do mercado transparentes e equitativos, a EDA definiu um Regulamento interno para a contratação onde estão definidas regras similares às da Parte II do CCP.

Envolvimento com a Comunidade

O papel de uma empresa há muito que deixou de se restringir à sua atividade económica. Cada vez mais, a EDA tem vindo a ser chamada a contribuir ativamente na sociedade na qual está inserida, adotando práticas que revelem a sua consciência social.

Visitas às instalações do Grupo EDA

No ano de 2017 ocorreram 91 visitas às centrais geotérmicas da Ribeira Grande e do Pico Vermelho, num total aproximado de 1 245 pessoas. Ocorreram visitas por parte de entidades governamentais regionais, nacionais e internacionais, congressistas, escolas, agências de turismo e algumas visitas de particulares.

Proprietários

Tendo em conta que a EDA desempenha uma atividade concessionada, existem mecanismos legais definidos para atuar e permitir o estabelecimento de servidões para o estabelecimento de linhas e infraestruturas elétricas. Contudo, e de modo a estabelecer e desenvolver a atividade da EDA em sintonia com os interesses externos à empresa, a EDA tem procedimentos de contato formal e presencial com os proprietários para minimizar o impacto das suas atividades de construção, procurando, tanto na fase da elaboração dos projetos, como no decorrer dos trabalhos de construção, adequar na medida do possível, as instalações à salvaguarda dos interesses dos proprietários. Como exemplo de tal preocupação, a implantação dos apoios AT/MT é em regra projetada para as extremas dos prédios, o que minimiza os constrangimentos à sua exploração, em particular no que respeita à operação de máquinas agrícolas. Existem também mecanismos previstos para indemnizar perdas de rendimento provocadas pela atividade de construção da EDA.

Minimização do impacto na via pública

A EDA desenvolve parte da sua atividade de construção em vias públicas em centros urbanos principalmente. Os procedimentos e regras de trabalho com os empreiteiros procuram minimizar o impacto das intervenções da EDA, junto da população em geral, garantindo todas as condições de segurança requeridas, minimizando os períodos da intervenção e procurando comunicar antecipadamente as intervenções a realizar. A EDA tem vindo a intensificar os contactos com outras entidades que também operam nas vias públicas, com o objetivo de compatibilizar as intervenções em troços comuns, permitindo assim a criação de sinergias que se refletem normalmente na redução de custos para as partes envolvidas e na minimização dos constrangimentos à normal utilização das vias alvo de intervenção.

Patrocínios

A EDA implementou, há algum tempo, uma política que visa a atribuição de donativos a instituições de solidariedade social e apoios de incentivo à cultura, educação e desporto na Região Autónoma dos Açores. Estes contributos são reflexo que a EDA tem preocupações mais abrangentes que apenas a boa execução da sua atividade de produção, transporte, distribuição e comercialização de energia elétrica.

Em 2017, a EDA concedeu um total de 61.086 € em apoios e patrocínios

Apoios concedidos em 2017:

Área de intervenção	Montante
Solidariedade Social	26.108,38 €
Cultura	31.073,73 €
Desporto	1.654,00 €
Educação	2.250,00 €
TOTAL	61.086,11 €

Sensibilização efetuada nas escolas

Desde 2013 que a EDA tem vindo a articular com várias escolas secundárias da Região Autónoma dos Açores, diversas iniciativas de divulgação e sensibilização para as atividades do Grupo EDA e em particular para aspetos determinantes, envolvendo os processos da concessão atribuída à EDA em matéria de transporte e distribuição da energia elétrica, e ações que habitualmente culminam com a celebração do Dia Mundial de Energia, que ocorre habitualmente no final do mês de maio.

O apoio prestado tem-se pautado pela realização de palestras a alunos nos diversos ciclos e nestas é abordado, entre outros temas, a eficiência energética, a mobilidade elétrica e os produtos comerciais da EDA, com maior enfoque, como é o caso das tarifas eficientes, a fatura eletrónica, o EDAOnline e, também, para a campanha de promoção e venda de termoacumuladores elétricos para Águas Quentes Sanitárias (AQS).

No ano letivo 2016/2017, foram realizadas 20 palestras em 5 escolas, para uma abrangência total superior a 700 alunos.

5.4 Inovação

A EDA tem vindo a promover a integração da inovação em novas tecnologias, processos e produtos, bem como nos modelos de negócio, para aumentar a competitividade e criar valor para o negócio e para as partes interessadas. Para isso a EDA tem desenvolvido parcerias duradouras e de sucesso com empresas líderes do sector energético e com a comunidade científica e tecnológica.

Neste contexto, de seguida apresentam-se as iniciativas mais relevantes desenvolvidas pela EDA:

Integração de produção renovável

Em 2017 foi integrada, no sistema elétrico da ilha Terceira, uma central geotérmica, com uma potência nominal de 3,5 MW, que contribuiu com 5% da energia elétrica produzida na ilha naquele ano, permitindo que se atingisse um valor anual de produção elétrica a partir de recursos endógenos de 26%.

Na ilha de Santa Maria, está prevista para 2018 a construção de um parque fotovoltaico de 0,6 MWp, pela empresa EDA Renováveis, que permitirá aumentar a capacidade de produção de energia elétrica a partir de recursos renováveis naquela ilha. No ano passado o valor de produção renovável nessa ilha, com aproveitamento do recurso eólico, foi de 13%.

Na ilha Graciosa, aguarda-se a conclusão do projeto da empresa Graciólica, que pretende colocar a penetração das energias renováveis na produção de eletricidade naquela ilha à volta dos 65%. O sistema híbrido do projeto é constituído por um parque eólico de 4,5 MW, um parque fotovoltaico de 1 MW e um sistema de armazenamento (baterias de ião-lítio), que permitirá armazenar energia produzida nos períodos em que é excedentária, de forma a poder manter durante o dia a mistura eólica/solar.

Investimentos nas redes

Na ilha de São Miguel, no ano de 2017, concluiu-se a instalação de uma segunda unidade de transformação 12,5 MVA - 60/30 kV na subestação da Lagoa, de modo a garantir o critério de segurança (n-1) ao nível de unidades de transformação.

Deu-se início à construção de uma nova subestação 60/30 kV, na zona de Ponta Garça, com benefícios vários, entre os quais a melhoria dos padrões de qualidade de serviço técnica no fornecimento de energia elétrica para as zonas oriental e central da ilha, a melhoria da operação da rede através de uma nova configuração da rede de distribuição MT a 30 kV, e a redução das perdas nas redes em consequência da criação de um ponto de emissão de energia da rede de transporte de 60kV para a rede de distribuição a 30kV na zona nascente da ilha de São Miguel.

Foram iniciados os trabalhos de remodelação da subestação 60/10 kV de Ponta Delgada, que visa a criação de um barramento de alta tensão a 60 kV, que permitirá reconfigurar a rede de transporte da zona poente da ilha, conferindo-lhe uma maior fiabilidade, e a remodelação do centro de distribuição desta subestação que atualmente integra um quadro de média tensão de 10 kV com cerca de 40 anos.

Ainda em São Miguel, foi também dado início ao investimento de instalação de interruptores telecomandados na rede de média tensão a 30kV, que tem como objetivo otimizar as condições de exploração, através da deteção e isolamento de

Em 2017, a EDA desenvolveu uma app para acompanhamento e comunicação de leituras

avarias em troços de linhas mais curtos, reduzindo-se por cada ocorrência o tempo de manobras na deteção das mesmas, bem como o número de clientes abrangidos pelo troço indisponível. Este investimento visa melhorar a qualidade de serviço técnica, em termos de continuidade de serviço, uma vez que permitirá reduzir a duração das interrupções de fornecimento energia.

Na ilha de São Jorge, deu-se continuidade à construção da linha de transporte entre a central termoelétrica e a zona da Urze, que permitirá, de entre outros objetivos, reduzir as variações de tensão na zona do Topo, e efetuar intervenções de manutenção numa extensão significativa da rede de distribuição MT, sem comprometer tanto o fornecimento de energia elétrica à zona do Topo, como a produção do parque eólico.

Na ilha do Pico, destaca-se o início do estabelecimento de uma segunda linha de transporte entre a subestação de São Roque (ponto de injeção da central termoelétrica do Pico) e a subestação da Madalena, com o intuito de assegurar com maior fiabilidade a exploração da rede de transporte entre estas duas subestações, permitir efetuar sem restrições as ações de manutenção da linha de transporte atual, e reduzir as elevadas perdas na rede de transporte da ilha.

Na ilha do Faial, iniciou-se o investimento de montagem de interruptores telecomandados e sistemas de teleação na rede de 15kV, que permitirá otimizar as condições de exploração, e detetar e isolar avarias em troços de linhas mais curtos. Este investimento visa melhorar a qualidade de serviço técnica, em termos de continuidade de serviço, uma vez que permitirá reduzir a duração das interrupções de fornecimento energia.

Estudos de sistemas de armazenamento

A EDA tem vindo a estudar, com a colaboração de entidades externas, possíveis sistemas de armazenamento de energia para a ilha Terceira para obter a melhor solução que permita utilizar o excedente de produção com origem em fontes renováveis, que ocorre sobretudo durante a noite, período em que os consumos são mais reduzidos. A EDA prevê obter resultados desta colaboração no primeiro semestre de 2018.

Campanha de promoção e venda de termoacumuladores elétricos

Considerando a necessidade permanente de encontrar soluções inovadoras que permitam melhorar a performance comercial da EDA de incentivar ao consumo de eletricidade na RAA, associando o fato a benefícios que possam ser evidenciados como claramente favoráveis ao universo dos seus clientes, procedeu-se à avaliação das vantagens comparativas resultantes do recurso ao uso de termoacumuladores elétricos para o aquecimento de águas quentes sanitárias (AQS).

Ao contrário do território continental, a RAA não tem acesso ao gás natural, sendo obrigada ao uso de gás butano importado, que é quase na sua totalidade comercializado em garrafa, com custos significativos para os clientes finais, sendo que em todo o arquipélago é assegurado um preço único.

Foi com base neste quadro que se procedeu, em parceria com entidades devidamente acreditadas para o efeito, à realização de ensaios laboratoriais e em ambiente real, que permitiram validar as vantagens económicas e funcionais do uso criterioso dos termoacumuladores elétricos em detrimento da tecnologia que utiliza gás butano.

Para além das vantagens identificadas no estudo levado a efeito, que apontam para uma poupança da ordem dos 20% dos custos anuais para aquecimento de AQS em locais de uso residencial e similares, o atual design dos termoacumuladores elétricos irá permitir, sem produzir grandes alterações nas instalações existentes, a substituição direta dos aparelhos a gás

instalados, conferindo ainda um significativo aumento dos níveis de segurança e de conforto percebidos pelos utilizadores.

Por outro lado, o incentivo à procura de eletricidade permitirá a médio e longo prazo, potenciar a penetração de energias renováveis para a produção de eletricidade e a consequente redução de emissões atmosféricas. Com efeito, a alteração de tecnologia para aquecimento doméstico de AQS projeta um incremento da procura estimado em 3,5 GWh/ano por cada mil aparelhos instalados.

Foi com base nestes pressupostos que a EDA iniciou a 25/09/2015 uma campanha de promoção e venda de termoacumuladores elétricos, na qual comparticipa até €100,00 no valor dos equipamentos adquiridos, disponibilizando-os a um preço bastante atrativo para os clientes. Até ao final de 2017 registou-se a comparticipação de 953 equipamentos com estas características.

Faturação eletrónica

Dando sequência à desmaterialização de processos, a EDA implementou em 2012 a faturação eletrónica, permitindo aos nossos clientes a adesão a esta modalidade facilitadora de receção de faturas on-line, mantendo desde então campanhas de promoção com ofertas aos clientes que a ela adiram. A adesão a esta modalidade registou uma evolução de 36,7% durante o ano de 2017, em relação ao ano de 2016, estando este processo a ser consolidado paulatinamente.

A EDA prevê em breve proceder à implementação da fatura eletrónica interativa, promovendo uma comunicação com o cliente cada vez mais eficaz, em que a empresa dá a conhecer e cria novas necessidades no cliente de forma deliberada, sem que o mesmo se aperceba, despertando-lhe curiosidade e o interesse na empresa que lhe presta o serviço de fornecimento de energia.

App para acompanhamento / comunicação de leituras

Foi concluído em 2017 e encontra-se em fase de divulgação e exploração a solução móvel "EDA on-line" para inserção de leituras de energia por parte dos clientes EDA, a ser utilizada em smartphones. Com a instalação desta aplicação nos smartphones, os clientes da EDA recebem notificações nas datas ideais para comunicação de leituras, sendo dotada de ecrãs de ajuda que permitem auxiliar na leitura adequada dos contadores de energia elétrica.

Esta aplicação móvel possui um interface simples e intuitivo, permitindo o registo de vários locais de consumo por parte de um único utilizador e o envio de leituras destes locais de forma cómoda e eficaz, evitando o lançamento de estimativas em faturas dos clientes e contribuindo para uma melhoria na qualidade do serviço prestado pela EDA.

Dado que os valores de registos de leituras através desta APP representaram apenas 1,4% do total de leituras registadas em 2017 (registos a partir de Julho), foi lançado um folheto informativo para distribuição aos nossos clientes gratuitamente e que foi disponibilizado em todos os centros de atendimento da EDA, devendo ainda ser



promovida em 2018 uma campanha maciça de divulgação desta aplicação junto dos nossos clientes, no sentido de podermos potenciar esta aplicação como um fator facilitador de comunicação de leituras.

Para 2018 prevê-se igualmente a introdução de melhorias nesta APP, nomeadamente, ao nível do alargamento de outras funcionalidades que se prevê fiquem disponíveis aos clientes.

Smartmeter

Em 2017, iniciou-se o estudo e análise da implementação dum projeto piloto de *Smartmeter* que irá permitir a recolha das curvas de carga de 15 min e dos registos totalizadores referentes a cada tarifa, interrupção e restabelecimento de energia elétrica, alteração de potência contratada, controlo de fraude no contador definidas as seguintes funcionalidades a implementar, entre outras funcionalidade

O projeto será desenvolvido nos postos de transformação nº 10 (Lagoa) e nº 396 (Parque Atlântico), com respetivamente cerca de 150 e 300 clientes de baixa tensão.

Os objetivos estabelecidos no âmbito do projeto piloto são os seguintes:

- Testar o funcionamento e performance dos contadores e concentradores, com especial relevância para a comunicação PLC;
- Implementar as funcionalidades previstas, que serão objeto de uma avaliação de desempenho;
- Avaliar os resultados do projeto piloto, retirando conclusões que possam servir de suporte a decisões futuras quanto à forma de evoluir na implementação deste tipo de tecnologias.

As redes dotadas de contadores inteligentes permitem um conjunto de benefícios, dos quais se destacam:

- Redução de consumo de energia induzida pela melhor informação disponibilizada pelos contadores inteligentes aos consumidores;
- Melhoria do processo de recolha de leituras e faturação sem estimativas;
- Redução dos custos associados às operações com clientes;
- Redução de perdas técnicas e comerciais na rede de BT;
- Mais informação para gestão da rede e redução dos tempos de interrupção.

6. APRECIÇÃO E CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS CONSOLIDADAS – GRUPO EDA

h
A
NE
P.
J
S

6.1. Demonstrações Financeiras

Handwritten notes and signatures:
h
/ #
An N/A
S.
[Signature]
[Signature]

6.1.1. Demonstração consolidada da posição financeira

		31 de dezembro	31 de dezembro
	Nota	2017	2016
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	8	224.319.624	231.332.405
Propriedades de investimento	9	1.299.499	1.343.764
Ativos intangíveis	10	196.141.321	196.684.380
Interesses em associadas	11	254.672	255.355
Ativos por impostos diferidos	12	13.434.198	12.977.018
Ativos financeiros disponíveis para venda	14	241.682	407.035
Clientes e outras contas a receber	15	5.458.914	208.478
		441.149.911	443.208.435
Corrente			
Inventários	16	9.731.365	7.665.119
Clientes e outras contas a receber	15	43.588.556	44.605.213
Imposto sobre o rendimento a receber	17	2.016.718	1.187.072
Caixa e equivalentes de caixa	18	7.829.369	6.636.519
		63.166.008	60.093.923
Total do Ativo		504.315.919	503.302.358
Capital Próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital social	19	70.000.000	70.000.000
Outros instrumentos de capital	-	138.964	138.964
Outras reservas	20	12.516.796	11.352.047
Ajustamentos em associadas	11	6.496	6.495
Resultados acumulados	20	101.428.465	101.011.726
Resultado líquido atribuível a detentores de capital		21.483.132	19.191.074
		205.573.853	201.700.307
Interesses que não controlam	21	1.745.953	1.706.973
Total capital próprio		207.319.806	203.407.280
Passivo			
Não corrente			
Provisões	22	3.071.923	3.042.527
Empréstimos obtidos	23	182.172.596	177.722.870
Obrigações de benefícios de reforma e outros	24	12.902.738	13.914.118
Passivos por impostos diferidos	12	2.937.077	2.142.346
Fornecedores e outras contas a pagar	25	459.000	7.474.648
		201.543.334	204.296.509
Corrente			
Fornecedores e outras contas a pagar	25	43.525.278	49.615.281
Imposto sobre o rendimento a pagar	17	515.504	456.940
Empréstimos obtidos	23	51.411.997	45.526.348
		95.452.779	95.598.569
Total Passivo		296.996.114	299.895.078
Total do capital próprio e passivo		504.315.919	503.302.358

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Maria Manuela C. Pontes Furtado
 Maria Manuela C. Pontes Furtado

O Conselho de Administração

Duarte José Botelho da Ponte
 Duarte José Botelho da Ponte

José Luis Pimentel Amaral
 José Luis Pimentel Amaral

Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro
 Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro

Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel
 Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel

João Carlos Santos Correia
 João Carlos Santos Correia

João Manuel Bandarra dos Santos
 João Manuel Bandarra dos Santos

João Carlos Chaves de Sousa Braga
 João Carlos Chaves de Sousa Braga

Luis Miguel de Albuquerque Patana Forte
 Luis Miguel de Albuquerque Patana Forte

Pedro Rafael Sampaio M. Neves Ferreira
 Pedro Rafael Sampaio M. Neves Ferreira

6.1.2. Demonstração consolidada do rendimento integral

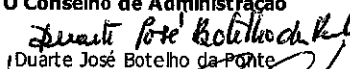

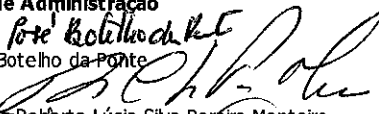

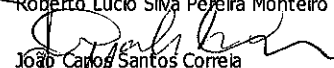

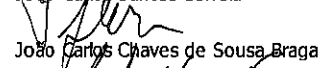

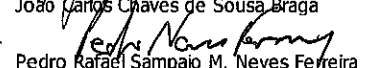
	Nota	Período	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	26	187.646.856	175.214.198
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	27	(56.495.359)	(47.566.659)
Fornecimentos e serviços externos	28	(26.324.514)	(25.731.422)
Gastos com pessoal	29	(33.453.600)	(32.248.646)
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	8,9,10	(30.493.194)	(30.134.530)
Imparidade de ativos depreciables/ amortizáveis	8	(3.904.536)	(2.293.901)
Imparidade inventários	16	-	(358.597)
Imparidade de contas a receber	15	(383.028)	(597.729)
Provisões	22	(274)	(7.935)
Outros rendimentos	30	3.298.974	3.256.902
Outros gastos	31	(12.224.783)	(11.414.818)
Resultado operacional		27.666.542	28.116.863
Custos financeiros	32	(2.878.103)	(3.144.779)
Proveitos financeiros	32	856	1.106
Ganhos/ (Perdas) de interesses em associadas	11	(683)	(6.569)
Resultados antes de impostos		24.788.611	24.966.621
Imposto sobre o rendimento	33	(3.007.986)	(5.379.629)
Resultado líquido do período		21.780.625	19.586.992
Outros rendimentos do período:			
Itens que reclassificam por resultados:			
Ganhos/ (perdas) em investimentos disponíveis para venda, valor bruto	14	(693)	(15.301)
Imposto de imposto sobre investimentos disponíveis para venda	12	142	3.137
Ajustamentos em associadas - equivalência patrimonial	11	1	(116)
Itens que não reclassificam por resultados:			
Remensuração de planos de benefícios definidos, valor bruto	24	523.227	(156.263)
Imposto sobre as remensurações de planos de benefícios definidos	12	(107.262)	32.034
Outros rendimentos do período - líquidos de imposto		415.415	(136.509)
Total do rendimento integral do período		22.196.040	19.450.483
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital do Grupo EDA		21.483.132	19.191.074
Interesses que não controlam		297.493	395.918
		21.780.625	19.586.992
Rendimento integral do período atribuível a:			
Detentores do capital do Grupo EDA		21.898.547	19.054.564
Interesses que não controlam		297.493	395.918
		22.196.040	19.450.483
Rendimento integral por ação:			
- básico		1,56	1,36
- diluído		1,56	1,36

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Maria Manuela C. Pontes Furtado
 Maria Manuela C. Pontes Furtado

O Conselho de Administração


 Duarte José Botelho da Ponte

 José Luís Pimentel Amaral

 Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro

 Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel

 João Carlos Santos Correia

 João Manuel Bandarra dos Santos

 João Carlos Chaves de Sousa Braga

 Luís Miguel de Albuquerque Patena Forte

 Pedro Rafael Sampaio M. Neves Ferreira

6.1.3. Demonstração consolidada das alterações no capital próprio

Nota	Atribuível aos acionistas do Grupo							
	Capital	Outros instrumentos capital	Outras reservas	Ajustamentos Associadas	Resultados acumulados	Resultado exercício	Interesses que não controlam	Total
A 1 de janeiro de 2016	70.000.000	138.964	10.664.211	6.612	96.997.063	13.238.892	1.397.277	192.443.019
Total do rendimento integral do período	-	-	(12.164)	(116)	(124.229)	19.191.074	395.918	19.450.483
Distribuição de dividendos Transf. para outras reservas	-	-	-	-	(8.400.000)	-	(86.222)	(8.486.222)
	-	-	700.000	-	12.538.892	(13.238.892)	-	-
A 31 de dezembro de 2016	70.000.000	138.964	11.352.047	6.495	101.011.726	19.191.074	1.706.973	203.407.280
Total do rendimento integral do período	-	-	(551)	1	415.965	21.483.132	297.493	22.196.040
Distribuição de dividendos Transf. para outras reservas	20,21	-	-	-	(18.025.000)	-	(258.513)	(18.283.513)
	20	-	1.165.301	-	18.025.774	(19.191.074)	-	-
A 31 de dezembro de 2017	70.000.000	138.964	12.516.796	6.496	101.428.465	21.483.132	1.745.953	207.319.806

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Maria Manuela C. Pontes Furtado
 Maria Manuela C. Pontes Furtado

O Conselho de Administração

Duarte José Botelho da Ponte
 Duarte José Botelho da Ponte

Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro
 Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro

João Carlos Santos Correia
 João Carlos Santos Correia

João Carlos Chaves de Sousa Braga
 João Carlos Chaves de Sousa Braga

Pedro Rafael Sampaio M. Neves Ferreira
 Pedro Rafael Sampaio M. Neves Ferreira

Luís Miguel de Albuquerque Patena Forte
 Luís Miguel de Albuquerque Patena Forte

João Manuel Bandarra dos Santos
 João Manuel Bandarra dos Santos

Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel
 Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel

José Luís Pimentel Amaral
 José Luís Pimentel Amaral

6.1.4. Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

	Nota	Período	
		2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		198.883.895	207.689.307
Pagamentos a fornecedores		(99.154.237)	(98.235.779)
Pagamentos ao pessoal		(32.327.643)	(33.664.823)
Outros recebimentos/pagamentos atividade operacional		(29.852.871)	(31.950.923)
Pagamento do imposto sobre o rendimento		(3.401.172)	451.581
		34.147.971	44.289.363
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais			
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		1.033	240
Outros ativos		103.850	-
Subsídios ao investimento		1.046.750	3.722.147
Juros e rendimentos similares		129.935	292.577
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis e intangíveis		(23.047.300)	(19.658.575)
		(21.765.734)	(15.643.611)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		34.666.000	62.410.000
Juros e rendimentos similares		3.140	12.092
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(24.420.013)	(81.624.071)
Juros e gastos similares		(3.155.001)	(4.840.103)
Dividendos	34	(18.283.513)	(8.486.222)
		(11.189.387)	(32.528.304)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento			
Aumento líquido (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa			
		1.192.850	(3.882.550)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	18	6.636.519	10.519.069
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	18	7.829.369	6.636.519
Detalhe da Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa		11.562	11.190
Depósitos bancários		7.817.807	6.625.329
		7.829.369	6.636.519

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Maria Manuela C. Pontes Furtado
 Maria Manuela C. Pontes Furtado

O Conselho de Administração

Duarte José Botelho da Ponte
 Duarte José Botelho da Ponte

Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro
 Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro

João Carlos Santos Correia
 João Carlos Santos Correia

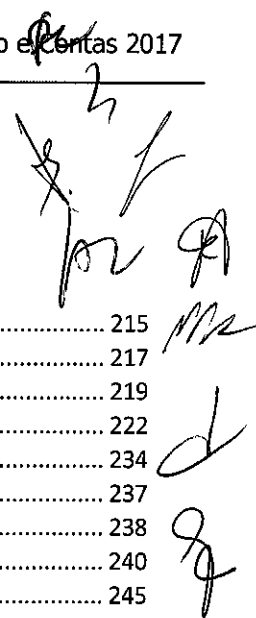
João Manuel Bandeira dos Santos
 João Manuel Bandeira dos Santos

Luis Miguel de Albuquerque Patena Forte
 Luis Miguel de Albuquerque Patena Forte

Pedro Rafael Sampaio M. Neves Ferreira
 Pedro Rafael Sampaio M. Neves Ferreira

6.2. Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

1	INFORMAÇÃO GERAL.....	215
2	INFORMAÇÃO SOBRE OS CONTRATOS DE CONCESSÃO ATRIBUÍDOS.....	217
3	REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	219
4	PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS.....	222
5	POLÍTICAS DE GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO.....	234
6	PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS APRESENTADOS.....	237
7	INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS.....	238
8	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	240
9	PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO.....	245
10	ATIVOS INTANGÍVEIS.....	246
11	INTERESSES EM ASSOCIADAS.....	249
12	ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS.....	249
13	ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS POR CATEGORIA.....	251
14	ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA.....	252
15	CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER.....	253
16	INVENTÁRIOS.....	255
17	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO.....	256
18	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	256
19	CAPITAL SOCIAL.....	256
20	OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS ACUMULADOS.....	257
21	INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM.....	258
22	PROVISÕES.....	258
23	EMPRÉSTIMOS OBTIDOS.....	259
24	OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE REFORMA E OUTROS.....	262
25	FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR.....	266
26	VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS.....	267
27	CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS.....	267
28	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS.....	268
29	GASTOS COM PESSOAL.....	269
30	OUTROS RENDIMENTOS.....	269
31	OUTROS GASTOS.....	270
32	GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS.....	270
33	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO.....	271
34	DIVIDENDOS POR AÇÃO.....	272
35	COMPROMISSOS.....	272
36	CONTINGÊNCIAS.....	272
37	EMPRESAS CONSOLIDADAS.....	277
38	ALTERAÇÕES NO GRUPO.....	279
39	PARTES RELACIONADAS.....	279
40	DISPOSIÇÕES LEGAIS.....	280
41	EVENTOS SUBSEQUENTES.....	280



Anexo às demonstrações financeiras consolidadas**1 Informação geral**

A Electricidade dos Açores, S.A. (referida neste documento como EDA ou Grupo EDA), com sede na Rua Francisco Pereira Ataíde nº1, Ponta Delgada, foi transformada em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, pelo Decreto-Lei nº. 79/97, de 8 de abril.

Em 30 de novembro de 1999, a Região Autónoma dos Açores transmitiu à EDP Participações, SGPS, SA, um lote de 1.148.163 ações correspondentes a 10% do capital social da EDA. Na primeira e segunda fase do processo de reprivatização direta do capital social da EDA, aprovadas pelo Decreto-Lei nº.243/2004, de 31 de dezembro de 2004, foram alienadas ações representativas de 39,9% do capital social, respetivamente, um lote indivisível de 4.748.100 ações (por concurso público) à ESA – Energia e Serviços dos Açores, SGPS, SA e um lote de 837.900 ações através da oferta pública aos trabalhadores, pequenos subscritores e emigrantes. As ações representativas do capital subscritas pela Região Autónoma dos Açores ("RAA") só poderão ser transmitidas para outros entes públicos por deliberação do Governo Regional.

A 31 de dezembro de 2017, os maiores acionistas da EDA são a RAA e a ESA, com 50,1% e 39,7% do capital, respetivamente.

A EDA rege-se pelo seu Estatuto, pelas normas reguladoras das sociedades anónimas e por disposições do Governo Regional relacionadas com o setor da eletricidade e com a própria empresa.

A transformação da EDA em sociedade anónima introduziu um novo conceito empresarial, o de Grupo EDA, com a aposta na diversificação e desenvolvimento de novos negócios em áreas onde a EDA detinha elevado *know-how*. O Grupo EDA detém, presentemente, uma área de negócio principal, a Eletricidade, e outras atividades secundárias como a prestação de serviços de telecomunicações e a conceção e elaboração de projetos de consultoria de engenharia, gestão e manutenção de instalações industriais.

O Grupo EDA é constituído pelas seguintes entidades:

Negócio Eletricidade**Electricidade dos Açores, SA (EDA)**

Empresa-mãe do Grupo EDA, o seu objeto social é a produção, a aquisição, o transporte, a distribuição e a venda de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de outras atividades relacionadas com aquelas. Nos termos do contrato de concessão do transporte e distribuição de energia elétrica celebrado com a RAA, a EDA tem o direito e a responsabilidade de exercer a atividade que é objeto da concessão pelo prazo de 50 anos, contados a partir de 12 de outubro de 2000. Esta atividade está sujeita a regulação por parte da ERSE – Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE).

EDA Renováveis, SA (EDAR)

A EDA Renováveis foi constituída em 2 de fevereiro de 1990, e tem como objeto o aproveitamento de recursos renováveis da RAA. Em 2014, no seguimento do processo de reestruturação do Projeto Geotérmico da ilha Terceira que contemplou a aquisição do capital detido pela EDP Imobiliária e Participações, S.A. e outras medidas de caráter financeiro, foi aprovado um processo de fusão por incorporação da Geoterceira – Sociedade Geoelectrica da Terceira, S.A..

A EDAR é responsável pela produção de energia elétrica através de infraestruturas de captação e transformação do calor geotérmico, tendo sido atribuído dois contratos de concessão de exploração de recursos geotérmicos na zona demarcada do Concelho da Ribeira Grande por um período de 25 anos contados a partir de 14 de julho de 1995 e na zona situada no Campo Geotérmico do Pico Alto, na ilha Terceira, também por um período de 25 anos contados a partir de 7 de agosto de 2017.

A EDAR tem também como finalidade a construção e exploração de aproveitamentos de recursos endógenos de natureza hídrica e eólica na Região Autónoma dos Açores, possuindo atualmente 19 centros produtores (7 parques eólicos e 12 centrais mini hídricas) instalados em 7 ilhas do arquipélago, consoante as condições naturais existentes.

A EDAR enquanto produtora de energia elétrica a partir de fontes renováveis tem, de acordo com o Decreto Legislativo Regional nº.15/96/A, uma garantia de venda sobre toda a eletricidade que produz. Assim, a EDAR tem um contrato de compra de energia elétrica com a entidade concessionária do transporte e distribuição de eletricidade para a RAA, a EDA - Electricidade dos Açores, S.A., no qual esta assume a obrigação de adquirir toda a eletricidade produzida pelos centros produtores da EDAR. A concessionária gere a suspensão temporária da atividade das instalações de produção em função das necessidades de consumo e das cláusulas dos respetivos contratos de fornecimento de energia, estabelecendo regras que motivem a exploração otimizada dos recursos renováveis ligados à rede, devendo maximizar a injeção na rede da produção de energia elétrica com origem renovável, dando prioridade à colocação no diagrama de carga da potência dos centros produtores renováveis com data de entrada em exploração mais antiga e que permitam uma maior integração da componente renovável.

A eletricidade produzida é vendida aos preços acordados em contrato e sujeitos a atualização anual com base no Índice de Preços no Consumidor. Em 2017 o preço praticado para toda a energia produzida e cedida foi de 98,20 euros/MWh (2016: 97,10 euros/MWh).

Atividades complementares

Globaleda – Telecomunicações e Sistemas de Informação, SA

Empresa cujo objeto é o aproveitamento dos recursos existentes e o *know-how* da EDA, SA, nas áreas de telecomunicações e sistemas de informação. Associado à contratualização da prestação de serviços informáticos em regime de *outsourcing* para o Grupo EDA, foi efetuada a venda de 60% do capital da Globaleda à Novabase Consulting, em fevereiro de 2008. Em agosto de 2008, com vista à reestruturação dos negócios da Globaleda foi efetuada a cisão do negócio de sistemas de informação para uma nova entidade criada para o efeito, designada por Novabase Atlântico. Esta reestruturação permitiu o realinhamento das participações pela EDA, que passou a deter 60% da Globaleda e 40% da Novabase Atlântico. Em 2013, os acionistas deliberaram a fusão da Novabase Atlântico, até 2012 classificada como Associada, na Globaleda mediante a transferência global do seu património, a qual foi aprovada na Assembleia Geral realizada em 26 de dezembro de 2013.

Segma – Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda

Empresa cujo objeto é a prestação de serviços de engenharia associados a infra-estruturas elétricas ao nível dos projetos ou supervisão de execução quer ao Grupo EDA quer a entidades terceiras.

Norma Açores – Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S.A.

Empresa responsável pela prestação de serviços no arquipélago dos Açores em cinco áreas de negócio: i) engenharia (projeto e fiscalização); ii) estudos e consultadoria; iii) segurança, ambiente e inovação; iv) metrologia, calibração e ensaios; e v) grandes projetos. Atualmente a Norma Açores tem como acionista maioritária a EDA – Electricidade dos Açores, SA, que assumiu o controlo da gestão da Norma Açores em 2009.

Controlauto – Açores – Controlo Técnico de Automóveis, Lda

Empresa cujo objeto é a atividade de inspeção de veículos automóveis, no âmbito da legislação relativa às Inspeções periódicas obrigatórias, para a Região Autónoma dos Açores. A Controlauto-Açores é detida a 60% pela Norma-Açores, SA, sendo o remanescente capital detido pelo Grupo Controlauto.

Entidades classificadas como Entidades associadas

Oniaçores – Infocomunicações, SA

Empresa do Grupo Oni, participada pela EDA com o objetivo de aproveitar os recursos existentes e o *know-how* da EDA nas áreas de telecomunicações e sistemas de informação. A Oniaçores é detida a 40% pela EDA, SA.

As demonstrações financeiras consolidadas da EDA e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração, na reunião de 17 de abril de 2018, estando ainda sujeitas à aprovação dos acionistas. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Grupo EDA, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2 Informação sobre os contratos de concessão atribuídos

2.1 Contrato de concessão de eletricidade

A concessão do transporte e distribuição de energia elétrica para Região Autónoma dos Açores foi atribuída à EDA, conforme o Decreto Legislativo Regional nº 15/96/A, de 1 de agosto, pelo período de 50 anos, a contar da data de 12 outubro de 2000. A concessão tem por objeto a gestão técnica global do sistema elétrico de cada uma das ilhas, o transporte e distribuição de energia elétrica, bem como a construção das infraestruturas que a integram.

A atividade da concessão compreende:

- a) A receção da energia elétrica;
- b) O transporte de energia elétrica;
- c) A distribuição da energia elétrica;
- d) A gestão técnica global do sistema elétrico de cada uma das ilhas.

A concessão é exercida em regime de serviço público, devendo a EDA (concessionária) adquirir a energia necessária à prestação do serviço público aos produtores, quer vinculados quer não vinculados ao serviço público, em condições não discriminatórias. A concessionária deve assegurar o fornecimento de energia elétrica de forma permanente e contínua.

Pelo decurso do prazo da concessão, os bens afetos à concessão reverterem para a entidade concedente (RAA). A entidade concedente pagará à entidade concessionária uma indemnização pelo valor líquido contabilístico dos investimentos realizados e não amortizados, carecendo de aprovação do concedente os investimentos realizados cujo período de depreciação excedam o prazo da concessão remanescente, à data do investimento.

As atividades da concessão são reguladas, estando as competências para o exercício da atividade da regulação atribuídas à Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), através do estabelecimento de disposições aplicáveis aos critérios e métodos para a formulação, cálculo e publicação das tarifas e preços para a energia elétrica e outros serviços, à definição das tarifas reguladas e respetiva estrutura, à determinação dos proveitos permitidos, às obrigações em matéria de prestação de informação e, ainda, à convergência tarifária dos sistemas elétricos públicos.

As tarifas de eletricidade a cobrar aos consumidores são fixadas anualmente pela ERSE em função da regulamentação constante do Regulamento Tarifário, onde para além da metodologia de determinação do nível de proveitos a proporcionar por cada tarifa, se caracteriza a metodologia de cálculo tarifário e a forma de determinação da estrutura das tarifas.

A estrutura das tarifas de Venda a Clientes Finais, nas Regiões Autónomas resulta da aplicação do princípio da aditividade tarifária que consiste na definição de tarifas de Venda a Clientes Finais com preços que resultam da adição dos preços das tarifas por atividade aplicáveis em cada nível de tensão e opção tarifária aos clientes do comercializador de último recurso, nomeadamente: tarifas de Uso Global do Sistema, Uso da Rede de Transporte, Uso da Rede de Distribuição, Energia e Comercialização.

As tarifas são estabelecidas de forma a proporcionar à entidade concessionária da RNT e aos detentores de licença vinculada de distribuição um montante de proveitos calculados de acordo com as disposições constantes no Regulamento Tarifário, sendo construídas com base em estimativas de vendas de energia e custos operacionais e de investimento entregues pelas empresas reguladas, sendo previamente sujeitas a um processo de aceitação pelo regulador.

Dado que as tarifas fixadas têm por base estimativas de venda de energia e custos aceites, existe um mecanismo de ajustamento que permite incluir nas tarifas do ano n+1 e n+2 o valor do respetivo ajustamento e, desta forma, a empresa pode recuperar ou devolver aos consumidores o montante que resulta da aplicação deste mecanismo, referente ao ano n.

Os valores da convergência tarifária das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira são incluídos na Tarifa de Uso Global do Sistema que é aplicada pelos distribuidores vinculados aos fornecimentos a clientes do comercializador de último recurso e às entregas a clientes no mercado liberalizado.

Desde 2003, primeiro ano da fixação pela ERSE das tarifas praticadas pela empresa concessionária do transporte e distribuição da Região Autónoma dos Açores (RAA), à EDA – Electricidade dos Açores, S.A., até 2008, foi aplicada uma metodologia de regulação por custos aceites para todas as atividades reguladas da empresa. A partir de 2009, a ERSE alterou a forma de regulação das atividades de Distribuição de Energia Elétrica e de Comercialização de Energia Elétrica, que passou a ser efetuada por *price cap*, com o objetivo de incentivar a empresa a obter maiores ganhos de eficiência naquelas atividades. Quanto à atividade Aquisição de Energia Elétrica e Gestão do Sistema manteve-se o mesmo tipo de regulação baseada em custos aceites e na aplicação de uma taxa de remuneração sobre os ativos líquidos.

Para o período de regulação 2012-2014, a ERSE, através do Regulamento Tarifário publicado em julho de 2011, reviu as metodologias de regulação das atividades desenvolvidas pela Empresa.

A atividade de Aquisição de Energia Elétrica e Gestão do Sistema, está sujeita a regulação por incentivos, com a definição de metas de eficiência para o OPEX, mediante a aplicação da metodologia de regulação por *revenue cap* ao nível destes custos, com exceção dos custos com operação e manutenção de equipamentos produtivos afetos a esta atividade.

Para as atividades de Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica, manteve-se a regulação por *price cap*.

Para todas as atividades reguladas, o CAPEX tem uma regulação por custos aceites.

Em dezembro de 2013, a ERSE procedeu à revisão de algumas disposições do Regulamento Tarifário com o objetivo de adaptar o mesmo ao atual quadro jurídico nacional, designadamente os diplomas aprovados em 2012 e 2013, bem como a introdução do mecanismo de correção dos desvios provisórios ocorridos ao nível do custo com capital das atividades reguladas. Estas alterações foram materializadas através da publicação da Diretiva Nº. 24/2013, de 13 de dezembro de 2013.

O Artigo 117-A.º da Diretiva 24/2013, estabelece que a correção dos desvios provisórios do custo com capital, referente ao ano n-1, é determinada de acordo com a estimativa dos ativos fixos para esse ano e aplicada a taxa de remuneração definitiva.

Para o período regulatório 2015-2017, os proveitos permitidos que integram anualmente as tarifas, serão determinados, de acordo com as disposições constantes no Regulamento Tarifário em vigor, sendo construídos com base em valores previsionais, que resultam quer dos custos aceites pelo regulador, quer da aplicação dos parâmetros fixados para aquele período de regulação, aos respetivos indutores de custos, para cada atividade regulada. Dado que os proveitos permitidos, previstos para as tarifas, assentam nos pressupostos anteriormente descritos, existe um mecanismo de ajustamento que permite incluir nas tarifas do ano n+1 e n+2, o diferencial que decorre da comparação daqueles com os valores efetivamente realizados, e, desta forma, a empresa pode recuperar ou devolver aos consumidores o montante que resulta da aplicação deste mecanismo, referente ao ano n.

Para o período regulatório 2015-2017, mantêm-se as metodologias de regulação aplicadas no anterior período regulatório 2012-2014. Relativamente à remuneração dos ativos, o regulador também manteve o princípio de equiparação do custo de capital afeto a cada uma das atividades da EDA, face às atividades equivalentes das empresas congéneres do Continente. Destaca-se a alteração verificada no indexante para determinação do custo de capital quando comparado com o período regulatório 2012-2014, passando a utilizar-se as *yields* das Obrigações do Tesouro a 10 anos (em substituição dos *Credit Default Swap*), mantendo-se, assim, a indexação do valor do custo de capital base à evolução dos mercados.

Os custos com os combustíveis para a produção de energia elétrica, conforme Regulamento Tarifário de dezembro de 2014, correspondem:

- ao custo unitário praticado no mercado primário de referência, acrescido de margem de comercialização, e
- aos custos eficientes com a descarga, armazenamento, transporte e comercialização de combustível, que foi determinada pela ERSE em resultado de um estudo realizado por um consultor externo.

A Lei do Orçamento de Estado 2014 (Lei nº 83-C/2013) aprovada em 31 de dezembro de 2013, estabeleceu uma contribuição extraordinária sobre o sector energético (CESE), com o propósito de financiar mecanismos que promovam a sustentabilidade sistémica do sector energético, através da constituição de um fundo que visa contribuir para a

redução da dívida tarifária e para o financiamento de políticas sociais e ambientais do sector energético. Esta contribuição incide, entre outras, sobre a atividade de produção, transporte ou distribuição de eletricidade.

A Lei n.º 7-A/2016, alargou às regiões autónomas dos Açores e da Madeira, os princípios considerados através do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto, e do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 230/2008, de 27 de novembro, que conferem aos municípios do território continental uma renda paga pelas concessionárias no âmbito das concessões atribuídas para a distribuição de eletricidade em baixa tensão.

Nas regiões autónomas, sendo as concessões atribuídas ao nível regional e sem equivalente compensação, os municípios não dispunham deste benefício, permanecendo numa situação de desigualdade face aos municípios do continente, apesar de, também no seu território, as concessionárias ou entidades distribuidoras utilizarem os bens de domínio público e privado municipal.

A Lei n.º 7-A/2016, vem assim corrigir esta desigualdade, atendendo à especificidade das condições de concessão regionais, atribuindo aos municípios das regiões autónomas uma remuneração pela utilização dos mencionados bens de domínio público e privado, calculada de modo equivalente às rendas pagas pelas concessionárias aos municípios do território continental, com efeitos a partir de 2016.

Os critérios da tarifa social foram alterados pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, "Lei do Orçamento de Estado de 2016", alteração que pretende aumentar o atual número de beneficiários efetivos. Em 8 de abril de 2016, o despacho n.º 5138-A/216, que procedeu à revogação do ASECE, aprovou que a tarifa social passasse a integrar esta componente, passando o desconto social suportado pela tarifa social a ser de 33,8% sobre a fatura a partir de 1 de julho de 2016, sendo aplicado pela EDA com efeitos retroativos a partir de setembro de 2017.

2.2 - Concessão de exploração atribuída à EDA Renováveis

A EDA Renováveis tem atribuída a concessão de exploração de recursos geotérmicos, sendo um na ilha de S. Miguel, na zona situada no Concelho da Ribeira Grande, pelo prazo de 25 anos contados a partir de 14 de julho de 1995 e o outro na ilha Terceira, no Pico Alto, também por um período de 25 anos contados a partir de 7 de agosto de 2017.

No âmbito deste contrato a EDA Renováveis obriga-se a:

- i) executar os trabalhos de exploração em conformidade com o plano de exploração previamente aprovado;
- ii) manter permanentemente um serviço de monitorização sísmica e vulcânica;
- iii) proceder à eliminação dos resíduos de óleos e produtos de limpeza de furos;
- iv) proceder ou mandar proceder à prospeção e pesquisa de novos aquíferos, dentro da área da concessão;

Como compensação pela concessão da exploração a EDA Renováveis deverá pagar à entidade concedente uma taxa anual, a título de compensação, que será incrementada consoante as quantidades extraídas.

No decurso do prazo da concessão, os bens afetos à concessão reverterem para a entidade concedente, mediante as condições a acordar entre as partes.

3 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Base de Preparação

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as IFRS adotadas pela União Europeia (IFRS), emitidas e em vigor ou emitidas e adotadas antecipadamente, à data de 1 de janeiro de 2017. Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas a EDA seguiu a convenção do custo histórico, modificada, quando aplicável, pela avaliação dos ativos financeiros disponíveis para venda, ao justo valor.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela EDA, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de relato.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas

estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas na Nota 6.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade do Grupo operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que o Grupo dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

Normas que se tornaram de aplicação efetiva em 1 de janeiro de 2017

Em 1 de janeiro de 2017, tornaram-se efetivas as seguintes alterações:

Normas

- **IAS 12** (alteração), 'Reconhecimento de impostos diferidos ativos por perdas não realizadas'. Esta alteração vem clarificar as condições de reconhecimento e mensuração de ativos por impostos resultantes de perdas não realizadas. A adoção desta alteração não teve impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo EDA.
- **IAS 7** (alteração), 'Divulgações'. Esta alteração vem introduzir divulgações adicionais relacionadas com os fluxos de caixa de atividades de financiamento. A adoção desta alteração não teve impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo EDA.

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, decorrente da adoção das normas acima referidas.

Normas publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018, que a União Europeia já endossou:

- **IFRS 9** (nova), 'Instrumentos financeiros' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta norma insere-se no projeto de revisão da IAS 39 e estabelece os novos requisitos relativamente à classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, à metodologia de cálculo de imparidade e à aplicação das regras de contabilidade de cobertura. O Grupo EDA não estima impactos significativos relativamente à adoção desta norma.
- **IFRS 15** (nova), 'Rédito de contratos com clientes' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes, substituindo as normas IAS 18 – Rédito, IAS 11 – Contratos de construção; IFRIC 13 – Programas de fidelização; IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis; IFRIC 18 – Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 – Rédito - Transações de troca direta envolvendo serviços de publicidade. O Grupo EDA está a avaliar o seu impacto em especial nas atividades não incluídas no segmento eletricidade.
- **IFRS 16** (nova), 'Locações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta norma vem introduzir os princípios de reconhecimento e mensuração de locações, substituindo a IAS 17 – Locações. A norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação que resulta no reconhecimento pelo locatário de ativos e passivos para todos os contratos de locação, exceto para as locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor reduzido. Os locadores continuarão a classificar as locações entre operacionais ou financeiras, sendo que a IFRS 16 não implicará alterações substanciais para tais entidades face ao definido na IAS 17. O Grupo EDA irá adotar esta norma quando esta se tornar efetiva, estando a ser avaliado o seu impacto nas atividades do Grupo.

- **Alterações à IFRS 15, 'Rédito de contratos com clientes'** (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Estas alterações vêm introduzir diversas clarificações na norma com vista a eliminar a possibilidade de surgirem interpretações divergentes de vários tópicos. O Grupo EDA irá adotar esta norma quando esta se tornar efetiva.
- **IFRS 4 (alteração), 'Contratos de seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9)'**, (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração proporciona orientações sobre a aplicação da IFRS 4 em conjunto com a IFRS 9. A IFRS 4 será substituída com a entrada em vigor da IFRS 17. Esta alteração não é aplicável às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo EDA.

Estas normas apesar de aprovadas ("endorsed") pela União Europeia, não foram adotadas pelo Grupo em 2017, em virtude da sua aplicação não ser ainda obrigatória.

Normas (novas e alterações) e interpretações publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017, mas que a União Europeia ainda não endossou:

Normas

- **IFRS 17, 'Contratos de Seguros'**, (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021). Esta norma estabelece, para os contratos de seguros dentro do seu âmbito de aplicação, os princípios para o seu reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação. Esta norma substitui a norma IFRS 4 - Contratos de Seguros. Esta norma não é aplicável às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo EDA.
- **IFRS 2 (alteração), 'Classificação e medida das transações de pagamentos em ações'** (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração vem introduzir diversas clarificações na norma relacionadas com: (i) o registo de transações de pagamentos com base em ações que são liquidadas com caixa; (ii) o registo de modificações em transações de pagamentos com base em ações (de liquidadas em caixa para liquidadas com instrumentos de capital próprio); (iii) a classificação de transações com características de liquidação compensada. Esta alteração não deverá ter impacto nas demonstrações financeiras do Grupo EDA, por não existirem planos de pagamento baseados em ações, em vigor.
- **IAS 40 (alteração) 'Transferência de propriedades de investimento'** (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração clarifica que a mudança de classificação de ou para propriedade de investimento apenas deve ser feita quando existem evidências de uma alteração no uso do ativo. O Grupo EDA irá adotar esta alteração quando esta se tornar efetiva.
- **Melhorias às normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2014-2016)** (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018 com exceção das alterações à IFRS12, cuja data de aplicação é 1 de janeiro de 2017). Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: IFRS 1 – Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro: elimina algumas isenções de curto prazo; IFRS 12 – Divulgação de interesses noutras entidades: clarifica o âmbito da norma quanto à sua aplicação a interesses classificados como detidos para venda ou detidos para distribuição ao abrigo da IFRS 5; IAS 28 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos: introduz clarificações sobre a mensuração a justo valor por resultados de investimentos em associadas ou *joint ventures* detidos por sociedades de capital de risco ou por fundos de investimento. Estas melhorias não deverão ter impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo EDA.
- **Melhorias às normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2015-2017)** (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: IFRS 3 – Concentração de atividades empresariais: requer remensuração de interesses anteriormente detidos quando uma entidade obtém controlo sobre uma participada sobre a qual anteriormente tinha controlo conjunto; IFRS 11 – Empreendimentos conjuntos: clarifica que não deve haver remensuração de interesses anteriormente detidos quando uma entidade obtém controlo conjunto sobre uma operação conjunta; IAS 12 – Impostos sobre o rendimento: clarifica que todas as consequências fiscais de dividendos devem ser registadas em resultados, independentemente de como surge o imposto; IAS 23 - Custos de empréstimos obtidos: clarifica que a parte do empréstimo diretamente relacionado com a aquisição/construção de um ativo, em dívida após o correspondente ativo ter ficado pronto para o uso pretendido, é, para efeitos de determinação da taxa de

capitalização, considerada parte integrante dos financiamentos genéricos da entidade. O Grupo EDA irá adotar estas melhorias quando estas se tornarem efetivas.

- **IFRS 9**, (alteração), 'Caraterísticas de pagamentos antecipados com compensação negativa' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta alteração vem permitir que ativos financeiros com condições contratuais que preveem, na sua amortização antecipada, o pagamento de um montante considerável por parte do credor, possam ser mensurados ao custo amortizado ou a justo valor por reservas (consoante o modelo de negócio), desde que: (i) na data do reconhecimento inicial do ativo, o justo valor da componente da amortização antecipada seja insignificante; e (ii) a possibilidade de compensação negativa na amortização antecipada seja única razão para o ativo em causa não ser considerado um instrumento que contempla apenas pagamentos de capital e juros. O Grupo EDA irá adotar esta alteração quando esta se tornar efetiva, não sendo estimados impactos significativos.
- **IAS 28** (alteração), 'Investimentos de longo prazo em associadas e acordos conjuntos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta alteração vem clarificar que a IFRS 9 deve ser aplicada (incluindo os respetivos requisitos relacionados com imparidade) a investimentos em associadas e acordos conjuntos quando o método da equivalência patrimonial não é aplicado na mensuração dos mesmos. O Grupo EDA irá adotar esta alteração quando esta se tornar efetiva.

Interpretações

- **IFRIC 22**, 'Transações em moeda estrangeira incluindo adiantamentos para compra de ativos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta interpretação vem estabelecer a data do reconhecimento inicial do adiantamento ou do rendimento diferido como a data da transação para efeitos da determinação da taxa de câmbio do reconhecimento do rédito. Esta interpretação não deverá ter impacto nas demonstrações financeiras do Grupo EDA.
- **IFRIC 23**, 'Incertezas no tratamento de imposto sobre o rendimento' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta interpretação vem dar orientações sobre a determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento. Esta interpretação não deverá ter impacto nas demonstrações financeiras do Grupo EDA.
- Estas normas não foram ainda adotadas ("endorsed") pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

4 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados.

a) Consolidação

Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) sobre as quais o Grupo tem controlo. O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direitos sobre os retornos variáveis do seu envolvimento com a Entidade, e tem a capacidade de afetar esses retornos através do seu poder exercido sobre a Entidade. As subsidiárias são consolidadas a partir da data em que o controlo é transferido para o Grupo, sendo excluídas da consolidação a partir da data em que esse controlo cessa. As entidades que se qualificam como subsidiárias encontram-se listadas na Nota 37.

A aquisição de subsidiárias é registada pelo método de compra. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos ativos entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial,

são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses que não controlam. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da participação da EDA nos ativos identificáveis adquiridos é registado como *goodwill*. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração consolidada do rendimento integral.

Os custos diretamente atribuíveis à aquisição são registados diretamente em resultados do período.

Quando à data da aquisição do controlo a EDA já detém uma participação adquirida previamente, o justo valor dessa participação concorre para a determinação do *goodwill* ou *badwill*.

Quando a aquisição do controlo é efetuada em percentagem inferior a 100%, na aplicação do método da compra, os interesses que não controlam podem ser mensurados ao justo valor ou na proporção do justo valor dos ativos e passivos adquiridos, sendo essa opção definida em cada transação.

Transações subsequentes de alienação ou de aquisição de participações a interesses que não controlam, que não implicam alteração do controlo, não resultam no reconhecimento de ganhos, perdas ou *goodwill*, sendo qualquer diferença apurada entre o valor da transação e o valor contabilístico da participação transacionada, reconhecida no Capital próprio, em Outros instrumentos de Capital próprio.

Os resultados negativos gerados em cada período pelas subsidiárias com interesses que não controlam, são alocados na percentagem detida aos interesses que não controlam, independentemente destes se tornarem negativos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações com empresas do grupo são eliminados. Perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se constituírem uma perda de imparidade no ativo transferido.

As políticas contabilísticas das subsidiárias são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

Associadas

Os investimentos em associadas são apresentados pelo valor resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial. Segundo este método, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a quota-parte do Grupo no total de ganhos e perdas reconhecidos desde a data em que a influência significativa começa, até à data em que efetivamente termina, bem como nas variações de capital resultantes de registos diretos no capital próprio por parte das Associadas. As associadas são entidades sobre as quais o Grupo tem entre 20% e 50% dos direitos de voto, ou sobre as quais o Grupo tenha influência significativa, mas que não possa exercer o seu controlo. Ganhos ou perdas não realizados em transações entre o Grupo e as suas associadas são eliminados. Os dividendos atribuídos pela Associada são considerados reduções do investimento detido.

O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela do Grupo EDA nos ativos identificáveis adquiridos é registado como *goodwill*, o qual, está considerado no valor inscrito como investimento do Grupo em associadas. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do rendimento integral.

Quando a quota-parte das perdas de uma associada excede o investimento na associada, o Grupo reconhece perdas adicionais se tiver assumido obrigações ou tenha efetuado pagamentos em benefício da associada.

As políticas contabilísticas das associadas são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

As entidades que se qualificam como associadas encontram-se listadas na Nota 11.

Concentrações de atividades empresariais sob controlo comum

Concentrações de atividades empresariais sob controlo comum referem-se a transações realizadas entre empresas do mesmo grupo ou controladas por um mesmo acionista, e podem consubstanciar-se numa aquisição ou fusão. O Grupo regista as transações de aquisição de participações/negócios entre entidades sob controlo comum, que configurem a obtenção de controlo sobre um negócio de acordo com o método do "*predecessor accounting*". Assim, a entidade identificada como adquirente integra os ativos e passivos da entidade/negócio adquirido tal como estes se

encontram mensurados nas demonstrações financeiras consolidadas da entidade que possui o controlo sobre as duas entidades/negócios que se estão a concentrar/ fundir. Qualquer diferença apurada entre o valor do investimento e o valor dos ativos e passivos integrados é registada no capital próprio, não havendo lugar ao registo de *goodwill* ou ganho na transação.

b) Relato por segmentos

Um segmento operacional é uma componente de uma entidade:

- i) Que desenvolve atividades de negócio de que obtém réditos e pelas quais incorre em gastos (incluindo réditos e gastos relacionados com transações com outras componentes da mesma entidade);
- ii) Cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da entidade para efeitos da tomada de decisões sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho;
- iii) Sobre a qual esteja disponível informação financeira discreta.

O Grupo EDA apresenta como segmento operacional, a Eletricidade e outros. O segmento Eletricidade inclui as empresas de grupo: EDA e EDA Renováveis, agregando o segmento Outros as atividades das empresas do grupo: Sagma, Globaleda, Norma Açores e Controlauto Açores, com atividades associadas à prestação de serviços diversos, a entidades terceiras.

c) Conversão cambial

i) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das entidades do Grupo estão mensurados na moeda do ambiente económico em que cada entidade opera (moeda funcional), o euro. As demonstrações financeiras consolidadas da EDA e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário, a moeda de apresentação do Grupo.

ii) Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do relato financeiro, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração do rendimento integral consolidado, na rubrica de gastos financeiros, se relacionadas com empréstimos ou em outros rendimentos ou gastos operacionais, para todos os outros saldos/transações.

iii) Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

Cotações de Moeda Estrangeira

Moeda	2017	2016
USD	1,1993	1,0541
GBP	0,8872	0,8562

Fonte: Cotações do Banco Central Europeu à data de 31 de Dezembro

d) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para a sua entrada em funcionamento. Os custos financeiros incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como custo da aquisição/construção do ativo.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os gastos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros são considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos, quando se traduzam em montantes significativos e mensuráveis com fiabilidade.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de forma sistemática com base no método das quotas constantes, pelo período da vida útil estimada. Os terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos para os períodos de 2017 e 2016 são conforme segue:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	Entre 6 e 50 anos
Equipamento básico	
Produção hidroelétrica	Entre 20 e 60 anos
Produção termoelétrica	Entre 3 e 40 anos
Produção eólica	Entre 12 e 24 anos
Produção geotérmica	Entre 10 e 20 anos
Contadores	16 anos
Outros	Entre 4 e 20 anos
Equipamento de transporte	Entre 4 e 8 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 e 16 anos
Outros ativos tangíveis	Entre 4 e 20 anos

As vidas úteis dos ativos são revistas no final do ano para cada ativo, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Os ativos fixos tangíveis para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, as depreciações dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do rendimento integral consolidado.

e) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis registados na Demonstração da posição financeira referem-se a licenças CO2 adquiridas, direitos de utilização de *software*, direitos de superfície, direitos de concessão e *goodwill*.

Os dispêndios com estudos e avaliações efetuados no decurso das atividades operacionais são reconhecidos nos resultados do período em que são incorridos, exceto se forem referentes à atividade de exploração e avaliação de recursos minerais.

Licenças CO2

Algumas das atividades desenvolvidas pelo Grupo EDA envolvem a queima de combustíveis fósseis com a consequente emissão de gases de carbono (CO2). O Grupo tem licenças de emissão de CO2.

O registo das licenças de CO2, como um ativo intangível, é efetuado na data da sua atribuição/aquisição ao valor de mercado da data da atribuição/aquisição e subsequentemente ao custo. O registo dos consumos das licenças é efetuado na base FIFO.

Software

O Grupo EDA capitaliza na rubrica de *software* os custos incorridos com o desenvolvimento de aplicações informáticas para uso interno bem como a aquisição de licenças de utilização e de *upgrade*. Estes ativos são amortizados entre 3 e 5 anos.

Direitos superfície

Este montante refere-se a direitos de superfície adquiridos pela empresa do grupo, a EDAR, para a construção de parques eólicos. O direito adquirido é amortizado pelo período estimado do contrato.

Direitos de concessão

O Grupo tem uma concessão atribuída para as atividades de gestão do sistema, do transporte e distribuição de energia elétrica na RAA. Os ativos adquiridos/construídos pela EDA, ao abrigo destes contratos de concessão, referidos como ativos da concessão, compreendem essencialmente ativos fixos tangíveis cuja construção/aquisição a EDA tem o direito de explorar o serviço público associado.

De acordo com a IFRIC 12, um acordo de serviço de concessão envolve uma entidade (o operador) que constrói a infraestrutura utilizada na prestação do serviço público, que a desenvolve (por exemplo, aumento da capacidade existente) e faz a manutenção e operação da mesma por um período específico. O operador é remunerado pelos serviços prestados durante o prazo do acordo. O acordo de serviço de concessão é regulado por um contrato de concessão que estabelece os níveis de serviço, os mecanismos de ajustamento de preços e a resolução de disputas. Estes contratos de concessão podem ser designados por construir-operar-transferir, reabilitar-operar-transferir ou público-privado.

Tendo em conta o disposto no contrato de concessão, a EDA suporta, para além dos riscos associados à construção, o risco de disponibilidade e, nos moldes previstos no regulamento tarifário, os riscos de procura, pelo que o investimento efetuado nos bens da concessão encontra-se registado de acordo com o modelo do ativo intangível.

O regime geral subjacente à aplicação da IFRIC 12 é a aplicação retrospectiva desde a data de início da concessão (no caso da EDA o período de 2000), sendo no entanto permitida a aplicação prospetiva quando seja impraticável efetuar a aplicação retrospectiva em particular no que diz respeito às bases de mensuração. Tendo em conta que: (i) a prossecução do objeto da concessão implica investimento significativo recorrente, e (ii) que as atividades no âmbito da concessão são reguladas pela ERSE, que determina as tarifas a praticar e os montantes de convergência tarifária a faturar em cada ano, considerou-se que era economicamente impraticável aplicar a IFRIC 12 à data de início da concessão pelo que a EDA procedeu à aplicação da IFRIC 12 prospectivamente desde 1 de janeiro de 2009.

São classificados como custo do ativo intangível os valores investidos referentes à construção, expansão e requalificação das infraestruturas que constituem o estabelecimento da concessão. Considerando as características das infraestruturas associadas à prestação do serviço público de fornecimento de energia elétrica, parte significativa dos investimentos são referentes à ampliação e remodelação da rede e a equipamentos de contagem e medição do consumo.

Relativamente aos investimentos de substituição/ renovação das infraestruturas, de acordo com a IFRIC 12 estes custos só são passíveis de registo como parte do direito da concessão, por via da permuta de serviços de construção, na medida em que tenham retribuição associada.

No caso da EDA, tendo em conta o modelo regulatório em vigor para o triénio 2015 – 2017, concorre para a formação das tarifas a que a EDA tem direito para remunerar a sua atividade, o valor da amortização estimada do ativo médio estimado afeto à atividade regulada, com base nos parâmetros definidos pela ERSE no início de cada período regulatório (3 anos), acrescido de uma taxa de remuneração a qual tem por base tanto os investimentos novos e de expansão como os de substituição e renovação. Deste modo, são considerados como custos do ativo intangível quer os investimentos de expansão quer os investimentos de substituição e renovação.

No que respeita à amortização, a IFRIC 12 remete diretamente para o normativo dos ativos intangíveis, a IAS 38, a qual refere que os ativos intangíveis têm de ser amortizados numa base sistemática que reflita o padrão de consumo dos benefícios económicos associados ao mesmo. No caso da EDA, o ativo intangível registado corresponde ao direito de explorar o serviço público concessionado, pelo que os benefícios económicos associados são os que advêm da recuperação das amortizações incluídas nas tarifas a praticar para o período daquele direito, durante o prazo da concessão.

f) Avaliação e exploração de recursos geotérmicos

O Grupo EDA inclui no perímetro de consolidação uma empresa cujo objeto social é o aproveitamento de recursos minerais, através da construção e operação de instalações de produção de energia elétrica ou outra.

Esta entidade desenvolve, para além do aproveitamento dos recursos minerais já instalados, trabalhos de prospeção em novas áreas delimitadas, para as quais ainda não está determinada a viabilidade comercial da exploração dos recursos geotérmicos, embora esta se afigure altamente provável. Desta forma, e ao abrigo da 'IFRS 6 – exploração e avaliação de recursos naturais', os custos incorridos com estudos e testes na fase de prospeção são capitalizados como ativo intangível em curso e os custos com a construção de poços e estruturas acessórias são capitalizados como ativos tangíveis em curso, até à data em que se determine a sua viabilidade.

Durante a fase de prospeção, e sempre que existam indicadores de imparidade, a EDA procede ao cálculo e registo de imparidade. Os principais indicadores de imparidade resultam das seguintes situações: i) a prospeção na área específica não levou à descoberta de quantidades comercialmente viáveis de recursos minerais e a entidade decidiu descontinuar essas atividades na área específica; ou ii) o desenvolvimento na área específica é viável mas estima-se que a quantia escriturada do ativo de exploração e avaliação não seja recuperada na totalidade, no âmbito da exploração efetiva do recurso mineral ou através de alienação.

Parte das atividades de prospeção são comparticipadas através de fundos dos programas comunitários para a Região Autónoma dos Açores que se encontram registados na Demonstração da posição financeira a deduzir à respetiva de categoria de ativos, na situação presente Ativos fixos tangíveis.

g) Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos com vida útil indefinida não estão sujeitos a depreciação/ amortização, mas são objeto de testes de imparidade anuais. Os ativos com vida útil finita são revistos quanto à imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras consolidadas possa não ser recuperável.

Assim, sempre que o valor recuperável é inferior ao valor contabilístico dos ativos, o Grupo EDA regista a respetiva imparidade.

Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia contabilística do ativo face ao seu valor recuperável, sendo o valor recuperável, o maior entre o justo valor de um ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os Ativos não financeiros, que não o *goodwill*, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Para os ativos valorizados de acordo com o modelo do custo depreciado, as perdas por imparidade e as suas reversões, são reconhecidas na demonstração do rendimento integral consolidado.

Quando há lugar ao registo de uma perda por imparidade ou a sua reversão, a depreciação/amortização dos respetivos ativos é recalculada prospectivamente de acordo com o valor recuperável ajustado da imparidade reconhecida.

h) Ativos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com o objetivo da sua compra, reavaliando esta classificação a cada data de relato.

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

- v) Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados - incluem os ativos financeiros, não derivados, detidos para negociação respeitantes a investimentos de curto prazo, e ativos ao justo valor por via de resultados à data do reconhecimento inicial;
- vi) Empréstimos concedidos e contas a receber – inclui os ativos financeiros, não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo;
- vii) Investimentos detidos até à maturidade – incluem os ativos financeiros, não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que a entidade tem intenção e capacidade de manter até à maturidade;
- viii) Ativos financeiros disponíveis para venda – incluem os ativos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou não se enquadram nas categorias acima referidas. São reconhecidos como ativos não correntes exceto se houver intenção de alienar nos 12 meses seguintes à data do relato financeiro.

A 31 dezembro de 2017 e 2016 o Grupo EDA apenas tem negociados Ativos financeiros disponíveis para venda, Empréstimos concedidos e contas a receber.

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que a EDA se compromete a comprar ou a vender o ativo.

Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor acrescido dos custos de transação. Nos períodos subsequentes, são mensurados ao justo valor sendo a variação do justo valor reconhecida na reserva de justo valor, no capital próprio. Os dividendos e juros obtidos dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos em resultados do período em que ocorrem, na rubrica de Outros rendimentos operacionais, quando o direito ao recebimento é estabelecido.

O justo valor de ativos financeiros cotados é baseado em preços de mercado. Se não existir um mercado ativo, a EDA estabelece o justo valor de acordo com a hierarquia do justo valor (ver alínea i)). Relativamente aos ativos financeiros disponíveis para venda não cotados correspondentes a instrumentos de capital, estes são valorizados ao custo quando não seja possível determinar com fiabilidade o seu justo valor.

Empréstimos concedidos e contas a receber são classificados na Demonstração da posição financeira como Clientes e contas a receber (Nota 4k)), e são reconhecidos ao custo amortizado usando a taxa de juro efetiva, deduzidos de qualquer perda de imparidade. O ajustamento pela imparidade de contas a receber é efetuado quando existe evidência objetiva de que o Grupo não terá a capacidade de receber os montantes em dívida de acordo com as condições iniciais das transações que lhe deram origem.

Na identificação de situações de imparidade nas rubricas de empréstimos concedidos e contas a receber, são utilizados diversos indicadores, tais como:

- Análise de incumprimento;
- Incumprimento há mais de 6 meses;



- Dificuldades financeiras do devedor;
- Probabilidade de falência do devedor.

A EDA avalia a cada data de relato, se existe evidência objetiva de que os ativos financeiros sofreram perda de valor. No caso de participações de capital classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, um decréscimo significativo ou prolongado do justo valor abaixo do seu custo é considerado como um indicador de que o ativo financeiro está em situação de imparidade. Se existir evidência de perda de valor para ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada – calculada pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor corrente, menos qualquer perda de imparidade desse ativo financeiro reconhecida previamente em resultados – é retirada do capital próprio e reconhecida na demonstração do rendimento integral consolidado. As perdas de imparidade de instrumentos de capital reconhecidas em resultados não são reversíveis na demonstração do rendimento integral consolidado.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

i) Justo valor de ativos e passivos financeiros

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, a cotação de mercado é aplicada. Este constitui o nível 1 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13, e utilizado pela EDA.

No caso de não existir um mercado ativo, o que é o caso para alguns ativos e passivos financeiros, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado. Este constitui o nível 2 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13, e utilizado pela EDA.

A EDA aplica técnicas de valorização para os instrumentos financeiros não cotados, tais como, derivados, instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados e para ativos financeiros disponíveis para venda. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções que incorporam, por exemplo, as curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado.

Para alguns tipos de derivados mais complexos, são utilizados modelos de valorização mais avançados contendo pressupostos e dados que não são diretamente observáveis em mercado, para os quais a EDA utiliza estimativas e pressupostos internos. Este constitui o nível 3 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13, no entanto a EDA não o utiliza.

j) Inventários

Os inventários referem-se a materiais utilizados nas atividades internas de manutenção e conservação e na comercialização de telemóveis e acessórios, bem como combustíveis utilizados na produção de energia termoeleétrica.

Os inventários são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui todos os custos de compra, custos de transformação e outros custos incorridos para colocar os inventários no local e condição necessária para o seu uso/consumo.

Os inventários são reduzidos por imparidade quando apresentam sinais de obsolescência técnica ou quando os equipamentos a que se referem são descontinuados.

O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado.

k) Clientes e outras contas a receber

As rubricas de Clientes e outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos clientes e outras contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração do rendimento integral, em Imparidade de contas a receber, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou deixem de existir.

l) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com maturidades iniciais até 3 meses, que possam ser imediatamente mobilizados sem risco significativo de flutuações de valor. Os descobertos bancários são apresentados na Demonstração da posição financeira, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos obtidos, e são considerados na elaboração da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, como parte do valor de Caixa e equivalentes de caixa.

m) Capital social

O capital social apresentado corresponde ao capital social subscrito e realizado à data do relato financeiro.

n) Passivos financeiros

A IAS 39 prevê a classificação dos passivos financeiros em duas categorias:

- i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados;
- ii) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros incluem Empréstimos obtidos (Nota 4o)) e Fornecedores e outras contas a pagar. Os fornecedores e outras contas a pagar são reconhecidos inicialmente ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

o) Empréstimos obtidos

Os empréstimos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido dos custos de transação incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração do rendimento integral consolidado ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a EDA possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do relato financeiro, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

p) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na Demonstração do rendimento integral, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios.

Imposto corrente

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. Em conformidade com a legislação em vigor para os exercícios de 2017 e 2016 na Região Autónoma dos Açores a taxa a aplicar para a determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas é reduzida em 20%, correspondendo a uma taxa nominal de 16,8%. Como estabelecido na lei das Finanças Locais, as empresas que integram o perímetro de consolidação estão sujeitas à derrama fixada pelos Municípios até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Foi ainda considerada a derrama estadual aprovada pela Lei nº 12-A/2010 e alterada pela Lei nº 83-C/2013 de 31 de dezembro conforme os escalões aplicáveis.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos.

Imposto diferido

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base na Demonstração da posição financeira, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores contabilísticos nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do relato financeiro, e que se estima seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data da liquidação dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do *goodwill*, ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal. Os impostos diferidos ativos apenas são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. No que se refere aos prejuízos fiscais reportados, o registo do efeito fiscal futuro da sua dedução ao lucro tributável, como imposto diferido ativo, apenas é efetuado na medida em que a sua recuperação seja previsível dentro do prazo de reporte dos prejuízos fiscais definido por lei.

q) Benefícios aos empregados

A EDA concede benefícios pós-emprego aos seus empregados sob a forma de: i) plano de complemento de pensões de reforma aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 2002 (o qual inclui o pagamento de reformas aos empregados da Administração Pública ao seu serviço e reformados até novembro de 1999, na quota-parte dos anos de serviço a si prestados); e ii) plano de contribuição definida para os empregados admitidos a partir de 1 de janeiro de 2003.

As empresas do Grupo EDA, a EDAR e a Segma aderiram ao fundo de contribuição definida da EDA, a Futuro +, em novembro de 2007 que inclui todos os empregados efetivos que não estejam abrangidos por qualquer um dos planos de benefício definido.

A Norma Açores subscreveu em 30 de dezembro de 2016 um plano poupança reforma, denominado Leve PPR +, extensivo a todos os trabalhadores efetivos.

i) Plano de benefícios definidos da Electricidade dos Açores, S.A.

Os complementos de reforma atribuídos aos empregados constituem um plano de benefícios definidos, com fundo autónomo constituído junto da Real Vida Seguros, para o qual são transferidas a totalidade das responsabilidades e entregues as dotações necessárias para cobrir os respetivos encargos que se vão vencendo em cada um dos períodos. A responsabilidade com o pagamento de reformas aos empregados da Administração Pública que prestaram serviço à EDA e foram reformados até 30 de novembro de 1999, na quota-parte dos anos de serviço prestados à EDA, constituem uma responsabilidade equiparável a um benefício definido, para o qual não existe um fundo autónomo constituído, reconhecendo a EDA uma provisão nas suas demonstrações financeiras.

As responsabilidades com o pagamento das referidas contribuições são estimadas anualmente por atuários independentes, sendo utilizado o método do crédito da unidade projetada. O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de *rating* elevado denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade que se aproxima das da responsabilidade assumida.

O passivo reconhecido na Demonstração da posição financeira relativamente a responsabilidades com benefícios de reforma, corresponde ao valor presente da obrigação do benefício determinado à data do relato financeiro, deduzido do justo valor dos ativos do plano.

As remensurações decorrentes de alterações de pressupostos demográficos e financeiros e de ajustamentos de experiência são registadas nos capitais próprios, em Resultados Transitados.

MOA

ii) Plano de contribuição definida

O plano de contribuição definida denominado por Futuro+ é gerido pela BPI pensões. A EDA foi a primeira entidade a constituir este fundo em dezembro de 2005, com efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2003 para todos os empregados da EDA admitidos após essa data. Em novembro de 2007, aderiram a este fundo as empresas do Grupo, a EDAR e a Segma, abrangendo todos os seus empregados efetivos à data.

Em termos de regime de contribuição o plano prevê:

- a) contribuição base de 1% do salário pensionável pelo Grupo EDA sem qualquer condição;
- b) contribuição voluntária do empregado que a EDA reforça contribuindo em metade da percentagem da contribuição do empregado até ao limite de 2%;

Relativamente a este plano o Grupo EDA não assume qualquer obrigação de pagamento para além das contribuições referidas no parágrafo anterior. As contribuições efetuadas são registadas como custos com o pessoal na demonstração do rendimento integral do período em que ocorrem.

r) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a EDA tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável do que não, que seja necessário, um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a EDA divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos pagamentos estimados para extinguir a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

As provisões para desmantelamento são reconhecidas quando o Grupo EDA assume a responsabilidade de desmantelar e/ou remover os equipamentos de produção dos parques eólicos instalados em propriedade de terceiros. O valor da provisão é determinado tendo por base o prazo do contrato de arrendamento e a vida útil associada aos ativos de cada parque, considerando o tipo de trabalhos a realizar para repor os locais de instalação na sua condição inicial. O valor estimado é calculado pelo valor presente aplicando aos dispêndios estimados uma taxa de desconto sem risco.

s) Subsídios do Estado e outros

Os subsídios recebidos do Estado português e da União Europeia são reconhecidos pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que as condições para o recebimento do subsídio serão cumpridas.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis e intangíveis, são reconhecidos como uma dedução ao custo de aquisição dos respetivos ativos consoante a sua natureza (ver Nota 8 e 10), sendo subsequentemente creditados na demonstração do rendimento integral consolidado conjuntamente com os ativos a que estão associados, na rubrica de Gastos/ reversões de depreciação e amortização.

Subsídios à exploração não reembolsáveis são reconhecidos na Demonstração do rendimento integral consolidado no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

t) Especialização de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

u) Rédito

O rédito do Grupo EDA assume diferentes naturezas consoante as áreas de atividade.

Eletricidade:

A faturação de eletricidade é efetuada numa base mensal, em contagens reais de consumos ou em consumos estimados através dos dados históricos de cada consumidor. Os consumos ocorridos e não faturados até à data do balanço são estimados e registados em Outros créditos a receber - Devedores por acréscimos de rendimentos.

O reconhecimento do rédito para as atividades concessionadas é efetuado com base na informação da eletricidade vendida aos consumidores finais, os montantes de convergência tarifária previsionais definidos pela ERSE e os ajustamentos do ano à convergência tarifária estimada, a incorporar nas tarifas do SEP (Sistema elétrico de serviço público) em anos subsequentes.

Os réditos obtidos destas atividades são regulados pela ERSE, a entidade reguladora para o setor da eletricidade, que através da publicação do regulamento tarifário, define as fórmulas de cálculo das tarifas e os mecanismos de recuperação dos desvios que sejam apurados em cada período.

As tarifas a serem aplicadas aos clientes finais (domésticos, industriais e outros) são fixadas anualmente pela ERSE, para cada componente do sistema, tais como: produção; transporte e distribuição.

A cada data de relato a EDA estima e regista em ganhos do exercício o desvio tarifário, do ano, de acordo com os regulamentos e regras publicadas pela ERSE.

Telecomunicações:

O rédito reconhecido resulta:

- i) da comercialização de telemóveis e outros acessórios (em lojas exclusivas sob a insígnia da Vodafone). O rédito é reconhecido quando é efetuada a venda ao cliente final;
- ii) das comissões obtidas da Vodafone decorrentes da venda de pacotes de comunicações, cartões e ativações no ato da venda;
- iii) da prestação de serviços de operação e manutenção de redes de telecomunicações. O rédito é reconhecido com base na percentagem de acabamento.

Serviços de construção:

O Grupo EDA apresenta na sua Demonstração consolidada do rendimento integral o rédito associado à aquisição/construção de ativos para a infraestrutura da concessão. Os dispêndios associados à construção de infraestruturas (construção nova, requalificação, substituição/renovação) são registados diretamente, pela sua natureza, nas rubricas de gastos da Demonstração consolidada do rendimento integral.

Relativamente aos encargos financeiros, uma vez que a atividade de Transporte e Distribuição se encontra, para efeitos regulatórios, num regime do *price cap*, os encargos financeiros estimados são também considerados como uma componente do preço de aquisição/construção.

Outros:

O rédito reconhecido pelas empresas que não pertencem ao segmento da eletricidade e ao negócio de telecomunicações refere-se essencialmente à prestação de serviços de conceção de projetos e fiscalização e atividades de consultadoria, desenvolvimento e operação de sistemas informáticos. O rédito é reconhecido com base na percentagem de acabamento à medida que os serviços são prestados.

v) Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a EDA detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificadas como locações financeiras. São igualmente classificados como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Empréstimos obtidos.

NDP

Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados, são reconhecidos em resultados na rubrica de Gastos financeiros, no período a que dizem respeito.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando o Grupo não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando o Grupo tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração consolidada do rendimento integral numa base linear, durante o período da locação.

5 Políticas de gestão do risco financeiro

5.1. Fatores do risco financeiro

As atividades da EDA estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro, incluindo os efeitos de alterações de preços de mercado: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro, entre outros.

A evolução dos mercados é analisada em consonância com a política de gestão de riscos determinada pelo Conselho de Administração.

A gestão do risco é conduzida centralmente pelo departamento financeiro com base em políticas aprovadas pela Comissão Executiva. O departamento financeiro identifica, avalia e remete à aprovação da Comissão Executiva, mecanismos de cobertura apropriados a cada exposição com vista à minimização dos riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da EDA.

A Comissão Executiva define os princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivativos e outros instrumentos financeiros não derivados, bem como o investimento do excesso de liquidez.

i. Risco de taxa de câmbio

O Grupo EDA não tem operações significativas em moeda estrangeira.

ii. Risco de crédito

O risco de crédito do Grupo EDA deve ser avaliado por área de negócio:

Eletricidade:

O risco de crédito existe, uma vez que parte significativa da venda de eletricidade resulta da faturação emitida aos consumidores finais de eletricidade. O risco de crédito é contudo, ponderado pela natureza essencial do bem fornecido, a energia elétrica, pelos mecanismos legais disponíveis para persuadir ao pagamento e pela dispersão da faturação por um número muito elevado de clientes.

Telecomunicações e Outros serviços:

Nas empresas do Grupo, com atividades inseridas em sectores de mercado concorrenciais, o risco de crédito de clientes é elevado.

No que se refere aos depósitos bancários do grupo, classificadas como Caixa e equivalentes de caixa, estas estão contratadas junto de instituições financeiras com um *rating* de crédito que varia entre Baa3 e Caa2, conforme a classificação da Moody's.

NOR

Rating	2017	2016
A3	-	1.241.538
Baa2	-	95.874
Baa3	2.726.703	-
Ba2	-	53.719
Ba3	2.854.322	506.766
B1	-	1.784.729
B2	113.555	-
B3	-	118.146
Caa1	-	2.228.888
Caa2	1.651.738	-
s/classificação	471.490	595.670
Total (Nota 18)	7.817.808	6.625.329

iii. Risco de liquidez

O Grupo EDA efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento, com compromisso de tomada firme, para garantir o acesso imediato aos fundos. Estas linhas contratadas junto de instituições nacionais são utilizadas em complemento a programas de emissão de papel comercial e emissão de obrigações, assim como de créditos financeiros, contratados junto de instituições nacionais e internacionais, neste caso, quase exclusivamente contratados com o Banco Europeu de Investimento, os quais permitem diversificar as fontes de financiamento de curto e médio e longo prazo do Grupo EDA.

A tabela seguinte analisa os passivos financeiros da EDA e os derivados financeiros pelo líquido, por grupos de maturidade relevantes, tendo por base o período remanescente até à maturidade contratual à data do relato financeiro. Os montantes que constam da tabela são *cash-flows* contratuais não descontados:

	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
31 de dezembro de 2017			
Empréstimos obtidos:			
- empréstimos bancários	22.211.076	88.808.655	42.730.064
- papel comercial	25.652.286	67.889.898	-
Fornecedores e contas a pagar	28.391.288	-	-
31 de dezembro de 2016			
Empréstimos obtidos:			
- empréstimos bancários	23.807.619	95.990.538	48.131.573
- papel comercial	20.555.514	48.423.135	-
Fornecedores e contas a pagar	23.640.553	-	-

iv. Risco de taxa de juro

O risco associado à flutuação da taxa de juro tem dois impactos nas contas do Grupo: na remuneração dos ativos da empresa, conforme o regulamento tarifário; e no serviço da dívida contratada.

Uma vez que parte significativa dos ativos da EDA tem um rendimento garantido através das tarifas, refletindo tendencialmente a taxa de juro do mercado, os seus fluxos de caixa operacionais são substancialmente afetados

NDP

pelas alterações da taxa de juro de mercado. Acréscimos desta taxa determinam aumentos substanciais dos fluxos de caixa e vice-versa.

A EDA apresenta ainda exposição ao risco de taxa de juro, por via dos empréstimos obtidos pelas empresas do grupo. Os empréstimos emitidos com taxa variável expõem a EDA ao risco associado aos fluxos de caixa, decorrentes de alterações na taxa de juro. Os empréstimos emitidos com taxa fixa expõem a EDA ao risco de justo valor, decorrente de alterações na taxa de juro.

Análise de sensibilidade dos custos financeiros a variações na taxa de juro

Foi efetuada uma análise de sensibilidade com base na dívida total do Grupo EDA subtraída das aplicações de fundos e das disponibilidades, com referência a 31 de dezembro de 2017 e 2016.

31 de dezembro de 2017

Tendo por referência a dívida líquida do Grupo em 31 de dezembro de 2017, um acréscimo de 0,25% nas taxas de juro resultaria num incremento dos custos financeiros líquidos anuais de 392 milhares de euros.

31 de dezembro de 2016

Tendo por referência a dívida líquida do Grupo em 31 de dezembro de 2016, um acréscimo de 0,25% nas taxas de juro resultaria num incremento dos custos financeiros líquidos anuais de 459 milhares de euros.

v. Riscos da atividade regulada

Os ganhos registados em cada período pela EDA resultam diretamente dos pressupostos considerados pelo regulador, a ERSE, na definição das tarifas.

5.2. Gestão do risco de capital

O objetivo do Grupo EDA em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da Demonstração da posição financeira, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida e mantendo um *rating* de crédito sólido que lhe permita reduzir o custo de capital.

A contratação de dívida é analisada periodicamente através da ponderação de fatores como: i) as necessidades de construção de ativos para a concessão e ativos de empresas de produção a partir de energias renováveis; ii) a taxa de remuneração dos ativos regulados prevista no regulamento tarifário em vigor; e iii) a política de dividendos definida.

A EDA monitoriza ainda o seu capital total com base no rácio de *gearing*, o qual é determinado como sendo a dívida líquida a dividir pelo capital. A dívida líquida é calculada como o montante total de empréstimos (incluindo os saldos correntes e não-correntes conforme divulgado na Demonstração da posição financeira deduzido dos montantes de caixa e equivalentes de caixa). O capital total é calculado através da soma dos capitais próprios (como divulgado na Demonstração da posição financeira) acrescido da dívida líquida.

Os rácios de *gearing* em 31 de dezembro de 2017 e 2016 eram os seguintes:

	2017	2016
Empréstimos totais (nota 23)	233.584.594	223.249.218
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (nota 18)	(7.829.369)	(6.636.519)
Dívida líquida	225.755.225	216.612.699
Capitais próprios	205.573.853	201.700.307
Capital Total	431.329.077	418.313.007
<i>Gearing</i>	52%	52%



5.3. Contabilização de instrumentos financeiros derivados

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, o Grupo EDA não tinha qualquer instrumento financeiro derivado, negociado.

6 Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo EDA são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

a) Desvios tarifários

A EDA estima, a cada data de relato, de acordo com os critérios definidos pelo regulamento tarifário publicado pela ERSE, para a aceitação dos custos operacionais e a determinação dos proveitos permitidos, o valor de correção à convergência tarifária que decorre dos desvios apurados entre os custos reais e estimados. Esta correção é ajustada mediante a aprovação da ERSE no ano seguinte (ano n+1), para incorporação das tarifas do ano a seguir (n+2), não tendo sido apuradas diferenças significativas nos últimos exercícios (ver Nota 15 e 25).

b) Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do Grupo EDA, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, ao Grupo.

Relativamente aos ativos fixos tangíveis em curso relacionados com as atividades de prospeção de recursos minerais, a avaliação da capacidade de extração de fluídos de cada poço e da sua potência é efetuada regularmente de forma a determinar a viabilidade de cada poço *per se* e do projeto como um todo.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

À data do balanço são constituídas perdas por imparidade equivalentes aos créditos de clientes vencidos há mais de 12 meses, exceto as dívidas das entidades públicas, atendendo ao risco associado.

c) Provisões

A EDA analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

A EDA reconhece na demonstração consolidada da posição financeira a estimativa do valor a pagar aquando do desmantelamento e remoção dos equipamentos de produção dos aproveitamentos eólicos instalados em propriedade de terceiro, de acordo com a melhor estimativa dos trabalhos a efetuar e o respetivo custo (ver Nota 22).



d) Pressupostos atuariais

A determinação das responsabilidades com pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, de natureza demográfica e financeira, que podem condicionar significativamente os montantes de responsabilidades apurados em cada data de relato. As variáveis mais sensíveis referem-se à taxa de atualização das responsabilidades e às tabelas de mortalidade utilizadas (ver Nota 24).

Quanto à tabela de mortalidade utilizada, a TV73/77, considera-se que esta continua a ser adequada, dado o plano de benefícios atribuído ser um plano fechado e atendendo à faixa etária dos beneficiários.

e) Ativos fixos tangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração do rendimento integral consolidado de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional.

f) Ativos intangíveis

A determinação do padrão de amortização dos direitos de concessão corresponde à melhor estimativa do consumo dos benefícios económicos estimados para os mesmos. A diferença entre o padrão de amortização utilizado e o que resultaria da aplicação de uma taxa de amortização linear equivalente ao prazo da concessão não é considerada significativa.

7 Informação por segmentos

O Grupo EDA apresenta como segmento operacional, a Eletricidade e outros. O segmento Eletricidade inclui as empresas de grupo: EDA e EDA Renováveis, agregando o segmento Outros as atividades das empresas do grupo: Segma, Globaleda, Norma Açores e Controlauto Açores, com atividades associadas à prestação de serviços diversos, a entidades terceiras.

A informação por segmentos operacionais do Grupo EDA a 31 de dezembro de 2017 é como segue:

	<u>Eletricidade</u>	<u>Outros</u>	<u>Anulações</u>	<u>Grupo</u>
Total de vendas e serviços prestados	204.466.795	16.112.787	-	220.579.582
Vendas e serviços prestados inter - segmentos	(28.549.099)	(112.058)	(4.271.568)	(32.932.726)
Vendas e serviços prestados	175.917.696	16.000.728	(4.271.568)	187.646.856
Resultado Operacional por Segmento	26.865.843	2.114.389	(1.313.691)	27.666.542
Custos financeiros	(2.876.652)	(10.413)	8.962	(2.878.103)
Proveitos financeiros	-	9.818	(8.962)	856
Ganhos/ (perdas) em Associadas	(683)	-	-	(683)
Resultados antes do imposto				24.788.611
Imposto do período				(3.007.986)
Resultado Líquido do período total				21.780.625
Outros custos:				
Depreciações e amortizações	(30.101.617)	(391.577)	-	(30.493.194)
Reforço Imparidade de ativos	(3.904.536)	-	-	(3.904.536)

A imparidade registada em 2017 refere-se ao reforço da imparidade no Campo Geotérmico do Pico Alto.

NCR

A informação por segmentos operacionais do Grupo EDA a 31 de dezembro de 2016 é como segue:

	Eletricidade	Outros	Anulações	Grupo
Total de vendas e serviços prestados	188.236.102	17.151.814	-	205.387.916
Vendas e serviços prestados inter-segmentos	(24.627.676)	(110.264)	(5.435.778)	(30.173.718)
Vendas e serviços prestados	163.608.427	17.041.550	(5.435.778)	175.214.198
Resultado Operacional por Segmento	27.286.066	2.407.028	(1.576.231)	28.116.863
Custos financeiros	(3.137.738)	(21.072)	14.031	(3.144.779)
Proveitos financeiros	15	15.122	(14.031)	1.106
Ganhos/ (perdas) em Associadas	(6.568)	-	-	(6.568)
Resultados antes do imposto				24.966.621
Imposto do período				(5.379.629)
Resultado Líquido do período total				19.586.992
Outros custos:				
Depreciações e amortizações	(29.764.866)	(369.664)	-	(30.134.530)
Reforço Imparidade de ativos	(2.293.901)	-	-	(2.293.901)

A imparidade registada em 2016 refere-se ao reforço da imparidade no poço RG5 e no equipamento da Central Térmica da Ribeira Além Fazenda, que se encontra abandonado.

Os ativos e passivos por segmento, bem como os investimentos em ativos fixos tangíveis e intangíveis para o período de 2017, são como segue:

	Eletricidade	Outros	Anulações	Grupo
Ativos	504.337.708	17.837.163	(18.113.625)	504.061.247
Investimentos em associadas	254.677	-	(5)	254.672
Total ativos	504.592.386	17.837.163	(18.113.630)	504.315.919
Passivos	297.943.216	4.416.100	(5.363.203)	296.996.114
Investimento em ativos tangíveis	17.949.465	325.581	-	18.275.046
Investimento em ativos intangíveis	10.685.428	-	-	10.873.271

Os ativos e passivos por segmento, bem como os investimentos em ativos fixos tangíveis e intangíveis para o período de 2016 são como segue:

	Eletricidade	Outros	Anulações	Grupo
Ativos	502.614.416	18.381.081	(17.948.494)	503.047.003
Investimentos em associadas	255.360	-	(5)	255.355
Total ativos	502.869.776	18.381.081	(17.948.499)	503.302.358
Passivos	300.094.606	5.683.868	(5.883.396)	299.895.078
Investimento em ativos tangíveis	19.047.250	452.266	-	19.499.516
Investimento em ativos intangíveis	8.767.955	-	-	8.767.955

Os montantes na coluna "Anulações" referem-se aos saldos em aberto entre as empresas dos dois segmentos de relato que são anulados no processo de consolidação, em cada data de relato financeiro.

**8 Ativos fixos tangíveis**

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2017 os movimentos registrados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2017								
Custo de aquisição	6.647.133	92.858.818	461.261.979	7.298.584	7.551.327	41.334.752	44.877.300	661.829.893
Imparidade acumulada	-	(249.319)	(8.040.715)	-	-	-	(19.865.262)	(28.155.296)
Subsídio ao investimento	-	(374.273)	(114.205.624)	-	(13.002)	(58.481)	(4.407.013)	(119.058.393)
Depreciações acumuladas	-	(44.657.554)	(284.881.499)	(6.277.501)	(8.231.953)	(31.108.219)	-	(375.156.726)
Amortizações subsídio Acum.	-	310.756	91.503.689	-	-	58.481	-	91.872.926
Valor líquido	6.647.133	47.888.429	145.637.829	1.021.082	(693.628)	10.226.533	20.605.026	231.332.405
Movimento do período								
Adições	33.952	-	248.384	559.142	226.171	342.964	16.864.434	18.275.046
Alienações	(6.498)	(52.677)	(200.522)	(434.910)	(381)	(7.790.534)	-	(8.485.522)
Transferências e abates	-	4.993.382	40.579.648	-	(3.097)	552.552	(46.125.582)	(3.097)
Adições subsídios	-	-	449	-	-	-	-	449
Imparidade - período	(101.713)	(267.754)	(3.535.068)	-	-	-	-	(3.904.536)
Transferência de imparidade	(466.475)	(1.227.972)	(16.212.496)	-	-	-	17.906.943	-
Depreciação - período	-	(3.416.182)	(18.976.055)	(504.746)	(413.224)	(1.391.089)	-	(24.701.296)
Depreciação - alienações	-	39.140	195.595	434.910	381	7.743.259	-	8.413.285
Depreciação - transf. e abates	-	-	-	-	3.097	-	-	3.097
Amortização Subsídio	-	-	3.389.792	-	-	-	-	3.389.792
31 de dezembro de 2017	6.106.399	47.956.364	151.127.558	1.075.478	(880.681)	9.683.685	9.250.821	224.319.624
Custo de aquisição	6.674.586	97.799.522	501.889.489	7.422.815	7.774.020	34.439.734	15.616.153	671.616.319
Imparidade acumulada	(568.188)	(1.745.045)	(27.788.279)	-	-	-	(1.958.319)	(32.059.831)
Subsídio ao investimento	-	(374.273)	(114.205.174)	-	(13.002)	(58.481)	(4.407.013)	(119.057.943)
Depreciações acumuladas	-	(48.034.596)	(303.661.958)	(6.347.337)	(8.641.699)	(24.756.049)	-	(391.441.639)
Amortizações subsídio Acum.	-	310.756	94.893.481	-	-	58.481	-	95.262.719
Valor líquido	6.106.399	47.956.364	151.127.558	1.075.478	(880.681)	9.683.685	9.250.821	224.319.624

VDA



Durante o período findo em 31 de dezembro de 2016 os movimentos registrados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2016								
Custo de aquisição	6.534.784	93.484.873	460.279.976	7.183.197	7.433.320	39.822.028	31.014.299	645.752.476
Imparidade acumulada	-	(249.319)	(7.705.133)	-	-	-	(17.906.943)	(25.861.395)
Subsídio ao investimento	-	(374.273)	(114.184.813)	-	(13.002)	(58.481)	(4.407.013)	(119.037.582)
Depreciações acumuladas	-	(41.236.826)	(266.694.847)	(6.299.671)	(7.737.982)	(29.591.449)	-	(351.560.775)
Amortizações subsídio Acum.	-	310.756	88.084.599	-	-	58.481	-	88.453.836
Valor líquido	6.534.784	51.935.212	159.779.780	883.525	(317.663)	10.230.579	8.700.343	237.746.560
Movimento do período								
Adições	266.694	18.998	364.209	572.121	118.726	172.768	17.986.000	19.499.516
Alienações	-	-	(365.761)	(456.734)	(719)	(7.468)	(948.611)	(1.779.293)
Transferências e abates	(50.000)	682.896	983.556	-	-	1.347.423	(3.174.388)	(210.513)
Transferências p/ Prop.investimento	(104.345)	(1.327.949)	-	-	-	-	-	(1.432.294)
Adições subsídios	-	-	(20.811)	-	-	-	-	(20.811)
Imparidade - período	-	-	(335.582)	-	-	-	(1.958.319)	(2.293.901)
Depreciação - período	-	(3.464.993)	(18.551.513)	(420.823)	(494.451)	(1.524.237)	-	(24.456.017)
Depreciação - alienações	-	-	364.861	442.993	480	7.468	-	815.802
Transferências p/ Prop.investimento	-	44.265	-	-	-	-	-	44.265
Amortização Subsídio	-	-	3.419.090	-	-	-	-	3.419.090
31 de dezembro de 2016	6.647.133	47.888.429	145.637.829	1.021.082	(693.628)	10.226.533	20.605.026	231.332.405
Custo de aquisição	6.647.133	92.858.818	461.261.979	7.298.584	7.551.327	41.334.752	44.877.300	661.829.893
Imparidade acumulada	-	(249.319)	(8.040.715)	-	-	-	(19.865.262)	(28.155.296)
Subsídio ao investimento	-	(374.273)	(114.205.624)	-	(13.002)	(58.481)	(4.407.013)	(119.058.393)
Depreciações acumuladas	-	(44.657.554)	(284.881.499)	(6.277.501)	(8.231.953)	(31.108.219)	-	(375.156.726)
Amortizações subsídio Acum.	-	310.756	91.503.689	-	-	58.481	-	91.872.926
Valor líquido	6.647.133	47.888.429	145.637.829	1.021.082	(693.628)	10.226.533	20.605.026	231.332.405

MCP

Adições

Os aumentos registados em ativos tangíveis durante o ano de 2017 englobam 1.410.613 euros de aquisições diretas (em 2016: 1.513.516 euros), e ainda 16.864.434 euros de obras em curso concluídas durante o período (em 2016: 17.986.000 euros) que correspondem ao investimento efetuado pelas empresas do segmento da eletricidade em equipamentos de produção, nomeadamente ampliações de centrais termoelétricas, parques eólicos e aos custos finais da construção da central geotérmica do Pico Alto.

Ativos tangíveis em curso

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o valor acumulado dos ativos tangíveis em curso ascende a 15.616.153 euros e 44.877.300 euros respetivamente.

O valor de custos com empréstimos capitalizados em 2017 nos ativos tangíveis em curso ascende a 323.955 euros (503.527 euros em 2016).

No caso da EDA parte significativa dos ativos fixos tangíveis em curso são obras de média duração relativas à ampliação de potência e sistemas de segurança de centrais produção.

EDA

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Produção	5.029.709	3.417.391
Ampliação central térmica Belo Jardim - Grupo XI	3.674.382	276.995
Outras obras	3.458.440	1.297.884
Central Hídrica Reversível	767.425	692.614
	<u>12.929.956</u>	<u>5.684.884</u>

As transferências de Ativos em curso para Ativos fixos tangíveis ocorridas em 2017, no montante de 6.226.064 euros referem-se essencialmente a obras de ampliações e beneficiação de centros produtores nas ilhas das Flores, Terceira e Graciosa, à remodelação de um edifício na ilha de São Miguel e à monitorização de efluentes gasosos nas ilhas do Faial e Pico.

NDAR

Os ativos em curso nas restantes empresas do grupo correspondem essencialmente aos seguintes projetos:

EDA Renováveis

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Aproveitamentos hidroelétricos		
Ribeira Grande - Flores	195.331	149.842
Substituição condutas - Ilha Terceira	44.650	
Parques eólicos		
Ilha do Corvo	114.913	114.913
Parques fotovoltaicos		
Ilha de Santa Maria	95.300	53.452
Ilha do Corvo	805	-
	<u>450.998</u>	<u>318.207</u>
Campo Geotérmico Pico Alto		
Construção da central	-	11.936.097
Poços de produção e injeção	-	13.475.524
Poços de avaliação	-	6.284.333
Furos termométricos	-	2.706.729
Outros gastos	-	2.277.900
	-	<u>36.680.583</u>
Imparidade	-	<u>(17.906.943)</u>
	-	<u>18.773.640</u>
Campo Geotérmico Ribeira Grande		
Central Pico Vermelho	114.589	114.589
Furo RG5	1.958.319	1.958.319
Furos Cachaços Lombada	90.345	66.971
Execução de três poços opcionais	39.813	21.615
	<u>2.203.066</u>	<u>2.161.494</u>
Imparidade RG5	<u>(1.958.319)</u>	<u>(1.958.319)</u>
	<u>244.747</u>	<u>203.175</u>
	<u>695.745</u>	<u>19.295.022</u>

Imparidade

O Grupo, baseado num conjunto de estudos realizados por entidades de referência no setor, considerou o Campo Geotérmico do Pico Alto como uma área geral de interesse comercial para efeitos de produção de energia elétrica, com base em indicadores positivos apurados na avaliação da produtividade dos quatro poços de produção e injeção e do potencial do recurso geotérmico no que diz respeito à energia calorífica disponível na área de concessão e sua capacidade para a geração de energia, bem com as produtividades esperadas para esses poços e o comportamento do reservatório, sendo que o eventual declínio de produtividade que possa ocorrer será contrabalançado com o desenvolvimento de uma nova campanha de perfuração de 2 a 3 poços geotérmicos direcionais até uma profundidade máxima de cerca de 2.000 metros prevista para 2018 e 2019, no montante estimado de 11 milhões de euros.

Num contexto limitativo de desenvolvimento do projeto, devido ao facto de existir um risco elevado de uma diminuição do fluido geotérmico atualmente disponibilizado, a Empresa decidiu incorrer numa primeira fase na construção de uma central geotérmica de 3,5 MW, cuja exploração iniciada em setembro de 2017 suportará a atual decisão de expandir a capacidade produtiva até 10 MW, num investimento previsto de 13 milhões de euros.

NOAR

O total investido no Campo Geotérmico do Pico Alto foi no montante de 47.216.314 euros, tendo a central geotérmica atingido em 2017 uma produção de cerca de 9,8 GWh. Sublinhe-se que a Empresa adotou o critério contabilístico de capitalização dos gastos com a pesquisa e efetuou testes de imparidade periódicos, tendo inclusivamente reconhecido em 2011 como perdas por imparidade a totalidade dos gastos incorridos com o poço geotérmico PA1 considerado abandonado, no montante de 6.249.616 euros.

A Empresa efetuou testes de imparidade sobre os gastos incorridos na exploração e desenvolvimento do Campo geotérmico agora transferido para ativos em exploração, com efeitos a 31 de dezembro de 2017 e 2016, com base nos seguintes pressupostos:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Vida útil estimada dos ativos	20 anos	20 anos
Custo médio ponderado do capital (WACC)	7,35%	7,87%

O valor de uso desses ativos foi determinado pela atualização dos fluxos de caixa futuros estimados, considerando que a unidade geradora de caixa se consubstancia no Campo Geotérmico do Pico Alto, e tendo em conta que a central geotérmica terá um período de vida útil previsível de 20 anos após a concretização plena da fase de ampliação. Em 2017, utilizou-se uma taxa WACC agravada em cerca de trinta pontos percentuais para fazer face ao risco de uma menor produtividade dos poços.

Os fluxos de caixa futuros estimados refletem os pressupostos que foram utilizados na elaboração do Plano Estratégico Plurianual 2018/2022 e Orçamento para 2018 aprovado na Assembleia Geral de 15 de dezembro de 2017, documento orientador da política de desenvolvimento do acionista Electricidade dos Açores e das empresas subsidiárias, o qual pressupõe que a atual central de 3,5 MWh poderá ser ampliada para 10 MWh até finais de 2022, caso se confirme o potencial produtivo do campo geotérmico, sendo estimado um investimento adicional orçado em cerca de 24,4 milhões de euros, que não serão cofinanciados por qualquer entidade.

A determinação das vendas de energia a produzir foi fundada no preço unitário que vigorará em 2018 e que se manteve constante para o período projetado de 2017-2041, para o qual foram estimados níveis de produção abaixo da capacidade instalada em cerca de 20% (produção bruta considerada a partir de 2022 foi de cerca de 70 GWh). Os níveis de produção de energia elétrica estimados foram ajustados relativamente ao previstos no referido plano e orçamento e resumem-se como segue:

Unid: MWh		
<u>2018</u>	<u>2019 a 2022</u>	<u>2023 a 2041</u>
21.000	24.000	70.080

A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o WACC estimado de 7,35%, tendo em conta a estrutura dos capitais investidos e o risco específico destes ativos e mormente por se ter ponderado que os principais pressupostos no seu cálculo poderão não sofrer alterações significativas num cenário de normalidade.

Como cenário de sensibilidade ponderou-se os efeitos da variação de um ponto percentual da WACC e redução ou aumento do nível dos fluxos de caixa descontados em cerca de 10%, com os resultados a seguir indicados:

	<u>Cenário base</u>	<u>Cenários de sensibilidade</u>	
		<u>Varição de 1%</u>	
Custo médio ponderado do capital (WACC)	7,35%	6,35%	8,35%
Valor atual dos fluxos de caixa descontados	10.481.415	13.551.083	7.877.275
Variação do nível dos fluxos de caixa descontados			
Aumento de 15%	13.185.764		
Redução de 15%	7.777.065		

Com base nos pressupostos utilizados no apuramento do valor de uso, que, comparativamente ao ano anterior incorporam as alterações de comportamento dos mercados financeiros, a Administração determinou que a quantia

NR

recuperável da unidade geradora de caixa fosse estimada em 10.481.415 euros e, consequentemente, o reconhecimento de uma perda de imparidade no período de 3.904.536 euros como se indica:

	2017	2016
Valor de custo	40.301.698	37.747.763
Subsídios ao investimento	(8.008.804)	(7.987.103)
Valor recuperável	10.481.415	11.853.717
Imparidade	21.811.478	17.906.943

de
 h y.
 NR
 gfd

9 Propriedades de investimento

O saldo desta rubrica refere-se às instalações da estação geodésica, na ilha de Santa Maria:

	2017		
	Terreno	Edifício	Total
A 1 de janeiro			
Valor bruto	104.345	1.327.949	1.432.294
Depreciações acumuladas	-	(88.530)	(88.530)
Valor líquido	104.345	1.239.419	1.343.764
Depreciações - Período	-	(44.265)	(44.265)
A 31 de dezembro	-	(44.265)	(44.265)
Valor bruto	104.345	1.327.949	1.432.294
Depreciações acumuladas	-	(132.795)	(132.795)
Valor líquido	104.345	1.195.154	1.299.499
	2016		
	Terreno	Edifício	Total
A 1 de janeiro			
Valor bruto	-	-	-
Depreciações acumuladas	-	-	-
Valor líquido	-	-	-
Transferência custo de aquisição	104.345	1.327.949	1.432.294
Transferência depreciação acumulada	-	(44.265)	(44.265)
Depreciações - Período	-	(44.265)	(44.265)
A 31 de dezembro	104.345	1.239.419	1.343.764
Valor bruto	104.345	1.327.949	1.432.294
Depreciações acumuladas	-	(88.530)	(88.530)
Valor líquido	104.345	1.239.419	1.343.764

No final 2015, foi apresentado à Região Autónoma dos Açores uma minuta de contrato de arrendamento pelo prazo de trinta anos contados a partir de 1 de janeiro de 2016, com uma renda anual de 85.000 euros, que poderá ser atualizada com base na variação média anual do índice de preços. Alternativamente, está ainda previsto o exercício da opção de compra das instalações pelo valor a atribuir ao imóvel corrigido das rendas entretanto pagas e dos juros

vencidos decorridos calculados à taxa anual Euribor de 12 meses acrescida de uma margem de segurança de 2,5%. Em 5 de abril de 2018, a Direção Regional de Ciência e Tecnologia informou que o processo negocial sobre as condições de arrendamento das instalações da estação geodésica relacionada com o projeto Rede Atlântica de Estações Geodinâmicas e Espaciais (RAEGE) estavam a ser avaliadas, no entanto, condicionadas à assunção do compromisso financeiro inerente em 2019. Nesta conformidade, a Gerência da Segma não reconheceu quaisquer rendimentos associados à utilização das instalações apesar de estar convicta de que não ocorrerão alterações substanciais nas condições contratuais propostas.

Todos os encargos e despesas decorrentes da utilização das instalações têm sido suportados pelos utilizadores do imóvel.

10 Ativos Intangíveis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o saldo dos intangíveis detalha-se como segue:

	Licenças CO2	Software	Direito de concessão	Direitos superfície	Ativos em curso	Total
A 1 de janeiro de 2017						
Custo de aquisição	31.330.006	11.490.238	355.384.587	554.312	-	398.759.142
Subsídios	(32.964.370)	-	-	-	-	(32.964.370)
Amortizações acumuladas	(31.330.006)	(10.600.326)	(159.794.304)	(350.126)	-	(202.074.762)
Amortizações subsídios acumuladas	32.964.370	-	-	-	-	32.964.370
Valor líquido	-	889.914	195.590.282	204.186	-	196.684.380
Adições	1.942.702	118.526	8.401.999	58.216	351.827	10.873.271
Consumos	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	351.827	(336.202)	-	(351.827)	(336.202)
Transferência custo de aquisição	-	-	-	-	-	-
Transferência amortizações acumuladas	-	-	-	-	-	-
Amortização - período	(1.942.702)	(536.954)	(8.581.320)	(19.152)	-	(11.080.128)
	-	823.313	195.074.760	243.250	-	196.141.321
31 de dezembro de 2017						
Custo de aquisição	33.272.708	11.960.591	363.450.384	612.528	-	409.296.212
Subsídios	(32.964.370)	-	-	-	-	(32.964.370)
Amortizações acumuladas	(33.272.708)	(11.137.280)	(168.375.624)	(369.279)	-	(213.154.890)
Amortizações subsídios acumuladas	32.964.370	-	-	-	-	32.964.370
Valor líquido	-	823.313	195.074.760	243.250	-	196.141.321

	Licenças CO2	Software	Direito de concessão	Direitos superfície	Ativos em curso	Total
A 1 de janeiro de 2016						
Custo de aquisição	30.749.869	10.862.678	348.452.001	499.712	-	390.564.261
Subsídios	(32.964.370)	-	-	-	-	(32.964.370)
Amortizações acumuladas	(30.475.129)	(10.114.065)	(151.246.458)	(330.893)	-	(192.166.544)
Amortizações subsídios acumuladas	32.964.370	-	-	-	-	32.964.370
Valor líquido	274.740	748.613	197.205.543	168.819	-	198.397.713
Adições	1.152.340	30.695	6.933.454	54.601	596.865	8.767.954
Consumos	(274.740)	-	-	-	-	(274.740)
Transferências e abates	-	596.865	(868)	-	(596.865)	(868)
Transferência custo de aquisição	(297.463)	-	-	-	-	(297.463)
Transferência amortizações acumuladas	297.463	-	-	-	-	297.463
Amortização - período	(1.152.340)	(486.259)	(8.547.847)	(19.233)	-	(10.205.679)
	-	889.914	195.590.282	204.186	-	196.684.380
31 de dezembro de 2016						
Custo de aquisição	31.330.006	11.490.238	355.384.587	554.312	-	398.759.142
Subsídios	(32.964.370)	-	-	-	-	(32.964.370)
Amortizações acumuladas	(31.330.006)	(10.600.326)	(159.794.304)	(350.126)	-	(202.074.762)
Amortizações subsídios acumuladas	32.964.370	-	-	-	-	32.964.370
Valor líquido	-	889.914	195.590.282	204.186	-	196.684.380

Licenças CO2

No âmbito do regime do comércio europeu de licenças de emissão de gases com efeito de estufa (CELE), a Diretiva nº 2009/29/CE do Parlamento Europeu e do Conselho apresenta o quadro legal para o período após 2013. Em conformidade, a Agência Portuguesa do Ambiente publicou a lista nacional de instituições e alocação preliminar de licenças de emissão gratuitas no período 2013-2020, no qual as instalações de produção da EDA deixaram de beneficiar da atribuição gratuita de licenças.

Em 2017 encontram-se registadas em adições 301.364 toneladas de licenças de CO2, no montante de 1.942.702 euros (2016: 229.00 toneladas e 1.152.340 euros), relativas às emissões do exercício de 2017. Destas, 67.256 toneladas foram adquiridas no decorrer do exercício de 2018, encontrando-se especializadas em 31 de dezembro de 2017.

Software

O valor capitalizado como *software* em 2017, refere-se maioritariamente à implementação da solução SAP ARIBA.

Direito de Concessão

O detalhe dos movimentos foram como segue:

	Ativos Concessão	Ativos Concessão em Curso	Subsídios Concessão	Total
A 1 de janeiro de 2017				
Custo de aquisição	416.706.067	7.298.922	(68.620.403)	355.384.587
Amortizações acumuladas	(181.595.328)	-	21.801.023	(159.794.304)
Valor líquido	235.110.739	7.298.922	(46.819.380)	195.590.282
Adições	463.102	10.045.731	(2.106.833)	8.401.999
Transferências	7.117.076	(7.117.076)	-	-
Alienações e abates	(423.880)	87.678	-	(336.202)
Amortização - período	(11.846.385)	-	3.265.066	(8.581.320)
Valor líquido	230.420.652	10.315.255	(45.661.147)	195.074.760
31 de dezembro de 2017				
Custo de aquisição	423.862.365	10.315.255	(70.727.236)	363.450.384
Amortizações acumuladas	(193.441.713)	-	25.066.089	(168.375.624)
Valor líquido	230.420.652	10.315.255	(45.661.147)	195.074.760
A 1 de janeiro de 2016				
Custo de aquisição	406.975.588	6.574.957	(65.098.544)	348.452.001
Amortizações acumuladas	(169.815.156)	-	18.568.698	(151.246.458)
Valor líquido	237.160.432	6.574.957	(46.529.846)	197.205.543
Adições	1.269.802	9.185.510	(3.521.859)	6.933.454
Transferências	8.461.545	(8.461.545)	-	-
Alienações e abates	(868)	-	-	(868)
Amortização - período	(11.780.172)	-	3.232.325	(8.547.847)
Valor líquido	235.110.739	7.298.922	(46.819.380)	195.590.282
31 de dezembro de 2016				
Custo de aquisição	416.706.067	7.298.922	(68.620.403)	355.384.587
Amortizações acumuladas	(181.595.328)	-	21.801.023	(159.794.304)
Valor líquido	235.110.739	7.298.922	(46.819.380)	195.590.282

No período de 2017 a EDA efetuou investimentos em aquisição/construção de ativos para a infraestrutura da concessão no montante de 8.401.999 euros (2016: 6.933.454 euros), líquido dos subsídios recebidos.

A amortização do ativo intangível, líquida da amortização de subsídios recebidos, no montante de 8.581.320 euros (2016: 8.547.847 euros), foi efetuada com base nos valores de amortização dos ativos afetos à concessão.

Direitos superfície

Este montante refere-se a direitos de superfície adquiridos para instalação dos aproveitamentos eólicos.



Amortizações

Do valor constante no mapa de movimentos como amortizações do período no montante de 11.080.128 euros (em 2016: 10.205.679 euros), 9.137.426 euros (2016: 9.053.339 euros) encontram-se reconhecidos na rubrica de Gastos/Reversões de depreciação e amortização e o remanescente, relativo às licenças de CO₂, em outros gastos operacionais (ver Nota 31).

11 Interesses em associadas

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o movimento registado nos interesses em associadas é como segue:

	2017	2016
1 de janeiro	255.355	262.040
Ganhos / (Perdas) por equivalência	(683)	(6.569)
Ajustamento Participação	-	(116)
31 de dezembro	254.672	255.355

Os ativos e passivos a 31 de dezembro de 2017 e 2016 e os rendimentos e gastos gerados, conforme reconhecido nas demonstrações financeiras individuais das empresas associadas, são como segue:

	% capital detido	Ativos correntes	Passivos correntes	Rédito	Resultado do período	Saldo
31 de dezembro de 2017						
Oniaçores, SA	40,00%	642.899	6.218	-	(1.708)	254.672
		642.899	6.218	-	(1.708)	254.672
31 de dezembro de 2016						
Oniaçores, SA	40,00%	703.557	65.169	74.032	(16.421)	255.355
		703.557	65.169	74.032	(16.421)	255.355

12 Ativos e passivos por Impostos Diferidos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados na Demonstração da posição financeira consolidada pelo seu valor bruto.

O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos, ocorrido para os períodos apresentados, foi como se segue:

	2017	2016
Capital próprio		
Imposto diferido	(86.615)	35.171
	(86.615)	35.171
Demonstração do rendimento integral		
Imposto diferido	(250.936)	(292.619)
Imposto corrente	(2.757.049)	(5.087.010)
	(3.007.986)	(5.379.629)

Impacto dos movimentos nas rubricas de Impostos diferidos

	2017	2016
Impacto na demonstração do rendimento integral		
Ativos por impostos diferidos	543.795	(331.870)
Passivos por impostos diferidos	(794.732)	39.251
	<u>(250.936)</u>	<u>(292.619)</u>
Impactos no Capital próprio		
Ativos por impostos diferidos	(86.615)	35.171
	<u>(86.615)</u>	<u>35.171</u>

Os movimentos ocorridos nas rubricas de ativos e passivos por impostos diferidos para os períodos apresentados são como se segue:

Ativos por impostos diferidos - Movimentos do ano

	Pensões	Convergência tarifária	Prejuízos Fiscais	Provisão Desmantel. Pq. Eólicos	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2017	2.852.394	6.194.775	27.029	622.091	3.280.728	12.977.018
Transferência de Passivos ID	-	-	-	(336.363)	-	(336.363)
Constituição/reversão por capital	(107.262)	-	20.647	-	-	(86.615)
Constituição por resultados	-	90.808	-	49.994	4.643.418	4.784.219
Reversão por resultados	(100.071)	(3.683.984)	(43.080)	-	(76.926)	(3.904.061)
Movimento do exercício	(207.333)	(3.593.177)	(22.433)	(286.369)	4.566.492	457.180
A 31 de dezembro de 2017	2.645.061	2.601.598	4.596	335.723	7.847.220	13.434.198

	Pensões	Convergência tarifária	Prejuízos Fiscais	Provisão Desmantel. Pq. Eólicos	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2016	3.312.263	6.641.439	109.899	606.063	2.604.053	13.273.718
Constituição/reversão por capital	32.034	-	-	-	3.137	35.171
Constituição por resultados	-	(446.664)	-	16.028	740.841	310.205
Reversão por resultados	(491.903)	-	(82.870)	-	(67.303)	(642.076)
Movimento do exercício	(459.869)	(446.664)	(82.870)	16.028	676.675	(296.701)
A 31 de dezembro de 2016	2.852.394	6.194.775	27.029	622.091	3.280.728	12.977.018

Passivos por impostos diferidos - Movimentos do ano

	Reavaliação normativo anterior	Convergência tarifária	Revalorização transição	Provisão Desmantel. Pq. Eólicos	Total
A 1 de janeiro de 2017	(162.462)	(1.314.470)	(329.051)	(336.363)	(2.142.346)
Transferência para Ativos ID	-	-	-	336.363	336.363
Constituição por resultados	-	(1.154.066)	-	-	(1.154.066)
Reversão por resultados	15.589	-	7.383	-	22.972
Movimento do exercício	15.589	(1.154.066)	7.383	336.363	(794.732)
A 31 de dezembro de 2017	(146.873)	(2.468.536)	(321.668)	-	(2.937.077)

	Reavaliação normativo anterior	Convergência tarifária	Revalorização transição	Provisão Desmantel. Pq. Eólicos	Total
A 1 de janeiro de 2016	(177.196)	(1.314.470)	(336.434)	(353.497)	(2.181.597)
Reversão por resultados	14.734	-	7.383	17.134	39.251
Movimento do exercício	14.734	-	7.383	17.134	39.251
A 31 de dezembro de 2016	(162.462)	(1.314.470)	(329.051)	(336.363)	(2.142.346)

13 Ativos e passivos financeiros por categoria

As políticas contabilísticas para instrumentos financeiros de acordo com a IAS 39, foram aplicadas aos seguintes ativos e passivos financeiros:

2017	Créditos e valores a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos/ Passivos ao justo valor por via resultados	Outros passivos financeiros	Ativos/ passivos não financeiros	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	7.829.369	-	-	-	-	7.829.369
Cientes e outras contas a receber	49.047.470	-	-	-	-	49.047.470
Ativos financeiros disponíveis p/ venda	-	241.682	-	-	-	241.682
Total ativos financeiros	56.876.839	241.682	-	-	-	57.118.521
Passivos						
Empréstimos obtidos	-	-	-	(233.584.594)	-	(233.584.594)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	-	(34.711.696)	(9.272.582)	(43.984.278)
Total passivos financeiros	-	-	-	(268.296.289)	(9.272.582)	(277.568.872)
2016	Créditos e valores a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos/ Passivos ao justo valor por via resultados	Outros passivos financeiros	Ativos/ passivos não financeiros	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	6.636.519	-	-	-	-	6.636.519
Cientes e outras contas a receber	44.813.691	-	-	-	-	44.813.691
Ativos financeiros disponíveis p/ venda	-	407.035	-	-	-	407.035
Total ativos financeiros	51.450.210	407.035	-	-	-	51.857.245
Passivos						
Empréstimos obtidos	-	-	-	(223.249.218)	-	(223.249.218)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	-	(47.556.967)	(9.532.962)	(57.089.929)
Total passivos financeiros	-	-	-	(270.806.185)	(9.532.962)	(280.339.147)

O justo valor dos ativos e passivos valorizados ao justo valor corresponde aos seguintes níveis, tal como previsto na IFRS 13 – Justo valor.

Em 31 de dezembro de 2017 não existiam ativos e passivos realizados ao justo valor, enquanto que em 31 de dezembro de 2016 é como segue:

NR

	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
Ativos financeiros				
Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados	-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	104.543	-	-	104.543
	104.543	-	-	104.543
Passivos financeiros				
Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados	-	-	-	-
	-	-	-	-

O saldo remanescente da rubrica de ativos financeiros disponíveis para venda refere-se a investimentos em instrumentos de capital mensurados ao custo, por o seu justo valor não ser determinável com fiabilidade.

14 Ativos financeiros disponíveis para venda

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os ativos reconhecidos nesta rubrica referem-se a instrumentos de capital detidos nas seguintes entidades:

<u>Entidade</u>	<u>% detida 2017</u>	<u>2017</u>	<u>% detida 2016</u>	<u>2016</u>
NOS Açores Comunicações, S.A.	6,18%	228.649	6,18%	228.649
Fundação Eng. José Cordeiro i)	60,00%	5.736	60,00%	5.736
INOVA - Instituto Inovação Tecnológica dos Açores	0,77%	5.297	0,77%	5.297
ENTA - Escola Novas Tecnologias dos Açores	2,00%	2.000	2,00%	2.000
GSU Açores – Gestão Sistemas Urbanos dos Açores ii)	62,63%	-	62,63%	60.809
Total participações capital		241.682		302.492
Imparidade em participações de capital		-		-
		241.682		302.492

<u>Entidade</u>	<u>UP's detidas</u>	<u>2017</u>	<u>UP's detidas</u>	<u>2016</u>
Luso Carbon Fund iii)		-	10	104.543
Total participação UP's		-		104.543
Total		241.682		407.035

i) Apesar da percentagem de participação detida na Fundação Engenheiro José Cordeiro corresponder a 60% do capital, a EDA não tem controlo ou influência significativa sobre as atividades exercidas por esta entidade;

ii) Em 7 de dezembro de 2017, a Norma Açores procedeu à dissolução e encerramento da GSU Açores – Gestão de Sistemas Urbanos dos Açores, Sociedade Unipessoal, Lda., tendo em consideração a Resolução do Conselho do Governo nº 133/2017 de 6 de dezembro de 2017. Acresce-se que esta empresa encontrava-se sem atividade, razão pela qual, e associada à imaterialidade do valor, nunca foi incluída no perímetro de consolidação;

iii) Em 2017 procedeu-se à alienação do Luso Carbon Fund pelo montante de 103.850 euros, originando uma perda de 693 euros (2016: perda de 15.301 euros), sendo esta perda registada na Demonstração dos resultados. O valor da cotação de cada UP a 31 de dezembro de 2016 era de 10.454 euros.

As participações de capital encontram-se mensuradas ao custo deduzidas de imparidade, por não ser possível determinar com fiabilidade o seu justo valor.

15 Clientes e outras contas a receber

No período findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a decomposição da rubrica de Clientes e outras contas a receber é como se segue:

	2017			2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes	37.045.117	-	37.045.117	38.932.269	-	38.932.269
Imparidade de clientes	(2.167.050)	-	(2.167.050)	(2.049.861)	-	(2.049.861)
Clientes - Valor líquido	34.878.068	-	34.878.068	36.882.408	-	36.882.408
Terrenos da Calheta expropriados	29.090	176.964	206.054	29.090	208.478	237.568
Deslastragens a regularizar	144.532	-	144.532	480.725	-	480.725
Convergência tarifária	541.225	5.281.950	5.823.175	-	-	-
Programa PRORURAL+	2.288.076	-	2.288.076	1.483.252	-	1.483.252
Outros devedores	2.435.935	-	2.435.935	2.241.196	-	2.241.196
Acréscimo proveitos	3.271.630	-	3.271.630	3.488.542	-	3.488.542
Compensação regional ao fuelóleo	6.412.041	-	6.412.041	6.412.041	-	6.412.041
	50.000.597	5.458.914	55.459.511	51.017.254	208.478	51.225.732
Imparidade devedores acréscimos rendimentos	(6.412.041)	-	(6.412.041)	(6.412.041)	-	(6.412.041)
	43.588.556	5.458.914	49.047.470	44.605.213	208.478	44.813.691

i) Clientes:

Os principais clientes do Grupo EDA têm as seguintes naturezas:

- 2.860.201 euros (2016: 3.947.455 euros) referem-se aos valores faturados à REN a título de convergência tarifária;
- 10.212.322 euros (2016: 10.563.002 euros) referem-se aos saldos a receber de clientes (consumidores domésticos e industriais não associados ao Setor Público Estatal) resultantes do regular fornecimento de energia elétrica.

Qualidade do crédito

A qualidade de crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos nem em imparidade, podem ser avaliados com referência ao *rating* de crédito ou informação histórica das entidades a que se referem:

	2017	2016
Baa3	2.860.201	3.947.455
Outros sem rating	19.886.334	19.827.255
Total de créditos e valores a receber	22.746.535	23.774.711

MCAP

Imparidade de clientes

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, o valor da imparidade de clientes registou os seguintes movimentos:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
A 1 de janeiro	2.049.861	1.677.193
Aumentos	532.169	769.767
Utilizações	(265.839)	(225.061)
Reduções	<u>(149.141)</u>	<u>(172.038)</u>
A 31 de dezembro	<u>2.167.050</u>	<u>2.049.861</u>

A antiguidade dos saldos vencidos com imparidade é a seguinte:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
de 6 a 12 meses	307.671	302.350
de 12 a 18 meses	222.732	221.940
de 18 a 24 meses	148.043	130.824
superior a 24 meses	<u>1.488.604</u>	<u>1.394.747</u>
	<u>2.167.050</u>	<u>2.049.861</u>

A antiguidade dos saldos vencidos sem imparidade é a seguinte:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
de 6 a 12 meses	1.724.979	2.473.228
de 12 a 18 meses	2.186.283	1.753.268
de 18 a 24 meses	2.306.385	1.882.377
superior a 24 meses	<u>5.913.885</u>	<u>6.998.825</u>
	<u>12.131.532</u>	<u>13.107.697</u>

ii) A rubrica Convergência tarifária inclui o valor estimado para 2017 no montante de 5.281.950 euros que será recebido em 2019. Esta rubrica inclui também a estimativa da tarifa social referente ao ano de 2017 e 2016 no montante de 347.642 euros e 193.583 euros respetivamente;

iii) Relativamente ao Programa PRORURAL enquadra-se no período de programação 2007-2013 da política da União Europeia de desenvolvimento rural, sendo participado pelo Fundo Europeu Agrícola de desenvolvimento Rural (FEADER).

iv) Outros devedores:

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de Outros devedores inclui Adiantamentos a fornecedores no montante de 1.004.709 euros e ainda 713.650 euros referente a Custos diferidos.

v) Acréscimos de proveitos:

Inclui a energia em contador no montante de 2.183.964 euros (2016: 2.534.472 euros) a faturar aos clientes em 2018 e serviços prestados relacionados com a atividade das subsidiárias e ainda não faturados;

vi) Compensação regional de fuelóleo:

Em conformidade com o acordo celebrado em 18 de dezembro de 2009 com a Região Autónoma dos Açores relativo ao abastecimento de fuelóleo, o saldo que se estima receber da compensação do diferencial do preço de aquisição do período de janeiro de 2010 a setembro de 2012 é assim representado:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ano de 2010	3.402.269	3.402.269
Ano de 2011	864.911	864.911
Ano de 2012	2.144.861	2.144.861
	<u>6.412.041</u>	<u>6.412.041</u>

Dada a incerteza sobre a sua efetiva realização foi registada uma imparidade de montante similar, que teve o seguinte movimento:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
A 1 de janeiro	6.412.041	6.412.041
Aumentos	-	-
A 31 de dezembro	<u>6.412.041</u>	<u>6.412.041</u>

16 Inventários

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Mercadorias	28.770	28.210
Materiais diversos	9.845.336	8.090.380
	9.874.107	8.118.590
Imparidade:		
Mercadorias	-	-
Materiais diversos	(142.741)	(453.471)
	(142.741)	(453.471)
	<u>9.731.365</u>	<u>7.665.119</u>

O saldo de mercadorias em 31 de dezembro de 2017 refere-se essencialmente a telemóveis e acessórios comercializados pela Globaleda, na sua atividade de Telecomunicações.

O saldo de materiais diversos refere-se essencialmente a matérias-primas como o fuelóleo e gasóleo, e peças de manutenção e reparação, para substituição corrente nos ativos tangíveis de produção.

Evolução da imparidade de inventários:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
A 1 de janeiro	453.471	130.979
Aumentos	-	358.597
Utilizações	(310.730)	(36.105)
Valor líquido	<u>142.741</u>	<u>453.471</u>

O reforço da imparidade em 2016 refere-se a materiais considerados obsoletos e combustíveis resultantes da limpeza de tanques sem condições de aplicação.



17 Imposto sobre o rendimento

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos referentes a imposto sobre o rendimento corrente são como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Pagamentos por conta	(4.279.935)	(5.343.153)
Retenções na fonte	(45.295)	(115.296)
IRC a recuperar	-	(422.664)
Estimativa de IRC	<u>2.824.016</u>	<u>5.150.981</u>
Total imposto s/ rendimento	<u>(1.501.214)</u>	<u>(730.132)</u>
Saldo ativo	(2.016.718)	(1.187.072)
Saldo passivo	<u>515.504</u>	<u>456.940</u>
	<u>(1.501.214)</u>	<u>(730.132)</u>

O saldo de IRC a recuperar de 422.664 euros refere-se ao pagamento em excesso da derrama estadual no exercício de 2012, que foi reembolsado em 2017.

18 Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresentam os seguintes valores:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa	11.562	11.190
Depósitos bancários	<u>7.817.807</u>	<u>6.625.329</u>
	<u>7.829.369</u>	<u>6.636.519</u>

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de Caixa e equivalentes de caixa para efeitos da elaboração da demonstração dos fluxos de caixa consolidados para os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é igual ao apresentado acima, dado não existirem descobertos bancários a estas datas.

19 Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o capital social da EDA, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 14.000.000 ações com o valor nominal de 5 euros cada.

O detalhe do capital social a 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é como segue:

	<u>Número de ações</u>	<u>Capital Social</u>
Capital Social	<u>14.000.000</u>	<u>70.000.000</u>
	<u>14.000.000</u>	<u>70.000.000</u>

NOB

As ações representativas do capital são detidas integralmente pelas seguintes entidades:

	Nº Ações	% detida
Região Autónoma dos Açores	7.014.000	50,1%
ESA - Energia e Serviços dos Açores, SGPS, SA	5.558.120	39,7%
EDP - Gestão da Produção de Energia, SA	1.400.000	10,0%
Outros	27.880	0,2%
	14.000.000	100%

A EDA não possui quaisquer ações próprias em carteira à data de 31 de dezembro de 2017 e 2016. Nos termos do artigo 15º do Decreto-Lei nº 243/2004 que aprovou as primeiras fases do processo de reprivatização da EDA, a Região Autónoma dos Açores enquanto detiver pelo menos 5% do capital social da EDA terá: (i) direito de veto em deliberações da Assembleia Geral que tenham por objeto ou como efeito a redução significativa da atividade da empresa na Região Autónoma dos Açores, a fusão, a cisão, a transformação ou a dissolução da sociedade e a alteração dos seus estatutos, incluindo a redução do capital social e a mudança da localização de sede, mas excluindo o aumento do capital social e (ii) e poder de designar um dos membros do Conselho de Administração, que dispõe de direitos de veto nas deliberações do Conselho que tenham objeto idêntico ao referido na alínea anterior.

20 Outras reservas e resultados acumulados

Outras reservas

As rubricas Outras reservas registaram os seguintes movimentos durante o período findo em 31 de dezembro de 2017:

	Reserva legal	Reservas estatutárias	Reserva Justo valor	Total
A 1 de janeiro de 2016	10.500.000	346.796	(182.585)	10.664.211
Total do rendimento integral do período	-	-	(12.164)	(12.164)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-
Aplicação Resultado líquido	700.000	-	-	700.000
A 31 de dezembro de 2016	11.200.000	346.796	(194.749)	11.352.047
Total do rendimento integral do período	-	-	(551)	(551)
Alienação no ano	-	-	195.301	195.301
Distribuição de dividendos	-	-	-	-
Aplicação Resultado líquido	970.000	-	-	970.000
A 31 de dezembro de 2017	12.170.000	346.796	-	12.516.796

A Reserva legal não está ainda totalmente constituída nos termos da lei (20% do capital social), pelo que um mínimo de 5% dos resultados é destinado à sua dotação. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do Capital Social.

As Reservas estatutárias referem-se a reservas constituídas em períodos anteriores à data da transformação da EDA em sociedade anónima em 1997. Estas reservas não são distribuíveis podendo apenas ser utilizadas para aumentos de capital.

Reserva de justo valor: nesta reserva são registadas as variações de justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda. Em 31 de dezembro de 2016 o valor registado refere-se à flutuação de justo valor das unidades de participação detidas no Luso Carbon Fund deduzido do respetivo Imposto diferido (ver Notas 12 e 14).

Em 2017 as unidades de participação detidas neste fundo foram alienadas pelo valor de 103.850 euros.

Resultados acumulados

Por deliberação da Assembleia Geral da EDA (contas individuais), de 27 de abril de 2017, a aplicação do resultado do período findo em 31 de dezembro de 2016, resultou no reforço da reserva legal em 970.000 euros e na distribuição a título de dividendos de 10.010.000 euros, de 480.415 euros a título de contribuição para plano de benefícios aos empregados e Resultados transitados no montante de 7.756.167 euros.

Adicionalmente foram distribuídos extraordinariamente dividendos no montante de 8.015.000 euros por conta de Resultados transitados de anos anteriores.

Na rubrica de Resultados transitados encontram-se incluídos 2.058.437 euros (2016: 2.248.549 euros) decorrentes de excedentes de reavaliação efetuados no âmbito do normativo contabilístico anterior e ainda não realizados por depreciação ou anulação, não sendo passíveis de distribuição aos acionistas, podendo apenas ser utilizados em futuros aumentos de capital ou em outras situações específicas previstas na legislação.

Adicionalmente, encontram-se registados 46.299.584 euros (2016: 42.752.875 euros) de apropriação de resultados das subsidiárias não sendo passíveis de distribuição aos acionistas até à data em que se encontrem realizados, expectavelmente através de distribuição de dividendos.

21 Interesses que não controlam

O valor de interesses que não controlam registou a seguinte evolução:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
A 1 de janeiro	1.706.973	1.397.277
Dividendos pagos	i) (258.513)	(86.222)
Lucro/(prejuízo) do período:		
- Globaleda	191.728	126.896
- Norma	39.222	131.006
- Controlauto	66.543	138.016
A 31 de dezembro	1.745.953	1.706.973

i) Os dividendos pagos referem-se às subsidiárias Controlauto e Norma Açores.

O saldo de interesses que não controlam refere-se às seguintes participações:

	<u>2017</u>		<u>2016</u>	
	<u>% capital</u>	<u>Saldo</u>	<u>% capital</u>	<u>Saldo</u>
Globaleda	25,10%	232.545	25,10%	40.818
Norma	37,375%	965.082	37,375%	1.046.357
Controlauto	62,425%	548.326	62,425%	619.799
		1.745.953		1.706.973

A informação financeira relativa às entidades que têm interesses que não controlam está apresentada na Nota 37.

22 Provisões

O Grupo EDA reconheceu nas suas demonstrações financeiras uma provisão com (i) gastos a incorrer com desmantelamentos no final do período de exploração dos aproveitamentos eólicos instalados em propriedade de terceiros e com (ii) a provável restituição de subsídios com a formação profissional.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os movimentos nesta rubrica foram como segue:

	<u>Desmantelamento</u>	<u>Subsídios</u>	<u>Total</u>
A 1 de janeiro 2016	2.956.404	-	2.956.404
Efeito financeiro do desconto	16.789	-	16.789
Dotação	61.399	7.935	69.334
A 31 de dezembro de 2016	3.034.592	7.935	3.042.527
Efeito financeiro do desconto	14.681	-	14.681
Dotação	14.441	274	14.715
A 31 de dezembro de 2017	3.063.714	8.209	3.071.923

23 Empréstimos obtidos

A repartição dos empréstimos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final do período, é como segue:

	<u>2017</u>			<u>2016</u>		
	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Total</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Total</u>
Papel comercial	25.000.000	65.000.000	90.000.000	20.000.000	45.000.000	65.000.000
Empréstimos bancários	25.734.541	117.714.074	143.448.615	24.892.891	133.301.012	158.193.903
Outros empréstimos	20.723	93.255	113.978	17.449	95.969	113.418
	50.755.264	182.807.328	233.562.592	44.910.340	178.396.981	223.307.321
Juros a pagar - Empréstimos	656.733	-	656.733	616.008	-	616.008
Juros pagos (antecipação)	-	(634.732)	(634.732)	-	(674.111)	(674.111)
	51.411.997	182.172.596	233.584.594	45.526.348	177.722.870	223.249.218

A EDA é subscritora de 7 programas de papel comercial no valor de 140.000.000 euros, dos quais se encontravam utilizados 90.000.000 euros a 31 de dezembro de 2017 (2016: 65.000.000 euros). Destes programas de papel comercial 65.000.000 euros são evidenciados no passivo não corrente, uma vez que é prática do grupo proceder à renovação dos contratos durante o seu período de vigência. O prazo dos programas de emissão de papel comercial é de um ano, renovável automaticamente por iguais períodos, até ao máximo de 5 anos.

Os empréstimos bancários não têm como garantia real atribuída os ativos da EDA. No entanto, alguns empréstimos contratados junto de instituições de crédito especiais, como seja o BEI, beneficiam de aval da Região Autónoma dos Açores e/ou do Governo da República. Os montantes dos empréstimos avalizados pelo Governo da República em 31 de dezembro de 2017 eram de 20 909 091 euros (2016: 25.090.909 euros). Existem outros empréstimos avalizados simultaneamente pela Região e pela República no montante de 47.500.000 euros (2016: 52.000.000 euros). Para o montante de 17 181 818 euros (2016: 19.636.364 euros) e, por exigência do BEI foi constituída uma garantia bancária.

NOR

O detalhe dos empréstimos bancários em 31 de dezembro de 2017 é como segue:

	Montante	Moeda	Data Início	Data Fim	Remuneração	Reembolso
Empréstimo 1	1.000.000	euros	10/10/2011	(a)	EUR_360_12M + spread	-
Empréstimo 2	4.710.000	euros	28/09/2017	(b)	EUR_360_6M + spread	-
Empréstimo 3	18.147.705	euros	16/07/2014	16/07/2024	EUR_360_6M + spread	Semestral
Empréstimo 4	34.000.000	euros	11/02/2016	11/02/2026	EUR_360_6M + spread	Semestral
Empréstimo 5	1.500.000	euros	12/02/2004	15/12/2018	EUR_360_6M + margem variável	Anual
Empréstimo 6	1.175.000	euros	15/09/2004	15/12/2018	EUR_360_6M + margem variável	Anual
Empréstimo 7	1.000.000	euros	17/02/2005	15/12/2018	EUR_360_6M + margem variável	Anual
Empréstimo 8	2.400.000	euros	19/07/2005	15/06/2020	EUR_360_6M + margem variável	Anual
Empréstimo 9	3.075.000	euros	27/02/2006	27/02/2020	EUR_360_6M + margem fixa	Anual
Empréstimo 10	10.681.818	euros	20/12/2007	15/09/2022	Taxa Fixa	Anual
Empréstimo 11	8.636.364	euros	20/11/2008	15/09/2022	Taxa Fixa	Anual
Empréstimo 12	9.545.455	euros	30/09/2010	15/09/2024	Taxa Fixa	Anual
Empréstimo 13	3.818.182	euros	26/11/2012	15/09/2024	EUR_360_6M + margem fixa	Anual
Empréstimo 14	30.000.000	euros	29/10/2014	29/10/2032	Taxa Fixa	Semestral
Empréstimo 15	4.500.000	euros	29/04/2017	29/04/2035	Taxa Fixa	Semestral
Empréstimo 16	681.818	euros	20/12/2007	15/09/2022	Taxa Fixa	Anual
Empréstimo 17	200.000	euros	15/09/2004	15/12/2018	EUR_360_6M + margem variável	Anual
Empréstimo 18	909.091	euros	20/11/2008	15/09/2022	Taxa Fixa	Anual
Empréstimo 19	3.818.182	euros	26/11/2012	15/09/2024	EUR_360_6M + margem fixa	Anual
Empréstimo 20	525.000	euros	27/02/2006	27/02/2020	EUR_360_6M + margem variável	Anual
Empréstimo 21	125.000	euros	15/09/2004	15/12/2018	EUR_360_6M + margem variável	Anual
Empréstimo 22	3.000.000	euros	19/07/2005	15/06/2020	EUR_360_6M + margem fixa	Anual
Total	143.448.615					

(a) Renovação anual automática

(b) Renovação semestral automática

O detalhe dos empréstimos bancários em 31 de dezembro de 2016 é como segue:

	Montante	Moeda	Data Início	Data Fim	Remuneração	Reembolso
Empréstimo 1	2.170.000	euros	10/10/2011	(a)	EUR_360_12M + spread	-
Empréstimo 2	765.000	euros	14/05/2004	(b)	EUR_360_6M + spread	-
Empréstimo 3	20.531.631	euros	16/07/2014	16/07/2024	EUR_360_6M + spread	Semestral
Empréstimo 4	38.000.000	euros	11/02/2016	11/02/2026	EUR_360_6M + spread	Semestral
Empréstimo 5	1.400.000	euros	26/06/2002	15/03/2017	EUR_360_6M + margem variável	Anual
Empréstimo 6	600.000	euros	15/03/2003	15/03/2017	EUR_360_6M + spread	Anual
Empréstimo 7	3.000.000	euros	12/02/2004	15/12/2018	EUR_360_6M + margem variável	Anual
Empréstimo 8	2.350.000	euros	15/09/2004	15/12/2018	EUR_360_6M + margem variável	Anual
Empréstimo 9	2.000.000	euros	17/02/2005	15/12/2018	EUR_360_6M + margem variável	Anual
Empréstimo 10	3.200.000	euros	19/07/2005	15/06/2020	EUR_360_6M + margem variável	Anual
Empréstimo 11	4.100.000	euros	27/02/2006	27/02/2020	EUR_360_6M + spread	Anual
Empréstimo 12	12.818.182	euros	20/12/2007	15/09/2022	Taxa Fixa	Anual
Empréstimo 13	10.363.636	euros	20/11/2008	15/09/2022	EUR_360_6M + spread	Anual
Empréstimo 14	10.909.091	euros	30/09/2010	15/09/2024	Taxa Fixa	Anual
Empréstimo 15	4.363.636	euros	26/11/2012	15/09/2024	EUR_360_6M + spread	Anual
Empréstimo 16	30.000.000	euros	29/10/2014	29/10/2032	EUR_360_6M + spread	Semestral
Empréstimo 17	818.182	euros	20/12/2007	15/09/2022	Taxa Fixa	Anual
Empréstimo 18	400.000	euros	15/09/2004	15/12/2018	EUR_360_6M + margem variável	Anual
Empréstimo 19	1.090.909	euros	20/11/2008	15/09/2022	EUR_360_6M + spread	Anual
Empréstimo 20	4.363.636	euros	26/11/2012	15/09/2024	EUR_360_6M + spread	Anual
Empréstimo 21	700.000	euros	27/02/2006	27/02/2020	EUR_360_6M + margem variável	Anual
Empréstimo 22	250.000	euros	15/09/2004	15/12/2018	EUR_360_6M + margem variável	Anual
Empréstimo 23	4.000.000	euros	19/07/2005	15/06/2020	EUR_360_6M + spread	Anual
Total	158.193.903					

(a) Renovação anual automática

(b) Renovação trimestral automática

WCP

No final do período de 2017 e 2016, o Grupo EDA possuía ainda as seguintes linhas de crédito contratadas e não utilizadas:

	2017	2016
Taxas de juro variáveis		
correntes	69.290.000	72.065.000
não correntes	15.500.000	20.000.000
	84.790.000	92.065.000

As linhas de crédito com vencimento até 1 ano são renováveis, de forma automática, anual ou trimestralmente. As linhas de crédito com vencimento após 1 ano não têm limite definido.

A exposição dos empréstimos do Grupo EDA às alterações das taxas de juro nos períodos contratuais de fixação das taxas é como se segue:

	2017	2016
Até 6 meses	168.608.047	198.761.866
Entre 6 e 12 meses	-	-
Entre 1 e 5 anos	64.954.545	24.545.455
Superior a 5 anos	-	-
	233.562.592	223.307.321

O justo valor dos empréstimos são como segue:

	Justo valor	
	2017	2016
Papel Comercial	90.000.000	65.000.000
Empréstimos Bancários	147.271.282	157.518.751
Outros Empréstimos	113.978	113.418

O justo valor é calculado pelo método dos *cash flows* descontados, utilizando a taxa de desconto, da data do relato financeiro, de acordo com as características de cada empréstimo. O justo valor dos empréstimos negociados a taxas de juro variáveis aproxima-se ao valor contabilístico dos mesmos. No caso dos empréstimos com taxas de juro fixas (ex: BEI VII) é calculado o respetivo justo valor, para efeitos de divulgação.

Com a finalidade de proteger o interesse do financiador são estabelecidos nos diversos contratos de financiamento compromissos por meio dos quais fica estabelecido que determinados atos devem ser cumpridos, ao passo que outros não devem ser executados, os chamados *Covenants*".



Os *Covenants* associados aos contratos de financiamento do Grupo EDA são, por tipo de empréstimo:

	Empréstimos Mercado		Papel Comercial	Conta Corrente
	Interno	Externo		
Empréstimo A	Ownership Clause Pari Passu Cisão ou fusão do Mutuário	Garantia Região Autónoma Açores Garantia República Portuguesa Cisão ou fusão do Mutuário Ownership Clause	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Cross Default	Ownership Clause Negative Pledge
Empréstimo B	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Cross Default	Garantia Região Autónoma Açores Garantia República Portuguesa Cisão ou fusão do Mutuário Ownership Clause	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Cross Default	Ownership Clause
Empréstimo C	-	Rácios ou Notação de Rating Internacional Garantia República Portuguesa Cisão ou fusão do Mutuário Ownership Clause	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Cross Default	Cross Default
Empréstimo D	-	Garantia GCD Cisão ou fusão do Mutuário Ownership Clause Pari Passu	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Cross Default	Ownership Clause Pari Passu Cross Default
Empréstimo E	-	Garantia Região Autónoma Açores Garantia República Portuguesa Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge Cross Default	-
Empréstimo F	-	-	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge	-
Empréstimo G	-	-	Ownership Clause Pari Passu Negative Pledge	-

24 Obrigações de benefícios de reforma e outros

A EDA tem as seguintes obrigações de pagamento de benefícios aos empregados pós-emprego: i) benefícios definidos referentes a complementos de pensões de reforma para os empregados admitidos até 31 de dezembro de 2002 e o pagamento de pensões de reforma a empregados da Administração Pública reformados até 30 de novembro de 1999, na quota-parte dos anos ao seu serviço; e ii) contribuições definidas para pensões de reforma (empregados admitidos após 1 de janeiro de 2003).

i) Plano de benefícios definidos (EDA)

Com base no regulamento de ação social em vigor até 31 de dezembro de 2002, a EDA tem a responsabilidade de complementar até ao máximo de 80% as pensões de reforma atribuídas pelas instituições de segurança social aos seus empregados, admitidos até 31 de dezembro de 2002, reformados com pelo menos 30 anos de serviço (sendo de 20 anos para os trabalhadores em regime de turnos), sofrendo esse limite uma redução em função do tempo de serviço prestado, se inferior. Para além desta responsabilidade com complementos de pensões de reforma, a EDA tem ainda a responsabilidade de assegurar o pagamento das pensões aos empregados oriundos do setor público e das autarquias locais abrangidos pelo regime da Caixa Geral de Aposentações e reformados até 30 de novembro de 1999, na parte correspondente ao período em que estiveram ao serviço da EDA.

ii) Plano de contribuição definida

As empresas do Grupo EDA, EDA Renováveis e Segma constituíram um plano de contribuições definidas, o Plano de pensões Futuro+ para os seus empregados não abrangidos por outros planos de benefícios. Este plano é gerido pela BPI Pensões.

Em termos globais, o impacto destes planos nas demonstrações financeiras consolidadas é como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Obrigações na Demonstração da posição financeira		
Plano de pensões	12.902.738	13.914.118
	<u>12.902.738</u>	<u>13.914.118</u>
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Gastos na demonstração dos resultados		
Plano de pensões	628.243	676.085
Planos contribuições definidas	580.320	516.094
	<u>1.208.563</u>	<u>1.192.179</u>

Os principais pressupostos utilizados no cálculo atuarial, são os abaixo indicados:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Tábua de mortalidade	TV 73/77	TV 73/77
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80
Taxa técnica de rendimento	1,85%	2,00%
Taxa técnica de atualização	1,85%	2,00%
Taxa de crescimento salarial	1,50%	1,50%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,00%
Taxa de crescimento salarial (S. Social)	1,50%	1,50%
Taxa de revalorização salarial	0,00%	0,00%

Em 2017, a taxa técnica de atualização usada foi de 1,85% refletindo a previsão das taxas de juro do mercado no longo prazo. Se a taxa de desconto utilizada para calcular as obrigações da EDA à data do relato financeiro, fosse de 2,10% as responsabilidades com o plano de pensões seriam reduzidas em 1.301.200 euros e o impacto nos ganhos/(perdas) atuariais em 2017, seria superior em 1.286.834 euros. Se a taxa de desconto utilizada fosse de 1,60%, as responsabilidades com o plano de pensões seriam superiores em 1.362.839 euros e o impacto nos ganhos/(perdas) atuariais seria reduzido em 1.347.627 euros.

Em 2016, a taxa técnica de atualização usada foi de 2% refletindo a previsão das taxas de juro do mercado no longo prazo. Se a taxa de desconto utilizada para calcular as obrigações da EDA à data do relato financeiro, fosse de 2,25% as responsabilidades com o plano de pensões seriam reduzidas em 1.346.125 euros e o impacto nos ganhos/(perdas) atuariais em 2016, seria superior em 1.330.676 euros. Se a taxa de desconto utilizada fosse de 1,75%, as responsabilidades com o plano de pensões seriam superiores em 1.411.025 euros e o impacto nos ganhos/(perdas) atuariais seria reduzido em 1.394.645 euros.

Em fevereiro de 2018 a EDA efetuou uma contribuição extraordinária de 125.000 euros, para cobertura do valor mínimo a financiar a 31/12/2017.

a) Plano de pensões

O montante da obrigação reconhecida na Demonstração da posição financeira consolidada é determinado como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Valor presente da obrigação	47.060.402	48.012.088
Justo valor dos ativos do plano	(34.157.664)	(34.097.970)
	<u>12.902.738</u>	<u>13.914.118</u>

Existem 12.163.486 euros de responsabilidades que não se encontram abrangidas pelo fundo constituído.

O movimento ocorrido no valor atual da obrigação subjacente ao plano de pensões foi o seguinte:

	Responsabilidades do plano	Ativos do plano	Total
A 1 de janeiro de 2016	49.688.777	(33.531.397)	16.157.380
Custo serviço corrente	349.381	-	349.381
Juro líquido	993.776	(667.072)	326.704
Sub-total	51.031.933	(34.198.469)	16.833.464
Remensurações:			
Retorno ativos do plano (exclui quota-parte juro líquido)	-	702.519	702.519
(Ganhos)/perdas ajuste de experiência	(546.257)	-	(546.257)
Contribuições	-	(1.960.000)	(1.960.000)
Benefícios pagos	(2.473.589)	1.357.979	(1.115.610)
A 31 de dezembro 2016	48.012.088	(34.097.970)	13.914.118
Custo serviço corrente	336.340	-	336.340
Juro líquido	960.242	(668.339)	291.903
Sub-total	49.308.670	(34.766.309)	14.542.361
Remensurações:			
Retorno ativos do plano (exclui quota-parte juro líquido)	-	(752.800)	(752.800)
(Ganhos)/perdas ajuste de experiência	229.573	-	229.573
Contribuições	-	-	-
Benefícios pagos	(2.477.840)	1.361.445	(1.116.396)
A 31 de dezembro 2017	47.060.402	(34.157.664)	12.902.737

Os impactos do plano na demonstração do rendimento integral consolidado são como segue:

	2017	2016
Custos serviços correntes	336.340	349.381
Juro líquido	291.903	326.704
	628.243	676.085

Os impactos do plano registados em capital próprio são como segue:

	2017	2016
Ganhos/ (perdas) atuariais iniciais	(8.225.677)	(8.069.414)
Ganhos/ (perdas) atuariais do exercício	523.227	(156.263)
Ganhos/ (perdas) atuariais acumuladas	(7.702.451)	(8.225.677)

NOAR

O detalhe da maturidade das responsabilidades do plano é a seguinte:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Duração das responsabilidades do Plano de Pensões	13,53	13,96
Pagamento Esperado de Benefícios (grelha de distribuição)		
Pagamento Esperado de Benefícios dentro de 12 meses	1.431.962	1.365.987
Pagamento Esperado de Benefícios entre] 1 ; 3] anos	3.104.984	2.967.637
Pagamento Esperado de Benefícios entre] 3 ; 6] anos	5.063.718	4.885.560
Pagamento Esperado de Benefícios entre] 6 ; 11] anos	9.301.059	9.159.724
Pagamento Esperado de Benefícios entre] 11 ; 14] anos	5.716.938	5.805.426
Pagamento Esperado de Benefícios após 14 anos	24.782.662	27.096.555

Detalhe da natureza dos ativos que constituem o fundo do plano de pensões:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Depósitos	3.442.177	2.935.927
Fundos Investimento e outros	2.943.499	908.311
Ações	5.827.341	6.233.633
Obrigações	19.002.045	21.047.863
Imóveis	2.942.602	2.972.236
	<u>34.157.664</u>	<u>34.097.970</u>

Os ativos do plano de pensões não incluem ações próprias ou ativos não correntes do Grupo EDA.

Composição da carteira de ativos e valor do fundo:

	<u>2017</u>				<u>2016</u>			
	<u>Ativos cotados</u>	<u>Não cotados</u>	<u>Total</u>	<u>%</u>	<u>Ativos cotados</u>	<u>Não cotados</u>	<u>Total</u>	<u>%</u>
Liquidez	3.442.177	-	3.442.177	10,1%	2.935.927	-	2.935.927	8,6%
Imobiliário Directo								
Doméstico	-	1.620.493	1.620.493	4,7%	-	1.620.493	1.620.493	4,8%
Ações								
Domésticas	489.524	-	489.524	1,4%	-	-	-	0,0%
Estrangeiras	-	-	-	0,0%	-	-	-	0,0%
Obrigações								
Domésticos, AAA a BBB -	-	-	-	0,0%	2.391.514	-	2.391.514	7,0%
Domésticos, inferior a BBB -	1.224.112	-	1.224.112	3,6%	1.547.966	83.102	1.631.068	4,8%
Estrangeiros, AAA a BBB -	6.645.361	-	6.645.361	19,5%	8.818.821	-	8.818.821	25,9%
Estrangeiros, inferior a BBB -	4.149.395	-	4.149.395	12,1%	305.386	-	305.386	0,9%
Fundos de Investimento								
Ações								
Domésticas	-	-	-	0,0%	235.396	-	235.396	0,7%
Estrangeiras	5.337.817	-	5.337.817	15,6%	5.998.237	-	5.998.237	17,6%
Obrigações								
Domésticos, AAA a BBB -	-	-	-	0,0%	3.277.489	-	3.277.489	9,6%
Domésticos, inferior a BBB -	6.983.178	-	6.983.178	20,4%	-	-	-	0,0%
Estrangeiros, AAA a BBB -	-	-	-	0,0%	2.323.227	-	2.323.227	6,8%
Estrangeiros, inferior a BBB -	-	-	-	0,0%	2.300.359	-	2.300.359	6,7%
Imobiliário								
Domésticos	1.127.392	-	1.127.392	3,3%	1.115.815	-	1.115.815	3,3%
Estrangeiros	194.717	-	194.717	0,6%	235.928	-	235.928	0,7%
Outros Investimentos	2.943.499	-	2.943.499	8,6%	908.311	-	908.311	2,7%
	<u>32.537.171</u>	<u>1.620.493</u>	<u>34.157.664</u>	100,0%	<u>32.394.375</u>	<u>1.703.595</u>	<u>34.097.970</u>	100,0%

A contribuição estimada para o Fundo de pensões, em 2018, ascende a 336.340 euros.

b) Contribuição definida

Em 2017, o valor das contribuições definidas efetuadas pelo Grupo para o Plano Pensões Futuro+, ascendeu a 580.320 euros (2016: 486.902 euros e para o Plano Leve PPT-Fidelidade o valor de 29.192 euros).

25 Fornecedores e outras dívidas a pagar

A decomposição da rubrica Fornecedores e outras dívidas a pagar, em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é como segue:

	2017			2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores						
Fornecedores	i) 13.904.507	-	13.904.507	12.422.088	-	12.422.088
Outros credores						
Credores diversos	ii) 950.492	459.000	1.409.492	2.899.906	-	2.899.906
Fornecedores de investimentos	iii) 8.320.404	-	8.320.404	4.560.865	-	4.560.865
Estado e outros entes públicos	3.823.189	-	3.823.189	4.458.278	-	4.458.278
Proveitos diferidos						
Outros proveitos diferidos	1.003.665	-	1.003.665	1.022.830	-	1.022.830
Acréscimos de custos						
Convergência tarifária	iv) 6.320.408	-	6.320.408	16.441.766	7.474.648	23.916.414
Férias e subsídio férias	4.445.728	-	4.445.728	4.051.854	-	4.051.854
Outros	4.756.884	-	4.756.884	3.757.694	-	3.757.694
Fornecedores e outras contas a pagar	43.525.278	459.000	43.984.278	49.615.281	7.474.648	57.089.929

i) Fornecedores: esta rubrica refere-se maioritariamente aos saldos a pagar pela aquisição de fuel para a produção de energia nas centrais termoelétricas, bem como de materiais de redes e produção e ainda da prestação dos serviços informáticos;

ii) Esta rubrica inclui essencialmente 212.728 euros de cauções de clientes de energia, 361.254 euros de taxas da contribuição audiovisual faturadas a clientes e 459.000 euros referentes a cauções prestadas no âmbito da construção da central geotérmica do Pico Alto;

iii) Fornecedores de investimentos: saldos relativos às faturas de prestação de serviços e fornecimentos de materiais incorporados nos ativos em construção, classificados como ativos tangíveis em curso e ativos da concessão;

iv) O saldo da rubrica Convergência tarifária refere-se ao acerto final do ajustamento ao tarifário de 2016, estabelecido pela ERSE em 5.835.719 euros acrescidos de juros neste período de 41.725 euros e ainda 442.964 euros relativos ao acerto do Custo do capital de 2016.

Handwritten signatures and initials:
 d h f Ar
 A
 Jf m
 d

Handwritten mark: NOA

26 Vendas e serviços prestados

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na demonstração do rendimento integral consolidado é detalhado como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Vendas de eletricidade		
Em média tensão	34.260.077	34.064.056
Em baixa tensão	77.795.858	78.126.440
Energia em contadores	2.183.964	2.534.472
Ajustamentos de tarifário	i) 50.811.364	39.780.063
Vendas de serviços telecomunicações	4.819.400	5.522.912
Serviços prestados		
De eletricidade	789.569	501.482
De outros	6.935.671	6.753.340
Serviços de construção IFRIC 12	ii) 10.050.953	7.931.433
	<u>187.646.856</u>	<u>175.214.198</u>

i) Ajustamento tarifário: montante estimado dos custos anuais com a convergência tarifária de 2017 e as correções efetuadas pela ERSE ao desvio de 2016, como se indica:

<u>Descrição</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Convergência tarifária do período	41.951.873	43.465.575
Tarifa social do período	1.590.945	665.759
Desvio tarifário de 2017	5.281.950	-
Desvio tarifário de 2016	-	(7.474.648)
Desvio da tarifa social de 2017	347.642	-
Desvio da tarifa social de 2016	25	(378.844)
Correção desvio tarifário 2016 (ERSE)	1.638.929	-
Correção desvio tarifário 2015 (ERSE)	-	3.502.221
	<u>50.811.364</u>	<u>39.780.063</u>

ii) Serviços de construção IFRIC 12 - montante associado à aquisição/construção de ativos para a infraestrutura da concessão, o qual pode ser decomposto como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fornecimentos e serviços externos	5.219.329	4.484.395
Trabalhos para a própria entidade	4.831.623	3.447.038
	<u>10.050.953</u>	<u>7.931.433</u>

27 Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

O detalhe do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas dos períodos de 2017 e 2016 demonstra-se como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Inventários iniciais	8.118.590	7.764.460
Compras	58.253.350	47.922.045
Regularização de inventários	(2.475)	(1.256)
Inventários finais	(9.874.107)	(8.118.590)
	<u>56.495.359</u>	<u>47.566.659</u>

de h
A
João
M
A
B
d

O montante do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas detalha-se como segue:

	2017	2016
Combustíveis	46.678.774	38.341.978
Peças de reserva e materias de redes	7.649.971	6.928.170
Energia adquirida	1.608.732	1.666.272
Equipamento de comunicações	96.147	121.683
Material diverso	461.734	508.556
	56.495.359	47.566.659

28 Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos dos períodos de 2017 e 2016 é como segue:

		2017	2016
Trabalhos especializados	i)	5.852.120	5.848.650
Serviços Construção IFRIC 12	ii)	5.219.329	4.484.395
Subcontratos	iii)	4.408.138	5.011.727
Conservação e reparação	iv)	4.074.480	3.906.701
Comunicações	v)	1.145.784	1.140.231
Seguros		928.659	984.869
Deslocações e estadas		701.537	743.142
Rendas e alugueres		568.404	400.564
Vigilância e segurança		456.894	459.502
Limpeza, higiene e conforto		440.759	415.775
Combustíveis		402.666	333.167
Outros (inferiores a 300.000 euros)		2.125.744	2.002.699
		26.324.514	25.731.422

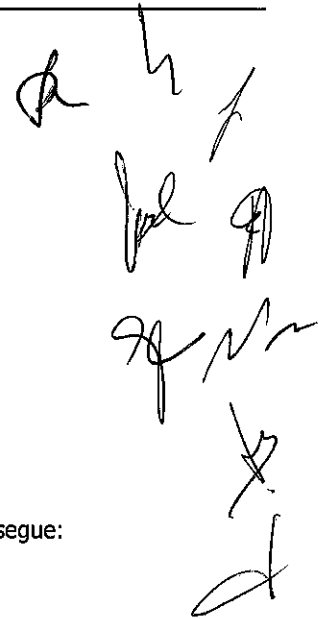
i) Os gastos com Trabalhos especializados incluem maioritariamente gastos com serviços informáticos, estudos de monitorização ambiental, recolha de resíduos da produção e consultorias diversas;

ii) Os gastos com serviços de construção prestados no âmbito do contrato de concessão referem-se à subcontratação de entidades terceiras na construção de novas infraestruturas para a concessão;

iii) A rubrica de Subcontratos refere-se maioritariamente à contratação de serviços especializados e materiais incorporados na execução dos projetos em curso;

iv) A rubrica de Conservação e reparação refere-se essencialmente a gastos com a manutenção e reparação dos equipamentos das centrais térmicas, dos ativos de produção instalados nos parques eólicos, obras de beneficiação dos poços geotérmicos e dos edifícios administrativos;

v) Os gastos com Comunicações referem-se maioritariamente a encargos de correio (expedição da faturação de eletricidade aos clientes); e ao aluguer de circuitos à ONI.



NOR

29 Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante o período de 2017 e 2016, foram como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Remunerações		
Orgãos sociais	814.346	794.930
Pessoal	<u>24.226.688</u>	<u>23.210.290</u>
	<u>25.041.034</u>	<u>24.005.220</u>
Encargos sociais		
Encargos sobre remunerações	5.822.217	5.703.696
Prémios para benefícios reforma	1.218.650	1.202.267
Custos de ação social	679.539	631.406
Outros	<u>692.159</u>	<u>706.057</u>
	<u>8.412.566</u>	<u>8.243.426</u>
	<u>33.453.600</u>	<u>32.248.646</u>

O número médio de empregados do Grupo EDA em 2017 foi de 996 (2016: 978).

Os gastos com Prémios para benefícios de reforma referem-se aos encargos do período com os planos de benefícios de reforma atribuídos aos empregados no montante de 628.243 euros (2016: 676.085 euros) para o plano de benefícios definidos e de 580.320 euros (2016: 516.094 euros) para o plano de contribuição definida e 10.088 euros (em 2016: 10.088 euros) com pensões de sobrevivência não fundeadas.

30 Outros rendimentos

A rubrica de Outros rendimentos pode ser apresentada como segue:

		<u>2017</u>	<u>2016</u>
Outros juros de mora - clientes e devedores	i)	1.681.335	638.653
Cedência de utilizações linhas	ii)	607.769	568.653
Rendimentos suplementares	iii)	265.114	535.983
Ganhos na alienação de ativos tangíveis		124.346	43.253
Venda de sucata		121.082	116.091
Comparticipações Vodafone		104.849	139.433
Excesso estimativa de imposto		89.099	561.136
Subsídio à exploração		71.873	183.919
Juros dívida "Convergência tarifária"		3.487	30.028
Indemnizações		-	44.188
Outros (< 30.000 euros)		<u>230.020</u>	<u>395.565</u>
		<u>3.298.974</u>	<u>3.256.902</u>

i) Inclui os juros cobrados a clientes pelo atraso no pagamento;

ii) Rendimento obtido com a cedência de utilização das linhas e redes da EDA à NOS Açores Comunicações, S.A.;

iii) Em 2017 referente à empreitada de realização de piezómetros e deslustragens, e em 2016, compensação relativa à realocização de dois aerogeradores.



31 Outros gastos

O detalhe da rubrica de Outros gastos é apresentado no quadro seguinte:

		<u>2017</u>	<u>2016</u>
Direitos passagem Municípios	i)	4.750.198	4.706.471
Taxas de licenciamento	ii)	2.897.318	2.676.381
Desp. Propriedade Industrial	iii)	1.942.702	1.783.341
Contr.Extraord.Setor Energético	iv)	1.662.555	1.676.282
Abates - Investimentos não financeiros	v)	435.691	-
Outros gastos operacionais		366.706	402.941
Donativos		95.353	78.430
Outras perdas		65.409	84.629
Outros		8.851	6.343
		<u>12.224.783</u>	<u>11.414.818</u>

Handwritten signatures and initials:
 A, h, f, m, A, m, g, b, d

Os outros gastos e perdas operacionais referem-se:

i) Em conformidade com a Lei 7-A/2016 de 30 de março, e com efeitos a partir de 2016, a EDA enquanto entidade que explora a atividade de distribuição de eletricidade em baixa tensão ficou obrigada ao pagamento de uma contrapartida ou de uma remuneração anual aos municípios da Região Autónoma dos Açores;

ii) Às taxas pagas no âmbito dos licenciamentos atribuídos para o período da atividade de exploração de recursos geotérmicos no valor de 2.345.040 euros (em 2016: 1.850.121 euros) e de instalações elétricas de serviço público no valor de 335.470 euros (em 2016: 644.664 euros) e outros impostos e taxas diversas;

iii) Em Despesas de Propriedade Industrial encontram-se registados os gastos com as licenças de CO2 referentes à estimativa das emissões de gases de carbono ocorridas durante o ano.

iv) Contribuição extraordinária sobre o setor energético regulamentada no Orçamento do Estado para 2014 - Lei nº. 83-C /2013 de 31 de dezembro;

v) Abate de diverso material considerado obsoleto para a atividade do grupo, ocorrido maioritariamente na EDA.

32 Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos financeiros incorridos e rendimentos financeiros obtidos é como segue:

		<u>2017</u>	<u>2016</u>
Gastos financeiros			
Juros empréstimos	i)	(1.330.734)	(1.530.366)
Comissões, taxas aval e outros		(1.547.369)	(1.614.413)
		<u>(2.878.103)</u>	<u>(3.144.779)</u>
Rendimentos financeiros			
Juros obtidos		856	1.106
		<u>856</u>	<u>1.106</u>

i) Juros referentes aos empréstimos contraídos pelo Grupo EDA para o financiamento das suas atividades.

Handwritten note: NOTA

33 Imposto sobre o rendimento

A decomposição do montante de imposto do período reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas é conforme segue:

	2017	2016
Imposto s/ rendimento corrente	2.757.049	5.087.010
Imposto s/ rendimento diferido	250.936	292.619
	3.007.986	5.379.629

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data de balanço do período findo em 31 de dezembro de 2017 foi de 20,5%, (2016: 20,5%), que inclui a Derrama Estadual resultante do aditamento ao CIRC aprovado pela Lei nº 12-A/2010 e alterado pela Lei nº. 83-C /2013 de 31 de dezembro.

A reconciliação do montante de imposto do período é conforme segue:

	2017	2016
Resultado consolidado antes de Imposto	24.788.611	24.966.621
Diferenças temporárias	(18.376.006)	(538.561)
Diferenças permanentes	6.572.547	(141.315)
Lucro Tributável / (Prejuízo Fiscal)	12.985.152	24.286.745
Taxa nominal de imposto	16,8%	16,8%
	2.181.506	4.080.173
Derrama	505.141	956.825
Tributação autónoma	70.403	50.012
Imposto diferido	250.936	292.619
	3.007.986	5.379.629
Taxa efetiva de imposto	12,1%	21,5%

A taxa de imposto adotada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras consolidadas é conforme segue:

	2017	2016
Taxa de imposto	18,40%	18,40%
Derrama	1,50%	1,50%
Derrama estadual		
> 1.500.0000 e < 7.500.000	2,40%	2,40%
> 7.500.0000 e < 35.000.000	4,00%	4,00%
> 35.000.0000	5,60%	5,60%

WAP

34 Dividendos por ação

Os dividendos pagos pela EDA durante o período de 2017 foram de 18.025.000 euros (2016: 8.400.000 euros). Adicionalmente foram distribuídos dividendos pela Controlauto Açores no valor de 138.016 euros (2016: 67.684 euros) e pela Norma Açores no montante de 120.497 euros (2016: 18.538 euros).

35 Compromissos

Os compromissos assumidos pelo Grupo EDA, à data do relato financeiro do período findo em 31 de dezembro de 2017 são como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Mercadorias encomendadas a fornecedores	1.155.689	1.758.755
Encomendas de equipamentos e empreitadas adjudicadas	<u>25.825.651</u>	<u>11.206.543</u>
	<u>26.981.340</u>	<u>12.965.298</u>

36 Contingências

Garantias Bancárias:

O Grupo EDA tem os seguintes passivos contingentes decorrentes das garantias bancárias prestadas, conforme segue:

NOTA

Beneficiário	Objeto	Início	2017	2016
BEI	Garantia exigida aquando do desembolso do empréstimo EDA Power VII-B	2010	9.545.455	10.909.091
BEI	Garantia exigida aquando do desembolso do empréstimo EDA Power VII-B	2012	3.818.182	4.363.636
BEI	Garantia exigida aquando do desembolso do empréstimo EDA Power VII-B	2012	3.818.182	4.363.636
Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores	Caucionar o adiantamento de 30% do contrato de aquisição dos serviços necessários à Implementação da Rede Integrada de Telecomunicações de Emergência do S.R.P.C.B.A.	2015	554.490	554.490
Tribunal Judicial de P.Delgada	Por conta do processo nº 110/2000 a correr termos no 1º juízo a título de caução pela atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação interposto da sentença proferido naquela acção em 07/08/2009	2012	250.000	250.000
Região Autónoma Açores	Pedido de concessão de exploração de recursos geotérmicos do Pico Alto	2017	250.000	-
Região Autónoma Açores	Pedido de concessão de exploração de recursos geotérmicos	2016	249.399	249.399
Tribunal Trabalho de P.Delgada	Assegurar o bom e integral cumprimento das obrigações assumidas por sentença judicial relativamente aos herdeiros dependentes do funcionário sinistrado João Manuel Raposo Correia	2011	220.468	220.468
APISM	Gestão das Portas do Mar	2008	140.527	140.527
Sec. Reg. Economia	Contrato Concessão Incentivo nº 68/2011	2011	113.418	113.418
MUSAMI	Central de valorização energética S. Miguel	2015	59.636	59.636
Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores	Aquisição de serviços necessários à Implementação da Rede Integrada de Telecomunicações de Emergência do S.R.P.C.B.A.	2015	36.966	36.966
Somague Ediçor	Instalação sistema AVAC na empreitada de construção e remodelação do Hotel Principe de Mónaco	2016	30.880	30.880
Construção Ideal	Parque Ciência e Tecnologia da Terceira - Equipamentos	2017	24.024	-
APTG	Frente Marítima Horta	2009	23.748	23.748
EDA, SA	Contratação de Luminárias de Iluminação Pública	2017	18.858	-
ANA, S.A.	Reforço da empreitada Remodelação sistema AVAC 0089/DCOMP/2016	2016	15.440	15.440
ANA, S.A.	Reforço da empreitada Remodelação sistema AVAC 0089/DCOMP/2016	2015	15.440	15.440
NAV, E.P.E.	Construção Posto Transformação e equipamentos técnicos da Horta	2014	14.736	14.736
Sec. Reg. Agricultura e Florestas	Laboratório Reg. Veterinaria	2009	9.771	9.771
Direção Regional Ordenamento Território e Recursos Hídricos	Contrato de monitorização do ciclo hidrológico nas ilhas São Miguel e Santa Maria	2008	9.229	9.229
Direção Regional do Ambiente	Execução Rede Monitorização do ciclo hidrológico nas ilhas do Grupo Central e Ocidental	2014	9.074	9.074
			19.227.922	21.389.585

h
for A
na
of B
d

NOAR

Beneficiário	Objeto	Início	2017	2016
T.M.E	Fornitura e Montaggi Intercollegamenti Sale Quadri e trasformatori in accordo a specifica tecnica STA - 10176EEES233	2016	8.658	8.658
EDA, SA	Prestação Serviços Desenho e Implementação de solução de Data Warehouse e Business Intelligence	2017	7.976	-
NAV, E.P.E.	Remodelação dos Ramais de Média Tensão e PT's do CO e VOR/DME de Santa Maria	2017	7.894	-
NAV, E.P.E.	Contrato de Empreitada de Reabilitação das instalações do NDB Locator de Ponta Delgada	2016	7.609	7.609
Construção Ideal	Parque Ciência e Tecnologia da Terceira - Elementos Construtivos	2017	7.576	-
Município de Sousel	Fornecimento, montagem e colocação em funcionamento do equipamento de abastecimento de água e sistema de tele-gestão	2011	6.570	6.570
EUROSCUT Açores	Instalação Luminárias LED - Nó da Levada e Nó S. Gonçalves	2017	6.370	-
Sec. Reg. Educação e Formação	Escola Francisco F. Drumond	2010	6.338	6.338
NAV, E.P.E.	Alimentação de energia elétrica através do sistema de produção de energias renováveis para a Glide Santa Maria	2017	5.520	-
Sec. Reg. Educação e Formação	Escola de Água de Pau	2010	5.125	5.125
MOTOROLA Portugal	Caução para prestação de serviços	2008	5.000	5.000
MOTOROLA Espanha	Caução para prestação de serviços	2003	5.000	5.000
Escola Secundária da Ribeira Grande	Fornecimento e instalação de diverso equipamento de informática para a rede informática da escola secundária da Ribeira Grande	2007	4.944	4.944
Dir. Reg. Trabalho	Bairro N. Sra. Fatima, Praia da Vitória	2009	4.807	4.807
Hospital da Horta	Novo Corpo C do Hospital da Horta	2011	4.618	4.618
PT Comunicações	Fornecimento de posto de seccionamento e transformador do tipo cabine-dupla alimentado por MT no edifício sede DONA - Processo 28810	2010	4.598	4.598
ANA, S.A.	AJPII - Fornecimento e montagem grupo MT	2010	4.400	4.400
ANA, S.A.	Reforço caução de 5% da empreitada ASMIAFL	2016	4.285	4.285
ANA, S.A.	Caucionar o valor de 5% da empreitada de ASM e AFL- Substituição dos Papis	2015	4.285	4.285
Sec. Reg. Saude	Centro de Saude da Graciosa	2010	4.250	4.250
PT Comunicações	Fornecimento e instalação de posto de transformação na estação da Vista do Rei para a PT Comunicações - DONA	2009	3.986	3.986
Sec. Reg. Ambiente e Mar	Centro de process. e valorização organica de S. Jorge	2011	3.974	3.974
Sec. Reg. Ambiente e Mar	Centro de process. e valorização organica de Sta. Maria	2011	3.974	3.974
Somague Editor	Construção Civil da Central Geotérmica do Pico Alto na Terceira	2016	3.792	3.792
			131.549	96.213

WAP

Beneficiário	Objeto	Início	2017	2016
NAV, E.P.E.	Substituição AVAC SMA-CRX	2008	1.472	1.472
Sec. Reg. Ambiente e Mar	Muro suporte Caminho da Laracha - Sta- Maria	2011	1.388	1.388
APISM	Oficinas Gerais Porto de Ponta Delgada	2011	1.388	1.388
Assoc. S. João de Deus	Creche bê -à-ba	2010	1.237	1.237
Sec. Reg. Economia	Remodelação Termas do Carapacho	2009	1.187	1.187
ANA, S.A.	Melhoria das terras de serviço e proteção dos postos de transformação do aeroporto João Paulo II	2015	1.140	1.140
Vice Presidência Governo, Emprego e Competitividade Empresarial	Pedido de concessão de exploração de recursos geotérmicos no Pico Alto, Ilha Terceira	2015	1.000	1.000
Sec. Reg. Ambiente e Mar	Casa de aprestos da Horta	2009	1.000	1.000
Dir. Reg. Trabalho	Edifício Rua Conselheiro Medeiros, Horta	2007	900	900
ANA, S.A.	Consulta 002/DAA 2016 ASM Fomecimento e Montagem Quadro Elétrico	2016	870	870
Dir. Reg. Cultura	Museu Industria Baleeira	2010	674	674
Lotaçor	Posto de recolha dos Mosteiros	2010	655	655
Sec. Reg. Ambiente e Mar	Marginal do Pocinho - ilha do Pico	2012	539	539
SPRagores	Portinho de S. Pedro	2009	450	450
Ministério da Defesa Nacional	MNEC nº64/13.PM 41/Ponta Delgada (RG2) - Quartel dos Arrifes - Proteção dos quadros elétricos contra descargas elétricas	2013	413	826
Secretaria Regional da Economia	Atribuição dos Direitos de Prospeção e Pesquisa de Recursos Geotérmicos	2003	-	224.460
SOTECNISOL	Instalação Eléctrica dos sistema de Aproveitamento Energético do Biogaz no aterro sanitário Musami	2016	-	46.778
NAV, E.P.E.	Remodelação dos Ramais de Média Tensão e PT's do CO e VOR/DME de Santa Maria	2016	-	11.842
Ministério da Defesa Nacional - Exército	Reparação dos PT's da zona militar dos Açores e remodelação das infraestruturas elétricas do RG2	2011	-	9.914
NAV, E.P.E.	Alimentação de energia eléctrica através do sistema se produção de energias renováveis para a Glide Santa Maria	2016	-	8.280
Inscó - Insular de Hipermercados, S.A.	Fomecimento e montagem de duas ROOF-Tops, destinadas ao Hipermercado Continente Modelo da Praia da Vitória (Ilha Terceira) e de duas entidades destinadas ao Hipermercado Continente Modelo de Lagoa (Ilha de S. Miguel) com vista à substituição das máquinas existentes	2011	-	7.965
Inscó - Insular de Hipermercados, S.A.	Execução de todas as obras de remodelação e ampliação na empreitada de AVAC destinadas à instalação da loja nº A006/25 do Centro Comercial Parque Atlântico-Sport Zone	2012	-	7.625
NAV, E.P.E.	Fomecimento e montagem de baterias das unidades UPS e vedação periférica no edifício TWR e serviços técnicos de Ponta Delgada	2015	-	3.194
IROA	Abastecimento água caminhos agrícolas Beira/Rosais	2008	-	3.169
Direcção Regional de Saúde	Fomecimento e instalação de cablagem estruturada e infraestruturas elétricas da unidade de saúde de S.José	2008	-	2.436
Ministério da Defesa Nacional	PM042 PDL RG2 Remodelação Redes Elétricas	2014	-	1.750
			14.312	342.137
			19.446.896	21.889.752

1102



37 Empresas Consolidadas

As Empresas do grupo incluídas na consolidação à data de 31 de dezembro de 2017 são as seguintes:

Designação / sede	Atividade	Data de referência	Capital próprio	Ativos	Passivos	Volume de negócios	Lucro/ (prejuízo)	% detida	
								Grupo	Individual
Segmento Electricidade									
Electricidade dos Açores, SA Ponta Delgada	Produção e venda de electricidade e prestação de serviços	31/12/2017	224.353.869	546.194.792	321.840.923	177.167.421	21.507.824	-	-
EDA Renováveis, SA Ponta Delgada	Produção de electricidade a partir de fontes geotérmicas híbridas e eólicas	31/12/2017	100.709.047	123.223.529	22.514.483	27.299.374	8.700.334	100,00%	100,00%
Outros									
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda Ponta Delgada	Prestação de serviços especializados em obras elétricas	31/12/2017	7.565.743	9.129.075	1.563.332	6.167.215	757.834	100,00%	90,00%
GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, SA Ponta Delgada	Prestação de serviços de telecomunicações	31/12/2017	2.691.213	4.304.859	1.613.646	5.983.995	763.855	74,90%	74,90%
NORMA - AÇORES - Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, SA Ponta Delgada	Prestação de serviços	31/12/2017	2.932.889	4.012.114	1.079.225	3.111.849	76.959	62,63%	62,63%
CONTROLAUTO-AÇORES - Controlo Técnico de Automóveis, SA Angra do Heroísmo	Controlo técnico de Automóveis	31/12/2017	948.904	1.183.101	234.197	849.728	166.358	37,58%	0,00%

NCR



As Empresas do grupo incluídas na consolidação à data de 31 de dezembro de 2016 são as seguintes:

Designação / sede	Atividade	Data de referência	Capital próprio	Ativos	Passivos	Volume de negócios	Lucro / (prejuízo)	% detida	
								Grupo	Individual
Segmento Electricidade									
Electricidade dos Açores, SA Ponta Delgada	Produção e venda de electricidade e prestação de serviços	31/12/2016	223.177.054	537.253.343	314.076.289	164.126.925	19.216.582	-	-
EDA Renováveis, SA Ponta Delgada	Produção de electricidade a partir de fontes geotérmicas hídricas e eólicas	31/12/2016	97.125.152	122.206.204	25.081.051	24.109.178	6.192.644	100,00%	100,00%
Outros									
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda Ponta Delgada	Prestação de serviços especializados em obras elétricas	31/12/2016	7.295.993	9.098.253	1.802.260	6.304.770	984.261	100,00%	90,00%
GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, SA Ponta Delgada	Prestação de serviços de telecomunicações	31/12/2016	1.927.357	4.638.548	2.711.191	6.768.995	505.564	74,90%	74,90%
NORMA - AÇORES - Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, SA Ponta Delgada	Prestação de serviços	31/12/2016	3.182.127	4.083.189	901.062	2.995.705	322.533	62,63%	62,63%
CONTROLAUTO-AÇORES - Controlo Técnico de Automóveis, SA Angra do Heroísmo	Controlo técnico de Automóveis	31/12/2016	1.157.852	1.529.802	371.950	1.082.344	345.040	37,58%	0,00%

NCR

278

38 Alterações no grupo

Nos períodos de 2017 e 2016 não se verificaram alterações no perímetro de consolidação.

39 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a EDA é controlada pela Região Autónoma dos Açores que detém 50,1% do capital da empresa. O restante é detido pela ESA – Energia e Serviços dos Açores, SGPS (39,7%), EDP – Gestão da Produção de Energia (10%) sendo o remanescente por pequenos acionistas.

Para além da aplicação dos resultados, em conformidade a deliberação em Assembleia Geral, não existem transações individualmente significativas com a Região Autónoma dos Açores em relação de domínio e de grupo. As transações realizadas não são distintas das operações comerciais normais.

39.1 Remuneração dos Órgãos de Gestão

Como elementos chave da gestão no âmbito da IAS 24 foram considerados os Órgãos de Gestão das empresas do Grupo EDA. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2017, as remunerações auferidas pelos mesmos referem-se às seguintes naturezas:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Remunerações	814.346	794.930
	<u>814.346</u>	<u>794.930</u>

Os membros dos Órgãos de Gestão das empresas do Grupo EDA não realizaram qualquer tipo de contrato com as empresas, para os períodos apresentados.

39.2 Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Acionistas:

- Região Autónoma dos Açores;
- ESA - Energia e Serviços dos Açores, SGPS, SA (agrupamento composto pelas sociedades: Bensaúde Participações SGPS, SA; Bensaúde, SA; Bentrans – Carga e Transitários, SA; Agência Açoreana de Viagens, SA; Novo Banco, SA e Novo Banco dos Açores SA);
- EDP - Gestão da Produção de Energia, SA;

Associadas:

Oniaçores – Infocomunicações, SA



40 Disposições legais


Os pagamentos efetuados ao Revisor Oficial de Contas da empresa-mãe e ao Fiscal Único das empresas subsidiárias são os seguintes:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Empresa		
Serviços de revisão legal de contas	9.333	20.160
Serviços de consultoria fiscal	-	4.500
	<u>9.333</u>	<u>24.660</u>
Subsidiárias		
Serviços de revisão legal de contas	34.651	34.651
	<u>34.651</u>	<u>34.651</u>
	<u>43.985</u>	<u>59.311</u>


41 Eventos subsequentes

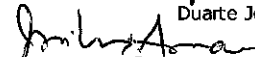
No período compreendido entre o encerramento do balanço e até à data da aprovação destas demonstrações financeiras, a Administração tomou conhecimento do comunicado efetuado pelo Governo Regional dos Açores sobre a reforma do Setor Público Empresarial Regional, a qual incluí a decisão de alienar a participação indireta que detém na Norma Açores, através da EDA-Eletricidade dos Açores S.A..


O Contabilista Certificado

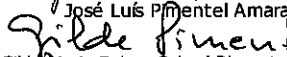

 Maria Manuela C. Pontes Furtado


O Conselho de Administração

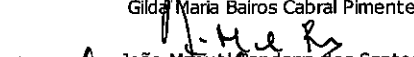

 Duarte José Botelho da Ponte

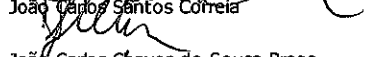

 José Luís Pimentel Amaral



 Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro

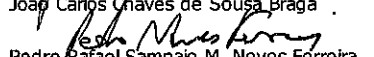

 Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel


 João Carlos Santos Correia


 João Manuel Bandarra dos Santos


 João Carlos Chaves de Sousa Braga


 Luís Miguel de Albuquerque Patena Forte


 Pedro Rafael Sampaio M. Neves Ferreira

6.3. Apreciação e certificação de contas consolidadas

[Handwritten signatures and initials]

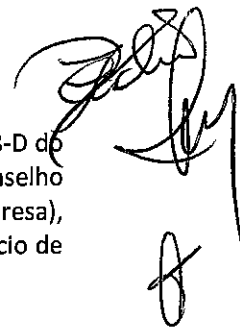
6.3.1. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

**PERÍODO DE 2017
(Contas Consolidadas)**

Handwritten signatures and initials:
M. S. H.
M. / A.
M.
R. V.
d.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL (Contas Consolidadas 2017)

Em conformidade com o disposto na alínea g) do nº 1 do artigo 420º, do nº1 do artº508-D do Código das Sociedades Comerciais (CSC), e da alínea g) do artigo 5º do Regulamento do Conselho Fiscal da EDA, Electricidade dos Açores, S. A. (adiante designada por Sociedade ou Empresa), vem este órgão apresentar o relatório sobre a ação fiscalizadora desenvolvida no exercício de 2017 e parecer sobre o relatório e contas consolidadas.



1. RELATÓRIO

Para além das ações fiscalizadoras levadas a cabo pelo Conselho Fiscal constantes no relatório do Conselho Fiscal às contas individuais do exercício de 2017, apreciamos os respetivos relatórios, pareceres e certificações legais das contas emitidos pelos órgãos de fiscalização em conformidade com as disposições legais e estatutárias que lhes são aplicáveis, de todas as empresas integradas no perímetro de consolidação.

2. PARECER

Exmos. Senhores acionistas da
EDA, Electricidade dos Açores, S. A.,

Nos termos da legislação em vigor, dos estatutos da Sociedade e no desempenho do mandato que nos conferiram, vimos apresentar o nosso parecer sobre o relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas consolidadas da EDA-Electricidade dos Açores, S. A., relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

No âmbito das nossas competências, examinámos a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2017, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, do exercício findo naquela data e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

Procedemos ainda à apreciação do relatório de gestão emitido pelo Conselho de Administração, da certificação legal das contas e do relatório adicional ao órgão de fiscalização emitidos pelo Revisor Oficial de Contas, bem como do relatório de auditoria emitido pelo auditor externo, os quais merecem o acordo do Conselho Fiscal.

No âmbito das nossas funções verificámos e declaramos que tanto quanto é do nosso conhecimento que:

- a) O relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da EDA-Electricidade dos Açores, S. A., e do conjunto de empresas incluídas no perímetro de consolidação, evidenciando com clareza os aspetos mais significativos da sua atividade e satisfaz, de um modo geral, os requisitos exigidos pelo artigo 508º-C do Código das Sociedades Comerciais;
- b) As demonstrações financeiras consolidadas e o correspondente anexo, bem como as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos, conduzem a uma correta apresentação do património e dos resultados da Sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

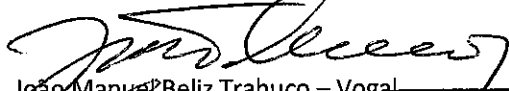
Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração, bem como as conclusões constantes da certificação legal de contas e relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas, com as quais concordamos, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia geral aprove o relatório e contas consolidadas do exercício findo em, 31 de dezembro de 2017.

Por último, o Conselho Fiscal entende manifestar o seu agradecimento tanto ao Conselho de Administração como a Comissão Executiva da EDA, Electricidade dos Açores, S. A. pela colaboração prestada ao exercício das suas funções.

Ponta Delgada, 17 de abril de 2018

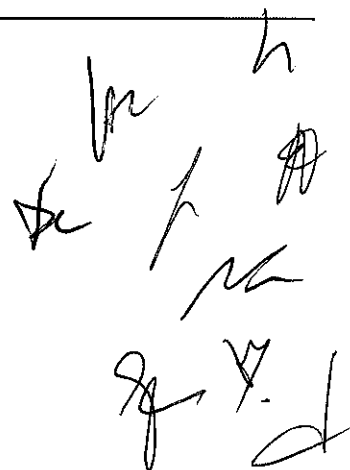
O Conselho Fiscal,


Catarina Isabel Furtado Pacheco – Presidente


João Manuel Beliz Trabuco – Vogal


Carlos Eduardo Ferreira Oliveira - Vogal

6.3.2. Certificação Legal das Contas Consolidadas

A collection of approximately seven handwritten signatures in black ink, arranged in a loose, scattered pattern on the right side of the page.



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da **EDA – Eletricidade dos Açores, S.A.** (O Grupo), que compreendem a Demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 504.315.919 euros e um total de capital próprio de 207.319.806 euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos detentores do capital de 21.483.132 euros), a Demonstração consolidada do rendimento integral, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da **EDA – Eletricidade dos Açores, S.A.** em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Estimativa de desvios tarifários regulados (o Grupo apresentou uma estimativa de 5.281.950 euros).

Ver notas 2.1, 6, 15, 25 e 26 do anexo às demonstrações financeiras.

<i>Risco</i>	<i>Resposta</i>
As tarifas de eletricidade praticadas pela EDA são fixadas anualmente pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) em conformidade com o Regulamento Tarifário.	Os procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, os seguintes procedimentos: - Compreensão do regime regulatório;
A EDA regista em créditos a estimativa, de acordo com os critérios definidos pelo regulamento tarifário publicado pela ERSE, o montante de proveitos permitidos com base nos custos operacionais estimados aceites, que serão	- Teste à exatidão das fórmulas de cálculo utilizadas na estimativa do desvio tarifário, verificando a sua concordância com o Regulamento Tarifário;



apurados em definitivo em 2018, com base nos valores reais do ano findo.

A cada data de relato a EDA estima e regista em ganhos do exercício o desvio tarifário do ano, de acordo com os regulamentos e regras publicadas pela ERSE.

Este tema foi considerado como matéria relevante de auditoria em função da relevância, complexidade e nível de julgamento inerente à estimativa anual do desvio tarifário.

- Teste à integridade dos dados financeiros no apuramento do desvio tarifário, verificando a sua concordância com os registos contabilísticos;

- Análise da exatidão das estimativas do desvio tarifário do ano anterior face aos valores finais apurados e publicados pela ERSE;

- Verificação da adequacidade das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras.

Valorização das responsabilidades com complementos de pensões de reforma (O Grupo apresentou uma responsabilidade líquida de 12.902.738 euros).

Ver notas 4, 6 e 24 do anexo às demonstrações financeiras.

Risco

A valorização das responsabilidades da EDA com complementos de pensões de reforma envolve julgamentos e estimativas relativas a diversos pressupostos utilizados na avaliação atuarial destas responsabilidades, entre os quais a taxa de desconto, a taxa de inflação, a taxa de crescimento dos salários e pensões e tábuas de mortalidade.

Resposta

A abordagem de auditoria para este tema incluiu, entre outros, a análise crítica e avaliação da razoabilidade dos pressupostos chave considerados pela EDA e pelos atuários responsáveis pelo cálculo das responsabilidades com complementos de pensões de reforma, nomeadamente a taxa de desconto, a taxa de inflação, a taxa de crescimento dos salários e pensões e as tábuas de mortalidade face a referenciais de mercado e informação preparada internamente para o efeito.

Avaliámos o trabalho produzido e as conclusões obtidas pelos atuários independentes contratados pela EDA, bem como a sua competência profissional e independência.

Adicionalmente, avaliámos a adequação das divulgações relativas aos benefícios de empregados, incluindo as análises de sensibilidade.



Recuperabilidade do valor dos ativos de produção de energia.

Ver notas 4, 6 e 8 do anexo às demonstrações financeiras.

Risco	Resposta
<p>A recuperabilidade dos ativos associados à produção de energia depende da obtenção de negócios suficientemente rentáveis no futuro.</p> <p>Os ativos de produção de energia são analisados a cada data de relato por forma a identificar a existência de indícios de imparidade.</p> <p>Caso existam indícios, o valor do ativo é testado por imparidade. A determinação do valor recuperável de um ativo de produção de energia é subjetiva, devido à incerteza inerente às projeções financeiras e ao desconto dos fluxos de caixa futuros.</p> <p>Este tema foi considerado como matéria relevante de auditoria em função da relevância, complexidade e nível de julgamento inerente à estimativa da recuperabilidade dos investimentos em subsidiárias.</p>	<p>Os procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none">- Análise da existência de indícios de imparidade;- Obtenção e análise dos testes de imparidade aos ativos de produção de energia, avaliando se o seu valor recuperável se mostra superior ao seu valor contabilístico.- Análise dos pressupostos e metodologia seguida pela Gestão para a avaliação dos seus investimentos.- Verificação da adequabilidade das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras.

Outras matérias

As demonstrações financeiras da Entidade relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2016 foram auditadas por outros auditores que expressaram uma opinião não modificada sobre estas demonstrações em 12 abril de 2017.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro, e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- Elaboração do relatório de gestão, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;
- Avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- c) Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- e) Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) Obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- g) Comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- h) Das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- i) Declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, bem como a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.



Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre a informação não financeira prevista no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade incluiu no seu Relatório de gestão consolidado a Demonstração não financeira consolidada prevista no artigo 508.º-G do Código das Sociedade Comerciais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da EDA – Electricidade dos Açores, S.A. pela primeira vez na assembleia geral extraordinária de acionistas realizada em 31 de agosto de 2017 para o atual mandato em curso, compreendendo o triénio 2017/2019;
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude;
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregamos ao órgão de fiscalização do Grupo em 17 de abril de 2018;
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria;
- Informamos que, para além da auditoria, prestámos ao Grupo, durante o exercício de 2017, o seguinte serviço permitido por lei e regulamentos em vigor:
 - *“Auditoria ao processo de verificação e aprovação dos pedidos de reembolso apresentados pelo Promotor do Projeto pré-definido designado de “Construção da Central Geotérmica Piloto de 3 MW, na ilha Terceira (EA Grants)”.*

Ponta Delgada, 17 de abril de 2018.

J. Silva Cardoso e Ruben Cordeiro, SROC, Lda.

Representada por

Rúben Mota Cordeiro (ROC n.º 1670)

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Electricidade dos Açores, S.A. ("Entidade") e suas subsidiárias ("Grupo"), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 504.315.919 euros e um total de capital próprio de 207.319.806 euros, incluindo um resultado líquido de 21.483.132 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Electricidade dos Açores, S.A. em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Determinamos as matérias descritas abaixo como matérias relevantes de auditoria a serem relatadas neste relatório.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
<p data-bbox="209 376 826 405">Ativos fixos tangíveis e Ativos intangíveis</p> <p data-bbox="209 412 826 790">As rubricas de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis incluem todos os ativos adquiridos ou construídos no âmbito das operações do Grupo enquanto produtor e comercializador de energia elétrica, bem como no âmbito de operador da concessão de transporte e distribuição de energia elétrica na Região Autónoma dos Açores. Estes ativos foram contabilizados nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com a IAS 16 – Ativos fixos tangíveis, IAS 38 – Ativos intangíveis e IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços, tal como divulgado nas notas 4.d) e 4.e).</p> <p data-bbox="209 824 826 1108">As rubricas de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis representam 83% do total do ativo do Grupo, sendo de realçar que uma componente da remuneração que o Grupo tem direito ao abrigo do Decreto-Lei nº69/2002 é calculada com base no saldo médio anual de parte muito significativa daqueles ativos. Assim, consideramos que os montantes que estão registados nesta rubrica são uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p data-bbox="831 412 1396 728">Efetuámos o entendimento dos procedimentos e avaliámos as atividades de controlo interno associadas aos investimentos realizados em ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, nomeadamente sobre o processo de aprovação de novos investimentos e realizámos um conjunto de testes com vista à aferição que as principais atividades de controlo identificadas foram executadas de acordo com os objetivos que pretendiam mitigar.</p> <p data-bbox="831 761 1396 1077">Adicionalmente, para uma amostra de adições do exercício da rubrica de ativos tangíveis e ativos intangíveis, analisámos a respetiva documentação de suporte, tendo verificado, nomeadamente, que as adições se encontram registadas pelos montantes e no período correto, encontravam-se aprovadas de acordo com as regras internas em vigor e respeitavam à atividade da Entidade e à natureza das rubricas em análise.</p> <p data-bbox="831 1111 1396 1337">Em particular, no que respeita ao serviço de concessão, verificámos as condições que permitem o reconhecimento dos ativos da concessão de acordo com o modelo do ativo intangível, bem como a aplicação das bases de mensuração e apresentação de acordo com o previsto na IFRIC 12.</p> <p data-bbox="831 1370 1396 1429">Adicionalmente, efetuámos procedimentos tendo em vista a validação dos saldos iniciais.</p>

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
<p data-bbox="212 347 809 376">Obrigações de benefícios de reforma e outros</p> <p data-bbox="212 409 809 660">Conforme indicado na nota 4.q), o Grupo concede complementos de pensões de reforma, pré-reforma, invalidez e sobrevivência aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 2002 (o qual inclui o pagamento de reformas aos empregados da Administração Pública ao serviço e reformados até novembro de 1999, na quota-parte dos anos por si prestados ao Grupo).</p> <p data-bbox="212 696 809 947">O cálculo daquelas responsabilidades é efetuado anualmente por uma entidade externa especializada, através da realização de um estudo atuarial que requer a utilização de pressupostos e estimativas, de natureza demográfica e financeira, que podem condicionar significativamente os montantes de responsabilidades apurados em cada data de relato, tal como referido na nota 6.d).</p> <p data-bbox="212 983 809 1167">Face ao alargado número de pressupostos atuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com benefícios pós emprego e da volatilidade que decorre, na sua quantificação, consideramos que o registo destas responsabilidades é uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p data-bbox="837 409 1356 499">Obtivemos o estudo atuarial preparado por uma entidade externa com referência a 31 de dezembro de 2017.</p> <p data-bbox="837 535 1377 692">Verificámos a concordância das responsabilidades relativas a benefícios pós emprego, apuradas no estudo atuarial, com os registos contabilísticos do Grupo com referência ao exercício de 2017.</p> <p data-bbox="837 728 1356 853">Avaliámos a razoabilidade dos pressupostos e informações constantes no estudo atuarial, executando, nomeadamente, os seguintes procedimentos:</p> <ul data-bbox="837 889 1377 1364" style="list-style-type: none"><li data-bbox="837 889 1377 1014">> Comparação dos dados relativos a empregados e ex-empregados beneficiários com o cadastro de pessoal do Grupo;<li data-bbox="837 1050 1377 1234">> Identificação das alterações ocorridas nos principais pressupostos atuarias, comparativamente ao exercício anterior e obtenção de justificação para tal junto dos responsáveis do Grupo e/ou da entidade externa; e<li data-bbox="837 1270 1377 1364">> Avaliação da razoabilidade da taxa de desconto utilizada mediante a análise da correspondente informação de suporte. <p data-bbox="837 1400 1356 1489">Verificámos a adequabilidade das divulgações efetuadas sobre estas responsabilidades nas notas anexas.</p>

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
<p data-bbox="193 338 815 371">Compensação tarifária</p> <p data-bbox="193 371 815 465">Conforme indicado nas notas 15 e 25, o Grupo tem registado em 31 de dezembro de 2017 contas a receber e contas a pagar de convergência tarifária.</p> <p data-bbox="193 499 815 723">Os desvios tarifários resultam da diferença entre os montantes faturados pelo Grupo no âmbito das suas atividades reguladas e a remuneração que lhe é efetivamente devida, enquadrada nos regulamentos tarifários dos sectores da eletricidade, emitidos pela Entidade Reguladora de Serviços Energéticos ("ERSE"), tal como divulgado nas notas 2.1. e 6.a).</p> <p data-bbox="193 757 815 947">Atendendo à relevância dos saldos relativos a compensação tarifária e que os cálculos dos mesmos inclui informação proveniente de uma ampla diversidade de fontes, consideramos que os mesmos se configuram como uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p data-bbox="815 371 1375 495">Efetuámos o entendimento dos procedimentos e a avaliação das atividades de controlo do Grupo associadas aos cálculos da compensação tarifária.</p> <p data-bbox="815 528 1375 651">Obtivemos os cálculos da compensação tarifária efetuados pelo Grupo, com referência a 31 de dezembro de 2017, e realizamos os seguintes procedimentos:</p> <ul data-bbox="815 685 1375 1323" style="list-style-type: none"><li data-bbox="815 685 1375 752">> Verificámos a concordância dos cálculos com os registos contabilísticos do Grupo;<li data-bbox="815 786 1375 1043">> Testámos a razoabilidade das diversas componentes dos cálculos, nomeadamente, o saldo médio dos ativos regulados (RAB), a taxa de remuneração aplicável, a faturação emitida pelo Grupo no exercício e o saldo inicial da compensação, com base na documentação de suporte respetiva, designadamente:<ul data-bbox="879 1077 1375 1323" style="list-style-type: none"><li data-bbox="879 1077 1375 1133">- Cadastro dos ativos regulados do Grupo;<li data-bbox="879 1133 1375 1234">- Documentação emitida pela ERSE anualmente, denominada "Proveitos permitidos e ajustamentos"; e<li data-bbox="879 1234 1375 1323">- Cálculo das taxas de remuneração, baseadas em séries de obrigações da República Portuguesa.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
<p>Recuperabilidade do valor dos ativos de produção de energia geotérmica</p> <p>Para além do aproveitamento dos recursos já instalados, o Grupo dedica-se ao desenvolvimento e exploração de recursos geotérmicos. O Grupo adotou o critério contabilístico de reconhecimento dos gastos de pesquisa e desenvolvimento no ativo até que seja determinada a sua viabilidade, de acordo com a IFRS 6 – Exploração e avaliação de recursos naturais, tal como divulgado na nota 4.f).</p> <p>O projeto de desenvolvimento e exploração de recursos geotérmicos com maior relevância refere-se ao Campo Geotérmico do Pico Alto, no qual foi efetuado um investimento de, aproximadamente, 47.216.000 euros, tal como divulgado na nota 8.</p> <p>A recuperabilidade destes ativos depende da capacidade produtiva e receitas futuras, pelo que a cada data de relato são analisados por forma a identificar a existência de indícios de imparidade. Caso estes existam, o valor do ativo é testado por imparidade, numa base individual ou como parte de uma unidade geradora de caixa.</p> <p>A determinação do valor recuperável do investimento tem por base critérios que evoluem julgamentos, tais como os fluxos de caixa futuros esperados assentes no desempenho produtivo e receitas esperadas, o nível de capacidade a instalar, a capacidade produtiva dos poços em funcionamento, a taxa de desconto e as taxas de crescimento na perpetuidade.</p> <p>Face ao alargado número de pressupostos utilizados, complexidade e julgamento inerentes, consideramos que a análise à recuperabilidade destes ativos constitui uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>Realizámos procedimentos de avaliação dos indícios de imparidade inerentes aos ativos de produção de energia geotérmica</p> <p>Obtivemos o teste de imparidade aos ativos de produção de energia geotérmica efetuado pela Gestão, com referência a 31 de dezembro de 2017, e realizámos os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> > Verificámos se o valor recuperável dos ativos é superior ao seu valor contabilístico líquido; > Avaliámos a razoabilidade dos principais pressupostos utilizados no cálculo; > Verificámos a aderência dos fluxos de caixa futuros com o plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração para o exercício de 2018 e seguintes; > Obtivemos e analisámos criticamente a informação de suporte aos parâmetros considerados na determinação da taxa de desconto; > Testámos a exatidão aritmética do modelo de fluxos de caixa descontados. <p>Verificámos ainda a adequação das divulgações incluídas nas notas anexas.</p>

Outras matérias

As demonstrações financeiras consolidadas da Grupo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para efeitos comparativos, foram auditadas por outros Revisores Oficiais de Contas, cujo Relatório de Auditoria e Certificação Legal das Contas, ambos datados de 12 de abril de 2017, não incluem reservas ou ênfases.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de gestão que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

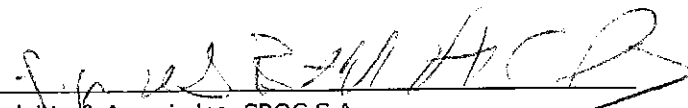
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 17 de abril de 2018


Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo, ROC

ANEXO I

h
de g
f
la
f
N
N
f

Decreto-Lei n.º 89/2017 de 28 de julho	2017	
	Capítulo/secção	Página/s
Art.º 3º (remetido para Art. 66º-B e 508º-G do CSC): A demonstração não financeira deve conter as informações bastantes para uma compreensão da evolução, do desempenho, da posição e do impacto das suas atividades, referentes, no mínimo, às questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, à igualdade entre homens e mulheres, à não discriminação, ao respeito dos direitos humanos, ao combate à corrupção e às tentativas de suborno, incluindo:		
a) Breve descrição do modelo empresarial da empresa	Relatório e Contas 2017: Universo da consolidação Organização dos negócios Valores característicos Grupo EDA	Pág. 152 Pág. 154 Pág. 155
b) Uma descrição das políticas seguidas pela empresa em relação a essas questões, incluindo os processos de diligência devida aplicados	Relatório e Contas 2017: 5.Sustentabilidade na EDA -5.1 Valorização dos trabalhadores -5.2 Redução do impacto ambiental -5.3 Relacionamento com as Partes Interessadas	Pág. 181-193 Pág. 194-200 Pág. 200-203
c) Os resultados dessas políticas	Relatório e Contas 2017: 5.Sustentabilidade na EDA -5.1 Valorização dos trabalhadores -5.2 Redução do impacto ambiental -5.3 Relacionamento com as Partes Interessadas -5.4 Inovação	Pág. 181-193 Pág. 194-200 Pág. 200-203 Pág. 204-207
d) Os principais riscos associados a essas questões, ligados às atividades da empresa, incluindo, se relevante e proporcionado, as suas relações empresariais, os seus produtos ou serviços suscetíveis de ter impactos negativos nesses domínios e a forma como esses riscos são geridos pela empresa	Relatório e Contas 2017: 5.Sustentabilidade na EDA -5.1 Valorização dos trabalhadores -5.2 Redução do impacto ambiental	Pág. 181-193 Pág. 194-200
e) Indicadores -chave de desempenho relevante para a sua atividade específica	Relatório e Contas 2017: -5.1 Valorização dos trabalhadores -5.2 Redução do impacto ambiental -5.3 Relacionamento com as Partes Interessadas -5.4 Inovação	Pág. 181-193 Pág. 194-200 Pág. 200-203 Pág. 204-207
Art.º 4º (remetido para o Artº 245.º- N.º 1 r) e N.º 2 do CVM): Descrição da Política de Diversidade aplicada pela sociedade relativamente aos seus órgãos de administração e de fiscalização, designadamente, em termos de idade, sexo, habilitações e antecedentes profissionais, os objetivos dessa política de diversidade, a forma como foi aplicada e os resultados no período de referência.	Requisito não aplicável à EDA	-